UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

BRUNO DA SILVA

A CONSTRUÇÃO DO CAMPO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO, INSTÂNCIAS, MECANISMOS E AGENTES CULTURAIS EM JOINVILLE, SC (1951-1984)

FLORIANÓPOLIS
2016

BRUNO DA SILVA

A CONSTRUÇÃO DO CAMPO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO, INSTÂNCIAS, MECANISMOS E AGENTES CULTURAIS EM JOINVILLE, SC (1951-1984)

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em História

Orientadora: Dra. Janice Gonçalves

FLORIANÓPOLIS

2016

S586s Silva, Bruno da

A construção do campo do patrimônio cultural: políticas de preservação, instâncias, mecanismos e agentes culturais em Joinville, SC (1951-1984) / Bruno da Silva. - 2016.

195 p. ; 29 cm

Orientadora: Janice Gonçalves

Bibliografia: p. 182-193

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2016.

1. Patrimônio cultural - Brasil - Proteção. 2. Política cultural. I. Gonçalves, Janice. II. Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDD: 720.2880981 - 20. ed.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UDESC

Bruno da Silva

"A construção do campo do patrimônio cultural: políticas de preservação, instâncias, mecanismos e agentes culturais em Joinville, SC (1951-1984)"

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Banca julgadora:

Orientadora: _____

Doutora Janice Gonçalves
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro: _____

Doutora Isabel Cristina Martins Guillen
Universidade Federal de Pernambuco

Membro: _____

Doutor Norberto Dallabrida
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro: _____

Doutora Viviane Trindade Borges (suplente)
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 05 de dezembro de 2016.

Dedico esta dissertação aos companheiros e companheiras de trabalho da Coordenação de Patrimônio Cultural – CPC de Joinville.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha esposa, Carla Limberger da Silva, pelo apoio incondicional, paciência e amor.

Aos meus pais, Maria Aparecida da Silva e Francisco José da Silva, e minha irmã, Francine Aparecida da Silva, pelo incentivo e apoio.

A minha orientadora, Dra. Janice Gonçalves, pela generosidade, confiança e atenção.

Aos professores(as), Dra. Isabel Cristina Martins Guillen (UFPE) e Dr. Norberto Dallabrida (UDESC), pela participação na banca de defesa, e à professora Dra. Viviane Trindade Borges (UDESC), pela orientação no estágio docente e participação na banca de qualificação.

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em História – PPGH da UDESC.

Meu agradecimento especial, pela disposição e importantes contribuições (indicação de fontes, revisões, críticas e debates) aos amigos Diego Finder Machado e Tiago Luis Pereira.

Aos colegas de trabalho e amigos Dietlinde Clara Rothert, Dilney Cunha, Giane Maria de Souza e Marco Chianello, que também colaboraram para a realização desta pesquisa.

A Flávia Regina Corrêa, Leonardo Pizarro Beccacecce e Rafael Schmitz, pelo abstract

À equipe do Arquivo Histórico de Joinville – AHJ e a Luís Carlos de Santiago, coordenador de arquivo do Câmara de Vereadores de Joinville – CVJ.

Aos demais colegas da Coordenação de Patrimônio Cultural (CPC), pela socialização de conhecimento e apoio.

Muito obrigado!

RESUMO

A presente dissertação aborda a conformação da área cultural em Joinville, entre 1951 e 1984, problematizando a construção do campo do patrimônio cultural por meio da análise das políticas de preservação, da criação de órgãos e instâncias, da instituição de mecanismos de proteção e, especialmente, das ações voltadas ao patrimônio edificado - observadas naquele período - no âmbito da administração municipal. Ao passo que órgãos e instituições foram sendo criadas pelo poder público municipal, identificamos os interesses e valores postos em jogo, destacando as disputas que envolveram o patrimônio, bem como as ressonâncias destes embates sobre os bens culturais. No primeiro capítulo analisamos, de 1951 a 1982: a atuação de agentes locais na implantação e conservação bens criados/tombados pela esfera federal; a conformação de uma área de Cultura na administração municipal, através da criação de órgãos, instituições, instâncias, mecanismos e políticas culturais, especialmente às voltados à preservação do patrimônio cultural; e a realizações de ações municipais voltadas à valorização e preservação da arquitetura enxaimel. No capítulo dois percebemos: as tensões, conflitos e relações de colaboração que permearam o debate público e as ações voltadas à preservação do patrimônio construído, em especial o edificado. Para compreender as complexas relações que envolvem o patrimônio cultural mobilizamos o conceito de *campo* e *ritos de instituição* de Pierre Bourdieu, de *processos de patrimonialização* de Xerardo Pereiro, de *documento-monumento* de Michel Foucault e Le Goff, de *fontes orais* de Danièle Voldman, entre outros. Este trabalho se insere na perspectiva da História do tempo presente por problematizar processos contemporâneos referentes às relações entre memória, história e patrimônio.

Palavras-chave: história do tempo presente, patrimônio cultural, política cultural, Joinville, Santa Catarina.

ABSTRACT

This dissertation deals with the formation of politics for the cultural area in Joinville, considering the period from 1951 to 1984, discussing the setting up of the cultural heritage area through the analisys of preservation politics, the foundation of governmental agencies, the establishment of procedures of protection and especially of actions from that time aimed at the historical buildings, within the local administration. In relation to the period when government agencies and institutions were setting up by the City Hall, interests and values can be identified, highlighting the disagreements in the cultural heritage area, as well as the echoes of those conflicts about the cultural heritage. In the first chapter we analyzed, from 1951 to 1982: the role of local agents in the implementation and conservation of the created or dropped property by the federal sphere; the conformation of a cultural area on the local administration, through the agencies, institucions, instances, mechanisms and cultural policies, especially those aimed at preservation of half-timbered architecture. In the second chapter we realized: the tensions, conflicts and collaborative relationships that permeated the public debate and the actions aimed at preserving the built heritage, especially the building. In order to understand the complex relationships involving cultural heritage, we mobilized Pierre Bourdieu's concept of *field and institution rites*, the concept of *patrimonialisation processes* of Xerardo Pereiro, Michel Foucault's and Le Goff's of *document-monument*, of *oral sources* of Danièle Voldman, between others. This dissertation is inserted in the perspective of the History of the present time by problematizing contemporary processes about the relations between memory, history and patrimony.

Keywords: History of present time, cultural heritage, cultural policy, Joinville, Santa Catarina.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Sede do Museu Nacional de Imigração e Colonização (MNIC).....32
Figura 2 - Edificação em enxaimel localizada no MNIC 39
Figura 3 - Cemitério do Imigrante 42
Figura 4 - Antiga sede da Casas Pernambucanas (Rua do Príncipe, Nº 268).....130
Figura 5- Sede da antiga Hermes Macedo (Rua Nove de Março, nº 530).....131
Figura 6 - Pórtico turístico (Rua XV de Novembro). 133
Figura 7 - "Moinho de vento" (Rua XV de Novembro). 134
Figura 8 - Primeira edificação sede do Mercado Público.....138
Figura 9 - Mercado Público na década de 1960 138
Figura 10 – Atual sede do Mercado Público (inaugurada em 1982). 139
Figura 11- Alameda Brüstlein (Rua das Palmeiras) no final do século XIX.....146
Figura 12 - Alameda Brüstlein (Rua das Palmeiras) em 2016 147
Figura 13 - Palacete Niemeyer 156
Figura 14 - Palacete Niemeyer e o edifício sede do Banco do Brasil.....157

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Composição da COMPHAAN (1982-1984).....92
Tabela 2 - Integrantes nomeados para a COMPHAAN (1982-1984).....93

LISTA DE ABREVIATURAS

AHJ – Arquivo Histórico de Joinville

APREMA - Associação de Preservação do Meio Ambiente e do Equilíbrio Ecológico

BB – Banco do Brasil

CMC – Conselho Municipal de Cultura

COMPHAAN – Comissão do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural do Município de Joinville

CPC – Coordenação de Patrimônio Cultural

DCET – Departamento de Cultura, Esporte e Turismo

DEC – Departamento de Educação e Cultura

FCJ – Fundação Cultural de Joinville

FURJ - Fundação Educacional da Região de Joinville

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MASJ – Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville

MNIC – Museu Nacional de Imigração e Colonização

PMC – Plano Municipal de Cultura

PMJ – Prefeitura Municipal de Joinville

SCET – Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **16**

1 A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA MUNICIPAL DE CULTURA PARA JOINVILLE (1951 A 1982) **30**

1.1 A PARTICIPAÇÃO DE AGENTES MUNICIPAIS NO TOMBAMENTO E NA GESTÃO DOS BENS PROTEGIDOS EM NÍVEL FEDERAL EM JOINVILLE 30

1.2 CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES MUNICIPAIS DE CULTURA 54

1.3 CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA (1968 A 1976) 68

1.4 UM MAPA DO ENXAIMEL EM JOINVILLE 78

1.5 A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE TOMBAMENTO E A INSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO E ARTÍSTICO DO MUNICÍPIO DE JOINVILLE (COMPHAAN) 83

2 A BUSCA POR MAIOR AUTONOMIA: TENSÕES, CONFLITOS E COLABORAÇÕES NAS AÇÕES DE PRESERVAÇÃO (1979-1984) **96**

2.1 O OLHAR ESTRANGEIRO E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOS IMIGRANTES 96

2.2 O "FALSO ENXAIMEL" E O DEBATE SOBRE A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO 119

2.3 O TOMBAMENTO DA ALAMEDA BRÜSTLEIN (RUA DAS PALMEIRAS) 145

2.4 "CHÃO HISTÓRICO": A PRESERVAÇÃO DO PALACETE NIEMEYER 155

CONSIDERAÇÕES FINAIS **176**

REFERÊNCIAS **182**

APÊNDICE - ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES CULTURAIS EM JOINVILLE (1966-1982) **194**

INTRODUÇÃO

O município de Joinville possui, atualmente, cento e vinte bens culturais protegidos por tombamento municipal[1] (cento e dezoito imóveis e dois bens móveis) — destes, quarenta e dois são também tombados pelo poder público estadual e sete pelo poder público federal — e quatro edificações protegidas pelo mecanismo do Inventário do Patrimônio Cultural de Joinville (IPCJ)[2]. Estão em andamento cinquenta e três processos municipais de tombamento, oito processos de inventariação, além de aproximadamente oitocentos imóveis da área urbana e trezentos da área rural constituírem o Cadastro de Unidades de Interesse de Preservação[3] (CPC, 2016). Dados que demonstram a existência de uma trajetória do poder público municipal na preservação de bens culturais, sobretudo edificados, intensificada a partir dos anos 2000.

Contudo, ao desempenhar atividades administrativas e de pesquisa no campo da História junto à Coordenação de Patrimônio Cultural (CPC) — unidade da Fundação Cultural de Joinville (FCJ) — desde 2008, identifiquei através de relatos de funcionários de carreira da FCJ e de outros órgãos da administração municipal, bem como por meio da documentação presente na CPC, a existência de ações desenvolvidas pela administração municipal voltadas à preservação do patrimônio cultural muito anteriores ao primeiro processo de tombamento constante no acervo da CPC, datado de 2001, e da primeira inscrição de um bem no Livro do Tombado, realizada em 2003, a partir da Lei Municipal Nº 1773, de 1 de dezembro de 1980 — que dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico, arqueológico, artístico e natural do município de Joinville. Algumas destas ações teriam sido efetuadas, inclusive, de forma paralela ou em colaboração com os órgãos de preservação federal e estadual.

Neste sentido, não obstante a existência de pesquisas que abordam alguns processos de patrimonialização ocorridos em Joinville[4], percebi que os estudos sobre a trajetória da preservação do patrimônio cultural no município, especialmente em relação aos bens

---

[1] Lei Nº 1773/1980.
[2] Lei Complementar Nº 363/2011 e Lei Complementar Nº 366/2011.
[3] O Cadastro de Unidades de Interesse de Preservação (UIPs) é um mecanismo administrativo do Município de Joinville, formado a partir de levantamentos realizados pela Fundação Cultural de Joinville (FCJ), incluindo os inventários efetuados em parceria com a Fundação Catarinense de Cultura (FCC) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN) nas décadas de 1980 e 1990. Todavia, sua implementação como ferramenta administrativa data de 2003, não possuindo o caráter jurídico de proteção do tombamento ou do inventário. Organizado por vias (em ordem alfabética), possui dois volumes, contemplando a área urbana e rural do município. É composto pelo endereço, inscrição imobiliária e foto dos imóveis.
[4] ALTHOFF, 2008; CHIANELLO, 2016; MACHADO, 2009; RADUN, 2016; SILVA, 20016; VEIGA, 2013; NEDEL, 2013.

construídos, ainda careciam de ampliação por apresentarem algumas lacunas, sobretudo em relação ao período das décadas de 1950 a 1990.

Durante a realização da pesquisa, já como acadêmico do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), a partir da documentação levantada, percebi que as fontes existentes me permitiam analisar outros aspectos inicialmente não previstos e pertinentes para compreender a trajetória da preservação em Joinville. Apesar de o patrimônio construído ter permanecido como objeto privilegiado desta pesquisa, outras questões de investigação e outras categorias patrimoniais foram contempladas. Desta forma, nosso problema de pesquisa, inicialmente restrito ao patrimônio edificado, foi reformulado, passando a abranger a seguinte questão de investigação: qual a trajetória do campo do patrimônio cultural em Joinville e quais políticas, instâncias e mecanismos de preservação foram engendrados entre 1951 e 1984?

A delimitação temporal tomou como marcos iniciais a implementação da Biblioteca Pública Municipal Rolf Colin e as celebrações do Centenário de Joinville, em 1951, encerrando no primeiro período de atuação da Comissão do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural do Município de Joinville – COMPHAAN, em 1984. Com o objetivo de compreender a construção do campo do patrimônio cultural no município, analisei a gestão dos bens protegidos pela esfera federal localizados em Joinville; situei a criação de órgãos e instituições de Cultura na estrutura da administração pública municipal; debati a atuação de instâncias (conselhos e comissões) envolvidas no campo da preservação do patrimônio em âmbito local e identifiquei as categorias patrimoniais contempladas nestes processos, percebendo quais agentes[5], concepções, tensões, disputas e colaborações que permearam esta trajetória, especialmente com relação às ações voltadas ao patrimônio construído.

No tocante às fontes utilizadas, gostaria de sublinhar que a documentação foi mobilizada a partir do conceito de documento/monumento desenvolvido por Foucault e Le Goff. Além de referenciais teóricos, uma pesquisa necessita delimitar um *corpus* documental que possibilite sua realização, processo que envolve critérios de escolha, seleção, descarte e princípios para definição dos elementos a serem analisados. Em geral, o trabalho historiográfico se apropria de documentos que foram produzidos a partir de lógicas e de demandas diferentes daquelas que motivam o historiador.

> O documento não é o feliz instrumento de uma história que seria em si mesma, e de pleno direito, *memória;* a história é, para uma sociedade, uma certa maneira de dar *status* e elaboração à massa documental de que ela não se separa. [...] em nossos dias,

[5] No decorrer da dissertação foram acrescentadas notas biográficas sobre os sujeitos que desempenharam maior participação nos processos histórico em análise.

> a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos* e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos. (FOUCAULT, 2008, p. 08)

Ao selecionar um conjunto documental, o historiador rompe com a função programática inicial dos documentos, ressignificando-os como fontes para a pesquisa histórica. A partir da concepção expressa por Le Goff (1984, p. 102), o dever principal do historiador deve ser o da "crítica ao documento — qualquer que ele seja — enquanto 'monumento'". Os documentos são suportes de memória, de verdades parciais, produzidas por grupos sociais e instituições permeadas por relações de poder. Somente cumprem a função de fonte histórica ao serem mobilizados por um trabalho teórico-metodológico. Ainda nas palavras de Le Goff:

> O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto documento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 1984, p. 102).

Da categoria de fontes escritas, mobilizei a legislação emitida pelo poder público, em especial pelo município de Joinville, disponível *online*[6] ou no arquivo da Câmara de Vereadores de Joinville. Também documentação produzida por instituições, instâncias e agentes atuantes na gestão do patrimônio cultural como: o Plano Municipal elaborado pelo Conselho Municipal de Cultura na década de 1970; o levantamento de edificações enxaimel realizado pelos membros da Comissão do Museu Nacional de Imigração e Colonização (MNIC) entre 1970 e 1972; relatórios produzidos por profissionais alemães que atuaram em Joinville a partir de convênio firmado entre o Brasil e a Alemanha, entre 1978 e 1984; atas de reuniões da Comissão de Preservação do Cemitério do Imigrante e da Comissão do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural do Município de Joinville; entre outros. Cabe registrar que o acesso a esta documentação foi facilitado pela minha atuação profissional. Com isto, não estou afirmando, de maneira alguma, que outros pesquisadores terão dificuldades em consultá-la. Apenas me refiro aqui ao fato de ter sido mais fácil saber de sua existência e localizá-la nas diferentes unidades da Fundação Cultural de Joinville — Coordenação do Patrimônio Cultural (CPC), Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ) e Arquivo Histórico de Joinville

[6] Nos *sites*: <http://www.planalto.gov.br> e <https://leismunicipais.com.br>.

(AHJ)[7]. Também foram referenciados boletins do órgão federal de preservação[8], disponíveis *online*, e publicações de jornais impressos, especialmente do jornal *A Notícia*, presentes no acervo do AHJ.

A mobilização deste conjunto documental nos proporcionou uma compreensão dinâmica acerca da construção do campo do patrimônio em Joinville, possibilitando a percepção não apenas de concordâncias e similaridades, mas também concorrências, contradições, descompassos e lacunas que constituíram a preservação de bens culturais. Além das ações engendradas pelas instituições ligadas pelo poder público, as fontes selecionadas deram visibilidade a outros agentes que participaram da construção do campo do patrimônio cultural, revelando demandas sociais.

Além da documentação escrita, foram produzidas fontes orais. Prefiro, assim, utilizar a expressão "fonte oral", em consonância com Voldman (2006, p. 36) para me referir ao material sonoro ou audiovisual produzido pelo historiador que registra testemunhos a partir de problemas, objetivos e hipóteses propostas em uma pesquisa. Duas entrevistas feitas em 2016 especificamente para a pesquisa em questão. Uma com Afonso Imhof, funcionário aposentado da Fundação Cultural de Joinville, que ocupou diferentes cargos na gestão municipal; e outra com Lenin Hugo German Erazo Peña, paisagista equatoriano que atuou no Conselho Municipal de Cultura e na Comissão do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural do Município de Joinville (COMPHAAN). Todavia, cabe esclarecer que devido à diversidade de fontes escritas por nós mobilizadas e, consequentemente, o tempo dispendido para sua análise, não foi possível a realização de outras entrevistas inicialmente previstas. Desta forma, não

---

[7] Como exemplo, podemos citar a documentação referente ao Conselho Municipal de Cultura. Os documentos por nós utilizados foram localizados no Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ), não constando no arquivo da atual secretaria do conselho, localizada na sede da FCJ.

[8] Durante sua trajetória, o atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional teve diferentes denominações e *status* na estrutura governamental: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (1937); Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN (1946); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (1970); Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (órgão normativo) e Fundação Nacional Pró-Memória – FNPM (órgão executivo) (1979); Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural - IBPC (1990); novamente Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN em 1994. No presente trabalho, será referenciado como "órgão federal de preservação" ou com a denominação que possui nos diferentes períodos históricos. Com relação à estrutura administrativa do órgão federal de preservação e sua representação regional no sul do Brasil no período que abrange nossa pesquisa, de 1937 a 1946 os estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul estiveram subordinados à 7ª Região, sendo seu primeiro representante o escritor Augusto Meyer e, posteriormente, o historiador David Carneiro, residente em Curitiba. A partir deste período até o final da década de 1970, os estados sulinos passaram a fazer parte do 4º Distrito da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), que incluía o Mato Grosso e São Paulo, comandado pelo arquiteto Luís Saia da capital paulista (GONÇALVES, 2016, p. 78). No final da década de 1970, a gestão do patrimônio catarinense passou a estar subordinada à 10ª Diretoria Regional, com sede em Porto Alegre. Santa Catarina só passou a contar com um representação oficial do órgão federal em 1989, sediada em Florianópolis (ALTHOFF, 2008, p. 74).

obstante terem possibilitado contribuições, as entrevistas não constituíram a principal categoria de fontes privilegiadas na pesquisa.

A "História Oral", este termo tão recorrente e polifônico, está aqui empregada não como uma ciência autônoma, nem como uma simples técnica de registro, mas como um método historiográfico que compartilha os procedimentos e critérios necessários à produção de conhecimento científico:

> De início, apresenta uma problemática, inserindo-a em um projeto de pesquisa. Depois, desenvolve os procedimentos heurísticos apropriados à constituição das fontes orais que se propôs produzir. Na hora de realizar essa tarefa, procede, com o maior rigor possível, ao controle e às críticas interna e externa da fonte constituída, assim como das fontes complementares e documentais. Finalmente, passa à análise e à interpretação das evidências e ao exame detalhado das fontes recompiladas ou acessíveis (LOZANO, 2006, p. 16).

Na dissertação, os testemunhos foram mobilizados como indícios reveladores de concepções e relações entre os agentes do campo do patrimônio cultural, sem a intenção de legitimar discursos ou enaltecer ações individuais. Como destacado por Passerini (2011, p. 40), a documentação escrita conserva, majoritariamente, a formalidade, valorizando um tom racional, coerente e linear. As fontes orais nos possibilitam identificar contradições, circularidades e complementariedades entre os registros escritos e os testemunhos daqueles que participaram do processo histórico em análise e que, por força de seu lugar institucional de fala, não registraram em outros suportes suas dificuldades, angústias profissionais e tensões a que estavam submetidos.

Para problematizar e dar visibilidade às complexas relações que constituem o patrimônio cultural, elegi o conceito de *campo,* desenvolvido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, como um dos principais elementos teórico-metodológicos desta pesquisa, permitindo uma análise dinâmica dos processos sociais. Segundo Bourdieu (2004, p. 19), o conceito de campo constitui uma alternativa a duas correntes interpretativas que, no seu entender, não dão conta das complexas relações que caracterizam os processos sociais: a primeira, que denominou de internalista, autonomiza o objeto de análise, buscando sua compreensão no objeto "em si" — concepção ligada especialmente à corrente pós-moderna, principalmente na área da semiologia; a segunda, que denominou de externalista, relaciona o objeto de análise de forma direta ao contexto social mais amplo (macrocosmo) — concepção ligada, por exemplo, à corrente marxista. Cabe ressaltar aqui que as generalizações realizadas por Bourdieu às correntes pós-moderna e marxista devem ser relativizadas, tendo em vista que ambas possuem abordagens e produções variadas. O que nos interessa na perspectiva de Bourdieu consiste na

defesa de que, entre o objeto e seu macrocosmo, há um universo intermediário no qual estão inseridos diversos elementos que constituem um espaço relativamente autônomo e norteado por regras sociais específicas de produção, reprodução e difusão de representações. Um campo não escapa ao macrocosmo, mas possui uma autonomia relativa (parcial) por constituir um microcosmo (BOURDIEU, 2004, p. 19).

Os campos constituem espaços estruturados de lutas, ocupados por diferentes agentes que disputam posições e que procuram legitimar suas representações sobre a realidade. Esta noção nos permite ir além de falsas antinomias e antagonismos, proporcionando uma percepção dinâmica das relações sociais que visa a apreender o objeto de análise a partir de seu espaço de produção, ou seja, a partir de suas condições objetivas de existência (BOURDIEU, 1989, p. 294). O autor destaca que o produto da criatividade humana não é a simples resultante "da mágica da produção do produtor", mas de um "campo de produção como espaço social de relações objetivas". A operação de investigação não deve separar o objeto de análise do campo que possibilita sua existência, devendo-se conceber, desta forma, a obra como um sinal do que ela é também sintoma (BOURDIEU, 1989, p. 73). Ao tomar o objeto por si mesmo, o pesquisador incorre na incoerência de essencializar tanto o objeto como seu produtor, não compreendendo que ambos são resultantes "do lento e longo trabalho de alquimia histórica que acompanha o processo de autonomização dos campos da produção cultural" (BOURDIEU, 1989, p. 71). Frente a esta demanda, na concepção do sociólogo francês a ciência deve

> [...] apreender a lógica objetiva segundo a qual se determinam as coisas em jogo e os campos, as estratégias e as vitórias, produzir representações e instrumentos de pensamento que, com desiguais probabilidades de êxito, aspiram à universalidade, às condições sociais de sua produção e de sua utilização, quer dizer, à estrutura histórica do campo em que se geram e funcionam (BOURDIEU, 1989, p. 294).

A dinâmica dos campos é proporcionada por um jogo complexo, tendo em vista que todo campo é um espaço de forças que procura se conservar e transformar, construído e sustentado a partir das relações objetivas e dinâmicas entre seus agentes (coletivos e singulares) que lutam pela obtenção de melhores posições de poder (BOURDIEU, 2003, p. 120). A estruturação de um campo específico envolve diferentes aspectos: seu grau de autonomia e heteronomia, as diferentes posições de seus agentes, ritos de instituição e de produção de

crença, a distribuição desigual de capitais simbólicos[9], entre outros. Destacarei, a seguir, a relevância destes aspectos para minha pesquisa.

A identificação dos agentes e mecanismos que estruturaram os processos de patrimonialização é de grande importância, tendo em vista que a autonomização dos campos passa pela definição de procedimentos e de linguagem técnica que proporcionem os instrumentos necessários à ação objetiva do campo sobre a realidade. Como destacado por Bourdieu (2007, p. 216), referindo-se às relações de produção dos bens culturais:

> [...] um produto cultural [...] é gosto constituído, um gosto que foi levado da imprecisa semi-existência da experiência vivida para [...] a plena realidade do produto acabado, por um trabalho de objetivação que incumbe, quase sempre, no estado atual, a profissionais; por conseguinte, ele contém a força de licitação, legitimação e fortalecimento, reivindicada sempre pela objetivação, sobretudo, como é o caso, quando a lógica das homologias estruturais o atribui a um grupo prestigioso e que ele funciona, então, como autoridade que autoriza e fortalece as disposições, dando-lhes uma realização coletivamente reconhecida.

São as relações objetivas entre os agentes que estruturam o campo, tendo em vista que as posições que os agentes ocupam determinam seu reconhecimento, reputação e autoridade. Por sua vez, o lugar ocupado pelo agente na estrutura do campo é determinado pela distribuição dos diferentes capitais e de seus efeitos simbólicos (prestígio). Cada agente age a partir das pressões relativas ao lugar de atuação que ocupa (BOURDIEU, 2004, p. 23 e 24).

Não obstante as tensões e disputas internas, a estruturação de mecanismos e instâncias de preservação do patrimônio cultural é possível por meio do estabelecimento de colaborações entre seus agentes. Tal fato dá visibilidade não apenas às relações internas do campo de preservação, mas também a seu grau de autonomia frente às demandas externas — como, por exemplo, as pressões advindas da especulação imobiliária, ligada à concepção de progresso modernizante, que antagoniza o patrimônio edificado e o desenvolvimento urbano. É a partir das pressões e demandas advindas de outros campos que um campo específico pode se configurar como espaço estruturado e relativamente autônomo, definindo as premissas e regras essenciais para sua manutenção, que devem ser compartilhadas e reproduzidas por seus diferentes agentes, sob pena de ter sua legitimidade destruída perante a sociedade. A capacidade que um campo possui de refratar as demandas externas, ou seja, de ressignificar as pressões a

---

[9] Cabe destacar que Bourdieu desenvolve uma visão polimorfa acerca do capital, não se restringindo à concepção econômica, como em geral o termo é referido. Para o autor, existiriam diferentes tipos de capitais, como: cultural (domínio da linguagem formal, escolarização e saberes não escolares), o capital social (redes de relações, sobrenome/origem familiar, posições ocupadas em instituições, filiação partidária), entre outros.

partir de sua lógica própria, constitui o principal indicador do grau de sua autonomia (BOURDIEU, 2004, p. 23). Por outro lado, sua heteronomia pode ser observada pela grande influência de imposições externas, sobretudo de origem política, quando um agente que não possui a qualificação exigida por um campo específico (do qual não faz parte ou pelo qual não é reconhecido) consegue afetar diretamente a organização deste (BOURDIEU, 2004, p. 22). Assim, os agentes constroem e difundem os valores de crença que constituem seu campo de atuação. A concordância entre os agentes e o campo estabelece o "círculo da crença e do sagrado", instituído a partir da objetividade de um jogo social (BOURDIEU, 1989, p. 286).

Ao problematizar, por exemplo, o campo da moda, Pierre Bourdieu e Yvette Delsaut (2001) destacaram que os produtos, para além de suas características materiais, são resultantes de um processo de agregação de valor simbólico, ou seja, não obstante seu valor de uso cotidiano, o produto da moda referencia a grife ou *Maison* que o produziu. Assim, "A operação de produção de bens é neste caso, uma operação de *transubstanciação simbólica*, irredutível a uma transformação material" (BOURDIEU, DELSAUT, p. 39). Considero importante mobilizar este conceito (transubstanciação simbólica) para compreender o campo do patrimônio cultural, por possibilitar a análise de processos de ressignificação de bens que originalmente não foram criados como bens patrimoniais, mas que posteriormente receberam este *status*. Em especial, este conceito pode ser aplicado ao patrimônio edificado, tendo em vista que os imóveis são construídos a partir de uma necessidade funcional ordinária — uma edificação tem seu programa arquitetônico definido como residencial, comercial, industrial, entre outros — e *a posteriori*, a partir de uma série de fatores, muitos dos quais já apontados preliminarmente aqui, o imóvel poderá ser objeto de atribuição de valor estritamente cultural. Isto não significa que obrigatoriamente seu programa de uso inicial seja anulado, mas estará limitado e deverá atender aos aspectos de preservação que o tombamento ou a inventariação impõem ao bem protegido, prevalecendo a dimensão do simbólico, dos sentidos emprestados ao bem. Neste caso, há uma sobreposição de valores e interesses que muitas vezes constitui o objeto de conflitos entre as esferas pública e privada.

Diretamente ligada à ideia de transubstanciação simbólica ainda podemos destacar outra prática abordada por Bourdieu e, no nosso entender, aplicável ao patrimônio cultural: o *rito de instituição*. Por este conceito, podemos identificar ações performativas realizadas por agentes socialmente legitimados e que visam sobrepujar a função programática (uso funcional cotidiano) de determinado bem, instituindo-lhe valores simbólicos relativos à ideia de herança, legado, identidade, memória, entre outros. Bourdieu sublinha que o mais interessante nos ritos de instituição não está na passagem em si (de um valor ao outro), mas na capacidade de instituir

a diferença por meio da consagração de categorias de percepção (BOURDIEU, 2008, p. 98). Segundo o autor:

> Falar em rito de instituição é indicar que qualquer rito tende a consagrar ou a legitimar, isto é, a fazer desconhecer como arbitrário e a reconhecer como legítimo e natural um limite arbitrário, ou melhor, a operar solenemente, de maneira lícita e extraordinária, uma transgressão dos limites constitutivos da ordem social e da ordem mental a serem salvaguardadas [...] (BOURDIEU, 2008, p. 98).

No campo do patrimônio, o rito de instituição pode ser efetuado a partir de processos que seguem uma lógica formal, estruturado por etapas e procedimentos previstos na legislação e decorrentes do trabalho administrativo, como o mecanismo de proteção do tombamento. Todavia, cabe destacar que a patrimonialização de um bem não exige, necessariamente, que este bem seja objeto de mecanismos jurídicos, podendo ser realizada por meio de processos menos formais.

A preservação e a difusão do patrimônio cultural estão diretamente ligadas a determinadas configurações da política de memória praticada por instituições, agentes culturais e demais profissionais que contribuem para a construção de um imaginário ou uma "memória articulada", que se estabelece não "apenas por meio de palavras verbalizadas ou grafadas, mas também por imagens", constituindo os bens culturais elementos destes processos (CHAGAS, 2003, p. 164). Para além de sua materialidade ou manifestação, o patrimônio cultural representa uma construção discursiva e um campo de disputa pela memória. Contudo, a presença de bens culturais patrimonializados em diferentes espaços sociais não deve obliterar seu contexto produtor específico, que elege, dentre várias possibilidades, aqueles que possuem importância para constar no *hall* de bens protegidos. O valor cultural atribuído não diz respeito apenas às características dos suportes dos bens (aspectos materiais), mas às representações e relações de valoração estabelecidas pelos grupos sociais. Como destacado por Veloso (2006, p. 440), "Valores e interesses não existem a esmo nem constituem vagas abstrações, mas estão associados a práticas sociais concretas e são construídos e vividos no interior da vida social, com seus conflitos, contradições, consensos e hierarquias.". Assim, para o antropólogo português Xerardo Pereiro (2006, p. 27), a "ativação do patrimônio cultural" deve ser entendida como "um processo de atribuição de novos valores, sentidos, usos e significados a objectos, a formas, a modos de vida, saberes e conhecimentos", processo não harmonioso, marcado por diferentes disputas.

Podemos afirmar que não existe um "patrimônio em si", mas uma categoria relacional de atribuição de valor que mobiliza concepções e mecanismos, gerando ressignificações de

sentidos e usos dos bens culturais (CHAGAS, 2003, p. 170). Advém daí a importância de estudarmos tanto o aparato institucional que possibilita a preservação dos bens culturais como os elementos simbólicos que permeiam este processo. Analisar a função do patrimônio e suas políticas de preservação nos possibilita uma reflexão ampliada dos processos de patrimonialização, pois os bens culturais constituem e são constituidores de valores, narrativas, discursos e representações (FONSECA, 2003, p. 64). Para Hartog (2013, p. 197), o patrimônio cultural reúne os semióforos criados e eleitos em um determinado período pela sociedade, tornando visível a dimensão e a importância que o passado possui para esta. Ainda segundo este autor, como elemento constituinte das experiências do tempo, o patrimônio cultural deve ser refletido não como marca da continuidade, mas como uma forma ou expressão das rupturas e questionamentos relativos à ordenação do tempo, marcada por processos de ressignificações:

> O patrimônio é uma maneira de viver as cesuras, de reconhecê-las e de reduzi-las, localizando, elegendo, produzindo semióforos. [...] Ao longo dos séculos, práticas do tipo patrimonial desenham tempos do patrimônio, que correspondem a maneiras de articular primeiro o presente e passado, mas também, com os questionamentos da Revolução, o futuro: presente, passado e futuro (HARTOG, 2013, p. 243).

Foi na transição do século XVIII para o XIX, em meio a um contexto de profundas transformações políticas, sociais e econômicas, que ocorreu na Europa a institucionalização da preservação dos monumentos a partir de valores históricos e artísticos. Processo empreendido pela França do período revolucionário que culminou na construção de um aparelho estatal, jurídico e técnico específico. Além de um valor cotidiano e estético, os bens culturais passaram a ter o *status* de testemunhos históricos. A partir deste novo valor, a preservação de sua materialidade passou a ser fundamental para tomá-los como vetores de determinados significados.

Paulatinamente, as áreas da conservação, restauração, de proteção jurídica e administrativa dos bens culturais ganharam relevância, gerando a criação de novas disciplinas e metodologias para o trato do patrimônio. Como destacado por Fonseca (2009, p. 58), a invenção do conceito de patrimônio está diretamente ligada à construção dos Estados nacionais. Neste contexto, os bens culturais ganharam importância como patrimônio da nação, devendo ser conservados e preservados como testemunhos do passado e fontes de conhecimento. Assim, na França do período revolucionário, inaugura-se o conceito moderno de monumento, transformando a conservação e preservação em uma área específica do conhecimento, cabendo ao Estado a gestão política e ideológica destes símbolos como "[...] repertório de bens, ou 'coisas', ao qual se atribui excepcional valor cultural, o que faz esses bens serem merecedores

de proteção por parte do poder público" (FONSECA, 2003, p. 64). Acerca deste processo, Hartog (2013, p. 163 e 164) sublinha que a Revolução Francesa operou uma ruptura temporal, uma cisão com o passado, na qual a reconstituição de uma continuidade deveria ser restabelecida pela história, instrutora da nacionalidade e da pátria. Esta conexão com o passado se restabeleceria numa relação de segundo grau, por meio do desejo de reativação daquilo que os monumentos teriam sido historicamente.

No Brasil, a política de preservação do patrimônio foi institucionalizada em nível federal na década de 1930, sob o regime do Estado Novo, tendo como instrumento jurídico o Decreto-Lei Nº 25, de 30 novembro de 1937, e denotando forte influência da experiência francesa no campo patrimonial. Segundo Fonseca (2009), ideologicamente o patrimônio, atrelado ao ensino, foi mobilizado como ferramenta para a construção de um sentimento de brasilidade, para a formatação de uma identidade nacional. Norteadora de práticas de preservação, a política patrimonial esteve por muitas décadas centrada nos aspectos materiais dos bens culturais (principalmente arquitetônicos), sobretudo de imóveis ligados à religiosidade católica, à arquitetura militar (fortalezas), palacetes e casarões das elites políticas e econômicas, deixando de lado ou abordando de forma marginal as relações destes com a cidade, a paisagem e, por consequência, com as sociedades nas quais estavam inseridos. A autora observa que essa prática contribuiu para a construção de uma representação socialmente difundida do patrimônio cultural como uma expressão elitizada de cultura, que privilegiava apenas a memória dos grupos dominantes (FONSECA, 2003, p. 64).

A partir da década de 1980, o campo do patrimônio cultural no Ocidente passou por intenso processo de renovação. Inicialmente adjetivado como histórico ou artístico e entendido como vestígio ou tesouro do passado, passou a ser conceituado como "cultural", abrangendo diferentes valores, englobando não apenas os bens produzidos pelo ser humano, mas também seu próprio habitat (como os bens ambientais). Segundo Hartog (2013, p. 135), desde meados dessa década podemos identificar o desenvolvimento de uma "onda memorial", marcada pela renovação ou museificação dos centros históricos urbanos, diversificação dos museus e ecomuseus e pela ampliação desmedida das categoriais patrimoniais — processo que constituiria um fenômeno mundial. Neste período, o "presente mostrou-se inquieto", incapaz de preencher a lacuna (ruptura temporal) que construiu entre passado e futuro. No momento em que o passado passou a fazer falta, produziram-se "lugares de memória" e multiplicaram-se os patrimônios objetivando referenciar o presente (HARTOG, 2013, p. 156). Procurou-se reconstruir o passado ou preservar seus vestígios do completo desaparecimento, porém estabelecendo uma relação de descontinuidade. Neste sentido, para Hartog, a "onda memorial"

das últimas décadas, da qual a ampliação dos processos de patrimonialização faz parte, representa uma fenda na ordem presentista do tempo. O autor referencia Pierre Nora, para quem viveríamos em um período no qual passamos "de uma história que se procurava na continuidade de uma memória a uma memória que se projeta na descontinuidade de uma história" (NORA apud HARTOG, 2013, p. 163). A história, que anteriormente libertava o sujeito da obrigação de tutelar as lembranças — pois ela se apropriava das memórias para devolvê-las organizadas à sociedade e pertencentes a algo maior —, tem seu papel reconfigurado. Passamos de uma "história-memória", para a "história-patrimônio", onde a "*Memória*: tornou-se, em todo caso, o termo mais abrangente: uma categoria meta-histórica, por vezes teológica. Pretendeu-se fazer memória de tudo e, no duelo entre a memória e a história, deu-se rapidamente vantagem à primeira [...]" (HARTOG, 2013, p. 25).

Cabe observar que, no contexto brasileiro, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por processos de disputas sociais voltadas ao restabelecimento da democracia, sendo o patrimônio apropriado como forma de ampliação das lutas políticas, relacionado à noção de cidadania, do direito à cidade e de democratização do espaço urbano (KERSTEN, 1998, p. 154). A defesa dos direitos culturais, concepção que tem como princípio a ideia de que os indivíduos não necessitam apenas de condições materiais dignas para viver, mas também de acesso ao conhecimento e aos bens culturais produzidos, foi incorporada ao texto da Constituição Federal de 1988. Este processo refletiu as discussões acerca da produção do patrimônio cultural enquanto política pública, sendo levantada a seguinte questão: quem determina o que é patrimônio cultural? Neste sentido, apesar do recorte cronológico adotado na dissertação não recobrir o período de redemocratização, o presente trabalho permite vislumbrar demandas a ele relacionadas, bem como avaliar interações com políticas de memória desenhadas em âmbito municipal.

Conforme Fonseca (2009, p. 71) — escrevendo em meados da década de 1990:

> [...] a ideia de que preservação é sinônimo de guarda de bens excepcionais, para serem (apenas) objeto de contemplação e fonte de conhecimento, é hoje considerada uma postura museológica anacrônica, elitista, tanto do ponto de vista puramente mercadológico quanto de um ponto de vista político. A ideia de democratização do patrimônio implica, qualquer que seja a perspectiva, o fato de que o Estado não deve ser o único ator social a se envolver na preservação do patrimônio cultural de uma sociedade.

Se até a década de 1980 os bens culturais eram ativados, predominantemente, para representar a identidade da nação — obliterando, sobretudo, os povos de matriz indígena e africana — a partir desse período cada vez mais os grupos sociais vêm mobilizando o

patrimônio para afirmar suas identidades, pautados na noção de diversidade cultural. As pressões mercadológicas também marcam o campo do patrimônio, pressões essas cada vez mais perceptíveis em cidades que apresentam processos de verticalização urbana e forte especulação imobiliária. Assim, o patrimônio cultural, em especial o edificado, é objeto de diferentes disputas, pois caracteriza um elemento materializador de símbolos e referências identitárias na paisagem urbana e rural dos municípios (GONÇALVES, 2003, p. 29).

Cabe ressaltar, no entanto, que o referido panorama de transformação no campo do patrimônio cultural não deve ser tomado como um processo histórico homogêneo, necessitando um olhar atento às especificidades, simultaneidades e descontinuidades que configuram cada realidade local. Como destacado por Chagas (2003, p. 13), nas últimas décadas houve um decréscimo das narrativas nacionais "para entrarem em cena novos vetores, expressões de uma sociedade cada vez mais polifônica". Desta forma, é mister que o historiador, em seu exercício de problematizar o passado (e o presente), perceba os elementos constituidores das narrativas legitimadoras dos processos de patrimonialização que se estabelecem em âmbito local.

A presente dissertação se insere na perspectiva da História do tempo presente, visto que busca compreender processos contemporâneos. Maynard (2010) destaca que a partir de demandas sociais decorrências de processos traumáticos, sobretudo, a partir da Segunda Guerra Mundial, o presente retomou seu lugar como objeto de análise no campo historiográfico. A expressão "história do tempo presente" se tornou recorrente apenas no final dos anos 1970, na França. Anos depois, a queda do Muro de Berlim, em 1989, representou, para muitos de seus contemporâneos, a ruptura simbólica para com velhas ideologias e práticas, passando o tempo presente, como objeto de pesquisa, a ser defendido com mais consistência e ênfase por um grupo maior de historiadores (LAGROU, 2009, p. 03).

Como suscitou preconceitos e questionamentos epistemológicos, é certo também que a História do tempo presente ampliou o campo historiográfico e propôs novas possibilidades metodológicas. Entre elas, podemos destacar o uso do testemunho direto daqueles que vivenciaram o contexto estudado pelo pesquisador como fonte, engendrando novas relações entre memória e História. Outra potencialidade apontada pela História do tempo presente é a construção de saberes nômades, produzidos a partir de pontos de intersecção com outras áreas do conhecimento, não devendo o historiador tomar o tempo como objeto exclusivo seu. Neste sentido, a História do tempo presente não constitui simplesmente uma nova proposta de periodização, mas uma nova forma de sensibilização do tempo, devendo o historiador "perceber que o aporte mais poderoso muito provavelmente está situado na encruzilhada de saberes, e não na exclusividade de um deles" (MAYNARD, 2010).

Este trabalho é composto por dois capítulos. No primeiro, analisamos a participação de agentes municipais na criação e gestão de bens protegidos pela esfera federal: Museu Nacional de Imigração e Colonização, o tombamento do Parque à Rua Marechal Deodoro, 365 ("Bosque Schmaltz") e do Cemitério Protestante ("Cemitério do Imigrante"); igualmente são examinadas as categorias patrimoniais contempladas no processo de criação de instituições locais voltadas à Cultura, entre 1951 e 1983, dentre elas: a Biblioteca Pública Municipal, o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, o Arquivo Histórico de Joinville e o Museu de Arte de Joinville. Problematizamos também a criação e atuação de instâncias colegiadas na área da Cultura: a Comissão ("de Voluntários") do Museu Nacional de Imigração e Colonização, do Cemitério do Imigrante, o Conselho Municipal de Cultura (1968) e a Comissão do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural do Município de Joinville (1980), identificando as competências previstas, ações realizadas e mecanismos de preservação formulados. Especialmente em relação ao patrimônio edificado, abordamos a realização do de inventário que mapeou parte das edificações em arquitetura enxaimel do município, a instituição de mecanismo de dedução fiscal para incentivar sua preservação dessa arquitetura (ações efetuadas na década de 1970) e a Lei nº 1773/1980, que instituiu o mecanismo de tombamento em âmbito municipal.

No capítulo dois problematizamos: o movimento desenvolvido por agentes locais em busca de maior autonomia para a preservação de bens culturais, a partir da realização de eventos e ações em âmbito estadual e local que contaram com a participação de profissionais alemães; as tensões e colaborações que permearam o debate acerca da política de incentivo à construção do "falso enxaimel", destacando a relação entre patrimônio e turismo; e a patrimonialização de dois bens localizados no município, o tombamento da "Rua das Palmeiras" e a preservação do "Palacete Niemeyer".

1 A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA MUNICIPAL DE CULTURA PARA JOINVILLE (1951 A 1982)

Neste capítulo analisamos de que maneira o poder público municipal de Joinville, entre 1951 e 1982, passou a delimitar uma área específica em sua estrutura administrativa voltada à preservação de algumas categorias patrimoniais por meio da criação de órgãos e instituições culturais. Cabe pontuar, todavia, que não pretendemos aqui reduzir a cultura a ações empreendidas pelo Estado. Como destacado por Meneses (1999, p. 95), "não se deveria considerar a cultura como um *nível* específico da vida social, mas como uma *dimensão* sua específica, referente a todos os níveis, espaços e campos. É a dimensão das mediações simbólicas". Desta forma, esclarecemos que a utilização do termo Cultura (em maiúsculo) ao longo de nosso texto remete à delimitação de um espaço institucional, mas não visa naturalizá-lo, nem possui a intenção de tomar "a cultura redutoramente como um segmento compartimentado, privilegiado, em vez de localizá-la na totalidade da vida social" (MENESES, 1999, p. 94). Canclini (2001, p. 65) destaca o conceito de política cultural como o conjunto de ações efetuadas, tanto pelo Estado como por instituições da sociedade civil, que visam: ao desenvolvimento simbólico, a atender demandas culturais e a promover consenso em torno de uma ordem social[10]. Conforme Rubim (2007, p. 13), pelo menos três elementos seriam necessários ao estabelecimento de uma política cultural: "Intervenções conjuntas e sistemáticas; atores coletivos e metas". Assim, procuramos perceber quais categorias patrimoniais foram privilegiadas no processo de delimitação da Cultura através da estrutura administrativa municipal.

1.1 A PARTICIPAÇÃO DE AGENTES MUNICIPAIS NO TOMBAMENTO E NA GESTÃO DOS BENS PROTEGIDOS EM NÍVEL FEDERAL EM JOINVILLE

Embora o objetivo do presente trabalho seja compreender a construção do campo do patrimônio cultural e a institucionalização da preservação de bens edificados a partir da ação do poder público municipal, acreditamos ser pertinente abordar, primeiramente, as ações

[10] Importante registrar que o autor também atenta para a necessidade de ampliação desta concepção, devendo-se considerar "el carácter transnacional de los procesos simbólicos y materiales en la actualidad".

engendradas pelo órgão federal de preservação sobre bens localizados no município, haja vista a participação de agentes locais nestes processos.

Até o início da década de 1990, Joinville contava com três bens tombados em âmbito federal: o imóvel que pertenceu ao Domínio Dona Francisca, "Palácio dos Príncipes de Joinville ou Palácio do Domínio Dona Francisca", cuja edificação atualmente sedia o Museu Nacional de Imigração e Colonização (MNIC) — instituição museal criada por legislação federal em 1957; o "Cemitério Protestante", conhecido como Cemitério do Imigrante; e o "Parque à Rua Marechal Deodoro, 365", popularmente identificado como Bosque Schmalz (IPHAN, 2016).

Construída para servir de residência ao administrador do Domínio Dona Francisca[11], a "Maison de Joinville" (denominação dada à época de sua construção) ou "Palácio dos Príncipes"[12], foi o primeiro bem localizado no território joinvilense a ser protegido por um órgão de preservação. Caracterizada como um casarão de porte médio, a edificação é constituída de três pavimentos em estilo eclético, tendo suas obras iniciadas em 1867 e concluídas em 1870 (LIVRO DO TOMBO, Registro Nº 001). Como observado por Letícia Nedel (2013, p. 133), que até o momento realizou o estudo mais sistemático sobre a trajetória do MNIC: "No caso de Joinville, como não raro acontecia, o artefato a que primeiramente se atribuiu esse poder de mediação simbólica não foi um objeto, mas uma edificação"[13]. O imóvel foi tombado em âmbito federal, em 1939, e inscrito no Livro de Tombo Histórico e no de Belas Artes.

---

[11] Com a união matrimonial entre a princesa brasileira Francisca Carolina (irmã de Dom Pedro II) e o príncipe francês Francisco Fernando Filipe Luís Maria d'Orleans (filho do Rei Luís Felipe I), em 1843, foram demarcadas vinte e cinco léguas quadradas na atual região nordeste de Santa Catarina como parte do dote nupcial. Devido a dificuldades financeiras, o casal real concedeu, em 1849, parte das referidas terras à Companhia Colonizadora de Hamburgo para a implantação de uma colônia agrícola a ser povoada por imigrantes provenientes de territórios atualmente pertencentes a Suíça, Áustria, Noruega e, sobretudo, Alemanha. Fundada em 1851, a Colônia Dona Francisca, como foi denominado o empreendimento, ocupou inicialmente oito léguas quadradas da área pertencente ao casal real e concedidas à Companhia. A empresa passou a trazer continuamente imigrantes dos territórios citados acima, vendendo o translado, lotes e as primeiras ferramentas às famílias que se estabeleceram na Colônia e que desenvolveram, em sua maioria, atividades ligadas à agricultura (FICKER, 2008). Parte das terras pertencentes ao casal real foi concedida também a outras empresas para implantação de outros núcleos coloniais, como os que deram origem aos atuais municípios de Corupá, Campo Alegre e São Bento do Sul. Houve ainda o parcelamento e venda de lotes negociados diretamente pela empresa que administrava os bens e representava os interesses do príncipe francês e da princesa brasileira, denominada Domínio Dona Francisca. Em 1868, o território da Colônia e parte das terras pertencentes ao Domínio foram unificados, sendo criado o município de Joinville (HERKENHOFF, 1981, p. 38). No decorrer dos anos, à medida que o contingente de imigrantes aumentava, o território da Colônia Dona Francisca foi sendo ampliado, conforme previsto em contrato.

[12] Imóvel localizado na Rua Rio Branco, nº 229, Centro, Joinville.

[13] A autora se refere ao período inicial de atuação do órgão federal de preservação, marcado pela preservação quase que exclusivamente de bens edificados.

Figura 1 - Sede do Museu Nacional de Imigração e Colonização (MNIC)

Fonte: Registro do autor (2016).

Conforme abordado por Gonçalves (2016, p. 69), a estratégia do órgão federal de preservação para estabelecer seu alcance por todo o território nacional, sobretudo nas primeiras décadas de atuação, foi efetivada através da formação de uma rede de colaboradores, mobilizando intelectuais e especialistas que eram remunerados, geralmente, pela realização de trabalhos pontuais. Tendo em vista a baixa remuneração financeira, o maior ganho proporcionado aos colaboradores do órgão era representado por um ganho simbólico, ou seja, a distinção social agregada às suas trajetórias. Além disso, eventualmente, estes colaboradores poderiam assumir postos em sua estrutura administrativa. O "núcleo duro" ficava no Rio de Janeiro, onde funciona a sede do órgão, lugar onde eram compartilhadas práticas, ideias, trabalhos cotidianos e realizados cursos, palestras, entre outras atividades (GONÇALVES, 2016, p. 72).

Com relação aos intelectuais de Santa Catarina, também como apontado por Gonçalves (2016, p. 83) — ainda que não tenha sido encontrada comprovação a esse respeito na documentação existente nos arquivos do órgão federal de preservação, há a possibilidade de que o historiador Oswaldo Cabral tenha colaborado, mesmo que indiretamente, na elaboração de uma lista de bens com potencial para preservação no estado entre 1937 e 1938, atuando junto a David Carneiro (GONÇALVES, 2016, p. 82-83). No que tange o patrimônio edificado, somente na década de 1950 parece ter ocorrido maior aproximação entre o órgão federal e intelectuais atuantes no estado, sobretudo a partir dos tombamentos em Joinville (já citados

anteriormente) e da proteção, em 1968, do conjunto edificado localizado em Biguaçu — igreja, aqueduto e sobrado remanescentes da Vila São Miguel (GONÇALVES, 2016, p. 96-97).

Poucos anos após o tombamento do "Palácio dos Príncipes", o procurador dos herdeiros do imóvel ofereceu ao órgão federal de preservação a compra preferencial deste bem, cuja edificação, no seu entender, poderia servir "admiravelmente para Museu colonial ou outra qualquer finalidade histórica ou artística" (OTHON MADER apud NEDEL, 2013, p. 135). Sob orientação do ministro da Educação e Saúde Pública (MES), Gustavo Capanema, o diretor do órgão federal na época, Rodrigo Melo Franco de Andrade, remeteu a proposta de compra ao interventor do estado catarinense, Nereu Ramos. Em resposta, Ramos alegou a ausência de recursos como justificativa para não efetuar a compra do imóvel. Para Nedel (2013, p. 135), o fato é que "a memória portada pelos imigrantes e seus descendentes imigrantes não deixava de ser interpretada como 'perigosa' pelos grupos ligados às hostes da política estado-novista no Estado", haja vista que Nereu Ramos comandava "com braço forte" a Campanha de Nacionalização em Santa Catarina.

Diferentemente de Althoff (2008, p. 109), que identificou o tombamento do "Palácio dos Príncipes" como o primeiro bem protegido "que não representava a herança luso-brasileira no Estado", Pistorello (2015) e Gonçalves (2016) ponderam que o tombamento desta edificação não foi e não poderia ser apresentado à época, pelo órgão federal de preservação, como algo diretamente ligado à memória da imigração alemã.

Com base no trabalho "As fachadas da História" de Silvana Rubino (1991), Pistorello (2015, p. 23) observa que, "para o Estado Novo, o 'outro' era o próprio inimigo na construção de uma identidade nacional, que deveria acabar com os regionalismos, rumo a uma unidade nacional". Este fato, no entanto, não impossibilitou que o órgão federal "observasse a importância arquitetônica das edificações – ainda que neste momento, silenciando, de forma proposital ou não, sobre seu uso e seus construtores e/ou habitante", como no caso do imóvel em questão (PISTORELLO, 2015, p. 23). Por sua vez, Gonçalves (2016) também destaca o momento desfavorável à afirmação da memória do imigrante dentro do contexto do Estado Novo. Todavia, salienta que David Carneiro, em carta dirigida a Rodrigo Melo Franco de Andrade em 1937, ao se referir à sua tarefa de levantamento de bens a tombar em Santa Catarina, mencionou a edificação em questão: "Quero ver se início logo o serviço. Já pensei em levantar também a casa de dona Francisca, em Joinville, embora os príncipes nunca tenham residido no seu interessante palácio." (apud GONÇALVES, 2016, p. 87). Como observado pela autora, embora não haja na correspondência de David Carneiro clara intenção de dissociar a

edificação da memória ligada à imigração alemã, a associação com os "príncipes" imprime outro sentido ao tombamento:

> Mas é certo que a denominação adotada no tombamento efetivado - "Palácio dos Príncipes" -, tendeu a encobrir as ligações da edificação com a presença estrangeira na região. Mais: aludindo aos príncipes, estabeleceu conexões com a herança lusitana, mesmo que por meio da família imperial (GONÇALVES, 2016, p. 89).

O que nos interessa mais especificamente neste bem não é seu processo de tombamento, mas a implantação de uma instituição museal no imóvel. Se, por um lado, como destacado por Nedel (2013, p. 132), a criação do Museu Nacional de Imigração e Colonização (MNIC) antecedeu "o surgimento dos órgãos governamentais de gestão da cultura dentro da municipalidade", entendemos que sua concretização dependeu diretamente da participação de agentes municipais e de anseios locais.

A primeira iniciativa para a criação do MNIC foi tomada pelo deputado federal Max Tavares do Amaral, ligado ao partido União Democrática Nacional (UDN), natural de Itajaí, que apresentou à Câmara Federal, em 1949, projeto de lei com o objetivo de criar um museu em Joinville que tivesse como temática o processo de imigração no Sul do país. Porém, o projeto não logrou êxito, permanecendo esquecido nas comissões daquela casa legislativa. Em 1953, Plácido Olímpio de Oliveira, deputado federal por Joinville, apresentou projeto com o mesmo objetivo e a mesma justificava em relação à importância da criação da referida instituição museal, cuja sede seria o imóvel tombado em 1939. Quatro anos depois, foi sancionada pelo presidente Juscelino Kubitschek a Lei 3.188, de 02 de julho de 1957, que criou o referido museu.

Composto por apenas cinco artigos, o texto da legislação autorizou o governo federal a adquirir, para sediar a instituição museal, "o edifício existente naquela cidade [Joinville], pertencente aos herdeiros do Príncipe de Joinville, conhecido por Palácio do Príncipe" (LEI nº 3.188/1957, Art. 3º). Ainda em junho de 1957, o Prefeito João Colin efetuou a desapropriação do imóvel, adquirido pelo poder público municipal do Domínio Dona Francisca, com recursos provenientes do governo federal (NEDEL, 2013, p. 136; TERNES, 2010, p. 36). A lei que criou o MNIC também estabeleceu que: deveria ser nele realizado o "recolhimento de todos os objetos que recordam a imigração no sul do país, e também os documentos e publicações atinentes à mesma [...]", cabendo ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) a criação de "seções necessárias à conservação e exposição daqueles objetos e à elaboração e divulgação de estudos sociológicos, históricos, etnográficos e etnológicos com base no material recolhido [...]", bem como "expedir o regulamento pelo qual [se] regerá o Museu Nacional de Imigração

e tomar as providências legais para a organização do quadro de funcionários do mesmo museu" (LEI Nº 3.188/1957, Art. 1º, Art. 2º e Art. 4º).

Somente três anos após a criação legal do Museu Nacional de Imigração e Colonização foi firmado convênio entre o MEC e a Prefeitura de Joinville para sua implantação. Na interpretação do órgão federal de preservação, a legislação que criou o MNIC tinha um caráter vago com relação às competências para a organização do museu, além de não haver um acervo consistente para a implantação da instituição (INFORMAÇÃO Nº 210/1957/IPHAN apud NEDEL, 2013, p. 137). Com a assinatura do referido convênio, em 1961, foi criada uma comissão composta por pessoas ligadas ao poder público local, empresários, pesquisadores de ofício, entre outros, encarregada de arrecadar objetos e organizar o futuro acervo do MNIC[14]. O grupo compartilhava, de maneira geral, ascendência ligada a algumas famílias que participaram do processo de formação da antiga Colônia Dona Francisca (TERNES, 2010, p. 36).

Na ausência de uma atuação mais próxima do governo federal, a Comissão do MNIC (comissão de "voluntários", como ficou conhecida) tomou a frente da implantação e organização do museu, cuja proposta, segundo Nedel (2013, p. 138), apenas abordou a "cultura teuto- imigrante traduzida como história de Joinville". Para a autora, o MNIC representa uma instituição museal entre um modelo de museu histórico e etnográfico que referencia a imigração "circunscrita às coordenadas espaço-temporais do 'tempo da colonização' de Joinville", visando à celebração e difusão da memória relativa aos "heróis fundadores" do município (NEDEL, 2013, p. 132). Assim, o objetivo expresso pela Lei 3.188 de 1957, de criar um museu que recordasse a imigração no Sul do país, levando em consideração a diversidade de grupos que imigraram para esta região durante o século XIX, a partir do trabalho de um quadro de profissionais (sociólogos, historiadores, etnólogos, entre outros), não se realizou (NEDEL, 2013, p. 138).

---

[14] Membros da Comissão do MNIC de 1961 a 1968: Carlos Ficker (imigrante alemão, engenheiro, empresário, historiador autodidata), Jurgen Jacob Puls (professor), Hilda Anna Krisch (enfermeira); Adolfo Bernardo Schneider (historiador autodidata), Helga Schmidt (filha do empresário Albano Schmidt), Jaroslau Pesch (último administrador do Domínio Dona Francisca), Kurt Rosenberger (administrador de empresa), Max Paulo Keller (administrador de empresa). Obs.: Dispensados entre 1965 e 1968: Carlos Ficker e Adolfo Bernardo Schneider. Nomeados: Editih Wetzel (artista plástica) e Ingo Jordan (empresário). Passaram a integrar a comissão a partir de 1968: Carlos Frederico Adolfo Scheider (empresário), Horst Henrique Wippel (administrador de empresa) Nany Carsten Keller (artista plástica e professora de pintura), Florinda Kasting (professora de pintura) (NEDEL, 2013, p. 138-139; TERNES, 2010).

A concepção concretizada pelos membros da Comissão do MNIC parece ter sido objeto de tensão com o órgão federal no decorrer da trajetória do museu. Segundo Afonso Imhof[15], em entrevista concedida para nossa pesquisa em 2016, o museólgo Alfredo Theodoro Rusins[16], representante da instituição federal, defendia a efetivação da proposta presente na legislação que criou o MNIC:

> Ele tinha até uma ideia bastante difícil e que não foi possível até hoje realizar, fazer um museu nacional de imigração realmente, quase que impossível né, um museu federal onde se abrigassem todas as etnias ou descendentes étnicos, seja lá de que país, isso daria mais de oitenta etnias na época. Isso é um sonho, mas já foi esquecido. [...] um museu histórico com uma concepção local aberta às diversas imigrações, isso ele já desenvolveu na década de 1970. (IMHOF, 2016, p. 5-6).

Como uma instância permanente, no decorrer dos anos a Comissão do MNIC atuou também junto à população e às lideranças empresariais locais para levantar fundos destinados à recuperação da sede do museu, investiu recursos financeiros próprios para adquirir objetos e realizar diversas ações de manutenção na edificação, além de prover o pagamento de funcionários e atuar no atendimento ao público, na restauração do acervo, entre outras atividades (TERNES, 2010, p. 10). Vale destacar que um quadro de profissionais ligados ao poder público municipal para atuar na instituição só passou a ser formado a partir de 1996, quando a Fundação Cultural de Joinville (criada em 1982) realizou seu primeiro concurso (NEDEL, 2013, p. 138). Por sua vez, o MNIC nunca contou com profissionais do poder público federal em seu quadro de funcionários, apenas recebendo a colaboração de integrantes do órgão federal de preservação para projetos e ações pontuais. Desta forma, o museu se constituiu

---

[15] Afonso Imhof nasceu em Brusque, em 1945, fixando residência em Joinville na década de 1960 para cursar a graduação em História. Durante o curso, fez estágio de pesquisa em arqueologia sob orientação de Walter Piazza, professor da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, trabalhando na escavação do sambaqui Rio Comprido. Foi contratado pelo poder público municipal para trabalhar, juntamente com o antropólogo Alfredo Theodoro Rusins, na montagem da exposição do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Exerceu o cargo de diretor dessa instituição de 1972 a 1989. No decorrer de sua trajetória profissional na estrutura da administração municipal, Afonso Imhof também atuou como: diretor de Cultura do antigo Departamento e Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo; foi membro do Conselho Municipal de Cultura e da Comissão do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural do Município de Joinville – COMPHAAN; bem como diretor do Arquivo Histórico de Joinville (AHJ) na década de 1990. Ainda na década de 1970, passou a compor o quadro de professores da Fundação Educacional da Região de Joinville (FURJ), lecionando nos cursos de História, Geografia, entre outros. Atualmente, é funcionário aposentado da Prefeitura Municipal de Joinville, lecionando na Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE).

[16] Possivelmente, a primeira figura diretamente ligada ao "núcleo duro" do órgão federal de preservação a estabelecer contato regular com Santa Catarina. Conforme Gonçalves (2016, p. 92), Rusins foi enviado ao estado, em 1945, quando da iniciativa do SPHAN para impedir a demolição da edificação que serviu de residência ao artista plástico Victor Meirelles, em Florianópolis. O envio do museólgo para tratar deste assunto pode ser identificado como um indício da ausência de colaboradores regulares no estado neste período.

juridicamente como uma instituição criada em âmbito federal, mas administrada por agentes municipais.

Outros episódios demonstraram atritos entre o interesse local, expresso pela Comissão do MNIC, e o posicionamento do órgão federal de preservação. Na década de 1970, com a intenção de ampliar o acervo e o espaço expositivo, houve a tentativa de construir uma edificação em arquitetura enxaimel[17] nos fundos do lote em que se encontra implantada a edificação sede do museu. Esta ação, na visão da Comissão do MNIC, ampliaria a abordagem museológica, tendo em vista que o visitante poderia ter contato com uma referência mais próxima do imigrante "comum", já que o enxaimel foi amplamente utilizado no município. Como observado por Nedel (2013, p. 157), edificações deste tipo constituíam um elemento referencial para a geração de integrantes da comissão, tendo em vista que alguns deles passaram a infância em residências edificadas nesta arquitetura. Parte dos recursos financeiros necessários para a execução desta ação foi disponibilizada pelo governo estadual, parte pela Prefeitura Municipal de Joinville e o restante doado pela própria Comissão do MNIC.

Os motivos apresentados pelos membros da comissão para a implantação de uma edificação em arquitetura enxaimel no lote do museu foram:

> 1º No nosso paiz [sic], no Norte Catarinense, Joinville, Blumenau, Brusque, Jaraguá do Sul, Schroeder, encontramos casas de enxaimel. São típicas da região. Marcam a zona.

---

[17] O enxaimel, *Fachwerk* na língua alemã, constitui uma arquitetura vernacular, não havendo dados mais precisos sobre sua origem territorial e temporal. Arquitetura amplamente empregada em vários países europeus (Suíça, França, Alemanha, Inglaterra, entre outros), acredita-se que remonte ao século I. A edificação enxaimel mais antiga ainda existente na Alemanha data do século XIV (WEIMER apud VEIGA, 2013, p. 76-77). Neste país, foi utilizada tanto na área rural como na urbana, sofrendo, ao longo dos séculos, influência de movimentos artísticos, como o Renascimento, o Barroco, o Classicismo e o Historicismo — sobretudo por meio da utilização de elementos decorativos (GROSSMANN apud VEIGA, 2013, p. 86). A partir do século XVIII, sua utilização entraria em declínio devia à escassez de madeira na Europa, ao surgimento e popularização de novos materiais e formas de edificar desenvolvidas pela construção industrial ou mesmo por uma questão de mudança no gosto estético. Durante o século XIX, na Alemanha, houve um revivalismo do enxaimel impulsionado pelo movimento romântico, passando a ser utilizado no meio urbano por famílias burguesas como sinal de distinção, ou seja, por seu valor estético e identitário (VEIGA, 2013, p. 92). A arquitetura enxaimel foi implantada no Brasil durante o processo de formação, no século XIX, de núcleos coloniais compostos por imigrantes provenientes da Europa Ocidental e Central, sobretudo em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Inicialmente, a maior parte dos imigrantes construíam abrigos provisórias com os materiais disponíveis na região em que se assentaram, como madeira, cipós, folhas de palmeira, entre outros. Posteriormente, após a conquista de certa estabilidade, erigiam uma edificação permanente. Em Santa Catarina, os imigrantes utilizaram amplamente o enxaimel para a construção de suas residências devido ao fato desta arquitetura, apesar de em declínio, ainda ser utilizado nas áreas rurais da Alemanha, meio de onde vieram a maior parte dos imigrantes. Além de constituir um saber-fazer de domínio dos artesãos e construtores que imigraram, Veiga (2013, p. 96) destaca que haveria outra questão cultural no emprego da arquitetura enxaimel, qual seja, a função de referenciar a identidade e a memória dos imigrados. Todavia, o autor observa que para alguns pesquisadores a escolha pelo enxaimel foi motivada apenas por uma questão prática, por constituir uma técnica de fácil construção, desmonte e remontagem e por existir madeira em abundância na região.

> 2º Este tipo de casas, criadas pelos primeiros imigrantes, que as construíram no estilo, que lhes era familiar na terra que deixaram, foram adequadas ao clima e condições locais.
> [3º] Essas casas viram as lutas, as dificuldades como também as horas felizes dos imigrantes no início da nossa Joinville.
> 4º Dará as [sic] gerações de hoje um sentimento de respeito e orgulho para com o trabalho dos imigrantes.
> 5º Conservar a autenticidade do mobiliário, estilo, trazidos pelos imigrantes ou por eles aqui feitos.
> 6º A Construção de uma casa de enxaimel junto ao museu nacional de imigração e colonização será um símbolo para as futuras gerações.
> 7º Turismo. (COMISSÃO DO MNIC, 1970-1972, s/p.).

Todavia, os membros da comissão enfrentaram algumas desaprovações ao receber a visita, em 1972, de um representante enviado pelo órgão federal de preservação. Conforme Nedel (2013, p. 159), consta em ata de reunião da comissão do MNIC, datada de dois de dezembro de 1972, que o "Prof. Luis Faria [*sic*]"[18] se mostrou contrário à implantação de uma edificação enxaimel no mesmo terreno do museu, sugerindo que fosse adquirido o lote vizinho (ao fundo) caso a comissão desejasse concretizar esta ação. Também se opôs às intervenções que haviam sido realizadas na edificação sede do MNIC relativas à pintura e solicitou alterações. Além disso, na mesma ata, foi registrada a oposição do representante do órgão federal com relação à construção de um volume que já havia sido edificado no lote do museu para abrigar um acervo formado por objetos e equipamentos diversos (conhecido como "Galpão da Indústria"). Conforme Afonso Imhof (2016, p. 15), o posicionamento contrário à construção do referido galpão também foi corroborado por Luís Saia, dirigente do 4º Distrito da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), ao qual o MNIC estava subordinado à época: "O Saia foi contra, o arquiteto Saia foi contra, aí que houve uma briga muito grande porque aí não vinha mais recurso do IPHAN, por causa do Saia, porque ele foi contra aquele rancho".

Segundo Nedel (2013, p. 159), alguns membros da comissão foram ao Rio de Janeiro e se reuniram com Renato Soeiro, diretor órgão federal de preservação de 1967 a 1979, para tratar da proposta de implantação de edificação enxaimel. A própria concepção da edificação a ser construída sofria resistências dos profissionais ligados ao órgão federal, tendo em vista que, ainda segundo a autora, os integrantes da Comissão do MNIC desejavam a construção de uma edificação nova, porém concebida de forma fiel aos princípios e fundamentos da técnica construtiva enxaimel — fato que revela concepções conflitantes, no tocante ao valor de autenticidade, entre os agentes federais e municipais envolvidos. Após um longo processo de

[18] Conforme Nedel, provavelmente se tratou de Luís de Castro Faria, antropólogo, professor universitário e colaborador do órgão federal de preservação.

negociação, em 1980 a comissão concretizou a implantando da edificação enxaimel em terreno localizado ao fundo do MNIC (adquirido para esta ação, como sugerido por Luís Faria). Porém, ao invés de uma edificação nova, foi doada e transferida para o museu uma casa construída (provavelmente) em 1905, sendo mobiliada com acervo formado pela Comissão do MNIC e aberta para visitação (NEDEL, 2013, p. 160; TERNES, 2010, p. 17).

Figura 2 - Edificação em enxaimel localizada no MNIC

Fonte: Registro do autor (2016).

Ainda conforme Nedel (2013, p. 159), à época do conflito com o órgão federal para a concretização da ação descrita acima, a Comissão do MNIC aprovou "por unanimidade a conversão oficial do MNIC de nacional a 'Museu regional' ou 'municipal' de imigração e colonização". Do ponto de vista jurídico, esta decisão estava completamente fora das competências dos conselheiros, tendo em vista que, além deste grupo constituir apenas uma instância colaborativa junto à administração municipal, a instituição foi criada a partir de legislação federal, estando a designação "nacional" presente em seu texto. Todavia, o fato de tomar tal decisão, mesmo que simbolicamente, demonstra o descontentamento dos membros perante a esfera federal. Na prática, com relação à gestão cotidiana da instituição, tratou-se de afirmar algo que já havia sido concretizado, pois a manutenção da instituição era garantida pela Comissão do MNIC e seu acervo e abordagem expositiva sempre referenciaram a memória do processo imigratório ligado aos grupos germânicos locais, como destacado anteriormente.

Também percebemos neste ato um desejo de maior autonomia, já que as necessidades cotidianas do museu estavam geográfica e institucionalmente distantes do órgão federal de preservação.

Apesar de o Museu Nacional de Imigração e Colonização também estar subordinado a um órgão de Cultura em âmbito local, a Comissão do MNIC gozou de autonomia na gerência do museu frente à administração municipal. Segundo Nedel (2013, p. 139), somente com a criação da Fundação Cultural de Joinville (1982) o MNIC passou a ser objeto de um controle administrativo governamental. O quadro de gestores e funcionários de carreira que paulatinamente passou a atuar na instituição teve que "interagir, negociar e eventualmente medir forças com os comissionários, reivindicando espaços, tarefas e prerrogativas" (NEDEL, 2013, p. 140).

O testemunho de Afonso Imhof nos trouxe importantes elementos sobre a relação entre a Comissão do MNIC, o órgão federal de preservação e a administração municipal, aspectos não registrados por Apolinário Ternes em seu livro *Os Voluntários da Cultura*, no qual o autor abordou a trajetória da referida comissão. Sobre as tensões entre a Comissão do MNIC e a Divisão de Cultura municipal, bem como em relação à representação construída para a instituição, Afonso Imhof fez as seguintes considerações:

> [...] a comissão do Museu Nacional tinha uma coisa muito restrita. Eu não quero... isso a gente tem que cuidar muito com os termos, com os conceitos, mas acho que era um sentido romântico da cidade, que não é desprezível, pelo contrário! Mas também tinha certa restrição [...] (IMHOF, 2016, p. 6). [...] a casa do colono não tinha aquela riqueza toda ali, aqueles móveis, aquelas coisas assim. E ai se tu tirar uma peça daquelas ali. Para a comissão do museu é assim que tem que ser, assim que eles pensaram e pronto! Mas eles idealizavam, eles eram já gente vencedora de capital e imagina o outro, é uma semântica, uma semiologia que tá no meio disso aí (IMHOF, 2016, p. 16).

Apesar de não omitir a existências de conflitos, Ternes construiu um narrativa enaltecedora da Comissão do MNIC sem, no entanto, problematizar a postura resistente dos conselheiros frente às determinações dos agentes públicos (federais e municipais) responsáveis pela instituição. Postura que pode ter acarretado em uma certa restrição do órgão federal no envio de recursos para o museu, como no caso da construção do "Galpão da Indústria", citado anteriormente. Outro aspecto destacado por Afonso Imhof que difere da narrativa apresentada por Apolinário Ternes, pelo menos parcialmente, diz respeito à aquisição do acervo do MNIC. Ainda em *Os Voluntários da Cultura*, Ternes (2010, p. 10) afirma que:

> Através de seus membros [Comissão do MNIC], o acervo do Museu foi ampliado consistentemente ao longo de cinco décadas, até formar hoje o apreciável conjunto de 7 mil peças. Muitas recebidas em doação, outras adquiridas por membros da Comissão e, outras ainda, através da coleta de fundos junto à comunidade de Joinville ou de eventual participação de recursos governamentais.

Podemos notar que o autor caracterizou a disponibilização de recursos pela municipalidade ao museu como "eventual", minimizando a contribuição do poder público na formação do acervo do MNIC, aspecto contraditado por Imhof (2016, p. 16-17):

> Eu trabalhava [...] no departamento de Educação e Cultura e chegava uma nota fiscal e lá vinha a professora Iraci Schmidlin e ela dizia: "Meu Deus, isso não é dos colonos!". Porque também o próprio professor Otto, que depois compõe essa comissão, muito recentemente claro, mas na época ele era estudante de História como eu quando entrei no Departamento de Cultura, ele era muito amigo da Iraci Schmidlin e dizia: "Iraci, isso aí não é dos colonos!". Eram, como eu posso te dizer, abajures e coisas assim de bronze, então a nota a prefeitura pagava, eles compravam. [...] compravam a peça lá, pegavam o recibo e o Departamento de Educação e Cultura reembolsava, então assim foi a aquisição do acervo. O acervo todo que está lá no Palácio dos Príncipes é da prefeitura, tudo pago pela prefeitura!

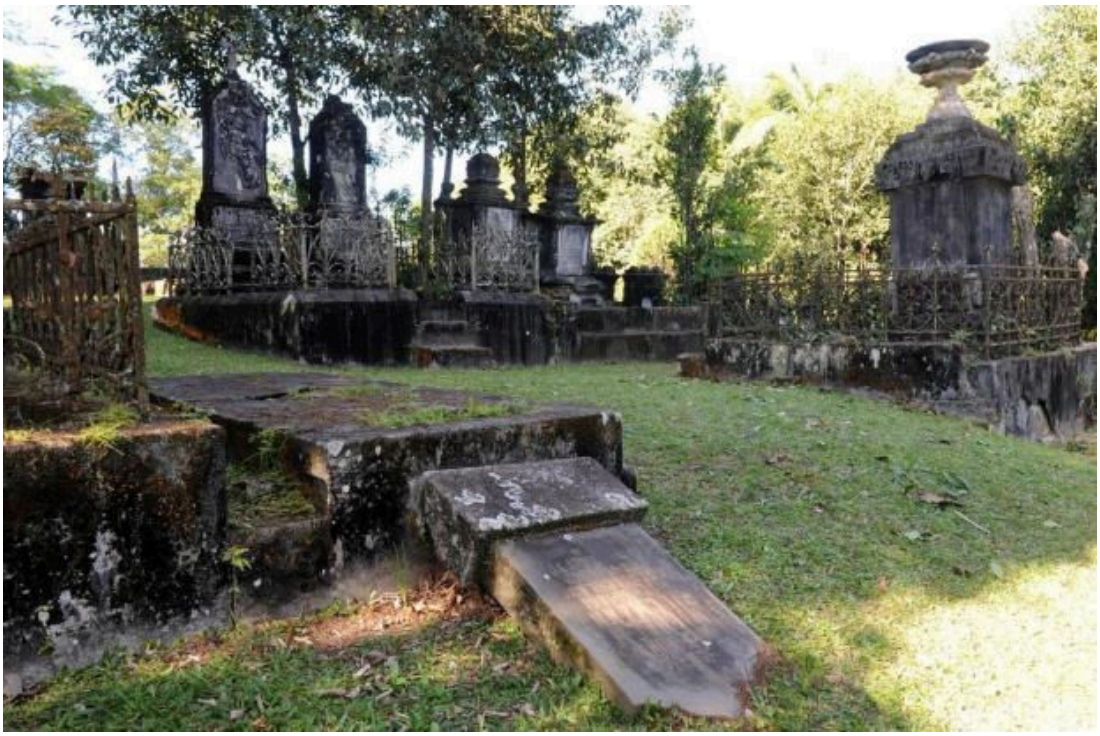
Cabe destacar que nossa intenção não é de desqualificar a atuação da Comissão do MNIC. Mesmo sem os recursos financeiros e especialistas federais, previstos na legislação que criou a instituição, o trabalho dos conselheiros foi fundamental para a implantação e manutenção do museu. Ao longo dos anos, seus integrantes procuraram se capacitar participando de eventos (cursos, congressos, entre outros) e visitando instituições museológicas em diferentes estados do Brasil. Paralelamente, deram prosseguimento às incessantes campanhas para ampliar o acervo da instituição, constituindo uma rede de colaboração entre gestores, mecenas e doadores (NEDEL, 2013, p. 142-143).

Os episódios por nós destacados podem ser interpretados como uma demonstração das relações de conflito estabelecidas no interior do campo de preservação do patrimônio cultural. Por constituir um espaço de forças e de lutas, as relações estabelecidas entre agentes de um campo não se dão de forma harmoniosa, justamente por ocuparem lugares e desempenharem relações de poder desiguais, permeadas por tensões e conflitos, onde o que está em jogo é a imposição de uma visão de mundo e o estabelecimento de uma verdade (BOURDIEU, 1989, p. 291).

Outro bem localizado em Joinville, tombado em 1962 pela esfera federal e que contou com a participação de agentes municipais (alguns dos quais também membros da Comissão do MNIC), foi o Cemitério do Imigrante. Criado no primeiro ano de fundação da antiga Colônia Dona Francisca (1851), este imóvel é de propriedade da Comunidade Evangélica de Joinville, e constitui um espaço funerário que também recebeu sepultamentos de imigrantes católicos,

pois somente em 1870 a Igreja Católica criou um local próprio para o sepultamento de seus fiéis. Cabe esclarecer que até 1913, data de criação do Cemitério Municipal, os espaços para sepultamento estiveram a cargo, apenas, das igrejas (CASTRO, 2008, p. 133).

Figura 3 - Cemitério do Imigrante



Fonte: Salmo Duarte / Agencia RBS.
Disponível em: http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2016/07/jazigos-do-cemiterio-do-imigrante-de-joinville-comecam-a-ser-recuperados-6449465.html. Acesso: 16 nov. 2016.

A iniciativa para o tombamento partiu de Carlos Ficker[19], que neste período era presidente da Comissão do MNIC (situação que possivelmente lhe facilitava o contato com o órgão federal), quando enviou, em 1962, correspondência a Rodrigo Melo Franco de Andrade, acompanhada de material que fundamentava seu pedido (levantamento histórico e fotográfico). As razões apresentadas por Ficker para o tombamento remetem ao valor histórico do bem, por referenciar o processo imigratório no Sul do Brasil. Neste sentido, entendemos que a solicitação

[19] Nascido na Alemanha, em 1916, imigrou com seus pais após a Primeira Guerra Mundial, voltando à Alemanha em 1935 para estudar engenharia mecânica. Devido ao início de Segunda Guerra Mundial, interrompeu seus estudos e retornou ao Brasil, em 1939, fixando-se em São Paulo, onde desenvolveu algumas atividades empresariais. Em janeiro de 1955 fixou domicílio em Joinville, passando a atuar como historiador autodidata, com diversas publicações. Sua obra mais conhecido é *História de Joinville: Crônica da Colônia Dona Francisca*, publicada em 1965, com o patrocínio da empresa Tupy S.A. Faleceu em seu país de origem em 1974 (GUERREIRO apud FICKER, 2008, p. 19).

de reconhecimento ao órgão federal constituiria uma ação complementar no contexto do que já havia sido realizado para a criação do MNIC. Outro valor atribuído a este bem diz respeito a sua própria configuração espacial e aos elementos que o compõem. Ficker descreve o cemitério como um local belo, compostos por árvores seculares e que oferecia uma vista panorâmica da cidade por estar localizado em uma elevação na área central, atribuindo a este espaço também valor paisagístico (CASTRO, 2008, p. 153).

Em correspondência posterior, Carlos Ficker encaminhou nova documentação ao órgão federal, composta por planta com levantamento e medição da área do cemitério, bem como registros que comprovavam a propriedade do imóvel pela Comunidade Evangélica de Joinville. Na ocasião, o historiador demonstrou preocupação em relação à conservação deste espaço, relatando que intervenções inapropriadas haviam sido realizadas de forma a descaracterizar os túmulos, frisando a urgência de concretizar o processo de tombamento. Na sequência, o prefeito Helmut E. Fallgatter encaminhou ofício ao Conselho Consultivo do IPHAN, solicitando o tombamento e referenciando os mesmos valores elencados anteriormente por Ficker: localização na área urbana, valor histórico por estar ligado ao processo de imigração germânica no Sul do Brasil, acrescentando o valor de culto à ancestralidade e o valor artístico relativo aos elementos arquitetônicos (CASTRO, 2008, p. 154).

Como enviado do órgão federal de preservação, o arquiteto Luís Saia esteve em Joinville e realizou vistoria no cemitério com a presença do prefeito, produzindo relatório fotográfico e parecer no qual reforçou os argumentos elencados por Ficker e Fallgatter, enfatizando o valor paisagístico do bem. Dois outros pareceres foram elaborados: um por Judith Martins, responsável pela Seção de História do IPHAN, e outro por Lúcio Costa, arquiteto e urbanista, diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos. Ambos também destacaram a importância do espaço funerário por estar ligado ao processo imigratório germânico no Sul do Brasil, fato que justificaria o tombamento federal. Lúcio Costa acrescentou, todavia, que futuras intervenções não deveriam descaracterizar a vegetação existente, mesmo que para preservar os túmulos, devendo ser mantida a imagem de "cultivado abandono" e o "ar romântico" a que remetia a configuração do cemitério. A decisão do Conselho Consultivo foi tomada em 23 de outubro de 1962, sendo deliberado de forma unânime seu tombamento (CASTRO, 2008, p. 156-157), registrado no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro Histórico.

A preservação do Cemitério do Imigrante também contou com agentes não ligados ao poder público. A primeira iniciativa para a formação de uma comissão voltada à conservação deste espaço data de 3 de março de 1966, quando foi realizada reunião no Museu Nacional de Imigração e Colonização com a participação de vinte pessoas ligadas às "famílias tradicionais

de Joinville", algumas residentes em Curitiba. Conforme consta em ata deste primeiro encontro, "[...] ficou resolvido [*sic*] a convocação em caráter oficial, para fundar uma associação com a incumbência de conservar o cemitério antigo e obter as verbas necessárias do M. de E. e C. [...]", tendo em vista se tratar de bem tombado em âmbito federal. Na ocasião, o presidente da Comissão do MNIC (Carlos Ficker) pontuou a importância de "[...] incutir no espírito de todos os joinvillenses [*sic*], a obrigação moral de apoiar uma iniciativa necessária para manter vivo [*sic*] nas gerações futuras as virtudes cívicas, o amor ao trabalho e as realizações dos seus antepassados" (COMISSÃO DE CONSERVAÇÃO DO CEMITÉRIO DO IMIGRANTE, 1966, s/p.).

Passado o entusiasmo inicial, o novo encontro só ocorreria em dezembro de 1968, contando com a participação de número bem menor de pessoas: Hilda Anna Krisch[20], Eli Tilp, Erico Colin, H. Schwarz e Horst Groegel. Devido à baixa adesão, o grupo continuou a divulgar seu objetivo, buscando apoio na Prefeitura Municipal de Joinville e junto à Comunidade Evangélica, proprietária do imóvel. O poder público municipal designou o arquiteto Dagoberto Koehntopp[21] como seu representante na comissão e Paul Hellmuth Keller[22] como responsável por orientar todos os trabalhos de restauração. Juntaram-se ao grupo Leonardo Ritzmann (representante da Comunidade Evangélica), Thea Meyer e Ivo Koentopp. Em 7 de janeiro de 1969, na quarta reunião do grupo, Dagoberto Koehntopp informou aos demais membros que iria ao Rio de Janeiro a serviço da prefeitura e que aproveitaria a ocasião para manter contato com o órgão federal de preservação, possivelmente para solicitar recursos. No entanto, não há

---

[20] Hilda Anna Krisch (1900-1995) nasceu em Joinville, descendente de imigrantes austríacos e alemães. Na década de 1920, estudou biologia e enfermagem em São Paulo. Após formada, passou a atuar no antigo Departamento Nacional de Saúde Pública, instituição pela qual se aposentou. Em 1937, foi para os Estados Unidos, onde fez especializações na área de administração hospitalar e cirurgia. Ao longo de sua carreira, desempenhou atividades profissionais na área da saúde nas cidades de Rio de Janeiro, Porto Alegre, Florianópolis, Itajaí, Joinville, entre outras. Também atuou na formação de enfermagem, junto à Escola de Alto Padrão do Rio de Janeiro e São Paulo. Após se aposentar, em 1955, fixou novamente residência em Joinville (AN, 1980, p. 3). A partir deste período, passou a atuar na área da cultura, participando de comissões, realizando ações de levantamento e preservação de bens e como responsável pela Casa da Memória (1984) — edificação pertencente ao conjunto do Cemitério do Imigrante.

[21] Dagoberto Koehntopp nasceu em Joinville, em 1939. Se formou em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Paraná, em 1965, realizando estágios no exterior: nos EUA, em 1967, pela University of Southern Mississipi; e na Alemanha, pela Prefeitura de Berlim e nas instituições Technische Universität e Freire Universität (também de Berlim) em 1968. A partir de 1967, ocupou o cargo de Diretor da Assessoria de Planejamento Urbanístico da Prefeitura Municipal de Joinville até meados da década de 1970 (INSTITUTO HANS STADEN, 1975, p. 148).

[22] Engenheiro/arquiteto nascido na Alemanha, em 1910. Imigrou para Joinville em 1933, vindo trabalhar inicialmente na empresa de construção Cia. Keller Ltda. de propriedade de seu tio (Friedrich Georg Keller — imigrante alemão, estabelecido em Joinville em 1922). Se tornou sócio da empresa Tupy Keller S.A em 1938. Também era sobrinho de Max Paulo Keller, imigrante alemão radicado em Joinville, diretor da Malharia Arp. Paul Hellmuth Keller foi responsável pelo projeto e construção de diversas obras públicas e edificações privadas em Joinville. Ocupou diferentes cargos na administração municipal, dentre estes na Secretaria de Planejamento e Coordenação (INSTITUTO HANS STADEN, 1975; IPPUJ, s/d, p. 25).

referência sobre o assunto nas atas subsequentes (COMISSÃO DE CONSERVAÇÃO DO CEMITÉRIO DO IMIGRANTE, 1969, s/p.).

As ações ganharam corpo a partir deste período, quando foram criados grupos de trabalho destinados a:

> 1 – fiscalização dos túmulos existentes e controle – Eli Tilp, L. Ritzmann e Ivo Koentopp. 2 – fazer cópias dos livros de registro dos óbitos da C. Evangélica de Joinville de 1852 a 1913, isto é o espaço de tempo em que se deram os enterros neste campo sacro. Por os nomes dos enterrados em ordem alfabética – Thea Meyer e H. Krisch. 3 – Estudo e preparo da uma planta baixa dos túmulos existentes e o estudo da construção de um Hall, para a exposição da planta baixa, com a localização dos túmulos existentes, da cópia dos livros de registro – engos. H. Keller e D. Koentopp (COMISSÃO DE CONSERVAÇÃO DO CEMITÉRIO DO IMIGRANTE, 1969, s/p.).

Em 24 de junho de 1969, Dagoberto Koehntopp apresentou a planta baixa do cemitério e informou que o projeto do *hall* estava sendo elaborado por Paul Hellmuth Keller, destacando, porém, que a PMJ não contava com recursos para a realização das ações previstas, tendo que ser assumidas pelos próprios membros da comissão. O grupo então incumbiu Eli Tilp para arrecadar contribuições junto à comunidade. Tratou-se também das cópias dos registros de óbitos: uma seria doada à Comunidade Evangélica, outra constaria no *hall* do cemitério e a última ficaria em posse dos envolvidos nos trabalhos de conservação. Parte dos papéis para as cópias foi doada pela empresa de impressão Ipiranga (COMISSÃO DE CONSERVAÇÃO DO CEMITÉRIO DO IMIGRANTE, 1969, s/p.). Ainda com relação à colaboração da prefeitura, foi registrado nas atas de setembro e outubro de 1969, que o poder público municipal encaminhou areia e terra para a manutenção das sepulturas, além de disponibilizar dois funcionários para realizar a limpeza e um pedreiro. O cemitério também teria seu portão de acesso consertado por membros da comunidade, sendo apresentado por um dos membros da comissão estudo para substituição das árvores mortas Com o objetivo de mobilizar a comunidade para a preservação do cemitério, a comissão organizou, juntamente com a PMJ e a Comunidade Evangélica, um culto em celebração ao Dia de Finados, realizado em 02 de novembro de 1969. Segundo consta em ata, participaram do evento cerca de duzentas pessoas entre visitantes, autoridades do poder público municipal, militares e eclesiásticos. Também foi realizada ação junto aos familiares dos sepultados, que efetuaram a pintura de grades e a identificação de túmulos sem informações (COMISSÃO DE CONSERVAÇÃO DO CEMITÉRIO DO IMIGRANTE, 1969, s/p.) A partir das ações relatadas, podemos perceber que, assim como ocorrido no MNIC, a preservação do Cemitério do Imigrante contou,

sobretudo, com a mobilização de agentes não ligados ao poder público, atuando também em caráter de comissão.

Não obstante o valor de culto à memória dos imigrantes, este espaço teve usos considerados não apropriados pelos membros da comissão. Entre os casos, podemos destacar os frequentes encontros amorosos realizados no local, para os quais a ação de repressão acordada foi a de comunicar a "Rádio Patrulha", conforme registrado na ata de 20 de maio de 1969. Em publicação editada pelo Arquivo Histórico de Joinville (1991, p. 25-16), Hilda Krisch assim descreveu esta prática:

> Em 1970, era de praxe, em noite de lua cheia, casais de namorados irem se encontrar no cemitério, fazendo grande arruaça. Colocamos então portão de ferro, fechado à chave, em 24 horas a fechadura havia sido roubada, colocamos então corrente de ferro com cadeado, em 24 horas havia sido roubado, então resolvemos colocar uma corrente de ferro presa ao piso de cimento, mas de nada adiantou.

O espaço também foi utilizado como local de descanso pelos vivos. Krisch relata que em 1976 foi chamada ao cemitério para verificar a existência de um cadáver sobre uma sepultura. Ao se dirigir ao local, verificou se tratar de uma mulher que dormia enrolada em um lençol. Ao ser abordada, a mulher contou a Hilda Krisch o que a atribulava:

> Ela contou-me suas mágoas, dizia ela, que há três meses não dormia, pois em casa tinha 7 filhos, marido, sogros, 2 cunhadas e 1 sobrinho. Além disso, ela tinha que cozinhar, lavar, passar, enfim fazer todo o serviço. Quando um não tinha dor de barriga, o outro tinha dor de dente, e ela veio ao cemitério apenas dormir uma noite. Nada pude fazer pela mulher, pois os vizinhos já haviam chamado a polícia que a levou (KRISCH, 1991, p. 26).

Mas não apenas os visitantes subverteram o uso consagrado ao bem cultural. Um dos funcionários do cemitério (zelador) insistia em plantar nos túmulos uma diversidade de itens: mandioca, batata-doce e tomates. Após conversas, Hilda Krisch relata ter convencido o zelador a eliminar os tubérculos, mas os tomates permaneceram. Em determinada ocasião, a equipe da revista *O Cruzeiro* esteve no local para a realização de matéria, fato que demandou grande trabalho "para afastar as pessoas da reportagem dos pés de tomate, embora o zelador quisesse justamente mostrar os seus lindos pés de tomate" (KRISCH, 1991, p. 26). O receio de Krisch era que a equipe de reportagem fotografasse o cultivo realizado pelo zelador, divulgando uma imagem julgada não condizente com um bem cultural[23].

---

[23] O acervo da revista *O Cruzeiro* pode ser acesso pelo site <http://www.memoriaviva.com.br/ocruzeiro/>. Todavia, não localizamos a referida reportagem.

Os relatos destes episódios cotidianos constituem fendas na ordem discursiva da patrimonialização, registrando a vivacidade deste espaço a partir de apropriações não planejadas nem previstas por seus gestores. A situação que envolve o zelador é uma das mais representativas de como o valor cultural (assim como todos os demais) não constitui um valor "em si", mas necessita ser construído e (re)afirmado. Um bem cultural participa da vida social de forma difusa, sendo utilizado por indivíduos e grupos sociais a partir de usos diversos daqueles planejados por seus "guardiões".

O terceiro bem tombado pelo órgão federal de preservação no município de Joinville se trata do Bosque Schmalz[24], uma área de cobertura verde localizada próxima ao centro de Joinville. Esta área foi tombada pelo IPHAN em 1965 e registrada no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, sendo o processo motivado pelo envio de correspondência do prefeito Helmuth Fallgatter ao órgão federal de preservação. De propriedade privada, a área pertencia, naquele momento, a Adalberto Schmalz, um orquidófilo da cidade. Segundo Fallgatter (apud RADUN, 2016, p. 110), Schmalz conservava este espaço "como verdadeira relíquia histórica, como recanto exclusivo que lembra Joinville do tempo dos primeiros colonizadores", possuindo valor histórico por constituir mata virgem do período da formação da Colônia Dona Francisca. Ainda segundo o prefeito, Adalberto Schmalz se encontrava em uma situação de saúde delicada e que, tanto o proprietário quanto ele (Fallgatter), desejavam que a área fosse preservada, porém: "Seus sucessores [herdeiros de Schmalz] não nutrem qualquer interesse em conservá-la. Pelo contrário, procurarão explorá-la economicamente o quanto antes" (FALLGATTER apud RADUN, 2016, p. 110).

Para elaboração de parecer sobre o processo, foi designado Lúcio Costa que, segundo Radun (2016, p. 111), embasou sua análise somente nas informações e fotografias enviadas anteriormente pelo prefeito ao órgão federal se preservação, tendo em vista que não há registro de visita do arquiteto e urbanista ao município neste período. Lúcio Costa recomendou o tombamento da área por ainda se apresentar "no estado primitivo" e "homenagear a dedicação e o empenho dos antigos colonizadores que tanto contribuíram para o desenvolvimento e a civilização do sul do país" (COSTA apud RADUN, 2016, p. 111). Todavia, sabe-se que a área verde em questão, já nesta época, possuía tanto plantas nativas como exóticas[25], fruto das intervenções realizadas pelo orquidófilo. Enviada notificação ao proprietário pelo órgão federal de preservação, o tombamento não foi contestado. Contudo, no decorrer dos anos, as herdeiras

---

[24] Localizado na Rua Marechal Deodoro, Nº 365.

[25] Em laudo encaminhado pela Fundação Municipal do Meio Ambiente de Joinville ao IPHAN, em 2012, o órgão confirmou que a área verde em questão é formada em grande parte por plantas exóticas (RADUN, 2016, p. 116).

do imóvel solicitaram, em diversas ocasiões, o destombamento (parcial e integral) do imóvel[26]. Conforme afirma Radun (2016, p. 112).

> A falta da delimitação exata da área de afetação da propriedade tombada é o primeiro indício para se interpretar a herança recebida por Carmen Schmalz Borges e Gertudes Hartwig como mal-dita. A anemia de informações acerca das próprias características do bosque, dos valores que teriam motivado o tombamento, e a economia de fundamentos no cumprimento das formalidades legais e nos pareceres acabou por causar o litígio. Fato é que não há uma delimitação da área protegida, nem no momento da solicitação do tombamento, tampouco posteriormente.

Novamente a proteção de um bem localizado no território de Joinville pelo órgão de preservação federal foi motivada por demanda local e fundamentada na argumentação de que o bem estava ligado ao período histórico de imigração do século XIX e, por consequência, à memória dos colonizadores. É importante destacar que, como já observado por Radun, os representantes do IPHAN apenas referendaram os argumentos encaminhados pelos agentes do município, referenciando a memória dos "pioneiros" também a partir do patrimônio natural.

Bourdieu (2007, p. 224) observa que, na produção de bens simbólicos, as relações entre produtores e público não são estabelecidas por um simples "calculismo cínico" ou pelo "puro desinteresse". É a sobreposição do desejo de produzir e de consumir, possível pela existência de homologias estruturais e funcionais, que possibilita as convergências e concordâncias que agregam estes elementos. Neste sentido, que fatores levaram os agentes municipais a se envolverem na implantação e manutenção do MNIC, bem como recorrerem ao órgão federal de preservação para garantir a proteção legal, pelo mecanismo do tombamento, do Cemitério do Imigrante e do Bosque Schmaltz? Dois processos estão ligados à patrimonialização da memória do imigrante a partir dos anos 1960 em âmbito local: uma reação aos anos de repressão pelos quais os teuto-brasileiros passaram durante o Estado Novo e a necessidade de afirmar a "origem germânica" do município frente ao contingente de migrantes que estava mudando a demografia do município.

Instituída a partir de 1938, a Campanha de Nacionalização foi responsável pelo fechamento de diversas instituições (clubes, escolas, associações, entre outras) e pela proibição do uso da língua alemã em todo o território nacional. O Governo Vargas (1930-1945) marcou o início de uma política cultural que buscava a institucionalização de diferentes áreas da cultura, marcada pelo centralismo e autoritarismo, não obstante a participação institucional de intelectuais e artistas ligados ao movimento modernista (CALABRE, 2007, p.89). Rubim

---

[26] Passadas algumas décadas, o imóvel ainda é objeto de litígio judicial entre as proprietárias herdeiras e o IPHAN.

(2007, p. 18) observa que, ao mesmo tempo em que realizava uma intervenção opressiva, repressiva e de censura, o Governo Vargas foi responsável pela formulação de novas ações, legislações e instituições, "buscando, simultaneamente, reprimir e cooptar o meio cultural, seus intelectuais, artistas e criadores". Procurou-se estabelecer a unificação do país por meio da construção de uma "cultura nacional", centrada num sentimento de "brasilidade" que valorizasse uma "cultura de consenso" em torno de ideais compartilhados. Esta proposta se apresenta de forma contrária à concepção dominante naquele período que, calcada em elementos racistas, representava a parcela "mestiça" da população como preguiçosa, insolente e sem capacitação (BARBALHO, 2007, p. 40). A "mestiçagem", até então vista como elemento pejorativo, é ressignificada como resultado positivo das diferentes "raças" formadoras do Brasil:

> Portanto, a valorização da nacionalidade como política de Estado orienta a ação do governo na área cultural ao glorificar a cultura popular mestiça, elevando-a a símbolo nacional. O "popular", ou o folclore, retirado do local onde é elaborado, ocultando assim as relações sociais das quais é produto, funciona, nesse momento de constituição da "cultura brasileira", como força de união entre as diversidades regionais e de classe. A mestiçagem amalgama os tipos populares em um único ser, o Ser Nacional, cujas marcas são a cordialidade e o pacifismo (BARBALHO, 2007, p. 41).

Todavia, para alguns intelectuais e representantes do governo, a identidade teuto-brasileira representava uma forma de resistência à integração nacional (o "perigo alemão"), havendo a necessidade de uma postura mais firme por parte do Estado para o "abrasileiramento" da população imigrante e seus descendentes (COELHO, 2005, p. 167). Para estes últimos, a afirmação da identidade teuto-brasileira foi concebida como uma terceira categoria, diferente do ser alemão e do ser brasileiro. Sua construção, segundo Seyferth (apud COELHO, 2005, p.163), se deu a partir de dois fatores. O primeiro constituiu a ressonância do pensamento elaborado por ideólogos alemães que defendiam a existência de uma germanidade (*Deutschtum*) que transpassaria os limites do território nacional alemão. A cultura, tomada como representação da nacionalidade, era concebida desta forma como herança individual que se expressa em diferentes locais, constituindo um pertencimento étnico-coletivo. O segundo se caracterizou pelo pertencimento e observância às leis e o ordenamento do Estado brasileiro, ou seja, o exercício da cidadania brasileira.

As ações desenvolvidas durante a Campanha de Nacionalização resultaram em uma experiência traumática para grande parte da população joinvilense que, à época, era composta em sua maioria por descendentes de imigrantes germânicos. Orientado pela ordem de

"abrasileiramento", o período de 1938 a 1945 foi marcado por ações autoritárias contra este grupo. Como observado por Coelho (2005, p. 162):

> Em Joinville, até aproximadamente o final dos anos 1930 o idioma alemão era amplamente utilizado nas relações cotidianas, na imprensa e no ensino formal. Além disso, a existência de uma rede de sociedades e associações de caráter recreativo, artístico, esportivo, ambiental e assistencial e o prevalecimento dos padrões considerados alemães nos campos religiosos e educacional sinalizavam a existência de um grupo étnico fortemente organizado.

Agentes do Exército disfarçados fiscalizavam espaços coletivos (comércios, igrejas, escolas, fábricas, entre outros) para assegurar o uso do idioma nacional. Além do aparato federal, também a municipalidade editou mecanismos de punição aos elementos que não seguissem as ordens de nacionalização, como a aplicação de multas. Prisões foram realizadas e bens apreendidos. Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 1942, as ações da Campanha foram intensificadas. Detenções foram efetivadas, inclusive a partir de denúncias de populares brasileiros que relatavam ter ouvido o uso da língua alemã no interior da residência de famílias de origem germânica (COELHO, 2005).

Diversas sociedades culturais, recreativas e outras instituições que desempenharam, desde a fundação da Colônia Dona Francisca, importante papel na manutenção da identidade teuto-brasileira sofreram intervenções, tendo que adequar suas práticas às diretrizes de nacionalização ou encerrar suas atividades. Dentre elas podemos citar: a *Deutsche Schule*, instituição escolar, criada em 1866, que teve suas atividades encerradas por não se adequar às exigências das diversas legislações estaduais voltadas à nacionalização do ensino em 1938; o jornal *Kolonie Zeitung*, fundado em 1862, um dos canais de propagação da identidade teuto-brasileira em diversas cidades do norte-nordeste de Santa Catarina, passando a ser editado unicamente em língua portuguesa a partir de 1941; a Sociedade Ginástica, criada em 1858, que valorizava a prática esportiva como elemento de fortalecimento moral — a partir da concepção de Friedrich Ludwig Jahn (amplamente empregada na Alemanha a partir do século XIX); entre outras (COELHO, 2005). Após 1945, algumas instituições retomaram suas atividades, defendidas pelos teuto-brasileiros como espaços coletivos fundamentais para a manutenção de sua identidade étnica, frente à estagnação causada pela atuação repressiva da Campanha de Nacionalização e ao processo de massificação cultural pelo qual a cidade passava, na concepção destes.

O segundo processo se refere às transformações econômicas e sociais em curso a partir da década de 1950, que promoveram a reconfiguração demográfica do município devido à

migração de trabalhadores da área rural para a urbana dentro do próprio município e de regiões vizinhas, bem como, especialmente a partir da década de 1960, de pessoas naturais de diferentes regiões do país (sobretudo de outras cidades de Santa Catarina e do Paraná)[27]. Além de um intenso processo de urbanização, este fenômeno acarretou no choque cultural entre a parcela da população identificada como teuto-brasileira e os migrantes (CASTRO, 2008, p. 150; NEDEL, 2013, p. 130). Coelho (2005, p. 168-169) pontua que a presença de migrantes já havia constituído fator de conflitos étnico-culturais na década de 1930 em Joinville. Segundo a autora, o fluxo migratório acentuou o processo de diversificação da população e representou para os teuto-brasileiros o perigo de desequilibrar socialmente o município, pois a imigração germânica já havia cessado neste período. Neste sentido, para Nedel (2013, p. 164):

> O problema suscitado por essa transformação é o da manutenção das fronteiras étnicas e culturais dos grupos já estabelecidos em um contexto de interação redefinido pela urbanização acelerada e consequente reconfiguração demográfica da cidade. Este processo de recomposição da organização das diferenças, depois da Campanha de Nacionalização e consoante a chegada de populações de outras partes do Brasil nos anos cinquenta [...] define o momento em que [a] fronteira étnica "canaliza a vida social" de Joinville, ao mesmo tempo em que a posição minoritária do imigrante se inverte. Nessa nova diáspora, os "outros" já não são os alemães, suíços e noruegueses imigrados no século XIX, mas os trabalhadores pobres vindos de outros estados [...].

Findado o Governo Vargas e passados alguns anos, se "instalou entre uma parcela da elite joinvilense um forte desejo de reação, além da certeza de que os testemunhos da Joinville de outrora estavam a ponto de desaparecer" (NEDEL, 2013, p. 130). A celebração dos cem anos de fundação da antiga Colônia Dona Francisca, organizada nos festejos do "Centenário de Joinville" (1951), constituiu o primeiro grande ato de reação aos anos de repressão. Como abordado por Silva (2008, p. 41-42), este evento visou a promover uma reconciliação com o passado para poder seguir em frente, "abafando memórias de dores recentes e revigorando antigas personagens, logicamente sem deixar de pontuar, de vez em quando, as injustiças de que muitos foram alvo". Foi deste momento, por exemplo, a construção do Monumento ao Imigrante (obra realizada pelo artista Fritz Alt), instalado em uma das praças centrais da cidade, próximo ao marco zero onde teriam desembarcado os primeiros imigrantes. A "origem alemã" do município foi celebrada juntamente com a ética do trabalho e do industrialismo, constituindo

---

[27] O Diagnóstico Socioeconômico que compõe o Plano Básico de Urbanismo (PBU), publicado em 1966, apresentou os seguintes dados demográficos: em 1940, o município apresentava uma população de 16.956 habitantes na área urbana e 17.405 na área rural (total de 34.361 mil); em 1964, apresentava 91 mil na área urbana e 17 mil na área rural (total de 108 mil) (apud SILVA, 2015, p. 91). Conforme dados do IBGE (apud IPPUJ, 2011, p. 47), no início da década de 1950 Joinville contava com pouco mais de 43 mil habitantes. Número que passou para mais de 235 mil no final de 1970.

as celebrações do Centenário um verdadeiro "dever de memória" (NEDEL, 2013, p. 169), bem como uma mensagem destinada aos migrantes para reafirmar sobre quais princípios e valores o município teria sido construído.

É neste contexto que podemos compreender a criação e atuação da Comissão do MNIC e do Cemitério do Imigrante. Ao se referir à primeira, Ternes (2010) a caracteriza como "autênticos voluntários da cultura", um "grupo de cidadãs e cidadãos abnegados" que lutou para repetir "na modernidade os valores e exemplos dos fundadores do núcleo de imigrantes que estabeleceram, em 1851, às margens do Rio Cachoeira, a Colônia Dona Francisca que, 160 anos depois, se tornaria Joinville, o terceiro maior polo econômico do Sul do Brasil." (TERNES, 2010, p. 36). Longe de desacreditar o trabalho realizado por esta comissão, cabe observar que o fato de seus membros atuarem de forma voluntária não significa que as ações por eles desenvolvidas tenham sido efetuadas de maneira desinteressada ou "abnegada", como coloca Ternes. Ao analisar as estratégias de distinção, como processos que visam tornar determinados comportamentos fora do comum ou acima do "vulgar", Bourdieu (2003, p. 14) pontua que o ganho de distinção é operado pela atribuição da diferença, que é "dobrado por um ganho suplementar, ao mesmo tempo subjectivo e objectivo, o ganho de desinteresse: o ganho que há no facto de alguém se ver – e ser visto – como alguém que não procura o ganho, alguém totalmente desinteressado". No caso da Comissão do MNIC e da Comissão do Cemitério do Imigrante, o "voluntarismo" de seus integrantes não deve obliterar a intenção presente em suas ações: afirmar uma memória específica, relativa não a todos os grupos formadores da sociedade joinvilense, mas restrita àqueles identificados como os "pioneiros" (imigrantes germânicos) e seus descendentes (os teuto-brasileiros), dos quais, inclusive, alguns membros representariam a continuidade. Intenção esta que ganhou guarida e foi consagrada por parte da historiografia local, como podemos perceber na relação que Ternes estabelece entre a herança cultural — legada pelos "pioneiros" e transmitida por seus descendentes — com o êxito econômico apresentado pelo município.

Além dos fatores e interesses locais, cabe pontuar que em âmbito federal, a partir da década de 1960, teve início um processo de valorização acerca da memória dos imigrantes europeus que se estabeleceram no Brasil a partir do século XIX. Segundo Pistorello (2015, p. 24):

> Observa-se que houve um deslocamento na forma de perceber o imigrante e seu patrimônio em relação a sua participação na formação nacional. Se até a emergência da II Guerra esse imigrante representou um perigo à ordem nacional e não teve sequer seu patrimônio nominado, a década de 1950 "reabilita" de certa forma esse imigrante e sua participação na sociedade brasileira de forma que o reconhecimento da

> importância de seu patrimônio como parte da identidade nacional seja agora referendada.

Contudo, a proteção de bens ligados aos grupos imigrantes foi numericamente pouco significativa neste período. No tocante a Santa Catarina, até 1969, apenas onze bens localizados no estado foram tombados pela esfera federal, vinculados à representação da "herança portuguesa" ou a personagens ligados à "construção da nacionalidade", todos de alguma maneira referenciando o período imperial. As exceções foram os tombamentos do Bosque Schmaltz (1962) e do Cemitério do Imigrante (1965) localizados em Joinville. Ainda assim, uma quantidade pequena de bens tombados se comparada com o total de processos efetivados pelo órgão federal naquele período, representando 1,3% de 803 tombamentos (GONÇALVES, 2016, p. 90-91), demonstrando o lugar periférico que o estado ocupava em relação ao patrimônio nacional.

As maiores transformações na política de preservação do Brasil neste período ocorreram enquanto Renato Soeiro esteve à frente do órgão federal de preservação (1967 a 1979), podendo-se destacar a criação: do Centro Nacional de Referências Culturais (dirigido por Aloísio Sergio Magalhães); do Departamento de Assuntos Culturais (1968); do Programa da Ação Cultural (1973), voltado ao patrimônio intangível; da Fundação Nacional de Arte (1975) e do primeiro Plano Nacional de Cultura; além do direcionamento e apoio da esfera federal para a criação de órgãos voltados à gestão da cultura e preservação do patrimônio nos estados e municípios, sobretudo a partir dos encontros de governadores realizados em Brasília (1970) e em Salvador (1971), do qual resultou o Plano Integrado de Ação, entre outros (PISTORELLO, 2015, p. 25-27).

A partir de gestão Soeiro, tendo em vista o aumento demográfico das cidades, o órgão federal de preservação procurou atenuar os impactos que o acentuado processo de urbanização acarretava sobre o patrimônio edificado, desenvolvendo tanto a proteção como a revitalização de conjuntos históricos, através, por exemplo, do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste (conhecido como Programa das Cidades Históricas). Outra característica da política desenvolvida pela instituição neste período consistiu na mobilização do patrimônio cultural como atrativo turístico, pois Soeiro "acreditava que o turismo cultural poderia significar um mote importante para o desenvolvimento das cidades com expressão patrimonial", integrando o patrimônio à ideia de desenvolvimento nacional (PISTORELLO, 2015, p. 26).

Assim, a criação do Museu Nacional de Imigração e Colonização e os tombamentos do Cemitério do Imigrante e do Bosque Schmalz foram resultantes de um processo de

convergência de interesses locais e federais. Para os agentes locais, a patrimonialização dos referidos bens se inseriu em uma estratégia de ampliação dos bens simbólicos da comunidade teuto-brasileira como forma de reação à repressão sofrida durante a Campanha de Nacionalização e às ameaças que colocavam em perigo, na visão deste grupo, a predominância desta identidade no município devido ao processo migratório pelo qual o município passava. Por sua vez, em âmbito federal, a patrimonialização dos bens localizados em Joinville esteve relacionada a uma mudança de concepção na política do órgão federal de preservação, ocorrida a partir da década de 1960, que passou a valorizar aspectos regionais da formação brasileira, para além do Barroco colonial, bem como a tentativa de garantir a manutenção de referências arquitetônicas, naturais e paisagísticas que representassem qualidade nas áreas urbanas.

Se inicialmente os agentes locais recorreram à esfera federal para proteger e institucionalizar seus elementos simbólicos, sobretudo no final dos anos 1960 identificamos uma mudança nessa tendência. A partir deste período a municipalidade assumisse uma postura menos coadjuvante no campo do patrimônio cultural, alterando sua estrutura administrativa, criando órgãos, instituições e mecanismos para a preservação de algumas categorias patrimoniais, aspectos que serão analisados na sequência.

1.2 CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES MUNICIPAIS DE CULTURA

Ainda no século XIX, os imigrantes fixados na Colônia Dona Francisca criaram diferentes instituições que desempenharam importante papel como espaços de identificação coletiva, inclusive para seus descendentes. Grande parte delas, criadas nos primeiros anos de implantação da Colônia, constituíram associações de caráter comunitário, desenvolvendo atividades diversas, voltadas ao canto coral, ao teatro, ao tiro ao alvo e à prática da ginástica[28]. Também as instituições religiosas, unidades educacionais e a imprensa representaram veículos importantes na manutenção da identidade cultural dos imigrantes e seus descendentes. Se até meados do século XX as instituições culturais do município estiveram ligadas a iniciativas associativistas ou comunitárias, a partir deste período o poder público municipal passou a atuar

[28] Dentre elas: Sangerbund (Liga de Cantores – 1855), Schuetzenverein Joinville (Sociedade de Atiradores de Joinville – 1855), Loja maçônica Deutsche Freundschaft (1855), Harmonie-Gesellschaft (Sociedade Harmonia – 1858), Deutscher Turnverein zu Joinville (Sociedade Alemã de Ginástica – 1858), Sociedade de tiro ao alvo Zum Gruetli (1863), Deutsche Schule (Escola Alemã – 1866) (HERKENHOFF, 1981).

de forma mais direta nesta área, redesenhando sua estrutura administrativa, criando órgãos e instituições com a participação de agentes da sociedade civil.

A primeira instituição pública de Joinville na área cultural foi a atual Biblioteca Pública Municipal Prefeito Rolf Colin, criada por meio do Decreto-Lei nº 155 em 1945. Inicialmente, funcionou por alguns anos em condições precárias em salas alugadas até a inauguração de sua sede própria, em 1951. Entre as competências atribuídas à Biblioteca Municipal estava a salvaguarda de documentos relativos ao desenvolvimento do município em seus diferentes períodos históricos. Conforme regulamento da instituição de 1956, ao setor da Mapoteca, Jornais e Revistas cabia "a organização de coleções do material histórico local e de todo o País [...]", devendo seu responsável "também organizar álbuns fotográficos que espelhem as diversas épocas da vida do Município" (LEI Nº 425/1956, Art. 6º). Assim, além de disponibilizar acesso à leitura à comunidade, foi também atribuída à Biblioteca Municipal a tarefa de desenvolver ações no sentido de salvaguardar o que hoje consideraríamos o patrimônio arquivístico. Contudo, não obstante a instituição supracitada, foi a partir de meados dos anos 1960 que a criação de outras instituições e a preservação dos bens culturais figuraram com maior relevância na estrutura administrativa municipal.

Em outubro de 1967, durante o Governo Nilson Wilson Bender (1966-1970), as áreas da Educação e Cultura passaram a compor um departamento próprio, sendo separadas das áreas da Assistência Social e do Turismo. Entre as atribuições do Departamento de Educação e Cultura (DEC) estavam: a difusão da cultura, a manutenção de suas unidades e a promoção de atividades de ensino ligadas à música e às "artes aplicadas" (LEI Nº 900/1967, Art. 13). Com relação ao ensino artístico, o DEC contava com a Escola de Música Villa-Lobos e a Escola Municipal de Artes Aplicadas. A estrutura do departamento era formada ainda pela Divisão de Ensino Primário, Biblioteca Municipal Prefeito Rolf Colin e pela previsão de criação de um museu voltado ao patrimônio arqueológico (LEI Nº 900/1967, Art. 14).

A instituição museal citada foi criada em 1969 e denominada de Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ), por meio de convênio firmado entre os governos municipal e federal, tendo sua sede inaugurada em 1972 (TAMANINI, 1994, p. 38). O poder público federal destinou recursos financeiros e quadro técnico para a construção da edificação sede e para a elaboração da proposta museológica da instituição, ficando o projeto arquitetônico a cargo de Sabino Barroso[29] e a museologia sob a responsabilidade de Alfredo Rusins. Também

---

[29] Sabino Machado Barroso (1927), nasceu em Belo Horizonte – MG. Formou-se em Arquitetura pela Faculdade Nacional do Rio de Janeiro em 1956, ano no qual ingressou na Companhia Urbanizadora da Nova Capital, compondo a equipe liderada por Oscar Niemeyer na construção de Brasília. Com relação ao campo do patrimônio

participaram da implementação da instituição funcionários municipais, entre eles o arquiteto Antônio Alberto Cortez e Afonso Imhof (à época, acadêmico do curso de História) (HISTÓRICO DO MASJ apud TAMANINI, 1994, p. 90).

Imhof, que dirigiu o MASJ de 1972 a 1989, relatou que com a construção do museu a relação com o órgão federal de preservação se estreitou, tendo como principal interlocutor Alfredo Rusins:

> [...] dali para frente a gente sempre construiu uma relação de parceria. [...] Todos os pleitos que a prefeitura tinha nós vencíamos no Conselho Federal de Cultura, [...] ele era o relator de um dos conselheiros, que era o Renato Soeiro, e sempre apoiou, assim nós equipamos o Arquivo Histórico, que ainda não tinha prédio, e tantas outras coisas em Joinville, o Museu Nacional, todos as verbas, etc. Nós fizemos uma homenagem depois quando ele doou a biblioteca dele, destinando uma homenagem a ele com a biblioteca Alfredo Rusins no Museu do Sambaqui. Ele doou tudo, era uma grande biblioteca com mais ou menos de cinco mil livros e ele doou para a cidade. Até ele falecer nós tínhamos uma relação com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional muito estreita e muito colaborativa, isso contribui muito também para o progresso de uma concepção [de patrimônio] na cidade. Enfim, os prefeitos o admiravam, o recebiam com muitas honras aqui na cidade, onde ele elaborou e sugeriu muitas coisas que hoje são colocadas em prática (IMHOF, 2016, p. 5).

O acervo do MASJ foi constituído por meio da compra pelo poder público municipal, em 1963, de coleção particular pertencente ao arqueólogo autodidata Guilherme Tiburtius[30] (LEI Nº 620/1963), que ficou abrigado e exposto no Museu Nacional de Imigração e Colonização (MNIC). Porém, a coleção arqueológica destoava da proposta museal do MNIC, além de não receber a conservação adequada e acarretar riscos à edificação por representar um peso excessivo a sua estrutura, tornando necessária a construção de um espaço ou instituição específica para o acervo (TAMANINI, 1994. p. 88).

No tocante às atribuições do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, para além de sua função museal, foi autorizado ao Poder Executivo Municipal estabelecer convênio com o órgão federal de preservação para aplicação da Lei Federal nº 3924, de 26 de julho de 1961 — que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, na área do município de Joinville (LEI Nº 1042/1969, Art. 2º). Fato que expressava o objetivo do poder público

---

cultural, atuou diretamente no órgão federal de preservação em dois períodos: de 1964 a 1968, integrando o quadro de arquitetos da instituição e desenvolvendo projetos e obras de restauração; e de 1980 a 1999, como coordenador da representação regional do órgão, responsável pelos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo (de 1989 a 1993), posteriormente como diretor do Departamento de Proteção (de 1993 a 1999) (CPC, 2012, p. 35-37).

[30] Nascido na Alemanha, em 1892, Tiburtius se radicou no Brasil em 1910. Viveu por muitas décadas em Curitiba, no estado do Paraná, cidade na qual desempenha atividades empresariais. Ao longo de quase quatro décadas reuniu artefatos e publicou trabalhos sobre sítios arqueológicos do tipo sambaqui localizados no Norte de Santa Catarina e na região litorânea do Paraná (SOUZA, 2007, p. 19).

municipal de desenvolver atividades não apenas de exposição do patrimônio arqueológico, mas também de atuar de forma complementar ao órgão federal.

Em 1972[31], no Governo Harald Karmann (1970-1973), outra instituição municipal que passou a desempenhar importante papel na proteção do patrimônio cultural foi o Arquivo Histórico de Joinville (AHJ). Criado pela Lei nº 1182[32], permaneceu instalado nas dependências da Biblioteca Pública Municipal (e sob mesma direção) até a construção de sua sede própria em 1986 — resultado de uma parceria entre o Município e a República Federal da Alemanha. Ao AHJ foram atribuídas as competências de "registrar, guardar, classificar, catalogar e conservar" a documentação ligada à administração de Joinville, desde sua fundação, constituindo acervo formado por uma gama diversificada de documentos (LEI Nº 1182/1972, Art. 3º).

> Art. 7º - A coleta de documentos abrangerá qualquer documento, em qualquer língua, de qualquer época de sua história, impresso, manuscrito, fotocopiado ou filmado, que sirvam para elucidar qualquer fato ocorrido em qualquer época de sua História ou também dos fatos, que conduziram à sua Fundação Lei nº 1182/1972).

A atuação do AHJ deveria se estender à região "geoeconômica" de influência de Joinville, podendo a instituição salvaguardar documentação de outros municípios. Lembramos que territórios atualmente de municípios vizinhos foram em período anterior pertencentes a Joinville. A legislação expressa o amplo objetivo de criação do AHJ: "transformar este em um centro de pesquisas históricas para toda a Região Norte-Nordeste do Estado de Santa Catarina" (LEI Nº 1182/1972, Art. 7º, Parágrafo Único). Portanto, outra manifestação da municipalidade na direção de atuar de forma mais ampla na preservação do patrimônio cultural. É importante registrarmos, todavia, que as duas instituições citadas acima (MASJ e AHJ) resultaram de ações engendradas a partir dos anos 1950.

A preocupação com a proteção do patrimônio arqueológico já havia sido manifestada por figuras públicas do município, como o pesquisador Adolfo Bernardo Schneider[33], que encaminhou, em 1958, correspondência ao chefe do Poder Executivo denunciando a evasão de artefatos provenientes de sambaquis localizados no município e informou sua intenção de criar

---

[31] Cabe registrar, preliminarmente, que em 1968 foi criado o Conselho Municipal de Cultura como instância colaborativa junto ao poder público municipal. A atuação do Conselho será abordada no item 1.3

[32] Revogada pela Lei Nº 7.992, de 20 de maio de 2015.

[33] Adolfo Bernardo Schneider (1906-2001) nasceu em Joinville, filho de imigrantes alemães. Formou-se na Escola de Comércio da Alemanha, atuando inicialmente na área empresarial. Foi diretor da Biblioteca Pública Municipal, um dos criadores e primeiro diretor do Arquivo Histórico de Joinville e idealizador do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Escritor e pesquisador autodidata, publicou artigos em jornal, crônicas e livros sobre a história local. Também foi membro da Comissão do Museu Nacional de Imigração e Colonização, da Comissão do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural do Município de Joinville (COMPHAAN), entre outras.

uma instituição voltada à pesquisa e exposição do patrimônio arqueológico. A instituição, segundo ele, teria inicialmente um caráter particular, mas deveria ser integrada ao poder público:

> Formulo a presente, para levar ao conhecimento de V. S., que pretendo formar, em Joinville, um Museu do Sambaqui, procurando reunir os litos [sic] e eventuais utensílios de pedra, de ossos, de cerâmica, etc. encontrados nos sambaquis do Município de Joinville. Venho observando, há longos anos, com certa tristeza, a evasão de praticamente todas as peças achadas em nossos Sambaquis. Ou essas peças são recolhidas, aparentemente, ao Museu Nacional[34] ou as mesmas são adquiridas por colecionadores particulares. Desta maneira, as peças, que deveriam se encontrar propriamente em Joinville, estão em Curitiba, em São Paulo, no Rio de Janeiro e certamente ainda em outras cidades do País. Essas mesmas peças, cuja presença em Joinville nos possibilitariam participar mais ativamente da vida cultural do País e que serviriam, para demonstrar o nosso passado longínquo, para o qual os estudiosos e os cientistas internacionais estão aos poucos abrindo as portas, acham-se espalhadas pelo Brasil afora e talvez até no Estrangeiro. [...] Gostaria eu, não obstante, ser favorecido com o beneplácito da Prefeitura, prestigiando-me de qualquer maneira e confirmando assim o caráter cultural e mesmo semi-oficial de meu empreendimento (SCHNEIDER, 1999, p. 13).

Em resposta, o chefe do Poder Executivo à época, prefeito Baltasar Buschle, encaminhou ofício à Schneider o parabenizando pela iniciativa e indagando de que maneira a municipalidade poderia contribuir. Na sequência, Schneider (1999, p. 19) pontuou:

> I – Devemos evitar a EVASÃO de quaisquer peças, que se encontram em Joinville ou que aqui forem achadas futuramente. Evasão esta para o Museu Nacional ou para outros Museus do País ou ainda para Coleções particulares; II – Evitar, de qualquer forma, a possibilidade, mesmo a mais remota, de confisco de tais peças, futuramente, da parte de funcionários do Museu Nacional; III – Os dois primeiros pontos são essências [sic]: evitar remessas, vendas e confisco. Viso salvar essas peças para JOINVILLE, formando um Museu, passageiramente particular, para mais tarde incorporá-lo talvez ao MUSEU DE IMIGRAÇÃO, reservando neste para este fim uma Sala de Pré-História; IV – Criação de uma Legislação Municipal, visando a proteção das jazidas pré-históricas, principalmente os Sambaquis.

O prefeito autorizou que Schneider realizasse o recolhimento e a guarda de objetos que fossem doados à futura instituição, porém não se manifestou em relação aos demais pontos elencados (criação de legislação municipal específica e proibição de evasão de material arqueológico). Apesar dos esforços, Schneider não obteve grande êxito, sendo doado apenas um artefato ao poder público municipal. Tratou-se de um zoólito, encontrado quando do revestimento da pista do aeroporto do município com material retirado de um dos sambaquis da região. O artefato foi entregue ao prefeito pelo comandante do 13º Batalhão de Caçadores

---

[34] Museu Nacional do Rio de Janeiro.

(atual 62º Batalhão de Infantaria de Joinville), responsável pela obra (SCHNEIDER, 1999, p. 31).

A preocupação de Schneider com a constante perda e destruição dos bens arqueológicos presentes no município se deu em função também da recorrente prática de utilização de material dos sambaquis para realização de obras e produção da cal — a primeira, inclusive, realizada pelo próprio poder público. Como podemos notar nas correspondências trocadas em 1958, Schneider identificou como responsáveis pela perda dos bens arqueológicos apenas elementos externos ao município. Todavia, alguns anos mais tarde, registrou seu descontentamento com os agentes municipais em artigo publicado no *Jornal de Joinville*, em dezembro de 1964:

> Até então, quase todas as peças mais bonitas, mesmo coleções inteiras aqui formadas por particulares, haviam encontrado o seu caminho para outras cidades do país. Considerava eu vergonhosa e mesmo, incrível essa apatia praticamente total desses círculos, que aqui forma o substrato cultural e do qual até então sempre haviam surgido objetivos dignos (apud SCHNEIDER, 1999, p. 35 e 36).

Com relação ao patrimônio arquivístico, lembramos que o regulamento da Biblioteca Pública Municipal previa a salvaguarda da documentação referente à história do município, atividade que foi realizada, tendo em vista que, quando da criação do AHJ, diversos documentos que se encontravam inadequadamente armazenados na Biblioteca foram transferidos para o acervo desta instituição (GONÇALVES, 2006, p. 238). Também a legislação federal que criou o Museu Nacional de Imigração e Colonização (MNIC) previu que a instituição deveria efetuar o "recolhimento de todos os objetos que recordam a imigração no sul do país, e também os documentos e publicações atinentes à mesma" (LEI Nº 3.188/1957, Art. 1º). Quando da implantação do MNIC, em 1961, a edificação construída para servir de moradia ao representante do Domínio Dona Francisca abrigava acervo formado por diferentes documentos: coleções de jornais, fotografias, mapas, registros contábeis, entre outros[35].

Ainda na década de 1970, outras instituições municipais foram criadas ou reorganizadas, abrangendo expressões e atividades artísticas, bem como outras categorias patrimoniais. Com relação aos espaços museológicos, em maio de 1970 o poder público adquiriu o imóvel que

---

[35] Material que foi organizado e utilizado por Carlos Ficker na redação de seu livro *História de Joinville — Crônicas da Colônia Dona Francisca*, lançado em 1965 (TERNES, 2010, p. 14) e constituiu objeto de conflito entre ele e Adolfo Bernardo Schneider, que o acusou de ter se apropriado indevidamente desta documentação (GONÇALVES, 2006, p. 235). Em 1974, o poder público municipal decretou como de utilidade a documentação que estava sob posse da família de Carlos Ficker.

havia servido de residência e ateliê ao artista plástico alemão Fritz Alt[36], prevendo a utilização da edificação como um museu dedicado ao artista. A ação que foi concretizada em 1975.

Com relação à promoção de atividades de ensino ligadas às linguagens artísticas, foi inaugurada, em 1972, a Casa da Cultura. A instituição passou a abrigar a Escola de Artes Fritz Alt e a Escola de Música Villa-Lobos. Posteriormente, também sediou a Escola Municipal de Ballet, criada em 1975 (DECRETO Nº 3050/1975), e a Galeria de Arte Victor Kursancew, criada em 1982 (DECRETO Nº 4461/1982). Ainda com relação às manifestações artísticas, foi criada, em 1973, a Banda Municipal de Joinville, tendo por "finalidade difundir a música popular e clássica, através de concertos efetuados em auditórios, coretos, praças ou outros locais públicos do Município", devendo as audições ser realizadas nos sábados, domingos, feriados e em outras comemorações públicas (DECRETO Nº 2865/1973, Art.3º).

No ano de 1973, foi criado o Museu de Arte de Joinville (MAJ), cujo texto de lei previu a transferência para a instituição das diversas obras que estavam sob a posse do Departamento de Cultura, Esporte e Turismo (DCET), as quais foram obtidas por meio de doações e aquisições ao longo dos anos. Como justificativa para a criação do MAJ, o poder público municipal destacou a necessidade de amparo aos artistas locais, bem como o "elevado desenvolvimento artístico-cultural" da cidade (LEI Nº 1271/1973, Preâmbulo). Como atribuições, competia ao MAJ "recolher, abrigar e preservar o patrimônio artístico joinvilense, além de amparar, estimular e divulgar a criação artística" (LEI Nº 1271/1973, Art. 1º), bem como garantir o acesso do público ao acervo a ele transmitido: "Passam ao acervo do Museu de Arte de Joinville as obras de artes pertencentes ao Departamento de Educação e Cultura e ao patrimônio do Município, para que sejam consideradas de valor museológico" (LEI Nº 1271/1973, Art. 3º). A instituição foi inaugurada em 1976, sediada em edificação construída no século XIX para servir de residência a Ottokar Doerffel[37], um dos diretores da Colônia Dona Francisca.

Voltando ao âmbito do desenho institucional da administração municipal, em maio de 1973, no Governo Pedro Ivo Campos (1973-1977), a Educação se tornou um órgão específico, com a Cultura, o Esporte e o Turismo passando a compartilhar um mesmo departamento (LEI Nº 1267/1973). Conforme o regulamento do Departamento de Cultura, Esporte e Turismo (DCET), aprovado em janeiro de 1974, foi atribuída à referida pasta a competência geral de:

---

[36] Fritz Alt (1902-1968) radicou-se em Joinville, executando diversas obras públicas, como o painel da sede da Biblioteca Pública Municipal Rolf Colin e o Monumento ao Imigrante, inaugurado nos festejos do "Centenário de Joinville" (1951).

[37] Ottokar Dörffel (1818-1916), imigrante alemão que chegou à antiga Colônia Dona Francisca em 1854. Criou o *Kolonie-Zeitung* (Jornal da Colônia), segundo jornal em língua alemã de Santa Catarina, e exerceu diferentes cargos públicos: foi diretor da Colônia, presidente do Conselho Municipal e Cônsul honorário da Alemanha.

"Promover e divulgar a cultura em seus vários aspectos (artes plásticas, teatro, arte popular, música, espetáculos de diversão, literatura e outros assuntos de interesse cultural)" (DECRETO Nº 2876/1974. Art.1º). A estrutura do órgão era formada por uma diretoria e três divisões respectivas às áreas citadas. À Divisão de Cultura competia especificamente:

> a) Promover, divulgar, coordenar e documentar atividades artísticas e de interesse cultural promovendo espetáculos, conferências e cursos;
> b) Zelar pelo patrimônio histórico e acervo artístico do Município;
> c) Manter serviço de divulgação de obras inéditas ou já consagradas (musicais, literárias, e culturais em geral), tanto nacionais como estrangeiras.
> d) Promover atividades culturais e recreativas para crianças;
> e) Amparar, promover e divulgar as manifestações de arte popular;
> f) Pesquisar, promover e divulgar o folclore regional, amparar os grupos folclóricos existentes e estudar a criação de novos;
> g) Promover e estimular o desenvolvimento das artes em geral
> (DECRETO Nº 2876/1974, Art.4º).

Por sua vez, a divisão supracitada era composta por duas seções: Seção de Patrimônio Histórico Cultural e Seção de Artes. À primeira, que deveria contar com o assessoramento do Arquivo Histórico de Joinville, além de coordenar as unidades a ela subordinadas, foram atribuídas as seguintes ações:

> a) Recolher, conservar e restaurar documentos históricos, peças e obras de arte de valor histórico, pondo-os em condições de serem consultados divulgados;
> b) Coordenar e incentivar as Bibliotecas e Museus Municipais;
> c) Levantar o patrimônio histórico e cultural do Município, gestionando junto aos órgãos competentes para a preservação, conservação e restauração das reservas existentes;
> d) Promover e incentivar a pesquisa histórica, antropológica e cultural do Município;
> e) Preservar o Patrimônio arqueológico, de acordo com a Lei Federal nº 3.924 de 26 de julho de 1961
> (DECRETO Nº 2876/1974, Art. 5º, § 1º).

Com relação à preservação do patrimônio imóvel, tendo em vista não haver neste período legislação municipal de tombamento, caberia ao poder público local realizar o levantamento de bens e solicitar a intervenção (proteção) à esfera federal ou estadual. Quanto ao patrimônio arqueológico, foi novamente referenciado o papel do município em contribuir para a proteção destes bens através da observância da legislação federal específica.

À Seção de Artes foram atribuídas competências relativas à promoção de eventos e ações relacionadas ao levantamento, divulgação, promoção e difusão de manifestações culturais, bem como de coordenar unidades:

> a) Promover, divulgar e coordenar os tipos de espetáculo a serem apresentados (cinema, teatro, shows, culturais, circos, danças, etc.) ou patrocinadas pelo Departamento;
> b) Promover concursos e instituir prêmios literários, com o objetivo de desenvolver o gosto pela literatura;
> c) promover conferências, seminários e cursos sobre temas de interesse geral ou específico dos diversos grupos estudantis;
> d) Amparar e promover manifestações literárias que forem de interesse da comunidade;
> e) Manter contato e fazer promoções conjuntas com os estabelecimentos de ensino locais;
> f) Promover atividades culturais e recreativas para crianças;
> g) Promover e divulgar exposições de artes plásticas e amparar as manifestações artísticas locais;
> h) Coordenar e apoiar as Escolas de Arte e Música Municipais;
> i) fazer o levantamento dos recursos e potencialidades artísticas do município;
> j) Incentivar a formação artística nas escolas e apoiar os grupos e iniciativas artísticas do Município;
> k) Manter correspondências com entidades, organizações, associações, e órgãos oficiais ou particulares que exerçam atividades de interesse da Divisão de Cultura;
> l) Elaborar calendário das promoções da Divisão de Cultura.
> (DECRETO Nº 2876/1974, Art. 5º, § 2º).

Se, por um lado, pareceu claro o objetivo de estabelecer uma relação mais próxima junto à população, especialmente com as instituições de ensino e com o público infantil e jovem, por outro, tendo em vista as atribuições e competências descritas acima, a concepção da Seção de Artes ficou basicamente restrita à promoção de eventos. À Seção de Patrimônio foi designado um papel mais "fechado", ou seja, tomado apenas como espaço institucional de guarda e conservação dos bens culturais. O regulamento também dispôs que o Departamento de Cultura, Esporte e Turismo deveria contar com comissões consultivas para planejar e executar suas atividades (Cultura[38], Esporte[39] e Turismo[40]), que poderiam opinar e sugerir encaminhamentos sobre os assuntos de sua competência.

Em outubro de 1975, ocorreu uma reorganização mais ampla na estrutura da Prefeitura Municipal de Joinville (LEI Nº 1404/1975), quando os antigos departamentos foram transformados em secretarias, com regulamento interno aprovado em dezembro do mesmo ano (DECRETO Nº 3131/1975). No tocante às competências gerais da (agora denominada) Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo (SCET), a nova reforma acolheu as atribuições descritas no regulamento do (antigo) Departamento de 1974, mantendo a organização da pasta em três divisões. Por sua vez, a Divisão de Cultura também permaneceu organizada em dois setores, porém com alteração na disposição e funções de sua estrutura interna.

---

[38] O Conselho Municipal de Cultura foi criado em 1968, como já citado anteriormente.
[39] Lei nº 748/1965.
[40] Lei nº 881/1967.

Foi criado o Serviço de Promoções Culturais, ao qual cabia "elaborar, coordenar e supervisionar programas que visem o desenvolvimento cultural do município nos campos da música, do teatro, da literatura, das artes plásticas e do folclore, bem como todos os demais programas e atividades de expressão cultural do município" (DECRETO Nº 3131/1975, Art. 91). De maneira geral, este setor passou a ser responsável pela maioria das atividades anteriormente atribuídas à Seção de Artes, quais sejam: promover e divulgar eventos e atividades.

O segundo setor, agora denominado Serviço de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, era responsável pelo "levantamento, tombamento, conservação, restauração, guarda e exposição do acervo arqueológico, histórico, artístico e cultural do município", devendo ainda promover atividades de pesquisa (DECRETO Nº 3131/1975, Art. 92). A este Serviço foram subordinadas as seguintes unidades: Museu Nacional de Imigração e Colonização, Museu Arqueológico do Sambaqui de Joinville, Museu Casa Fritz Alt, Museu de Arte de Joinville e o Arquivo Histórico Municipal (DECRETO Nº 3131/1975, Art. 93). Cabe frisar que, apesar de já constar anteriormente nas atribuições deste setor, a noção de valor "artístico" passa a integrar sua denominação oficial, tendo em vista a criação das duas instituições voltadas à guarda e exposição de obras artísticas (Museu Casa Fritz Alt e Museu de Arte de Joinville).

A descentralização das ações realizadas pela Divisão de Cultura é outro aspecto a ser destacado. Subentendida no regulamento anterior (1974), a municipalidade optou por prevê-la de forma direta no decreto de 1975 ao dispor que as atividades a serem realizadas deveriam abranger os bairros, a "utilização de parques e jardins municipais para fins de recreação popular", bem como fomentar a "visitação aos locais de interesse histórico e artístico" (DECRETO Nº 3131/1975, Art. 89, Alínea F, G, H).

Nesta reforma administrativa, algumas competências relacionadas ao patrimônio cultural foram designadas também a outros órgãos da administração municipal. À Divisão de Turismo foi atribuído contribuir com a divulgação dos espaços e bens culturais do município, devendo: "Organizar excursões com itinerários históricos, pitorescos e turísticos em geral" e "Promover o levantamento das atrações turísticas, históricas, recreativas, culturais e outras, juntamente com a Divisão de Cultura e Esporte, visando a sua divulgação" (DECRETO Nº 2876/1974, Art. 8º, § 1º, Alíneas A e D). A Divisão de Planejamento Físico e Territorial, unidade da Coordenadoria Geral do Planejamento, foi outro órgão cujas competências previam

ações sobre o patrimônio cultural, devendo "Zelar pela manutenção do patrimônio paisagístico natural" (DECRETO nº 3131/1975, Art. 14, Alínea O)[41].

Tendo em vista a significativa criação ou reorganização de unidades e órgãos voltados à Cultura na administração municipal, sobretudo nos anos 1970, seria este processo apenas observável em âmbito local? O contexto histórico analisado até aqui foi marcado em âmbito federal pela institucionalização e descentralização das instituições culturais. Com o início do regime militar, em 1964, ganhou ênfase um modelo de desenvolvimento de indústria cultural com vistas à integração simbólica do país, amparada por uma dinâmica midiatizada e fundamentada na política de segurança nacional (RUBIM, 2007, p. 20). Apesar de o regime militar ter dado continuidade às concepções engendradas no período Vargas (desenvolvidas sob o ideário de "construir a nação"), pode-se observar que o foco no período do regime era "proteger e integrar a nação", constituindo a cultura um elemento central deste processo (BARBALHO, 2007, p. 41-42).

> [...] para os ideólogos do regime militar a unidade não descarta a diversidade. O todo é diversificado, porém, no conceito, o todo se torna a diversidade do que é, em si, uno e idêntico. O nacional reforça a identidade diante do que vem do exterior, enquanto o popular atua no reforço no interior do país. A junção das duas instâncias ocorre através do Estado. Compreende-se, então, porque a consolidação nacional se constitui, no regime militar, em políticas culturais do "estado para o Estado" (CHAUÍ, 1986).

Como destacado por Calabre (2007, p. 93) e Barbalho (2007, p. 45), a ampliação do campo da cultura neste período não se restringiu à esfera federal. A partir da década de 1960, foram criadas secretarias e conselhos de cultura no âmbito dos estados e municípios, processo que ganhou impulso na década de 1970. Com o objetivo de tornar viável e unificar as políticas culturais que estavam sendo desenvolvidas pelo país, foram organizados encontros nacionais, com a participação de todos os entes federados. O marco deste processo foi a realização do "Primeiro Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área da Cultura, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais", em abril de 1970, evento que deu origem ao chamado Compromisso de Brasília. Como declarado no referido documento, os participantes do evento[42]:

---

[41] Em 1977, primeiro ano do Governo Luiz Henrique da Silveira – MDB (1977-1982), houve nova disposição sobre a estrutura administrativa do Município e a instituição de novo regimento para a PMJ (como é recorrente no início de cada nova gestão). Porém, não ocorreu alteração na organização da SCET e Divisão de Cultura, sendo mantidas suas atribuições (LEI Nº 1514/1977; DECRETO Nº 3440/1977).

[42] Conforme Gonçalves (2016, p. 153), foram signatários pelo estado catarinense: "[...] Oswaldo Rodrigues Cabral, Jaldyr B. Faustino, da Silva (Secretário de Estado da Educação e Cultura de Santa Catarina) e Carlos Humberto Correa (Diretor do Departamento de Cultura).".

> Reconhecem a inadiável necessidade de ação supletiva dos Estados e dos Municípios à atuação federal no que se refere à proteção dos bens culturais de valor nacional; Aos Estados e Municípios também compete, com a orientação técnica da DPHAN, a proteção dos bens culturais de valor regional; Para obtenção dos resultados em vista, serão criados onde ainda não houver, órgãos estaduais e municipais adequados, articulados devidamente com os Conselhos Estaduais de Cultura e com a DPHAN, para fins da uniformidade da legislação em vista, atendido o que dispõe o art. 23 do Decreto-Lei 25, de 1937[43] (COMPROMISSO DE BRASÍLIA, 1970, p. 01).

Com relação a Santa Catarina, a preservação de algumas categorias patrimoniais passaram a constar nas atribuições do Departamento de Cultura (órgão da Secretaria de Estado da Educação e Cultura), a partir de 1961, mesmo que de maneira vaga. No mesmo ano também foi atribuído ao Conselho Estadual de Cultura competências para a preservação do patrimônio, com a criação de câmaras e comissões temáticas em sua estrutura. Neste contexto, deu-se ênfase ao patrimônio artístico, arqueológico e bibliográfico (GONÇALVES, 2016, p. 151-152).

Sublinhamos aqui uma relação direta entre as diretrizes presentes no Compromisso de Brasília e as ações desenvolvidas em Joinville. No tocante à documentação de valor histórico, a carta resultante do encontro recomendou a "defesa do acervo arquivístico, de modo a ser evitada a destruição de documentos, ou tendo por fim preservá-los convenientemente, para cujo efeito será apreciável a colaboração do Arquivo Nacional com as congêneres repartições estaduais e municipais" (COMPROMISSO DE BRASÍLIA, 1970, p. 02). No texto de criação do Arquivo Histórico de Joinville (AHJ) consta referência ao Compromisso na apresentação do objetivo de criação da instituição:

> [...] transformar este em um centro de pesquisas históricas para toda a Região Norte-Nordeste do Estado de Santa Catarina, cumprindo desta forma o "desideratum", que inspirou o "Compromisso de Brasília", quando recomenda que "o culto do passado é elemento básico para a formação da consciência nacional" e ainda aponta o interesse de se "transmitir às novas gerações e consciências o interesse do ambiente histórico-cultural" (LEI Nº 1182/1972, Art. 7º, Parágrafo Único).

Também a criação das unidades museológicas pelo município, referenciadas anteriormente, estava em consonância com as diretrizes presentes no Compromisso de Brasília (1970, p. 02), que recomendou "a instituição de museus regionais, que documentem a formação histórica, tendo em vista a educação cívica e o respeito da tradição" (COMPROMISSO DE

---

[43] Decreto-Lei nº 25/1937, "Art. 23. O Poder Executivo providenciará a realização de acordos entre a União e os Estados, para melhor coordenação e desenvolvimento das atividades relativas à proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e para a uniformização da legislação estadual complementar sobre o mesmo assunto.".

BRASÍLIA, 1970, p. 02) — não obstante algumas destas instituições não estarem diretamente ligadas ao "culto do passado".

Ainda com relação à estrutura administrativa municipal, a Cultura esteve ligada à Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo até abril 1982, quando foi criada a Fundação Cultural de Joinville – FCJ, cujo estatuto foi aprovado em 1983 (DECRETO Nº 4745/1983). Instituída com personalidade jurídica de direito privado, autonomia administrativa e financeira, sem fins lucrativos ou distribuição de lucros, a possibilidade de extinção da FCJ está condicionada à "homologação do Prefeito Municipal e aprovação do Legislativo Municipal" (LEI Nº 1863/1982, Art. 2º e 4º). Foram descritas como finalidades principais da FCJ: "Incentivar, difundir, promover a prática e o desenvolvimento da atividade cultural e artística; Conservar, administrar e zelar pelo patrimônio cultural e artístico do Município de Joinville; Administrar, organizar, enriquecer o patrimônio" das instituições que a ela foram subordinadas (e outras que viessem a ser criadas), além de "Manter escolas de arte e de música e promover cursos nos diversos ramos da arte e da cultura, em todos os graus" (LEI Nº 1863/1982, Art. 2º, Alínea A, B, C e E). Foi prevista também à FCJ a finalidade de se constituir um centro de produção de conhecimento, podendo "Promover e patrocinar pesquisas" e "Receber e conceder bolsas de estudos" (LEI Nº 1863/1982, Art. 2º, Alínea F e G) — atribuições presentes nas legislações anteriormente abordadas e designadas à antiga Divisão de Cultura.

A estrutura da FCJ foi composta por um Conselho Curador, Diretoria e Conselho Fiscal. Por sua vez, a Diretoria era formada pelo Diretor Presidente, Diretor Administrativo e Diretor Cultural (LEI Nº 1863/1982, Art. 8º e Art. 11). As unidades a ela vinculadas foram: Museu Arqueológico do Sambaqui (MASJ), Museu de Arte de Joinville (MAJ), Museu Casa Fritz Alt, Casa da Cultura, Arquivo Histórico de Joinville (AHJ), Teatro Municipal de Joinville, Cemitério do Imigrante, além de outras instituições que viessem a ser criadas — o Museu Nacional de Imigração e Colonização (MNIC) deveria ser administrado mediante convênio, por constituir uma instituição criada por legislação federal (LEI Nº 1863/1982, Art. 1º, Alínea D). O executivo municipal foi autorizado a transferir os imóveis referentes às instituições culturais citadas à Fundação Cultural de Joinville, bem como seus acervos "móveis, objetos, pinacoteca, livros, revistas, jornais, documentos e todo o patrimônio cultural, artístico e histórico dos órgãos que façam parte da Fundação" (LEI Nº 1863/1982, Art. 5º), que constituem patrimônio inalienável.

Como uma fundação de personalidade jurídica de direito privado, à FCJ era permitido, além de contar com dotações e subvenções oriundas do Município, do Estado e da União, receber "auxílios ou doações de pessoas jurídicas ou físicas, nacionais ou estrangeiras; as

doações, prêmios, legados ou qualquer outra forma de contribuição ou resultado de campanhas ou sorteios legais; a renda líquida de suas promoções, cursos, escolas, serviços e bens" (LEI Nº 1863/1982, Art. 6º). Também poderia "firmar convênios com entidades particulares ou governamentais, nacionais ou estrangeiras, com fins culturais ou que proporcionem bolsas de estudos, sendo que o produto de tais convênios poderão ser aplicados [sic] no custeio dessas bolsas também no exterior" (LEI Nº 1863 1982, Art. 7º, Parágrafo Único). Assim, a criação de uma fundação com base nos aspectos expostos, visava dar maior autonomia administrativa e financeira à Cultura.

Em julho de 1982, novo decreto reformulou o regimento interno da PMJ — não constando a FCJ nesta estrutura, por constituir fundação com estatuto próprio. Todavia, cabe registrar que o patrimônio cultural foi mantido como objeto de ação da Divisão de Planejamento Físico e Territorial, ainda com a atribuição de "Zelar pela manutenção do patrimônio paisagístico natural". Chamou-nos a atenção a ampliação das atribuições relacionadas à Secretaria de Turismo, que em suas competências, além da ação já prevista anteriormente (de organizar excursões a "locais e recantos históricos, pitorescos e turísticos") passou a ter também a atribuição de "[...] efetuar o levantamento, tombamento, conservação, restauração, guarda e exposição do acervo arqueológico, histórico, artístico, natural e cultural do Município e promover a pesquisa nesse campo e demais atividades correlatas em estreita colaboração com a Fundação Cultural de Joinville", desempenhando um papel de ação complementar no campo do patrimônio (LEI Nº 4608/1982, Alínea N). Possivelmente, a ampliação das atribuições da Secretaria de Turismo em relação ao patrimônio cultural teve como motivação a possibilidade de captação de recursos junto à esfera federal, tendo em vista o papel de destaque do patrimônio edificado nas políticas de turismo a partir da década de 1970.

Com relação às categorias patrimoniais, o diferencial identificado neste momento consistiu na atribuição dada à FCJ para "Instituir e regulamentar o tombamento artístico, cultural, histórico e paisagístico no Município de Joinville" (LEI Nº 1863/1982, Art. 1º, Alínea H), tendo em vista a aprovação de duas leis que ampliaram a atuação do município neste sentido, ainda em 1980. Tratou-se da criação da Comissão do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural do Município de Joinville (COMPHAAN) e da instituição do tombamento como mecanismo de proteção em âmbito municipal. A primeira atribuiu ao responsável pela Divisão de Cultura, da antiga SCET, o papel de secretariar a COMPHAAN. Por sua vez, a legislação de tombamento municipal concedeu à SCET competência para sua aplicação por meio do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, ouvida a

COMPHAAN (LEI Nº 1773/1980, Art. 4º) — atribuições estas transferidas à FCJ quando de sua criação[44].

Com base nas leis e ações analisadas até aqui, podemos perceber que o poder público municipal teve por objetivo, a partir da década de 1960, agir em várias frentes para a implantação de uma política cultural em Joinville. Apesar do papel inicialmente mais restrito, previsto na legislação de 1967, a partir deste período a municipalidade se pretendeu produtora de conhecimento, formadora de público, mediadora dos grupos artísticos, além de agir diretamente na proteção de algumas categorias patrimoniais. O conjunto de ações engendradas também demonstra a consonância dos agentes locais com a política nacional de Cultura. Todavia, longe de meramente ressoar os objetivos da política federal, as instituições municipais foram motivadas e geridas a partir de anseios locais.

Se, por um lado, a municipalidade desenvolveu ações concretas para a proteção do patrimônio arquivístico, museológico, arqueológico e artístico, por outro, a preservação do patrimônio edificado ganhou corpo apenas a partir de 1980. Não obstante alguns mecanismos e ações idealizadas ainda na década de 1960 para a preservação do patrimônio edificado, a estratégia empregada pela municipalidade com maior êxito para esta categoria patrimonial foi motivar o órgão federal de preservação para o tombamento pontual de alguns bens localizados no município, atuando de forma direta em sua gestão. Contudo, além das comissões ligadas ao Museu Nacional de Imigração e Colonização e do Cemitério do Imigrante, a legislação municipal, na esteira do que vinha ocorrendo em âmbito feral, também previu a participação de instâncias formais constituídas por agentes ligados à sociedade civil na gestão da Cultura, instâncias essas que serão analisadas a seguir.

1.3 CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA (1968 A 1976)

A análise das diretrizes, composição e atuação dos conselhos e comissões vinculados ao poder público contribui para identificarmos os grupos que em determinado momento passam a ter legitimidade institucional para interagir no campo da Cultura e aqueles preteridos neste processo. Problematizar as características destes espaços coletivos nos possibilita perceber a

[44] A legislação municipal de tombamento e a atuação da COMPHAAN serão analisadas no item 1.5 do presente trabalho.

concepção de política cultural, as redes de colaboração, a desigual distribuição do poder político e de organização dos grupos sociais.

A redação do presente item tomou como referência leis e decretos localizados na Câmara de Vereadores de Joinville (CVJ), na Secretaria da Administração da PMJ e no *site* Leis Municipais, bem como documentação presente no acervo do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, em pasta identificada como "Conselho de Cultura de 1968 a 1992", composta por documentos diversos como: legislações, ofícios, portarias, a primeira versão de seu regimente interno, regulamentos de concursos e um plano municipal de cultura[45]. Porém, infelizmente não foi localizado o livro de atas do Conselho referente ao período analisado (não havendo sequer confirmação de sua existência). Está sob a guarda da secretaria do (atual) Conselho Municipal de Políticas Culturais (CMPC)[46] apenas documentação relativa ao período de 1999 aos dias atuais. A ausência das atas limitou a possibilidade de uma análise mais aprofundada acerca dos assuntos debatidos e privilegiados, bem como das tensões que marcaram o CMC neste período. Desta forma, concentramos nossa abordagem nas diretrizes que organizaram o Conselho e no Plano Municipal de Cultura elaborado, visando, sobretudo, a identificar o lugar previsto para o patrimônio cultural e, em especial, o patrimônio edificado.

Em âmbito federal, em 1961, no Governo João Goulart, foi criado o Conselho Nacional de Cultura, inicialmente subordinado à Presidência da República e posteriormente, em 1962, ao MEC. O Conselho foi estruturado a partir de comissões representativas da área artística e por funcionários de órgãos governamentais, com o objetivo maior de formular planos nacionais de cultura (CALABRE, 2007, p. 89-90; RUBIM, 2007, p. 18). Órgão composto por vinte e quatro membros, cuja indicação era efetuada pelo Presidente da República, foi reformulado em 1966, passando a ser denominado de Conselho Federal de Cultura (CFC). Foram elaborados diversos planos (1968, 1969 e 1973), cujo ponto comum constituía na necessidade de recuperar as instituições culturais para que desenvolvessem políticas relacionadas às suas respectivas áreas. Todavia, nenhum destes planos foi efetivamente posto em prática (CALABRE, 2007, p.90-91). Naquele período, em plena ditadura civil-militar, os profissionais integrantes do Conselho demonstravam preocupação com a influência midiática sobre as culturas regionais e populares a partir de uma concepção conservadora. Barbalho (2007, p. 43) identifica como elemento unificador do Conselho um viés conservador que reverenciava o passado, onde a diversidade estava submetida à unidade nacional, neutralizando as divergências e conflitos,

---

[45] A presença desta documentação no acervo do MASJ se deve ao fato de algumas reuniões terem sido realizadas nesta instituição e pela secretaria do Conselho ter sido exercida por funcionário ligado à instituição.
[46] Cuja organização mais recente foi estabelecida pela Lei Nº 6705/2010.

valorizando a cultura brasileira como "democrática, harmônica, espontânea, sincrética e plural". Com o objetivo de ampliar a atuação do poder público na Cultura, numa perspectiva descentralizadora, foi incentivada a criação de secretarias estaduais (RUBIM, 2007, 20-21).

Em Joinville, o Conselho Municipal de Cultura (CMC) foi instituído em 1968, como "órgão de planejamento, orientação e coordenação das atividades culturais de Joinville" (LEI Nº 951/1968, Art. 1º). Formado por dez membros nomeados entre as "personalidades eminentes, de reconhecida idoneidade, representativas [da] cultura municipal" (LEI Nº 951/1968, Art. 2º, *Caput*), a composição do Conselho deveria manter equilíbrio na representatividade das artes, letras e ciências. Com mandato de quatro anos, a cada dois deveria haver a renovação parcial dos conselheiros, sendo previsto que em sua primeira nomeação metade dos membros teriam mandato com duração de apenas dois anos. A função de membro do CMC foi considerada de "relevante interesse público", tendo prioridade sobre demais cargos ocupados por seus conselheiros (LEI Nº 951/1968, Art. 2º, § 7º, § 2º, § 3º, § 8º, § 9º).

No tocante ao seu funcionamento, foi estabelecido que o CMC se organizaria em câmaras ou comissões, devendo se reunir em sessão plenária para deliberar sobre os assuntos de caráter geral ou específico (LEI Nº 951/1968, Art. 2º, § 5º). Os dirigentes dos órgãos culturais ligados ao Departamento de Educação e Cultura (DEC) poderiam participar dos debates que envolvessem suas respectivas instituições, sendo de responsabilidade do Poder Executivo ceder funcionários e prover os recursos financeiros necessários ao funcionamento do Conselho (LEI Nº 951/1968, Art. 5º, 7º e 8º). Entre as competências do Conselho Municipal de Cultura estavam: a elaboração de seu Regimento Interno e do Plano Municipal de Cultura; colaborar com o Conselho Federal e Estadual para a elaboração, execução e fiscalização do Plano Nacional e Estadual de Cultura; promover campanhas, emitir pareceres e resoluções (LEI Nº 951/1968, Art. 3º, Alíneas A, C, D e M).

Das treze alíneas relativas às competências, cinco diziam respeito a reconhecer e fiscalizar a obtenção de recursos públicos por parte de instituições culturais com fins lucrativos, mas de utilidade pública, inclusive as que se destinavam à "conservação e guarda de seu patrimônio artístico ou bibliográfico" e que desenvolviam "projetos específicos para a difusão da cultura científica, literária ou artística" (LEI Nº 951/1968, Art. 3º, Alínea E, F, I, J, N). Cabia também ao Conselho "Submeter à homologação do Diretor do DEC os atos e as resoluções que fixam doutrina ou ordem de caráter geral" (LEI Nº 951/1968, Art. 3º, Alínea M). Podemos observar a intenção da municipalidade em estabelecer relações mais próximas com outras esferas da gestão pública, bem como com instituições privadas ou comunitárias que pudessem contribuir nas atividades culturais e de preservação do patrimônio. Estas diretrizes refletem o

contexto do município na área cultural, que em 1968 ainda não possuía instituições[47] ou mecanismos próprios para efetivar a proteção dos bens culturais, desempenhando o Conselho apenas função consultiva e de assessoramento. A previsão de parcerias com instituições privadas de utilidade pública consta também em outros pontos da legislação, apresentando uma concepção mais dilatada de salvaguarda de bens, não se restringindo apenas à atuação do poder público.

Com relação à gestão dos bens culturais, a legislação que criou o CMC previu expressamente a instituição de uma comissão específica para tratar dos assuntos relativos ao patrimônio: "Além das Câmaras ou comissões referidas no parágrafo anterior [artes, letras ou ciências], haverá uma destinada aos assuntos do patrimônio arqueológico, histórico e artístico municipal" (LEI Nº 951/1968, Art. 2º, § 6º), cabendo ao Conselho "cooperar para a defesa e conservação do patrimônio arqueológico, histórico e artístico do Município" (LEI Nº 951/1968, Art. 3º, Alínea G). Todavia, somente em novembro de 1970, mais de dois anos após a criação do Conselho Municipal de Cultura, foi publicada a primeira nomeação de seus membros e dos integrantes da (então denominada) Comissão do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Artístico Municipal[48], constituindo instâncias formadas por integrantes diferentes, totalizando dezoito pessoas. O Conselho foi composto por advogados, médicos, políticos, gestores públicos e pessoas ligadas ao setor empresarial, de famílias "tradicionais" da cidade, porém nem todas de ascendência germânica. Quanto à Comissão de Patrimônio, podemos identificar a predominância de membros descendentes de famílias imigrantes e que já vinham atuando na preservação de bens culturais do município, diretamente ligadas ao poder público municipal e/ou integrantes da Comissão do Museu Nacional de Imigração e Colonização e do Cemitério

---

[47] Com exceção da Biblioteca Pública Municipal Rolf Colin.

[48] **Membros do Conselho Municipal de Cultura** (12/11/1970 a 24/05/1972)**:** Luiz Carlos Garcia, Mário Edmundo Lobo (advogado e vereador), Ademar Garcia Filho (advogado e deputado estadual), Francisco José Rodrigues de Oliveira (advogado, juiz de Direito, professor e dirigente escolar), Kurt Germano Freissler (diretor de empresa), Osmar Schroeder (médico psiquiatra), Hans Kress (representante comercial), Hercílio Fronza (médico e gestor público), Lea Weege (professora), Iraci Schmidlin (professora e gestora pública) (DECRETO Nº 2162/1970). Obs.: Alterada em 08/05/1972. Dispensados: Luiz Carlos Garcia, Ademar Garcia Filho e Lea Weege. Nomeados: Ascânio Pruner (engenheiro mecânico, professor universitário), Flávio Gomes de Oliveira (coronel-aviador da FAB), Pedro Zanella (professor) (DECRETO Nº 2483/1972). **Membros da Comissão do Patrimônio**: Dagoberto Koehntopp (arquiteto, Diretor da Assessoria de Planejamento Urbanístico, membro da Comissão do Cemitério do Imigrante), Aymoré Palhares (advogado e Procurador do município), Darey Pereira, Carlos Schneider (empresário e membro da Comissão do MNIC), Adolfo Bernardo Schneider (historiador autodidata, gestor público e antigo membro da Comissão do MNIC), Hilda Anna Krisch (enfermeira, membro da Comissão do MNIC e da Comissão do Cemitério do Imigrante), Paul Helmuth Keller (imigrante alemão, engenheiro-arquiteto, construtor, gestor público e membro da Comissão do Cemitério do Imigrante), Kurt Rosenberger (administrador de empresa, membro da Comissão do MNIC), Representante da E. F. A. (Exposição de Flores e Arte Domiciliar), Representante da A. J. A.O. (Agremiação Joinvilense de Amadores de Orquídeas) — não há referência aos efetivos representantes das duas últimas instituições citadas (DECRETO Nº 2162/1970).

do Imigrante. Assim, a composição deste novo espaço institucional indica que se procurou assegurar a defesa da memória dos "pioneiros", garantindo a participação de agentes socialmente reconhecidos.

A partir da documentação que compõe a pasta "Conselho de Cultura de 1968 a 1992", citada anteriormente, pode-se afirmar que foram realizadas apenas três reuniões do Conselho entre novembro de 1970 e setembro 1971[49]. Entre os assuntos tratados, consta a posse dos conselheiros, a eleição de seu presidente, a elaboração de regimento interno, programa de trabalho e orçamento[50], proposição de novos conselheiros e alteração da legislação que a criou (OFÍCIO Nº 241 de 09/11/1970/DEC; OFÍCIO Nº 224 de 24/11/1970/DEC; OFÍCIO CIRCULAR Nº 01 de 13/09/1971/DEC).

A reformulação do Conselho, em outubro de 1971, com regimento interno instituído em março de 1972, alterou alguns aspectos de seu funcionamento e estabeleceu detalhamentos. Assim como no texto de 1968, foi enfatizada a necessidade de instituição de um espaço destinado aos assuntos relativos ao patrimônio cultural, passando este item a ter a seguinte redação: "Obrigatoriamente, será constituída uma câmara ou comissão para assuntos do patrimônio arqueológico, histórico e artístico do Município." (LEI Nº 1152/1971, Art. 2º, § 6º). Conforme o Regimento Interno, foram criadas as seguintes comissões: "Comissão de Artes; Comissão de Letras; Comissão de Ciências; Comissão do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Artístico; Comissão do Patrimônio Paisagístico; e Comissão do Patrimônio do Arquivo Municipal" (DECRETO Nº 2485/1972, Art. 28) — sendo extinta a Comissão de Patrimônio anteriormente nomeada e ficando de fora do Conselho os agentes ligados à Comissão do MNIC e do Cemitério do Imigrante. Novo decreto foi publicado em maio de 1972 confirmando a nomeação dos membros do Conselho, ratificando os atos praticados e promovendo a substituição de alguns membros (já referenciados anteriormente) (DECRETO Nº 2533/1972). Além das pessoas nomeadas, poderiam participar das reuniões, sem direito a voto, dirigentes ligados às unidades da Prefeitura Municipal de Joinville, "técnicos de reconhecida competência, ou representantes de outras entidades que tenham legítimo interesse no esclarecimento do assunto submetido à apreciação das mesmas" (DECRETO Nº 2485/1972, Art. 28, § 3º).

Outro aspecto alterado consistiu na supressão do termo "deliberar" do Parágrafo 5º do Art. 1º, que trata da atuação das câmaras ou comissões que compunham o Conselho, pois pelo

---

[49] Em 30/11/1970, 14/12/1970 e 20/09/1971. O motivo do intervalo de vários meses entre a segunda e terceira reunião do CMC não consta na documentação.

[50] Em cumprimento ao Art. 4º do Decreto Nº 2162/1970, que estabelecia: "Dentro de 60 dias, após a instalação, o Conselho ora nomeado deverá apresentar ao Prefeito Municipal, o seu regimento, bem como a constituição das comissões ou Câmaras e fixadas as suas atribuições."

texto de 1968 estes grupos deveriam "[...] deliberar sobre assuntos pertinentes às artes, às letras e às ciências [...]" (LEI Nº 951/1968, Art. 2º, § 5º). A nova redação estabeleceu que às câmaras ou comissões era permitido apenas "estudar previamente os assuntos de sua especialidade" (LEI Nº 1152/1971, Art. 2º, § 5º). Esta alteração se mostra coerente com a estrutura de funcionamento do Conselho, pois caberia às câmaras ou comissões analisar os assuntos de sua competência e elaborar parecer a ser objeto de apreciação antes da decisão final tomada em sessão plenária do Conselho. Considerando os decretos subsequentes, o CMC parece ter funcionado regularmente a partir deste período[51]. Mesmo prevista a participação de convidados, cogitamos a hipótese de haver dificuldades no funcionamento periódico das comissões anteriormente citadas, pois deveriam ser formadas por, no mínimo, três membros, com designação de presidente e relator, com a possibilidade de formação de subcomissões a partir de necessidades específicas. Ao final, o assunto tratado deveria ser levado à sessão plenária para análise e deliberação. Tendo em vista que o Conselho era formado por apenas dez membros, nos questionamos sobre a exequibilidade destes procedimentos.

Passemos à análise do Plano Municipal de Cultura. O documento não traz referência à data de sua conclusão, mas está assinado pelo conselheiro Ascanio Pruner, engenheiro e professor universitário, que integrou o Conselho de março de 1972 a março de 1976; é composto por vinte e uma páginas (índice, introdução e quatorze projetos). Em sua introdução, descreve uma situação presente no município e concebida como um duplo problema: o conflito da "cultura joinvilense" com as influências estrangeiras ("alienígenas") e as demais "culturas" trazidas pelos migrantes que naquele período passavam a habitar o município:

> A nossa conduta está a exigir linhas mestras de procedimentos que canalizem os esforços presentes e futuros no sentido de uma compreensão mais clara dos problemas que existem e que surgem nesse encontro infelizmente nem sempre salutar de culturas diversas, não só alienígenas como também de outras regiões brasileiras (PMC, s/d, p. 4).

---

[51] Em dezembro de 1976, houve a reformulação do Conselho (LEI Nº 1493/1976), com aprovação de novo regimento interno em agosto de 1977 (DECRETO nº 3422/1977), permanecendo como "[...] órgão consultivo de assessoria direta do Executivo Municipal" (LEI Nº 1493/1976, Art. 1º) e mantidas suas competências. Cabe destacar, porém, que a função de membro do Conselho passou a não ser mais remunerada (LEI Nº 1493/1976, Art. 2º, § 7º). Com relação aos aspectos relativos a sua organização, houve modificação no tocante à composição de suas comissões específicas: as áreas de Artes e Letras passaram a integrar uma mesma comissão, cuja denominação incluiu diversas linguagens artísticas — "Comissão de Artes - Música - Plástica - Teatro – Letras"; a Comissão de Ciências foi mantida; as três comissões anteriormente destinadas ao patrimônio foram agregadas em apenas duas, sendo denominadas de "Comissão do Patrimônio Museológico, Arqueológico, Histórico do Município" e "Comissão de Patrimônio Paisagístico e Arquitetônico"; havendo, ainda, a criação da "Comissão de Folclore" (DECRETO Nº 3422/1977, Art. 24).

Na concepção expressa pelo Plano Municipal, Joinville possuía uma cultura própria, resultante de um processo de contínua evolução e representada por um passado "glorioso" de "aculturação" entre os grupos que ocupavam o território do município antes da fundação da Colônia Dona Francisca e os imigrantes que a formaram — sobretudo os alemães. Se, por um lado, há o reconhecimento que no passado houve "confronto cultural" entre estes grupos, por outro, o processo de "assimilação" de ambas as partes constituía uma herança cujos "hábitos, costumes, sentimentos, idéias e realizações" caracterizavam os elementos da personalidade dos cidadãos de Joinville. Personalidade esta diferenciada por apresentar "características psico-sociais de brasileiros influenciados pela milenar cultura germânica [...]" (PMC, s/d, p. 4). Ao reconhecer a existência de conflitos, passados e presentes, opera-se uma ressignificação desta relação, tomada não como confronto insuperável, mas como decorrente de "uma região da Terra cujo meio-ambiente lhe exigia transformação cultural" (PMC, s/d, p. 4). O conflito presente, claramente identificado como decorrente do processo migratório pelo qual o município passava, poderia ser superado ao se tomar como referência as experiências pretéritas do próprio município. Como exemplo de "superação", mesmo não havendo referência direta no texto, pode-se inferir a tentativa de mobilizar a memória da Campanha de Nacionalização.

Em sentido *lato*, a cultura foi concebida como o meio pelo qual o ser humano age sobre o meio ambiente, através de um processo dialético no qual influencia e é influenciado por ele. Da "potencialidade da natureza humana para uma infinidade de pensamentos, ideias e ações" viriam o "comportamento e atitudes adequadas para atuar sobre o meio-ambiente e também receber dele as suas influências, bem como as influências de outras culturas" (PMC, s/d, p. 4). Decorreriam desta potencialidade humana, ainda segundo o documento, as "atividades físicas e intelectuais, nem sempre bem aceitas numa época, mas certamente bem avaliadas no futuro, por outras gerações" (PMC, s/d, p. 5). Novamente vemos ativada a memória da Campanha de Nacionalização, cujo período teria sido marcado pela incompreensão ou o não reconhecimento do importante legado cultural transmitido pelos imigrantes. Valor que o CMC reconhecia, além de tomá-lo como referência para a construção de "linhas mestras" para a política cultural do município. Para o Conselho, a cultura constituía "[...] o conjunto de idéias, pensamentos e sentimentos expressos, bem como das realizações materiais de um ser humano, ou de um grupo social, variáveis no espaço e menos variáveis no tempo" (PMC, s/d, p. 5), concebida mais por seu caráter de continuidade e permanência do que pela transformação.

Apesar de recorrer à ancestralidade dos "pioneiros" (imigrantes) para definir a "cultura joinvilense", o Plano opera também um deslocamento em relação à concepção de identidade teuto-brasileira. Conforme já destacamos anteriormente, o teuto-brasileiro seria o sujeito

nascido em solo nacional, descendente e cultivador dos valores e das expressões culturais de seus antepassados imigrantes. Ou seja, a partir desta concepção, haveria uma relação de ancestralidade que motivaria a perpetuação da cultura. Mas, como resolver os problemas que "surgem nesse encontro infelizmente nem sempre salutar de culturas diversas", tendo em vista que na década de 1970 a presença de migrantes provenientes de diferentes partes do Brasil se fazia aos milhares em Joinville? Esta questão está posta no início do Plano Municipal de Cultura.

O deslocamento operado consistiu na não obrigatoriedade de vínculo de ancestralidade, de domínio da língua alemã ou demais expressões culturais ligadas aos imigrantes para compartilhar e cultivar a herança legada pelos "pioneiros", como "as virtudes cívicas" e "o amor ao trabalho" (COMISSÃO DE CONSERVAÇÃO DO CEMITÉRIO DO IMIGRANTE, 1966, s/p.). Assim, não importaria o local de proveniência dos migrantes, desde que passassem a compartilhar os costumes e sentimentos que constituiriam a cultura do cidadão joinvilense. No nosso entender, esta reformulação parcial acerca da concepção de formação da cultura local se deve à própria composição do Conselho Municipal de Cultura, que apresentava diferenças significativas em comparação à Comissão do MNIC e do Cemitério do Imigrante. Como já destacado, se o CMC contava com representantes ligados a famílias "tradicionais" teuto-brasileiras, também dele participavam pessoas naturais de Joinville não ligadas à imigração germânica, bem como migrantes aqui estabelecidos e que ocupavam postos de destaque no poder público e em instituições da sociedade civil. Assim, a concepção de cultura empregada no Plano Municipal de Cultura ressoava a nova realidade do município, apresentando uma proposta de conciliação e integração a partir da "cultura joinvilense".

Em relação a esta concepção pode-se estabelecer um paralelo ao que ocorria em âmbito federal, mas a partir das especificidades locais. No Plano Nacional de Cultura (PNC) de 1975 se defendia a necessidade de valorização da diversidade regional brasileira — cujo resultado se expressaria no sincretismo de nossas matrizes culturais (indígena, europeia e negra) — e se visava à integração harmoniosa da sociedade. Partindo de uma concepção essencialista, o texto do PNC de 1975 faz referência a valores como originalidade e genuinidade em sua argumentação de defesa da cultura brasileira (BARBALHO, 2007, p. 43).

> A perspectiva essencialista de identidade do PNC se revela nos valores a que se aspira preservar: originalidade, genuinidade, peculiaridade, enraizamento, tradição, fixidez, personalidade, vocação, perenidade, consciência nacional. Sempre levando em conta as dimensões regional e nacional, estando a primeira submetida à segunda. A pluralidade que surge em algumas regiões se dilui no sincretismo, marca da brasilidade. Este é o significado peculiar da cultura brasileira e da personalidade de

> seu povo, "esta capacidade de aceitar, de absorver, de refundir, de criar" (BARBALHO, 2007, p. 44-45).

Desta forma, a diversidade diluída no sincretismo converge para a unidade nacional, ao mesmo tempo em que protege a cultura brasileira dos valores estrangeiros propagados pelos meios de comunicação e pela indústria cultural (BARBALHO, 2007, p. 45). As ações do governo federal incluíram a elaboração de diretrizes, programação de atividades e a colaboração intersetorial entre ministérios, secretarias estaduais e municipais que objetivavam a difusão da cultura, a preservação do patrimônio e a "fixação da personalidade cultural do Brasil, em harmonia com seus elementos formadores e regionais." (POLÍTICA NACIONAL DE CULTURA apud CALABRE, 2007, p. 92).

Assim como na esfera federal, o Plano Municipal de Cultura de Joinville, nos anos 1970, foi organizado por áreas e a partir de projetos, com definição de objetivos e ações, contemplando:

> Projeto 01 – Conselho; Projeto 02 – Biblioteca Pública; Projeto 03 – Casa da Cultura; Projeto 04 – Patrimônio Arquitetônico; Projeto 05 – Arquivo Histórico; Projeto 06 – Esportes; Projeto 07 – Flores, Artes e Artezanatos [sic]; Projeto 08 – Filatelia, Numismática, Heráldica e Símbolos; Projeto 09 – Ciências; Projeto 10 – Canto, Música, Teatro e Cinema; Projeto 11 – Museus e Monumento; Projeto 12 – Letras; Projeto 13 – Comunicações; Projeto 14 – Meio-ambiente, Flora e Fauna (PMC, s/d, p. 2).

Com relação ao patrimônio edificado, o PMC (s/d, p. 10), em seu "Projeto 04 – Patrimônio Arquitetônico", estabeleceu como objetivo a "preservação do estilo de construção característico de épocas", planejando as seguintes ações:

> 1. Tombar as casas típicas existentes.
> 2. Declarar de interesse público aquelas julgadas mais representativas (Estação Ferroviária, etc.).
> 3. Desapropriar casas enxaimel nos bairros para "Salas de leitura" (Ver Projeto 02).
> 4. Recomendar o interesse público na conservação do estilo das construções mais representativas.
> 5. Construir uma casa em enxaimel anexa ao Museu Nacional de Imigração e Colonização, mobiliando-a adequadamente à época.
> 6. Construir uma cidade-miniatura de Joinville em 1.900.

Como podemos notar, a partir das ações previstas no Plano Municipal de Cultura, o enxaimel constituiu o objeto principal do patrimônio arquitetônico a ser preservado, elevado a símbolo materializador da "cultura joinvilense". O item cinco fez referência à ação já abordada por nós anteriormente, prevendo a implantação de uma edificação em enxaimel no Museu Nacional de Imigração e Colonização. O item três tem relação com outro projeto que compõe o Plano, referente às ações previstas para a Biblioteca Pública ("Projeto 2"): a implantação de

salas de leitura nos bairros em edificações em enxaimel, demonstrando a idealização de novos usos ao patrimônio edificado. Todavia, cabe registrar que no PMC não estava prevista apenas a preservação de edificações em arquitetura enxaimel, havendo também referência à importância da (antiga) Estação Ferroviária (inaugurada em 1906).

Apesar da previsão de tombamento de bens edificados, neste período inexistia mecanismo de proteção em âmbito municipal. A alternativa encontrada foi a aplicação de Decreto-Lei Federal nº 3.365 de 1941, que normatiza o instituto da desapropriação por utilidade pública[52]. A referida legislação estabelece que "Mediante declaração de utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios", cabendo ao chefe do Poder Executivo sua execução por meio de decreto (DECRETO-LEI FEDERAL Nº 3.365/1941 Art. 2º e 6º). As categorias de bens passíveis de aplicação deste mecanismo pertinentes ao presente trabalho são especificadas no Art. 5º daquele decreto-lei:

> Art. 5º Consideram-se casos de utilidade pública:
> [...]
> k) a preservação e conservação dos monumentos históricos e artísticos, isolados ou integrados em conjuntos urbanos ou rurais, bem como as medidas necessárias a manter-lhes e realçar-lhes os aspectos mais valiosos ou característicos e, ainda, a proteção de paisagens e locais particularmente dotados pela natureza;
> l) a preservação e a conservação adequada de arquivos, documentos e outros bens móveis de valor histórico ou artístico;
> m) a construção de edifícios públicos, monumentos comemorativos e cemitérios;
> [...]
> 0) a reedição ou divulgação de obra ou invento de natureza científica, artística ou literária;

A aplicação do mecanismo de desapropriação mediante declaração de utilidade pública, bem como o de tombamento, também foi prevista em outro projeto que compõe o referido documento. Trata-se do "Projeto 14. Meio-ambiente, Flora e Fauna (Biosfera)", para a preservação de "cachoeiras, cascatas, bosques, parques, riachos e ribeirões e possíveis mirantes da cidade" (PMC, s/d, p. 20). Ao prever esses mecanismos, entendemos que o Conselho Municipal de Cultura buscava maior autonomia para a concretização das ações previstas no Plano Municipal de Cultura, podendo o poder público local agir de forma direta sobre o patrimônio, não dependendo unicamente da intervenção do órgão federal de preservação.

---

[52]Mecanismo instituído no Governo Vargas e considerado autoritário, uma vez que em caso de litígio a "contestação só poderá versar sobre vício do processo judicial ou impugnação do preço; qualquer outra questão deverá ser decidida por ação direta" (DECRETO-LEI Nº 3.365/1941 Art. 20).

Além das tratativas para a implantação de uma edificação na área do Museu Nacional de Imigração e Colonização, podemos verificar, durante a década de 1970, outras ações voltadas à preservação da arquitetura enxaimel, as quais analisamos na sequência.

1.4 UM MAPA DO ENXAIMEL EM JOINVILLE

Trabalhando cotidianamente com processos de tombamento, percebi em diferentes manifestações (impugnações) encaminhadas por proprietários, cujos imóveis foram (ou são) objeto de proteção, um argumento que me intrigou, qual seja: de que seus imóveis não possuem valor para preservação por não constituírem edificações em enxaimel. Cabe esclarecer que a impugnação constitui o documento pelo qual o proprietário expressa sua discordância frente à possibilidade de tombamento de seu imóvel. Contudo, em meio a outros argumentos presentes com maior recorrência nas impugnações — restrição ao direito de propriedade, ausência de recursos financeiros para manter o imóvel e/ou o precário estado de conservação de sua edificação — o fato dos proprietários atribuírem de modo "espontâneo" a esta arquitetura valor histórico me chamou a atenção. Exemplo análogo foi observado ao atendermos, também na CPC, proprietários e outros interessados na compra ou venda de imóvel que vêm ao setor com o objetivo de verificar se a propriedade possui proteção cultural. Em casos afirmativos, é comum ouvir a seguinte manifestação: "Este imóvel está tombado? Mas, não é enxaimel".

Dos bens protegidos ou em processo de proteção no município, uma pequena parcela é constituída por imóveis com essa arquitetura: vinte e uma unidades dos cento e dezoito imóveis tombados; e cinco unidades dos cinquenta e três imóveis em processo de tombamento. Ou seja: do total de cento e setenta e um imóveis tombados ou em processo, apenas vinte e seis são enxaimel, menos de dezesseis por cento (CPC, 2016). Os primeiros cinco tombamentos de edificações enxaimel no município foram realizadas apenas no ano de 2001, pelo órgão estadual de preservação. Observado o exposto, passei a questionar se teria ocorrido um processo de patrimonialização da arquitetura enxaimel em momento anterior à efetivação de tombamentos, fato que poderia explicar o reconhecimento desta arquitetura como um bem patrimonial do município apesar do baixo número de exemplares protegidos.

Na década de 1970, ocorreram as primeiras ações voltadas à preservação do patrimônio edificado em Joinville desenvolvidas estritamente por agentes locais: mapeamento de edificações, sobretudo, em arquitetura enxaimel e a instituição de deduções fiscais visando a incentivar sua preservação. Cabe esclarecer, inicialmente, que por "estritamente locais" não

estamos nos referindo à ausência de influências ou ressonâncias de um contexto de preservação mais amplo, mas apenas identificando ações engendradas em âmbito local que não contaram, pelo menos diretamente, com a participação de órgãos de outras esferas do campo da preservação.

Entre 1970 e 1972, foi realizado o primeiro inventário de edificações localizadas no município, tanto da área rural como da urbana. Obviamente, o referido trabalho não foi desenvolvido a partir das metodologias atuais ou com a força de proteção prevista pela Constituição de 1988 nem pela Lei Complementar Nº 363/2011 – que institui o Inventário do Patrimônio Cultural de Joinville (IPCJ). Localizamos no arquivo da Coordenação de Patrimônio Cultural (CPC) cópia digitalizada desta documentação[53]. Tratou-se de levantamento composto por duas relações de edificações, realizadas por membros da Comissão do Museu Nacional de Imigração e Colonização (MNIC) que, segundo o presidente dessa comissão, Carlos Schneider, contou com a participação de Hilda Anna Krisch, Edith Wetzel, Helga Schmidt, Nane Keller, Kurt Rosenberg, Horst Weber e do arquiteto Dagoberto Koehntopp na produção de plantas de edificações — uma "planta padrão" e duas plantas referentes a duas das edificações listadas (AN, 1980, p. 20).

A primeira, intitulada "Enxaimel em Joinville e ao Redor", contém trinta e três unidades em arquitetura em enxaimel e vinte imóveis em outras arquiteturas, sendo registrados os endereços (às vezes parcial ou apenas um ponto de referência) e, em alguns casos, os nomes dos proprietários. Este primeiro levantamento provavelmente foi elaborado na mesma época em que foi prevista a implantação de uma edificação enxaimel no MINIC. Por sua vez, a segunda relação de imóveis, "Casa de Enxaimel de Joinville", constitui uma ampliação da primeira no tocante às unidades em enxaimel, composta pelas seguintes informações: ano ou período de construção, proprietários, construtores, características de composição, usos ao longo do tempo, estado de conservação e registro fotográfico[54]. Consta na apresentação deste documento que o levantamento foi realizado por Hilda Krisch, Helga Schmidt e Elly Herkenhof[55] ao percorrerem diversas estradas do município (Santa Catarina, Dona Francisca,

---

[53] O documento apresenta qualidade regular no tocante à sua legibilidade. Foi datilografado e contém anotações à mão, justamente as informações que apresentam maior dificuldade para leitura.

[54] Compõem ainda a documentação dois textos elaborados pelo arquiteto alemão Paul Hellmuth Keller sobre o enxaimel: o primeiro publicado, em 1951, no Álbum do Centenário de Joinville e outro datado de 1971.

[55] Elly Herkenhoff (1906 – 2004) nasceu em Joinville. Foi professora substituta da Escola Alemã (Joinville) de 1923 a 1924. Mudou-se para Cachoeiro do Itapemirim (ES) em 1928. Posteriormente, foi para a cidade do Rio de Janeiro, onde estudou inglês com professores particulares e francês na escola *Alliance Française*, obtendo o diploma *Diplôme Supérieur d'Études Françaises*. Entre 1940 a 1942, foi comerciante em Ipanema, na cidade do Rio de Janeiro, trabalhando com sua irmã Rosa Herkenhoff. De 1942 a 1972, foi professora de idiomas no Rio de Janeiro e a partir de 1955 em São Paulo. Em 1972, retornou a Joinville onde se dedicou à pesquisa da história

Blumenau, entre outras), identificando cerca de trezentos e cinquenta exemplares. Todavia, foram relacionados apenas cinquenta imóveis, dos quais quarenta e sete edificações são enxaimel e outras três construídas em arquitetura diversa. Estas últimas foram listadas, no entender das autoras do levantamento, por remeterem de alguma forma ao enxaimel: o prédio da antiga estação ferroviária foi caracterizado como "vistoso, com algum enxaimel para adorno"; a "Residência do Dr. José Acácio Moreira" por apresentar "enxaimel como adorno no andar superior"; e a edificação do "Restaurante Bavária, na BR-101, Pirabeiraba", apesar de construída em 1968, por apresentar "tijolos vermelhos, rústica", que lembraria "a velha casa joinvilense de enxaimel" (COMISSÃO DO MNIC, 1970-1972, s/p.).

O texto destaca ainda que "as casas apresentavam um toque acolhedor e se adaptaram admiravelmente à paisagem", fato que teria criado "um estilo sui-generis", somente encontrado em Santa Catarina, com exemplares centenários. Como adaptações realizadas devido às necessidades locais, na descrição das edificações, foram referenciadas as varandas implantadas à frente ou nas laterais do volume principal, devido ao clima, bem como aos "puxados" e anexos utilizados para guardar ferramentas, servir de estrebaria ou utilizados na produção de melado, cachaça, entre outras atividades (COMISSÃO DO MNIC, 1970-1972, s/p). Para os membros da Comissão do MNIC, as edificações em enxaimel constituíam "documentos vivos da nossa colonização", devendo ser "resguardadas à posteridade". Todavia, sua preservação estaria em perigo: "Devido ao progresso e crescimento rápido de Joinville, essas construções estão sendo demolidas para dar lugar a outras mais modernas e funcionais que a vida de hoje requer", sendo "dever dos joinvilenses conservar algo do que resta destas primitivas construções" (COMISSÃO DO MNIC, 1970-1972, s/p.).

Mas, seriam a arquitetura enxaimel e outras edificações antigas objetos de valorização contínua desde a fundação da Colônia Dona Francisca até aquele momento?

Dois indícios registram que na primeira metade do século XX as edificações construídas no século XIX representavam, para alguns, sinônimo de atraso. Em relatório produzido em 1907 por Procópio Gomes de Oliveira (então superintendente de Joinville) e dirigido ao

---

local, tendo publicado vários trabalhos sobre o assunto na imprensa de Joinville, Blumenau e São Paulo. Em 1975, participou de concurso literário promovido pela *Internationale Assoziation Deutschsprachiger Medien* (Associação Internacional de intermediários de Língua Alemã), encaminhando texto sobre a participação de joinvilenses na Guerra do Paraguai. No final da década de 1970 passou a atuar no Arquivo Histórico de Joinville como historiadora e tradutora. Teve inúmeras traduções e artigos publicados em jornais da cidade. Entre as principais obras publicadas podemos destacar: Joinville: *Nossos prefeitos 1869 -1903* (1984), *Era uma vez um simples caminho....* (1987), *Joinville: nosso teatro amador 1858-1938* (1989), *História da imprensa de Joinville* (1998).

presidente do Conselho Municipal (equivalente à atual Câmara de Vereadores), ao abordar o código de posturas do município o chefe do Poder Executivo apresentou a seguinte visão acerca das edificações construídas nas primeiras décadas de formação do município:

> Uma providência a tomar-se e para a qual solicito vosso cuidado, é a que aconselha certa alteração das posturas com referência ás edificações nas principaes ruas da cidade. Já entramos n'num período de adiantamento que reclama para as edificações mais architectura e arte em favor do aformoseamento e mais condições hygienicas em favor da saude publica. Esse estilo uniforme e desgracioso, de telhados grandes e ponteagudos, proprios para os climas frios, de varandas á frente e de degráos de entrada lançados para o exterior da porta, tudo isso imprime um aspecto aldeão e colonial á nossa cidade, em que um ou outro raro edifício moderno vae quebrando a velha monotonia (SUPERINTENDÊNCIA, 1907, p. 34).

Alguns anos depois da manifestação de Procópio Gomes de Oliveira, o *Jornal de Joinville*, apresentou em seu editorial de 01 de julho de 1924 o texto "As construções de Joinville", que fez um balanço sobre a transformação urbana pela qual o município passava. A matéria defendia o processo de substituição do conjunto edificado da área central, marcado pela construção de palacetes e remodelação das antigas edificações, criticando o "velho estylo colonial":

> E' pena que a esse movimento de esthetica urbana, de elegancia, e é bom dizer tambem de patriotismo, não adhiram os proprietarios de alguns monstros das ruas do Principe e 15 de Novembro, as duas arterias principaes da cidade. Porque a verdade é que existem nessas duas ruas algumas casas, até com importantes estabelecimentos comerciaes, que, por mais que ellas melhorem, lhe tiram completamente toda a beleza, quebrando lastimavelmente a linha de elegancia e de harmonia. O progresso de Joinville já não pode ser detido pelos preconceitos tradicionalistas dos tempos da colonia. Sejamos neste particular extremados futuristas, preparando a nossa cidade para o papel que a operosidade de sua gente, tão digna e tão empreendedora, lhe destina em dias que vem ahi bem perto. Que todos sejamos dignos de nosso tempo e da hora que está passando em nossa terra, hora de revigoramento de energias, hora de iniciativas fortes e seguras, de trabalho remunerador, de esperança e de fé. Ninguem tem o direito de ficar atraz (JORNAL DE JOINVILLE, 1924, s/p.)

Como podemos notar nas duas manifestações supracitadas, a permanência do "velho estylo colonial" foi interpretada como decorrente de "preconceitos tradicionalistas dos tempos da colônia", representando referências não mais condizentes com o período de modernização vivido pela cidade. Conforme o editorial do *Jornal de Joinville*, a substituição destes "monstros" representava, inclusive, uma questão de patriotismo, demonstrando certa tensão étnica naquele período, tendo em vista que o jornal estava ligado ao Partido Republicano Catarinense, composto predominantemente por figuras de famílias luso-brasileiras.

Será que no período em que foi realizado o inventário anteriormente citado havia uma ampla valorização destas edificações pela população, em especial por seus proprietários? A fala

de Afonso Imhof (2016, p. 18) pode conter um indício de como o trabalho realizado pelos membros da Comissão do MNIC possivelmente tenha gerado um efeito contrário (obviamente não previsto) à preservação do enxaimel: "[...] eu acho que registraram [...] uns quatrocentos enxaimeis, [...] depois de um certo tempo isso se alvoroçou e todo mundo foi demolindo por causa talvez desse cadastramento." (IMHOF, 2016, p. 18). Ou seja, nos parece que a valorização da arquitetura enxaimel neste período esteve ligada apenas aos integrantes da comissão do MNIC e do Cemitério do Imigrante.

Uma vez concluído o referido inventário, quais os encaminhamentos efetivados pela Comissão do MNIC e seus desdobramentos junto ao poder público municipal? Constam no primeiro levantamento elaborado as seguintes sugestões:

> Sugerimos que os proprietários de casas de enxaimel bem conservadas e no seu estilo original, sejam isentos de impostos prediais e territoriais. Deveriam ser de preferência casas localizadas em ruas de fácil acesso e passagem de turistas. [...] Sugerimos ainda que sejam tombadas, por uma lei municipal, após consulta aos proprietários, algumas casas em boa conservação e de beleza excepcional. Os proprietários devem zelar pela boa conservação, e precisam ser alertados que façam as restaurações dentro do estilo típico original (COMISSÃO DO MNIC, 1970-1972, s/p).

Como podemos observar, os membros da Comissão do MNIC, em princípios da década de 1970, idealizaram a instituição do mecanismo do tombamento em âmbito municipal, bem como incentivos fiscais aos proprietários de imóveis em enxaimel. Presumimos que o documento final tenha sido de amplo conhecimento do poder público municipal, tendo em vista que alguns dos integrantes envolvidos na realização do referido trabalho também compunham a Comissão de Patrimônio vinculada ao Conselho Municipal de Cultura, e participavam de outras comissões ou conselhos ou mesmo integravam o Poder Executivo Municipal. Além disso, consta na capa do documento o registro "Ao Departamento de Educação e Cultura", em junho de 1971, escrito à mão e assinado por Hilda Anna Krisch.

As sugestões foram instituídas parcialmente pelo poder público através da Lei Nº 1399 de 1975, que passou a conceder benefícios ficais às edificações consideradas como "casas de enxaimel" por comissão especial nomeada para avaliação dos imóveis (LEI Nº 1399/1975, Art. 1º). Uma vez obtido o benefício, ficava o proprietário "proibido de proceder modificações na construção, a não ser as necessárias para a sua conservação, e sujeitas estas a prévia autorização da Comissão Especial e do Departamento competente da Prefeitura Municipal". Caso constatada negligência, o benefício poderia ser revogado mediante parecer emitido pela Comissão Especial e aprovado pelo chefe do Poder Executivo (LEI Nº 1399/1975, Art. 3º). Para compor a Comissão Especial de avaliação foram nomeados Violantino Afonso Rodrigues

(médico, vereador e posteriormente vice-prefeito), Hilda Anna Krisch, Dagoberto Koehntopp e Paul Helmuth Keller. As pessoas nomeadas passaram a atuar como fiadoras da autenticidade destes imóveis como exemplares da arquitetura enxaimel[56]. Todavia, a concessão de isenção tributária não deve ser confundida com o mecanismo de proteção do tombamento. Caso o proprietário realizasse alterações que descaracterizassem a edificação, o benefício poderia ser cancelado ou não renovado, sem maiores implicações.

Apesar de os membros do MNIC identificarem como relevantes, em seu primeiro levantamento, vinte edificações que possuíam características diferentes do enxaimel (algumas também construídas no século XIX), eles acabaram por privilegiar a defesa da preservação desta arquitetura, ampliando seu inventário no sentido de mapear outras unidades representativas ou edificações que, no entender deles, de alguma forma remetiam a esta arquitetura. Outras ações também demonstraram que o enxaimel foi apropriado como o símbolo arquitetônico da memória da imigração, direcionando as ações de preservação do patrimônio edificado do município, haja visto o papel de destaque a ele dado no Plano Municipal de Cultural da década de 1970 e na instituição de incentivos fiscais a sua conservação.

Apesar da intensa atuação das comissões do Museu Nacional de Imigração e Colonização e do Cemitério do Imigrante (bem como do Conselho Municipal de Cultura) na formulação de uma política cultural em Joinville, a criação de um mecanismo jurídico de proteção em âmbito municipal e a instituição de uma instância especificamente voltada ao patrimônio cultural só ocorreram em 1980.

1.5 A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE TOMBAMENTO E A INSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO E ARTÍSTICO DO MUNICÍPIO DE JOINVILLE (COMPHAAN)

Em Joinville, o mecanismo municipal de tombamento foi instituído através da Lei Nº 1773, de 1º de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural. Ainda como projeto, a referida lei foi encaminhada à casa legislativa municipal pelo vereador Celso José Pereira[57] em abril de 1980. Conforme consta em matéria

---

[56] A referida comissão parece ter perdido autoridade, sobretudo a partir de legislação instituída em 1979, aspecto que será abordado no item. 2.2.

[57] Celso José Pereira é advogado, eleito pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), desempenhando seu mandato de 1977 a 1982, quando participou da Comissão de Urbanismo. Ocupou posteriormente os cargos de presidente da Fundação Municipal Albano Schmidt e de Procurador do Município de Joinville.

do jornal *A Notícia*, o projeto foi elaborado por ele, juntamente com Afonso Imhof (à época diretor do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville) e Rui Virgílio Borba[58] (arquiteto e assessor legislativo), em um trabalho que demandou aproximadamente seis meses. Conforme registrado na reportagem, ao tomar conhecimento do pedido de realização da pintura na sede do Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville (MNIC), Celso Pereira consultou Afonso Imhof sobre a situação daquele imóvel, sabendo então que a edificação constituía um bem tombado em âmbito federal e que qualquer intervenção deveria ser autorizada pelo órgão responsável (AN, 1982, p. 5). O diretor do MASJ informou ainda ao vereador que outros dois bens localizados no município também eram protegidos pelo órgão federal de preservação (o Bosque Schmaltz e o Cemitério do Imigrante). Quando questionou sobre a situação das palmeiras que formam a Alameda Brüstlein, Celso Pereira declarou ter ficado surpreso ao saber que estas não possuíam proteção: "[...] Por isso sugerimos logo em seguida ao SPHAN que fizesse o tombamento. Até agora, contudo, como tantos outros, as palmeiras são um monumento que não consta como patrimônio tombado"[59] (AN, 1982, p. 5).

Sua sensibilização para com o patrimônio cultural teria sido motivada pela pesquisa que realizou sobre a vida de Hilda Anna Krisch (reconhecida como cidadã benemérita naquele período) e o trabalho por ela desenvolvido em prol da preservação de bens culturais no município: "Foi com esse trabalho que me sensibilizei com as coisas importantes que nos rodeiam na cidade todo o tempo e às vezes nem percebemos", conforme registrado em matéria de *A Notícia* de 17 de fevereiro de 1982 (p. 5)[60]. Além da trajetória de Hilda Krisch, ainda segundo o vereador, outros fatores ampliaram seu interesse e preocupação para com o patrimônio cultural da cidade, como o trabalho que vinha sendo realizado por outros municípios do país e o movimento de construção dos chamados "falso enxaimel":

> Ao mesmo tempo surgiam nos jornais muitas reportagens sobre Santos, Ouro Preto e outras cidades que estavam preservando suas coisas. Começamos a recortar esses jornais já com a intenção de ser feito algo de concreto para Joinville. [...] Neste tempo já corria a denúncia de que novas construções imitando o enxaimel nada estariam acrescentando à cultura legada pelos colonos. Tudo nos trouxe a pergunta: o que fazer? Então formamos nossa comissão, com o Afonso Imhof e o Rui Borba, para estudar a legislação de tombamento de Santos, São Paulo e Florianópolis, assim como tudo o que era pertinente ao trabalho contido na legislação federal. A conclusão foi que havia todas as condições para que o município criasse sua legislação própria. [...]

---

[58] Rui Virgílio Borba foi arquiteto e assessor legislativo; desempenhou diferentes cargos na Prefeitura Municipal de Joinville, como o de coordenador e diretor de Planejamento durante a Gestão Pedro Ivo Campos.
[59] Conforme consulta à superintendência do IPHAN em Santa Catarina e ao arquivo central da instituição localizado no Rio de Janeiro, não há registro de que o pedido de tombamento federal tenha sido formalizado.
[60] O trabalho a que se refere Celso Pereira foi abordado no item 1.4

> o que mais pesou para a efetivação dos planos foi o momento em que nos tornamos sensíveis a tudo o que se discutia sobre os valores culturais [...]. (AN, 1982, p. 5).

Sobre a justificativa presente no projeto de lei, o texto inicia com referências às previsões acerca da preservação do patrimônio cultural contidas na Constituição Federal, Estadual e no Compromisso de Brasília, pontuando ainda outros aspectos:

> CONSIDERANDO ser necessária uma legislação municipal para defender e preservar os bens culturais que compõem o patrimônio histórico, arqueológico, artístico e natural do Município; CONSIDERANDO que o culto ao passado, é elemento básico para a preservação da memória história do povo; CONSIDERANDO ser a memória histórica do povo, sua própria existência; e CONSIDERANDO que dentro do desenvolvimento que vem se verificando em Joinville, principalmente do setor imobiliário, medidas paralelas se fazem necessárias, objetivando-se a preservação da memória histórica do Município [...]" (PROJETO DE LEI Nº 19/1980).

Assim, segundo Celso Pereira, o atraso de Joinville em relação a outros municípios quanto a uma política de preservação, a construção do "falso enxaimel" e a transformação do cenário urbano foram os principais fatores que motivaram a criação da legislação municipal de tombamento, a partir de valores como o "culto ao passado" e a importância da "memória histórica" como elemento de formação social. Ainda com relação ao texto de lei aprovado, destacou:

> Não quero ser piegas, mas nossa lei deve ser considerada boa, porém sem exageros de dizer que é uma das mais perfeitas. Nos preocupamos principalmente para que seja exequível, fácil de ser aplicada e funcional. Nesse caso também pode ser considerada avançada pela inclusão do patrimônio natural em sua abrangência. Pensamos que uma cachoeira, um mangue, as palmeiras imperiais e outras coisas podem ser tombadas (AN, 1982, p. 5).

A inclusão da possibilidade de tombamento de bens naturais na legislação municipal veio atender a uma preocupação mais ampla acerca dos efeitos ambientais causados pelo acelerado processo de industrialização, aumento populacional e urbanização pelo qual o município vinha passando nas duas décadas anteriores. Na ocasião, Celso Pereira ainda lamentou o fato de o instrumento do tombamento não ter sensibilizado a maior parte da população com relação à preservação. Todavia, relativizou esta situação devido ao momento de grande instabilidade econômica pelo qual o país passava, como o aumento da tarifa de ônibus, desemprego, inflação, entre outros, fatos que demandavam, segundo ele, maior atenção da sociedade e do poder público.

Ainda segundo a reportagem, apesar de todos os esforços para a elaboração e aprovação da legislação, o mecanismo de proteção ainda não havia sido aplicado e somente quinze meses

após sua instituição seria nomeada uma comissão responsável por avaliar os bens culturais que deveriam ser tombados. Entre os imóveis já selecionados para possível proteção estariam a estação ferroviária (atual Estação da Memória), a edificação sede do Museu de Arte de Joinville (antiga residência de Ottokar Doerffel), o "Palacete Schlemm" (localizado na esquina da Rua Do Príncipe, com Jerônimo Coelho), o "Palacete Niemeyer" (no cruzamento entre as ruas Do Príncipe e Luiz Niemeyer) e "casas típicas".

Cabe registrar que o projeto de lei encaminhado por Celso Pereira foi objeto de relatoria dos vereadores Curt Alvino Monich e Carlos Schultz. Monich (1980, p. 1), presidente da Comissão de Legislação e Justiça, emitiu seu parecer em novembro de 1980, justificando que, por apresentar "grave restrição ao constitucional direito de propriedade", houve a necessidade de maior tempo para análise do projeto. O vereador apresentou um substitutivo global que, de modo geral, alterou apenas aspectos relativos à tramitação do processo de tombamento, expressões jurídicas, reorganizou a disposição de artigos, mas manteve o teor do projeto original. Para ele, o patrimônio possuía o papel de manter a "consciência nacional", integradora do território e do "povo brasileiro", frente à potencial invasão cultural estrangeira ("alienígena"), sendo representativo da história da nação, cuja concepção não estava pautada apenas em fatos e datas, mas em processos mais complexos e bens variados.

> [..] dentre os objetivos nacionais permanentes se inclui a preservação dos valores morais e culturais do povo brasileiro. Por isso mesmo, tal objetivo está colocado acima de todas as leis nacionais, até mesmo de nossa Constituição Federal. A razão de ser desse princípio maior é a manutenção do que se convencionou chamar de consciência nacional, ou seja, o elemento de integração permanente de todo povo brasileiro nessa imensa base física que é o território nacional. Foi esse elemento coalizador – essa "consciência nacional" – que fez da América Portuguesa um só país, enquanto que a espanhola se desfazia em dezenas de pedaços, ou repúblicas distintas. Daí a importância do Projeto de Lei nº 19/80, que, no fundo, nada mais é do que a extensão desse "objetivo nacional permanente" a nível municipal. Há aqueles que pensam ser a História tão somente constituída de fatos e de datas. E, por assim pensarem, cultuam o passado de sua nação segunda uma visão mesquinha e obliterada. A História abrange também o aspecto artístico, folclórico, sociológico, econômico, paisagístico, etc. Tudo isso tem de ser preservado do mesmo modo como se defende o território nacional, em face de uma eventual invasão estrangeira. Se não o fizermos, as gerações futuras de brasileiros perderão essa "consciência nacional", que agrega milhões de brasileiros num dos maiores territórios do mundo. A perda desse elemento coalizador significaria o mesmo que tolerar a usurpação alienígena de légua quadrada brasileira [...] (MONICH, 1980, p. 2)[61].

[61] A redação do parecer apresentado por Monich contou com participação de outros agentes, tendo em vista matéria veiculado sobre a tramitação do projeto em agosto de 1980, quando foi informado que "[...] o Vereador Curt Alvino Monich, apoiando-se em opiniões de pessoas conhecedoras profundas do assunto, deverá levar o projeto de lei ao plenário dentre de um mês, para votação" (AN, 1980, p. 5).

O parecer do vereador Carlos Schultz, presidente de Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Promoção Social, restringiu-se apenas a defender o projeto substitutivo elaborado por Monich. Ainda quando da tramitação do projeto de lei, em 28 de agosto de 1980, *A Notícia* defendeu, tendo por base entrevista realizada com os vereadores Celso Pereira e Curt Monich, além de Hilda Krisch, que a instituição do mecanismo de proteção do tombamento e a criação de uma comissão específica voltada ao patrimônio cultural em âmbito local era necessária:

> [...] para que se adote um comportamento em relação à preservação de nossa memória, notadamente no que se refere à imóveis antigos, os quais nos últimos tempos vêm sistematicamente sendo demolidos para ceder espaço à novas edificações, cujos os estilos arquitetônicos não seguem a tradição europeia aqui enraizada (AN, 1980, p. 5).

Na mesma matéria, Hilda Krisch destacou que apesar do incentivo fiscal destinado às edificações em arquitetura enxaimel, criado em 1975, muitas das unidades catalogadas por ela e outros membros da Comissão do Museu Nacional de Imigração e Colonização, em 1972, haviam sido demolidas (AN, 1980, p. 5).

Posteriormente, o presidente do Conselho Municipal de Cultura, Carlos Adauto, também manifestou suas expectativas quanto à implementação do tombamento e de uma comissão voltada ao patrimônio cultural no município, registradas em reportagem do *A Notícia* de 10 de janeiro de 1982. Com relação ao tombamento, observou que a legislação municipal já estava aprovada, o livro do tombo criado e que seriam protegidas edificações em enxaimel, palacetes, além de áreas nativas. Porém, agiu com cautela e não identificou pontualmente nenhum bem a ser protegido, pois segundo ele:

> Neste momento poderia fazer uma relação imensa de casas e outras construções, mas seria um risco porque seus proprietários poderiam pensar que isso é alguma coisa de ruim e até derrubar. O tombamento será simplesmente a total preservação sem a perda da propriedade, mas intocável. (AN, 1982, p. 5).

Organizada em cinco capítulos, a legislação de tombamento de Joinville possui a mesma estrutura de redação do Decreto-Lei nº 25/1937: o Capítulo I define o que se entende por patrimônio, estabelecendo as categorias e valores dos bens a preservar; o Capítulo II define os procedimentos para o tombamento; o Capítulo III estabelece os efeitos da legislação sobre os bens tombados; o Capítulo IV trata do direito de preferência; e o Capítulo V traz as disposições gerais. Visando a perceber as semelhanças e os distanciamentos entre as duas legislações, destacamos alguns aspectos relativos às concepções, categorias e procedimentos estabelecidos.

No tocante às categorias de bens a serem preservados, assim como o Decreto-Lei Nº 25/1937, a legislação municipal[62] prevê o tombamento de móveis e imóveis, de natureza pública ou privada. Quanto aos valores culturais, foi estabelecido que poderão ser preservados bens a partir de sua relevância histórica — "a fatos históricos notáveis", arqueológica, artística, natural ou a partir de seu "valor cultural a qualquer título", estando sujeitos também a proteção monumentos naturais, sítios e paisagens (LEI Nº 1173/1980, Art. 1º). A Lei 1773/1980 também estabelece a necessidade de inscrição do bem cultural em Livro do Tombo para que este seja reconhecido como patrimônio, a existência de "interesse público" para proteção e a possibilidade do tombamento incidir sobre bens isolados ou em conjunto. Outra categoria em destaque foi o patrimônio arqueológico de tipo sambaqui, haja vista a trajetória do município em relação à preservação desta categoria:

> Equiparam-se aos bens a que se refere o caput deste artigo, sendo, por conseguinte sujeitos ao tombamento, os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza, especialmente os sambaquis, respeitada a legislação permanente (LEI Nº 1773/1980, Artigo 1º, § 1º).

A preocupação do município em estar em consonância com os dispositivos e ações das esferas federal e estadual também foi registrada:

> Artigo 3º - Os bens tombados pela União e pelo Estado sê-lo-ão também pelo Município, de ofício.
> [...]
> Art. 24 – O Poder Executivo providenciará a realização de convênios com a União, os Estados, os outros Municípios, bem como assim com entidades administrativamente descentralizadas, inclusive fundações, com vistas a plena consecução objetivos desta Lei.
> Art. 25 – A legislação federal e estadual serão aplicadas subsidiariamente pelo Município da percussão da finalidade aqui proposta (LEI Nº 1773/1980)

A primeira legislação de tombamento de Santa Catarina, em esfera estadual, foi instituída em 1974 (Lei nº 5.056), tomando como base o Decreto-Lei Nº 25/1937, mas estabelecendo algumas diferenciações como: a atribuição da preservação dos "monumentos naturais", "paisagens" e "locais de particular beleza" à legislação específica; a definição do tombamento como instrumento de preservação para os bens móveis e imóveis e outro

---

[62] Cabe registrar que a análise desenvolvida tomou como referência a versão da Lei 1773/1980 publicada, à época, no Diário do Município. A versão disponibilizada pelo *site* da Câmara de Vereadores de Joinville e pelo *site* Leis Municipais possui algumas lacunas: o caput do Art. 1º não faz menção à categoria de bens móveis, nem à necessidade de vinculação à "fatos históricos notáveis".

instrumento, o cadastro, para o patrimônio arqueológico; e a abertura de Livro do Tombo para "artes populares" (categoria tomada como sinônimo de folclore), entre outros. (GONÇALVES, 2016, p. 154-158). No entanto, a legislação de 1974 foi revogada sem ter sido efetivamente aplicada, sendo substituída pela Lei 5.846, de 22 de dezembro de 1980[63]. Ao comparar as duas legislações, Gonçalves (2016. p. 158) observou que não houve alterações significativas. Seguem no texto itens como: a necessidade de vinculação do bem a "fatos memoráveis da História", de "excepcional valor", manutenção da preservação do patrimônio natural por lei específica, o tombamento para bens imóveis e móveis e manifestações folclóricas, cadastro para "jazidas pré-históricas ou arqueológicas". Contudo, somente a partir de 1983 foram iniciados processos de tombamento pela esfera estadual, totalizando apenas nove imóveis protegidos até 1995.

Voltando à esfera municipal, com relação ao Livro do Tombo, observamos que, ao contrário da legislação federal (que prevê quatro livros de registro), o texto municipal estipulou a abertura de apenas um, não havendo diferenciação entre as categorias patrimoniais quanto a sua inscrição (LEI Nº 1773/1980, Art. 5º). No tocante aos procedimentos relativos ao processo de tombamento, observamos algumas diferenciações. Ao tratar de processo compulsório, quando da apresentação de impugnação pelo proprietário, o Decreto-Lei Nº 25/1937 (Art. 9º, Inciso III) estabelece o prazo de quinze dias para manifestação do "órgão de que houver emanada a iniciativa do tombamento, a fim de sustentá-la", devendo ser remetida ao Conselho Consultivo do órgão federal de preservação para emissão de decisão no prazo de sessenta dias, da qual não caberá recurso. A legislação municipal estipula apenas quinze dias para que o proprietário se manifeste acerca da notificação de tombamento, não estabelecendo prazos para que o poder público municipal cumpra os procedimentos que lhe cabem (LEI Nº 1773/1980, Art. 10, Inciso I).

Também observamos uma diferenciação relativa às instituições e instâncias envolvidas na etapa final do processo de tombamento. Como já citado anteriormente, a legislação federal estabelece que o Conselho Consultivo do órgão federal de preservação emita a decisão terminativa sobre o mérito do tombamento. Todavia, a Lei Nº 6.292, de 15 de dezembro de 1975, acrescentou a necessidade de homologação do Ministro da Cultura para efetivação do tombamento ou de processo de cancelamento de bem tombado:

> Art. 1º O tombamento de bens no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), previsto no Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937,

[63] Alterada pela Lei Nº 9.342 de 1993.

> dependerá de homologação do Ministro de Estado da Educação de Cultura, após parecer do respectivo Conselho Consultivo.
> Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo ao caso de cancelamento a que se refere o § 2º do artigo 19 do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro 1937.

No que diz respeito à mesma etapa do processo em âmbito municipal, a Lei Nº 1773/1980, apesar de estipular a participação da Comissão do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural do Município de Joinville (COMPHAAN), estabeleceu que a decisão terminativa é de competência do chefe do Poder Executivo e não do responsável pela (então denominada) Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo — cargo que seria semelhante ao de ministro em âmbito federal. Se a Lei Nº 6.292/1975 diminuiu a autonomia do órgão de preservação na esfera federal, em âmbito municipal a legislação estabeleceu, desde o início, a dependência da efetivação do tombamento ao consentimento do chefe do Poder Executivo.

> Art. 10 (...) III - Oferecida tempestivamente a impugnação, caberá à SCET sustentar o fundamento da necessidade da inscrição, remetendo o processo em seguida à Comissão Municipal do Patrimônio Histórico, que, por seu turno, manifestar-se-á e, a seguir há de remetê-lo ao Prefeito Municipal para a decisão terminativa (LEI Nº 1773/1980).

Com base nos aspectos destacados, não obstante Celso Pereira ter citado as legislações de Santos, São Paulo e Florianópolis como referências, a lei municipal de tombamento de Joinville, de modo geral, seguiu a estrutura, os aspectos e as disposições presentes no Decreto-Lei Nº 25/1937. Podemos perceber que o conteúdo de muitos artigos da Lei Nº 1773/1980 são idênticos à legislação federal, havendo breve modificação apenas na forma da redação. Ambos os textos legais atuam apenas sobre a proteção de bens materiais móveis e imóveis, reconhecendo como patrimônio cultural somente aqueles inscritos em Livro do Tombo. Contudo, a despeito das semelhanças, percebemos também algumas diferenciações presentes na legislação municipal: ampliação da concepção do que constitui o patrimônio, sendo empregado o termo “valor cultural”; especial atenção ao patrimônio arqueológico do tipo sambaqui e ao patrimônio natural; previsão de apenas um livro para inscrição dos bens tombados; não estabelecimento de prazos para que o poder público municipal cumpra os procedimentos que lhe cabem; menor autonomia do órgão municipal de preservação.

Como já pontuado no item 1.3, no momento da criação do Conselho Municipal de Cultura (CMC), em 1968, foi prevista em sua estrutura uma câmara ou comissão específica destinada ao patrimônio cultural, sendo nomeados, inicialmente, membros para o Conselho e para a (então denominada) Comissão do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Artístico Municipal, em 1970. Porém, com a reformulação do CMC, a comissão de patrimônio

supracitada foi extinta, sendo criadas diferentes comissões internas ao conselho para tratar das categorias patrimoniais. No contexto da instituição do mecanismo do tombamento em âmbito municipal, a formação de uma instância específica para tratar dos assuntos relacionados ao patrimônio cultural voltou a ser objeto de ação do poder público, sendo criada, através da Lei Municipal Nº 1772/1980, a Comissão do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural do Município de Joinville (COMPHAAN). A referida legislação alterou a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Joinville, incluindo a COMPHAAN entre os órgãos de deliberação coletiva (estando a atuação da COMPHAAN também prevista na Lei Nº 1773/1980).

> Art. 16 Os órgãos de deliberação coletiva, compreendem as Comissões, constituídas de um corpo consultivo superior, com atribuições normativas, deliberativas ou de assessoramento.
> Art. 17 São órgãos de deliberação coletiva:
> [...]
> VII - Comissão do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural do Município, vinculada à Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo.
> (LEI Nº 1514/1977 – Alterada pela Lei Nº 1772/1980).

Sua composição foi definida em agosto de 1981, seus membros nomeados em fevereiro de 1982 e seu regimento interno aprovado em abril do mesmo ano[64]. Era então composta por dezoito representantes de instituições ou áreas profissionais[65]: cinco representantes do poder público municipal, três representantes de outros conselhos ou associações, seis de categorias profissionais, dois de comunidades religiosas, um de instituição acadêmica e um ligado à instituição representativa do setor econômico.

---

[64] Não foi localizado o decreto de instituição do referido regimento, constando seu conteúdo apenas em ata de reunião da COMPHAAN, datada de 22 de abril de 1982.

[65] Os representantes deveriam ser indicados por suas respectivas instituições, com mandato de dois anos (podendo ser renovado), cuja função era exercida de forma gratuita, sendo designado como presidente nato o titular da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, e como secretário executivo o diretor da Divisão de Cultura (Art. 2º, 3º e 5º, DECRETO Nº 4380/1981).

Tabela 1- Composição da COMPHAAN (1982-1984)

Área ou setor	Instituição ou área profissional
Poder Público	Secretaria da Cultura, Esporte e Turismo (SCET); Secretaria de Planejamento e Coordenação; Secretaria da Educação; Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville (MNIC); Câmara de Vereadores de Joinville (CVJ).
Conselho ou Associação	Conselho Municipal de Cultura (CMC); Conselho Municipal de Proteção ao Meio Ambiente (PROTEMA); Associação de Preservação e Equilíbrio do Meio Ambiente de Santa Catarina(APREMA).
Categorias profissionais	Subseção de Joinville da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Centro de Engenheiros e Arquitetos de Joinville (CEAJ); Representante da Imprensa, Rádio e Televisão de Joinville; Representante dos Artistas Plásticos; Representante dos Historiadores; Representante dos Arqueólogos.
Instituição Religiosa	Comunidade Evangélica; Comunidade Católica.
Instituição Acadêmica	Representante do curso de História da Fundação Educacional da Região de Joinville (FURJ).
Entidade ligada ao setor econômico	Associação Comercial e Industrial de Joinville (ACIJ).

Fonte: Decreto Nº 4380/1981.

Conforme exposto no quadro acima, podemos constatar que, majoritariamente, a COMPHAAN foi constituída por instituições ou áreas não vinculadas diretamente à administração municipal[66]. Sobre este aspecto, Afonso Imhof (2016, p. 22) destacou:

> O Dereti teve a missão de implantar a primeira Comissão do Patrimônio Histórico, de vinte e um [sic] elementos, mas coisa que eu inventei, [...] ele botava sempre a culpa... "Isso é coisa do Luiz Henrique, querer a cidade toda, isso devia ter no máximo onze", [...] eu botava a cidade toda, era o democratismo [sic] da época, de base, aquelas coisas né, uma coisa meio petista aqui ou bastante, não sei.

Com relação à formação e atuação profissional de seus integrantes, indicados pelas respectivas instituições, a COMPHAAN foi composta da seguinte maneira:

[66] Observamos, no entanto, que Afonso Imhof, nomeado como representante dos arqueólogos, era diretor do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville.

Tabela 2 - Integrantes nomeados para a COMPHAAN (1982-1984)

Formação e/ou Área da Atuação	Nome/Instituição
História	Adolfo B. Schneider (autodidata) – APREMA; Elly Herkenhoff (autodidata, tradutora) – Historiadores; Afonso Imhof (com formação acadêmica) – Arqueólogos; Lígia K. Farias (com formação acadêmica) – FURJ.
Comercial ou Administrativo (setor privado)	Ivo Birckholz – Conselho de Cultura; Dagoberto Heinz Haake – (ACIJ); Horst H. Wippel – MNIC; Telmo Pahl – Comunidade Luterana.
Arquitetura/Engenharia/Paisagismo	Paul Hellmut Keller (engenheiro/arquiteto) –Secretaria de Planejamento; Carlos da Costa Pereira (engenheiro civil) – CEAJ; Lenin Hugo German Erazo Peña (paisagista) – PROTEMA.
Direito	Celso José Pereira – CVJ; Carlos Adauto Vieira – OAB; Germano Jacobs – Imprensa.
Outros	Solede M. Frushstuch (Pedagogia) – Secretaria da Educação; Miraci Dereti – SCET ; Odil Campos – Artistas Plásticos; José Chafi Francisco (Teologia) – Comunidade Católica.

Fonte: Decreto nº 4471/1982.
*Obs.: O arquiteto Ruben Roberto Neermann passou a representar a instituição a partir de 04/08/1982.

Entre os nomeados, podemos perceber a participação tanto de agentes que vinham atuando na área da Cultura do município desde a década de 1960, vinculados ou não ao poder público municipal, quanto de migrantes que se estabeleceram em Joinville a partir desse período. Do primeiro grupo podemos destacar: Adolfo B. Schneider, Elly Herkenhoff, Ivo Birckholz, Horst H. Wippel, Telmo Pahl e Paul Hellmut Keller, todos integrantes da Comissão do MNIC ou do Cemitério do Imigrante. Entre o grupo formado por migrantes estavam: Afonso Imhof (Brusque), Miraci Dereti[67] (Jaraguá do Sul) e Carlos Adauto Vieira (Lages), além do equatoriano Lenin Peña[68]. Não se trata de afirmar que haveria uma divisão ou oposição radical

[67] Miraci Dereti (1942 – 2006) nasceu em Jaraguá do Sul e migrou para Joinville na década de 1960. A partir de 1964, lecionou matemática no Colégio Bom Jesus. Em 1973, ingressou na carreira política e ocupou uma cadeira na Câmara de Vereadores de Joinville. Em 1975, foi eleito deputado estadual. Terminado seu mandato, retornou à administração pública de Joinville, atuando como assessor de imprensa, secretário de Cultura, Esporte e Turismo e presidente da Fundação Cultural de Joinville (1982-1986). Integrou o Conselho Municipal de Cultura e a Comissão do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural do Município de Joinville (1982-1984). Além de sua trajetória na administração pública, atuou também como diretor, ator, dramaturgo e escritor. Entre as principais obras estão: *Atrás do Pé de Silva*, *Deus Não Tem Vice* e *Os Palhaços*.

[68] Lenin Hugo German Erazo Peña nasceu no Equador em 1940, filho de pais colombianos. No início da década de 1960, por meio da obtenção de uma bolsa de estudos, imigrou para o Brasil, cursando inicialmente Engenharia Civil na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Posteriormente, em 1964, mudou de curso, estudando arquitetura de paisagismo na Universidade de Brasília (UNB). Com o Golpe Militar e o fechamento da UNB, retornou à UFRJ onde concluiu o curso de paisagismo, cursando também a Escola de Belas Artes. Após realizar estágio com Burle Marx, trabalhou na Rede Globo de Televisão como cenógrafo. Ainda no Rio de Janeiro, se envolveu em movimentos ambientalistas, participando de comissões e conselhos públicos. Em 1975, realizou pós-graduação no Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM). Foi casado com Marlene Marques Pereira, joinvilense e funcionária do Ministério da Educação (MEC). Através da esposa, conheceu (o então prefeito) Pedro

entre dois grupos, mas observamos certa renovação em comparação à composição da comissão de patrimônio nomeada em 1970. Alteração, no nosso entender, que acabou por ampliar os valores e a diversidade de bens que passariam a ser objeto de preservação a partir deste período.

Localizamos no acervo da Coordenação de Patrimônio Cultural (CPC) atas de reuniões[69] da COMPHAAN referentes às seguintes datas: 22 de abril, 6 de julho, 5 de agosto e 30 de setembro de 1982; 7 de abril e 16 de junho de 1983; e 8 de maio de 1984, sendo os encontros realizados no Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ). No entanto, ao analisarmos o conteúdo desta documentação, verificamos a ocorrência de outras reuniões, não havendo registro escrito sobre os assuntos tratados[70].

No tocante aos procedimentos relativos ao tombamento, conforme regimento interno, o encaminhamento de proposta poderia partir de qualquer membro desde que fundamentado por escrito e identificando: a categoria do bem (móvel, imóvel, entre outros), localização, proprietário e valor cultural (histórico, arqueológico, artístico ou natural), havendo a possibilidade de ser complementada por pessoas "versadas na matéria"[71] (COMPHAAN, 1982, Art. 16).

Com base nas atas localizadas, que abrangem o período de 1º de abril de 1982 a 8 de maio de 1984, diferentes assuntos e categorias patrimoniais foram debatidas pela COMPHAAN: a abertura do Livro do Tombo, a composição de uma (sub)comissão para indicar bens a serem tombados, o tombamento da "Rua das Palmeiras", a formação de (sub)comissão para estudo dos cemitérios do município (em especial o localizado na Rua Dona Francisca, Km

---

Ivo Campos, de quem recebeu indicação para trabalhar na Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina (AMUNESC) em meados da década de 1970, fixando residência em Joinville (PEÑA, 2016).

[69] Tratam-se, na verdade, de minutas, tendo em vista possuírem alterações e observações escritas à mão e não estarem assinadas pelos membros participantes. Algumas, inclusive, não registraram na abertura da sessão o nome dos membros presentes. Nestes casos, é possível identificar apenas a presença daqueles cujas falas foram registradas. Todavia, houve aprovação de redação das atas na abertura das sessões. Após maio de 1984, não há registro da realização de reuniões da COMPHAAN. Até meados da década de 1990, houve a publicação de três decretos relativos à Comissão do Patrimônio, alterando seu regimento interno e nomeando novas composições: Decreto nº 6649, de 14 de outubro de 1991; Decreto nº 6722, de 29 de janeiro de 1992; e Decreto nº 7364, de 16 de setembro de 1994, respectivamente. Contudo, não localizamos documentação referente a este período. Conforme documentação localizada no acervo da Coordenação do Patrimônio Cultural, a COMPHAAN voltou a desempenhar suas atividades regularmente a partir de 1998 até o presente momento.

[70] Realizada reunião em 01 de abril de 1982, conforme consta em ata do dia 22/04/1982; há redação de pauta em 11 de maio de 1982 e 29 de junho de 1983; menção à realização de reuniões anteriores a 08 de maio de 1984.

[71] Outros procedimentos estabelecidos: as deliberações exigiam quórum mínimo de dois terços em primeira e segunda chamada e de maioria absoluta [cinquenta por cem mais um] em terceira chamada; foi estabelecido que para estar apto a votar o membro integrante da comissão (titular ou suplente) deveria ter participado, no mínimo, de duas reuniões em que o assunto esteve em pauta (COMPHAAN, 1982, Art. 11, 13 e 14); cabia à comissão, na figura de seu presidente, a iniciativa de propor as medidas legais em caso de dano a bem tombado (COMPHAAN, 1982, Art. 20); a exigência de quórum qualificado também se aplicava à alteração do regimento (COMPHAAN, 1982, Art. 21).

12, em Pirabeiraba), a preservação de *flamboyant* localizado na área central (no cruzamento entre as ruas Do Príncipe e Princesa Izabel), o trabalho de assessoramento realizado pelo arquiteto alemão Udo Baumann, a proposta de preservação do "Palacete Niemeyer", a gestão do acervo do Museu Casa Fritz Alt, a necessidade de preservação de edificações em arquitetura enxaimel, o projeto "Inventário das Correntes Migratórias", a solicitação de tombamento da antiga Livraria e Tipografia Boehm e outros (alguns dos quais serão abordados no capítulo dois do presente trabalho).

Tomando como referência o exposto até o momento, podemos perceber que, a partir de 1980, a proteção do patrimônio cultural, especialmente de bens móveis e imóveis, passou por uma estruturação em âmbito municipal, sobretudo com a instituição do mecanismo de tombamento e de uma comissão específica voltada ao patrimônio cultural em âmbito municipal. Alguns aspectos que motivaram este processo também puderam ser identificados: a sensação de iminente perda de bens edificados devido ao crescimento urbano, o atraso de Joinville em relação a outros municípios que já haviam delimitado seus centros históricos e a proliferação de edificações que "imitavam" a arquitetura enxaimel. No segundo capítulo, procuramos aprofundar nossa análise acerca de como estes aspectos permearam o debate público e as ações de preservação de alguns bens culturais a partir deste período, identificando, ainda, outros agentes e instâncias que participaram destes processos.

2 A BUSCA POR MAIOR AUTONOMIA: TENSÕES, CONFLITOS E COLABORAÇÕES NAS AÇÕES DE PRESERVAÇÃO (1979-1984)

A partir da década de 1970, a área da Cultura em Joinville passou por um intenso processo de ampliação através da criação de instituições, instâncias e políticas que contemplaram, sobretudo, a criação de museus e a preservação do patrimônio arquivístico, arqueológico e museológico. Não obstante compor os debates deste período, a preservação do patrimônio construído ganhou amplitude no município e no Estado de Santa Catarina a partir dos anos 1980. Através da análise acerca da participação de profissionais alemães em ações voltadas ao planejamento urbano e à preservação do patrimônio edificado desenvolvidas em Joinville, dos debates acerca da política de incentivo à construção do "falso enxaimel", do tombamento da Rua das Palmeiras e do movimento pela preservação do Palacete Niemeyer, destacamos os conflitos, tensões e relações de colaboração que permearam a tentativa de se estabelecer em âmbito municipal práticas mais efetivas de preservação do patrimônio construído. Neste sentido, procuramos perceber o lugar ocupado pelos agentes envolvidos no campo (ainda em construção) do patrimônio, bem como os elementos simbólicos e os diferentes capitais por eles mobilizados.

2.1 O OLHAR ESTRANGEIRO E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOS IMIGRANTES

No final da década de 1970 e início dos anos 1980, em três momentos, Joinville recebeu a visita de profissionais alemães das áreas de engenharia, arquitetura e conservação. Eles atuaram junto à municipalidade no tocante ao planejamento urbano e preservação do patrimônio edificado do município. Desenvolvendo estudos, levantamentos, palestras, emitindo pareceres e recomendações, os profissionais alemães desempenharam importante papel nos debates pela preservação que já vinham ocorrendo em âmbito local. Assim, neste momento, abordamos os principais aspectos por eles pontuados, procurando identificar de que maneira a atuação destes profissionais apresentou ressonâncias no movimento pela preservação do patrimônio edificado em curso naquele período.

Em 1963, o governo brasileiro e a República Federal da Alemanha (RFA) celebraram o convênio de cooperação técnica denominado "Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil-Alemanha", através do Decreto nº 54.074 de 30 de julho de 1964, que em seu escopo abrangeu:

o auxílio do governo alemão ao Brasil para a criação e aparelhamento de centros de formação, demonstração e experimentação profissional, bem como a capacitação de quadro técnico; o envio de professores, técnicos e peritos alemães ao Brasil, assim como a ida de profissionais brasileiros à Alemanha para a realização de estágios e cursos de formação e especialização (DECRETO Nº 54.074/1964, Art. 3º). Com base neste acordo e a partir de ajustes complementares foi possível a vinda de profissionais alemães para Joinville em 1978, 1981 e 1982.

Apesar de não ter constituído a documentação privilegiada em nossa pesquisa, abordaremos brevemente algumas ações urbanísticas engendradas a partir da década de 1960 para que seja possível compreender melhor o contexto da missão dos profissionais alemães em Joinville, quais sejam: o Plano Básico de Urbanismo (1966) e o Plano Diretor de 1973.

Conforme Silva (2015, p. 88), o movimento de elaboração de planos diretores para os municípios brasileiros, a partir da década de 1960, teve como motivador, dentre outros fatores, o fenômeno migratório de populações da área rural para a urbana, em função do intenso processo de industrialização de algumas cidades. Com relação à migração em âmbito local, entre 1940 e 1964, como já pontuado anteriormente, o município de Joinville passou por intenso processo de aumento demográfico em sua área urbana, motivado pelo crescimento da atividade industrial. Devido aos impactos deste processo e visando "ordenar o território", a prefeitura contratou uma empresa especializada[72] para a elaboração do Plano Básico Urbanístico (PBU), concluído em 1966, com o objetivo de formular o primeiro plano diretor do município. O diagnóstico socioeconômico do PBU apontou que havia uma relação direta entre a taxa de geração de emprego e o crescimento populacional do município, concluindo que "a localização da indústria e do emprego revela que Joinville é a própria indústria joinvilense e desenvolver-se-á a partir da evolução da indústria" (PBU apud SILVA, 2015, p. 89). Todavia, segundo estimativas presentes neste documento:

> [...] a possibilidade de desemprego no futuro passou a ser considerada diante das projeções, indicando que a geração de empregos não acompanharia as taxas de crescimento populacional de 7,8% ao ano, entre 1965 e 1980, e de 4% ao ano, entre 1980 e 2000. Nesse cenário, estimou-se que Joinville alcançaria a marca de 300 mil habitantes em 1980 e poderia chegar a 650 mil habitantes no ano 2000. A explosão demográfica e a disparidade entre o crescimento populacional e geração de empregos

[72] Em 1965, durante o Governo Helmut Fallgatter, a prefeitura contratou para realizar o referido estudo a empresa Sociedade Serete de Estudos e Projetos Ltda, em parceria com a Jorge Wilheim – Arquitetos Associados, que também atuou na elaboração de planos urbanísticos para outros municípios brasileiros: "Osasco (1966) e Natal (1967), os Planos Diretores de Curitiba (1964), Guarulhos (1969), São José dos Campos (1969), Paulínia (1969), Campinas (1970), Piracicaba (1973) e São Bernardo do Campo (1977), o Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (1968) e o Plano Setorial do Tietê, em São Paulo (1968)" (SILVA, 2015, p. 88).

> projetados foram consideradas indicativos de uma mudança pela qual a cidade passaria nos anos seguintes (SILVA, 2015, p. 90).

Perante o referido diagnóstico, o poder público identificou como uma necessidade imperativa o estabelecimento de diretrizes para o ordenamento da ocupação territorial do município. Segundo Chianello (2016, p. 16), o planejamento definido pelo PBU visou ao adensamento da área urbana para, entre outros fatores, diminuir os custos de infraestrutura, especialmente para o setor central e áreas adjacentes, estimulando a renovação do conjunto edificado e a elevação da altura das construções:

> [...] propomos para Joinville uma grande centralização das atividades comerciais e terciárias no atual centro urbano [...] conviria concentrar atividades no centro principal, preenchendo seus lotes vagos e aumentando densidade e altura [...]. Para melhor utilizar êsses (sic) lotes valorizados, propomos a altura mínima de seis pavimentos. Prevê-se que a médio prazo este centro venha a se reconstruir totalmente, pois nele encontramos, com raras exceções, apenas prédios velhos ou baixos; é possível, portanto, prever com possibilidade de êxito certas modificações que melhorarão a vida urbana [...] (PBU apud CHIANELLO, 2016, p. 17).

Podemos perceber que, ao estimular o adensamento e renovação da área central, o poder público municipal desconsiderou o fato de que era justamente este espaço que concentrava a maior parte das edificações "antigas" do município, não apresentando, naquele momento, ao que tudo indica, maiores preocupações com o patrimônio edificado.

O Plano Diretor de 1973, aprovado por meio da Lei nº 1262, constituiu um desdobramento do Plano Básico Urbanístico de 1966 e foi elaborado pela mesma empresa. Houve a previsão para a delimitação de um "Centro Cívico", que contemplaria o setor onde estão inseridas a sede do Museu Nacional de Imigração e Colonização e a Rua das Palmeiras (Alameda Brüstlein), estabelecendo limitações construtivas para a área (CHIANELLO, 2016, p. 18).

> Segundo o Artigo 24 do Plano Diretor, as únicas ruas da área central que deveriam obedecer a um regime diferenciado quanto aos processos de aprovação de projetos seriam as ruas Rio Branco e a Alameda Brustlein, cujos usos "ficam sujeitos a um estudo e aprovação prévia do órgão de planejamento da Prefeitura", o que de certa forma corresponde à área delimitada pelo PBU como "área de museus", fato que poderia vir a sugerir relação com alguma preocupação de fundo patrimonial [...] (CHIANELLO, 2016, p. 23).

A referida área, inserida na chamada "Zona Tradicional Comercial (Z5)", passou a constituir um setor especial de preservação com a publicação do Decreto nº 1296 de 28 de agosto de 1973. Tal medida foi justificada devido a Alameda Brüstlein constituir um "marco

de identificação histórica de Joinville, [...] a necessidade de se identificar especialmente o centro histórico de Joinville, [...] a alta taxa de crescimento urbano" e as diretrizes indicadas no Plano Diretor de 1973. Foram definidos usos e diretrizes de ocupação específicas[73] para novas edificações a serem implantadas na Alameda, constituindo a delimitação deste setor a "faixa de domínio de 55 m a contar do seu eixo" (LEI Nº 1296 de 1973).

Em 1974, passou a fazer parte deste setor especial a quadra do Museu Nacional de Imigração e Colonização, cuja delimitação ficou assim definida: "[...] área contígua de 55,00m a contar do seu eixo [da Alameda Brüstlein], bem como na quadra onde se localiza o Museu Nacional de Imigração e Colonização, [...] limitada pelas Ruas Rio Branco, 7 de Setembro, Itajaí e Jerônimo Coelho [...]" (LEI 1377/1974, Art. 1º)[74]. Haveria então a intenção de estimular neste setor usos "culturais", vinculadas a atividades econômicas "compatíveis", ou seja, que não apresentassem grandes impactos quanto à visibilidade e conservação destes bens, tendo em vista a limitação de altura para novas edificações. Se, por um lado, o poder público municipal, ao criar o referido setor impôs limitações construtivas para o entorno da Rua das Palmeiras e sede do MNIC, por outro, não se manifestou quanto à preservação das demais edificações presentes na área central. Na verdade, ao contrário, fora desta delimitação, estimulou a renovação do conjunto edificado e a construção e edificações com maiores gabaritos.

A partir deste contexto local e de ajuste complementar ao acordo firmado entre Brasil e a Alemanha em 1963, vieram a Joinville, em setembro de 1978 (permanecendo quatro semanas), os engenheiros Marlene Zlonicky e Klaus R. Kunzmann. Ambos eram ligados à empresa pública alemã de direito privado Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit GmbH (GTZ) e o objetivo da visita era o de introduzir políticas de planejamento em um município de porte médio brasileiro. Com relação às instituições federais envolvidas, participaram deste ajuste complementar a Secretaria de Planejamento da União (SEPLAN) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano. Os resultados deste trabalho foram divulgados no relatório intitulado "Recomendações para a atualização do Planejamento da Cidade de Joinville", datado de dezembro de 1978[75]. No município, os engenheiros alemães realizaram ações de assessoramento junto à Secretaria de Planejamento e Coordenação da Prefeitura de Joinville, e palestras com políticos e associações locais, no intuito de elaborar

---

[73] Dentre elas: a altura máxima de nove metros para novas edificações e usos "Residenciais Unifamiliares, residências coletivas, restaurantes, hotéis, bares, cafés, confeitarias, livrarias e demais usos compatíveis" (LEI Nº 1296/1973).

[74] Posteriormente, o referido setor especial passou a ser denominado "Zona Especial do Museu Nacional de Imigração e Colonização", sendo alterado pelas leis Nº 1410/1975, Nº 1771/1980, Nº 1815/1981, entre outras.

[75] Traduzido por André Gil Teixeira Pires.

propostas para a atualização do plano geral de transportes, do plano diretor e de uso do solo, do código de obras e harmonização entre a administração municipal e estadual, sobretudo no estabelecimento de critérios para a instalação de indústrias e preservação do meio ambiente. Em síntese, este trabalho de planejamento teve por finalidade, conforme consta no relatório, controlar e organizar o crescimento urbano, atendendo as especificidades de Joinville (KUNZMANN E ZLONICKY, 1978, p. 07-08).

Em seu diagnóstico, Kunzmann e Zlonicky elencaram as seguintes "deficiências" decorrentes do processo de industrialização do município: alto índice de crescimento popular; apesar de o poder público municipal investir significativamente em obras e serviços, as ações eram realizadas sem a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento; a atratividade de Joinville como cidade "abastada" havia intensificado o processo de urbanização; poluição das águas; destruição topográfica; "destruição das zonas de transição de paisagem (costa e montanha); "destruição das estruturas sociais tradicionais nas zonas rurais"; estrutura administrativa sobrecarregada, uma vez que os recursos disponíveis comportavam a demanda de apenas trinta mil habitantes enquanto o município apresentava uma população de duzentos e setenta mil; entre outras[76] (KUNZMANN E ZLONICKY, 1978, p. 02-04).

Ao contrário de incentivar o adensamento da área central, como previsto no Plano Básico Urbanístico de 1966 e no Plano Diretor de 1973, os engenheiros alemães recomendaram que o planejamento fosse pautado na criação e consolidação de subcentros urbanos, evitando, desta forma, maiores impactos sobre aquela área.

> Ao invés de uma ampliação do centro da cidade (que não deveria ultrapassar os limites do atual centro comercial (Z 5), seria incentivada a criação de subcentros (de primeira ordem) através de sua indicação no plano diretor (Z 6). Nesta concepção por nós apresentada foram localizados 5 destes subcentros sendo 2 ao sul do centro comercial e 3 (de acordo com o sentido de desenvolvimento desejado para a cidade) a norte do mesmo. Nestes subcentros surgiriam, além de habitações, lojas, escritórios, equipamentos sociais e pequenas oficinas artesanais e industriais que correspondam às necessidades da população nestes bairros. Estes subcentros são simultaneamente

[76] Baixa renda da população (setenta e cinco por cento recebia três salários mínimos ou menos); a maior parte dos habitantes vivia na periferia da cidade, fato que encarecia a ampliação da infraestrutura; baixa escolaridade e considerável índice de reprovação (apesar de Joinville apresentar resultados na área educacional acima da média nacional); assistência médica e sanitária predominantemente acessível apenas para a parcela da alta renda; déficit no abastecimento de água; baixa taxa de serviço de esgoto e de coleta de lixo (acessível para apenas trinta por cento da população); carência de estabelecimentos de ensino, hospitais e de assistência social; alta índice de endividamento da população e aumento da concentração de renda; a influência empresarial nas decisões políticas, no sentido de priorizar apenas suas demandas; a existência de vazios urbanos; ocupação dos mangues; depredação dos recursos naturais; o transporte público não atendia a demanda existente; a estrutura de tráfego nas áreas periféricas não apresentava coerência, com exceção da "parte histórica" e de vias com importância para indústria (KUNZMANN E ZLONICKY, 1978, p. 02-04).

> pontos centrais de baldeação do sistema de transporte público urbano. Pequenos centros secundários seriam criados nos pontos demasiados distantes dos 5 subcentros. (KUNZMANN E ZLONICKY, 1978, p. 42).

Contudo, já no início do relatório, os engenheiros alemães destacaram em vários momentos que grande parte dos problemas apresentados pelo município de Joinville só poderia ser estruturalmente resolvida a partir da instituição de uma política de planejamento nacional: "As nossas recomendações neste sentido só podem ser de caráter transitório, visando curar os sintomas. Estes problemas não podem ser sanados pela raiz a nível local" (KUNZMANN E ZLONICKY, 1978, p. 01).

O relatório elaborado por Kunzmann e Zlonicky também contemplou diretrizes e ações voltadas à preservação do patrimônio edificado que deveriam ser consideradas no processo de atualização do planejamento urbano do município. Antes de analisarmos as ações pontuais por eles sugeridas, cabe destacarmos suas percepções sobre o município.

> O caráter de Joinville não pode ser traduzido por uma definição de contornos precisos – daí lhe advém a variedade de suas qualidades: para uns ela é a "Manchester brasileira" para outros é a "cidade dos príncipes" ou ainda a "cidade jardim" – nas diferentes interpretações da história arquitetônica e nas diversas perspectivas para o futuro, se expressa a heterogeneidade de seus habitantes e de seus meios culturais. Para o visitante europeu, o dualismo da sociedade se espelha na arquitetura da cidade; os distritos periféricos que certamente representam a maior parte da área construída, consistem de um verdadeiro mar de casinhas marrons de madeira que, com certeza, jamais são lembradas na descrição da identidade de Joinville. O visitante descobrirá também características de identidade que, para os moradores, tem apenas o valor de uso: as colinas arborizadas, os pequenos riachos com os reflexos da arquitetura, o caráter sonhador da laguna, a tessitura indubitavelmente colonial do centro da cidade. Também a sua imagem do futuro de Joinville será unilateral; com a diferença apenas de que ele [o visitante] não vivenciará, nem terá que participar do processo de alteração da cidade. Assim, esta perspectiva de Joinville só poderá ser obra dos próprios habitantes da cidade: trata-se, no caso de preservar o carácter multi-facial, como expressão de seus meios culturais e das variadas posturas vivenciadas dos moradores, sem pretender com isto, embalsamar a atual configuração arquitetônica da cidade. Isto porque Joinville altera a sua face: há muito não existe mais a cidade dos fundadores, esparsas e em parte deslocadas construções de enxaimel são tanto um indício de um apego ao passado e ao tradicional, como de um moderno apelo com intuitos comerciais, como a moderna arquitetura enxaimel, por exemplo, em Blumenau (KUNZMANN E ZLONICKY, 1978, p. 39-40).

As colocações reproduzidas acima são extremamente significativas, sobretudo por advirem de sujeitos investidos de um duplo prestígio: por se tratarem de "técnicos" com ampla experiência na área de planejamento urbano, que incluía a preservação do patrimônio cultural, e por possuírem naturalidade alemã. Na contramão do discurso germanizador engendrado por grande parte dos agentes locais envolvidos na preservação do patrimônio cultural do município até aquele período, Kunzmann e Zlonicky destacaram a imprecisão do "caráter" de Joinville, a

heterogeneidade de representações da cidade, tanto a partir de sua arquitetura como pela configuração de seus habitantes. A "tessitura indubitavelmente colonial" da área central — apropriada apenas por seu valor de uso cotidiano, ou seja, até então não investida de valor patrimonial — contrastava com sua periferia formada por "casinhas marrons de madeira" (habitação dos migrantes), característica esta não valorizada nos processos de representação do município. Ao invés de aderir a apelos comerciais, como o que vinha ocorrendo em Blumenau, através do emprego da "moderna arquitetura enxaimel", Joinville deveria, no entender dos engenheiros alemães, preservar seu "carácter multi-facial". Afinal, a cidade dos "fundadores" já não mais existia, restando apenas "esparsas" e "deslocadas" edificações em enxaimel.

Contudo, tomando como referência a propaganda turística de "cidade europeia em um país tropical" de que tanto o município se "vangloriava", segundo os próprios engenheiros, Kunzmann e Zlonicky pontuaram que os elementos que ainda restavam desta imagem estavam prestes a ser perdidos como consequência do *boom* construtivo motivado pelo crescimento populacional. Devido a este fato, se faziam urgentes ações de "levantamento e documentação das construções dos séculos XIX e XX típicas para a imagem de Joinville", não se restringindo, todavia, apenas às edificações em enxaimel dos primeiros colonos (KUNZMANN E ZLONICKY, 1978, p. 61). Para a efetivação deste trabalho, os técnicos da Secretaria de Turismo e da Secretaria de Planejamento deveriam contemplar as seguintes ações: continuidade do grupo de trabalho em atividade; aplicação de fichário padrão; elaboração de mapa com a localização das edificações; formulação de estratégias de preservação; verificação da viabilidade para a transferência de edificações em enxaimel para a área da Expoville, visando à criação de um "museu vivo"; criação de uma "sociedade para a preservação da herança histórica de Joinville", que desempenharia uma política de informação e, por meio de um "revolving fund", poderia adquirir edificações, renová-las e posteriormente vendê-las a interessados; realização de uma competição anual com o objetivo de premiar edificações históricas que fossem objeto de ações de renovação, com o apoio da imprensa (KUNZMANN E ZLONICKY, 1978, p. 61-62).

Com relação às primeiras recomendações, tratou-se de sugerir a realização de um inventário para a identificação de edificações com potencial para preservação, ação que foi implementada durante os anos 1980 através de diversos levantamentos realizados com a participação dos órgãos federal e estadual, conhecido como "Inventário das Correntes Migratórias" — ações que abrangeram diferentes municípios catarinenses. No tocante à

realocação de edificações em enxaimel para a área da Expoville[77], parece-nos que esta ação está muito próxima ao que já havia sido previsto no Plano Municipal de Cultura, especificamente no item "Construir uma cidade-miniatura de Joinville em 1.900". Por sua vez, a recomendação de um "revolving fund" está relacionada ao que Fonseca (2009, p. 62) identificou como modelo anglo-saxão de política de preservação, cuja gestão é desenvolvida com o apoio de associações civis, ao contrário do modelo francês, mais centralizado em ações estatais, adotado pelos países latino americanos na primeira metade do século XX.

Um dos desdobramentos diretamente relacionados à vinda de Marlene Zlonicky e Klaus R. Kunzmann a Joinville foi concretizado, em 1981, com a assinatura de novo convênio complementar entre os governos brasileiro e alemão, quando a região Sul do Brasil recebeu os professores Gottfried Kiesow, conservador geral do estado de Hessen, e Edgar Heydok, diretor do Departamento de Planejamento Urbano de Wiesbaden (capital de Hessen). Estes dois profissionais visitaram alguns municípios ligados à colonização alemã nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, realizando palestras sobre a importância da preservação do patrimônio cultural e do planejamento urbano (ALTHOFF, 2008, p. 111-112).

No contexto deste trabalho, um evento em especial movimentou o campo do patrimônio cultural em Santa Catarina. Conforme boletim da SPHAN (1981, p. 17), foi realizado em Florianópolis, de 10 a 13 de novembro de 1981, pelos dois referidos profissionais, o seminário "Arquitetura nas áreas de colonização alemã: sua valorização e preservação". O evento foi promovido pelo órgão federal de preservação em parceria com a Fundação Catarinense de Cultura, contando ainda com o apoio do Gabinete de Planejamento do Governo do Estado, Secretaria de Cultura do MEC, Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, Empresa Brasileira de Turismo, Banco Nacional da Habitação e Caixa Econômica Federal. Evento que marcou uma nova configuração da política de preservação no estado.

Conforme Gonçalves (2016, p. 163-164), a partir de 1980, o panorama da preservação em Santa Catarina passou por uma significativa transformação. Ainda em 1979, foi criada a Fundação Catarinense de Cultura, a qual foram atribuídas as competências relativas à preservação do patrimônio cultural, havendo a formação de um corpo técnico para a instituição, e ocorreu uma maior articulação com a esfera federal devido aos trabalhos de restauração realizados nas fortalezas localizadas em Florianópolis na década de 1970. Neste contexto, segundo Althoff (2008, p. 72-74), o arquiteto Dalmo Vieira Filho, que ainda como estudante

[77] Pavilhão de eventos localizado na Rua XV de Novembro, às margens da BR 101, inaugurado em 1972.

havia participado do processo de restauro das fortalezas, foi contratado pelo Governo do Estado e posto à disposição do órgão federal de preservação no início dos anos 1980. A autora observa, todavia, que não se tratou da criação de uma diretoria regional do órgão no estado, que só viria a ocorrer em 1989. Dalmo Vieira Filho representava o órgão federal a partir de escritório localizado na própria sede da FCC.

Segundo divulgação do jornal *A Notícia* do dia 1 de novembro de 1981 (p. 5), o seminário realizado em Florianópolis promoveu debates acerca dos "problemas relativos à progressiva descaracterização das regiões de colonização alemã no Estado, incluindo os costumes, a culinária e o manejo da terra", com o objetivo de identificar quais ações deveriam ser empreendidas para "evitar que os traços culturais dos colonizadores se percam por falta de consciência ou sejam destruídos em nome do modernismo". A programação do seminário também contou com a participação de profissionais brasileiros, conforme divulgado pelo jornal em nova reportagem do dia 8 de novembro de 1981, contemplando as seguintes palestras:

> 'O sistema nacional de preservação do SPHAN, MEC e secretarias de cultura'; e o 'Panorama atual de preservação do patrimônio histórico na República Federal de Alemanha', além de projeção de um audiovisual elaborado pela Unidade de Patrimônio Cultural da Fundação Catarinense de Cultura, sobre a arquitetura nas áreas de colonização alemão em Santa Catarina. [...] 'A iniciativa de preservação cultural pela Prefeitura de Itajaí'; 'Metodologia de planejamento urbano – caso de Wiesbaden', pesquisa científica e incentivos financeiros e fiscais para a preservação do patrimônio histórico, 'Financiamento das obras e participação da comunidade na preservação' pelos técnicos alemães; 'Arquitetura de Imigração Alemã no Rio Grande do Sul', pelo prof. Günter Wimer da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; [...] e "Preservação e Desenvolvimento", a cargo do prof. Glauco Campello [SPHAN] (AN, 1981, p. 7).

O Boletim da SPHAN também informou que a região do Vale do Itajaí, Norte e alguns municípios localizados na região Sul de Santa Catarina apresentavam trinta e oito áreas representativas da arquitetura de imigração alemã, sendo selecionadas cento e setenta edificações em enxaimel mais significativas para preservação, segundo estudo realizado pela Fundação Catarinense de Cultura (SPHAN, 1981, p. 17-18).

Alguns municípios contaram com a visita de Kiesow e Heydok, que conheceram algumas edificações e unidades culturais. Incluída a capital, o itinerário contemplou nove municípios em quatro dias, passando por Joinville, São Bento do Sul, Corupá, Jaraguá do Sul, Vila Itoupava (Blumenau), Pomerode, Timbó, Indaial, Blumenau[78], retornando a Florianópolis, constituindo o seminário anteriormente citado o fechamento da passagem destes profissionais

[78] A agenda inicialmente divulgada pelo jornal *A Notícia* de 22/10/1981 (p. 5) contemplava ainda Warnow (Indaial), Brusque, Guabiruba e Itajaí.

por Santa Catarina. Foram realizadas, ainda, filmagens para a produção de audiovisual que serviu de divulgação destas cidades na Alemanha (AN, 1981, p. 5).

Os preparativos para a visita dos técnicos alemães ao município foram registrados por *A Notícia*, em publicação do dia 22 de outubro de 1981. Para organizar e otimizar o trabalho dos referidos profissionais, vieram a Joinville representantes da Fundação Catarinense de Cultura, do Gabinete de Planejamento do Governo do Estado, uma representante do MEC (Lurdinha Castro Moreira), e uma arquiteta da SPHAN (Briane Panitz Bica). A equipe foi recebida por Miraci Dereti (secretário de Cultura, Esporte e Turismo - SCET), Afonso Imhof (diretor do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville e chefe da Divisão de Cultural) e Henrique Chiste Neto (presidente Centro de Engenheiros de Joinville – CEJ)[79] (AN, 1981, p. 5). Segundo a arquiteta da SPHAN, o seminário que seria realizado em Florianópolis e a visita de Gottfried Kieson e Edgar Heydock aos municípios catarinenses da região Norte e do Vale do Itajaí constituiriam apenas o início de um trabalho de maior alcance que visava à construção de uma "consciência preservacionista":

> "[...] não apenas com relação ao tombamento de imóveis [...] mas também na incorporação dessa arquitetura no uso, através de adaptações dessas estruturas antigas às necessidades de hoje. Outros traços culturais como a música, o folclore, a cozinha, o uso da terra, tudo deve ser valorizado através de uma conscientização ampla, a partir de iniciativas da comunidade. Antes de mais nada a participação da comunidade é fundamental para que haja sustentação do trabalho, e isso pode ser feito a partir de promoções do mesmo tipo realizadas por Blumenau, como exemplo um concurso de fotos da cidade. A comunidade se motiva e aos poucos toma consciência do que a cerca (AN, 1981, p. 5).

Sobre o evento, Miraci Dereti e Afonso Imhof expressaram grande interesse por parte do município, destacando a existência de projeto elaborado pela SCET alguns meses antes, com objetivos semelhantes à proposta do seminário que seria realizado em Florianópolis. Intitulado "Projeto de Preservação da Memória Arquitetônica de Joinville", o documento havia sido enviado ao CEJ para análise, tendo por finalidade "evitar a derrubada indiscriminada e crescente de imóveis de arquitetura alemã, principalmente as casas em estilo enxaimel"[80] (AN, 22/10/1981, p. 5; AN, 01/11/1981, p. 5). O projeto em questão pode ser interpretado como o cumprimento de uma das recomendações do relatório produzido pelos engenheiros alemães Marlene Zlonicky e Klaus R. Kunzmann, em 1978.

---

[79] Posteriormente, a instituição passou a ser denominada Centro de Engenheiros e Arquitetos de Joinville (CEAJ). (CEAJ).

[80] Não localizamos documentação referente a este projeto.

A visita de Gottfried Kieson e Edgar Heydock à cidade ocorreu em 3 de novembro, divulga por *A Notícia* em suas edições subsequentes. Eles vieram acompanhados de mais seis profissionais do canal de televisão do estado de Hessen, responsáveis por produzir o vídeo sobre a região Sul do Brasil que registraria "os pontos positivos e negativos por que passa o legado alemão em Santa Catarina" (AN, 1981, p. 5), e do tradutor André Gil Teixeira Pires. Além dos representantes locais Dereti e Imhof, o arquiteto Paul Helmuth Keller também acompanhou a visita dos profissionais alemães, atuando como tradutor. O itinerário teve início pelo Museu Nacional de Imigração e Colonização (MNIC), sendo destacada a edificação enxaimel realocada para o lote do museu, e em seguida foi realizado um *tour* pelo centro da cidade, onde foram visitadas outras edificações em arquitetura enxaimel, o pórtico localizado na Rua XV de Novembro, o pavilhão da Expoville e as edificações que sediavam as lojas Casas Pernambucanas e Hermes Macedo. Sobre as duas últimas edificações citadas, Kieson e Heydock teriam criticado a concepção dos projetos por apenas imitarem o enxaimel (AN, 1981, p. 5)[81].

Ainda no dia 3 de novembro, no período da noite, foi realizada palestra no auditório do Museu de Sambaqui de Joinville pelos representantes do governo alemão sobre a experiência daquele país no planejamento urbano e harmonização da preservação do patrimônio cultural edificado, contando com um público formado por arquitetos, engenheiros, pesquisadores e outros agentes ligados à área da Cultura. Entre os pontos negativos apontados pelos profissionais alemães, foi destacado o fato de edificações contemporâneas com alto número de gabaritos poderem ser construídas ao lado de edificações com valor cultural para preservação. Neste sentido, Kieson defendeu que o planejamento deveria considerar a harmonia arquitetônica, bem como o uso do espaço urbano. Para ele, o fator mais negativo identificado na cidade não era a construção de grandes edifícios, mas as edificações que imitavam de modo grosseiro o enxaimel (AN, 1981, p. 05)

Quando questionado pelos participantes do evento sobre os mecanismos urbanísticos e legislações das quais dispunham na Alemanha para a preservação do patrimônio edificado, Kieson pontuou: "[...] a lei pouco importa porque a espessura cultural de um povo se mede por sua tradição, envolvimento e participação. Lei não faz cultura". Como recurso material para a palestra, foram utilizados *slides* e um vídeo que abordavam o desenvolvimento urbano da cidade de Wiesbaden, cuja população havia passado de cento e cinquenta mil para trezentas mil

[81] O debate sobre as edificações construídas de forma a "imitar" a arquitetura enxaimel e o papel que este debate tomou com relação à preservação do patrimônio edificado será objeto de análise no item 2.2

pessoas em poucos anos, mas que devido ao planejamento urbano manteve sua estrutura arquitetônica (AN, 1981, p. 05). No caso de Joinville, os representantes alemães destacaram que os exemplares de arquitetura enxaimel se encontravam dispersos pelo município e justamente por este fato não eram mais predominantes.

Ainda sobre o seminário realizado em Florianópolis, o jornal *A Notícia* (AN, 1981, p. 7) fez referência à participação de cento e vinte representantes de diferentes municípios do Estado, entre profissionais do patrimônio cultural, gestores, empresários e estudantes. Em reportagem publicada em 11 de novembro, durante a realização do evento, apesar de declarar não ter a intenção de "ferir o bom relacionamento entre os dois países no campo cultural" e de não possuir muito conhecimento sobre a arquitetura de imigração existente nas cidades catarinenses, Heydock destacou que o Brasil havia "dado passos elogiáveis nesse campo nas últimas décadas, especialmente nos três estados do sul, onde a colonização foi mais marcante" (AN, 1981, p. 7). Sem especificar de qual dos dois profissionais teria partido o comentário abaixo, *A Notícia* (AN, 1981, p. 7) ainda destacou a seguinte fala:

> Nota-se que há um esforço muito grande, mais ainda existe uma diferença acentuada entre o que se preserva aqui e o que se faz na Alemanha. Percebe-se que não há uma consciência geral sobre essa necessidade de conservar o que é histórico. Essa consciência, parece, é apenas setorial, o que não ocorre na Europa. Achamos que o problema é cultural, pois há uma deficiência histórica neste sentido".

Ainda segundo a reportagem, durante a abertura do seminário muitos participantes elogiaram a atuação de Blumenau e Joinville na preservação da arquitetura alemã, sendo citada, com relação à última, a ação que criou a "zona especial comercial" por meio da Lei Nº 1714 de 1979, que estimulou a construção das novas edificações em "estilo típico". Cabe aqui conjecturar sobre a decepção destes participantes ao tomarem conhecimento, durante o evento, da visão dos técnicos alemães acerca das "novas construções típicas" incentivadas pela referida legislação. Kieson e Heydock teriam acrescentado que a experiência alemã não poderia ser simplesmente copiada pelas cidades catarinenses, tendo em vista que no caso alemão a municipalidade gozava de maior autonomia administrativa e de recursos para implementar políticas localmente definidas (AN, 1981, p. 5).

Quais foram as ressonâncias do seminário "Arquitetura nas áreas de colonização alemã: sua valorização e preservação" para Joinville? Durante o evento, um grupo de profissionais residentes no município anunciaram a criação do "Movimento Comunitário de Defesa do Patrimônio Cultural de Joinville". O grupo era formado por Ruben Neermann, Ivo Birckholz, Lenin Peña (nomeados para a primeira composição da COMPHAAN em 1982), Odilon Walter,

José Antônio Vieira, Márcio Gern e estudantes de arquitetura. Ivo Birckholz, membro do Conselho Municipal de Cultura, registrou os objetivos iniciais do movimento recém-criado:

> É pela imprensa que pretendemos dar o grande impulso para esse trabalho de divulgação, visando conscientizar a comunidade para os valores culturais e a importância da preservação. [...] Por isso esperamos que em 5 ou 6 meses cada uma das cidades presentes ao encontro tenham feito alguma coisa para um debate a nível estadual dos primeiros resultados. Será uma espécie de troca de experiência. [...] O que vamos denunciar com todas as letras será qualquer tentativa de manipulação política. Na primeira investida serei o primeiro a gritar. [...] É isso que queremos. A comunidade se manifestando e exigindo o que é bom para si, e não recebendo soluções prontas (AN, 1981, p. 5).

Para o paisagista Lenin Peña, seria necessária a construção de diretrizes a partir de consensos, trabalho que constituiria um processo "evolutivo de baixo para cima", estando o movimento aberto a quaisquer interessados. A ação dos participantes foi seguida por mais dez municípios, que também anunciaram a formação de movimentos comunitários[82]. Outros encaminhamentos indicados ao fim do evento foram: a organização de um movimento em âmbito estadual, a implementação pelo Executivo e Legislativo de uma política "preservacionista", a capacitação de recursos humanos, a realização de cadastramentos dos monumentos culturais, tendo a participação da SPHAN e da FCC, o estabelecimento de convênios entre as diferentes esferas públicas e encontros macrorregionais para compartilhar experiências, soluções e problemas. Comentando em síntese sua percepção sobre os assuntos tratados durante o seminário, assim se expressou o arquiteto Ruben Neermann: "[...] o conjunto de proposições do encontro se resume na certeza de que os problemas e qualidades do nosso patrimônio não podem ser resolvidos e preservados com a simples aplicação de métodos alienígenas. Podemos imitar, mas nunca copiar" (AN, 1981, p. 5).

Vários aspectos e recomendações emitidas por Gottfried Kieson e Edgar Heydock passaram a fazer parte dos discursos e reivindicações dos agentes envolvidos na defesa do patrimônio edificado em Joinville, sobretudo a cobrança por um papel mais ativo do município e a participação da população nas tomadas de decisões. Ainda segundo Ruben Neermann (que passaria a compor a Comissão de Patrimônio em agosto de 1982), em matéria publicada pelo jornal *A Notícia* em 16 de fevereiro de 1982, poucos meses após a realização do seminário em

---

[82] Cabe registrar que em matéria veiculada no jornal *A Notícia* sobre o município de Rio Negrinho, em 5 de dezembro de 1981, foi noticiada a criação de comissão denominada "Grupo Coordenador do Movimento Comunitário de Preservação do Patrimônio Cultural de Rio Negrinho", a partir de evento que contou com a presença de Lenin Peña. Naquele período, Peña ocupava o cargo de coordenador da Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina (AMUNESC). A participação de Lenin Peña neste evento pode constituir um indício da atuação de agentes de Joinville como multiplicadores de ações voltadas ao campo do patrimônio em âmbito regional a partir de suas vinculações institucionais (AN, 1981, p. 13).

Florianópolis, a elaboração de mecanismos locais de planejamento e de preservação do patrimônio deveria ser prioridade. Para ele, a proteção isolada de alguns bens edificados não traria grandes efeitos, cobrando a elaboração de um "plano global" de preservação, especialmente para a área central. No seu entendimento, caso o município de Joinville já tivesse anteriormente tomado iniciativas, intervenções descaracterizadoras em prédios históricos ou mesmo a demolição de edificações em enxaimel poderiam ter sido evitadas.

> Isoladamente há algumas tentativas da Prefeitura de dar a Joinville coisas típicas, como os abrigos de ônibus em estilo germânico, ou então o pórtico em técnica enxaimel. Será que estes abrigos não estão se chocando com a paisagem? [...] Na verdade, [...] o problema é muito mais amplo e complexo, exigindo de imediato a adoção de critérios de planejamento urbano com ênfase na humanização, preservação e controle do crescimento (AN, 1982, p. 5).

Neermann criticou o fato de o zoneamento especial urbano criado para a área central alguns anos antes ter sido "esfacelado", havendo em 1982 apenas a possibilidade de maior controle urbanístico da quadra onde se encontra o Museu Nacional de Imigração e Colonização. No seu entender, este mecanismo deveria abranger toda a área central, ser exercido pelo município e adotar modelo semelhante ao existente na Alemanha, onde a gestão do patrimônio contava com a participação de comissões comunitárias que participavam das decisões do que seria ou não preservado. Criticou também a centralização de ações voltadas exclusivamente ao enxaimel e a crescente construção de edificações "imitações":

> O que sentimos hoje em Joinville como preservadores [...] é que se deu uma grande ênfase ao enxaimel sem que se preocupasse com um direcionamento mais correto. Não há um controle sobre os imóveis nesta técnica de valor histórico e nem contra imitações que surgiram como uma resposta a esse incentivo. Arquitetura, acima de tudo, é criação e não imitação. Não há dúvida de que as valiosas casas em técnica enxaimel que seus proprietários destroem é por medo de serem obrigados a conservá-las, numa reação até previsível (AN, 1982, p. 5).

Como uma ação que deveria ser realizada junto aos proprietários, Neerman pontuou a importância de esclarecer que a preservação de um imóvel não significaria sua museificação, e que adaptações seriam permitidas, inclusive para novos usos. Também se fazia necessário um trabalho de divulgação do Movimento Comunitário e a conscientização ampla da comunidade para que ela fizesse parte deste processo. O arquiteto informou que já estavam sendo tomadas iniciativas para que Joinville contasse com a colaboração de técnicos do órgão federal de preservação e que as ações planejadas não se restringiriam ao patrimônio edificado. Sobre as iniciativas previstas pelo Movimento Comunitário, destacou:

> Em seguida deveremos colocar em prática várias idéias que ainda não têm data. Pretendemos, por exemplo, conseguir um espaço na Festa das Flores com um desfile de charretes e carroças. Numa etapa paralela queremos promover uma gincana cultural que, através de tarefas específicas, trará a público bens do mobiliário ligado à história da colonização – desde discos e trabalhos artísticos a utensílios do lar e oficinas (AN, 1982, p. 5).

Outro participante, tanto da palestra proferida pelos profissionais alemães em Joinville quanto do seminário em Florianópolis, Adolfo B. Schneider, também registrou suas impressões sobre os referidos eventos em artigo publicado no jornal *A Notícia* em 19 de dezembro de 1981. O historiador observou que as cidades de Wiesbaden e Joinville possuíam números populacionais semelhantes, mas que na cidade alemã havia maior concentração de edificações históricas, em sua maioria edificações em arquitetura enxaimel com mais de um pavimento, ao contrário de Joinville, com seus exemplares espalhados pelo município, sendo, sobretudo, edificações de um pavimento. O principal aspecto positivo destacado por Adolfo Schneider com relação à experiência alemã se referiu à existência de maior autonomia administrativa e financeira dos municípios para a gestão do patrimônio edificado, característica divergente da realidade brasileira, ainda muito centrada no órgão federal de preservação. Conforme o historiador:

> As milhares de casas de enxaimel da parte antiga de Wiesbaden estão tombadas pelo Patrimônio Histórico da cidade, que lá não é federal, como no Brasil, mas municipal. É o município, a Prefeitura, a Câmara Municipal ou uma instituição criada em âmbito municipal, que tomba uma casa, um cemitério, um bosque, uma cascata natural, seja o que for: assim as coisas andam mais depressa, e a fiscalização depois também poderá ser mais eficiente (AN, 1981, Especial).

Com relação à existência de incentivos fiscais e financeiros como formas de compensação aos proprietários de imóveis protegidos, visando à conservação das edificações, destacou: "Caso o proprietário de uma casa de enxaimel pretenda gastar algum dinheiro com sua conservação, deixando-a por conseguinte em estado de nova, ele poderá descontar o dinheiro gasto por ocasião do pagamento de algum imposto na Prefeitura" (AN, 1981, Especial, p. 2). Também os mecanismos de controle urbanístico chamaram a atenção de Schneider:

> Se uma dessas casas é destruída por um incêndio, ou ameaça desabar, por velha, naquele mesmo local só poderá ser construída outra casa no mesmo estilo, com a mesma quantidade de andares, da mesma altura: para que não seja estragada a harmonia. [...] Outro detalhe anotado: a ausência de arranha-céus nas cidades, na parte tombada, apesar de Wiesbaden, como capital, possuir grande quantidade de casas de apartamentos de muitos andares. Ela não parou. Mas destinou um bairro, longe do centro tombado, para a construção desses edifícios (AN, 1981, Especial).

Para o historiador, o modelo de Wiesbaden deveria ser adotado por Joinville, e não imitar a experiência desenvolvida por São Paulo, caracterizada por ele como "uma aberração da civilização do século XX". Segundo Schneider, as construções da área central urbana do município deveriam ser limitadas no máximo a quatro andares.

Como já informado, a apresentação assistida por Adolfo Schneider e os demais participantes dos eventos anteriormente citados teve como material de apoio *slides* elaborados pelos profissionais alemães, ou seja, o público conheceu de Wiesbaden apenas lugares e edificações previamente selecionados. Como recurso ilustrativo, no artigo de Adolfo Schneider foram inseridas duas imagens da cidade alemã de Braunschweig (Brunsvique), local de origem de vários imigrantes que se fixaram em Joinville e Blumenau, conforme informação constante na legenda. Cabe observar que as imagens constituem na verdade gravuras em preto e branco que retratam cenas e edificações de um período histórico muito anterior a 1981. A própria legenda referencia que as edificações, uma delas já demolida, foram construídas no período medieval. Possivelmente a utilização destas imagens se deveu à ausência de acesso a fotografias que retratassem a cidade de Wiesbaden naquele momento (1981). Todavia, não poderíamos deixar de registrar que as referidas imagens transmitem a impressão de que o tempo havia parado e o patrimônio edificado permanecido "intocado" naquela cidade alemã. Esta representação romantizada se estende também à apresentação da experiência alemã efetuado por Adolfo Schneider em seu artigo. Segundo o historiador, a partir do conhecimento de Gottfried Kieson e Edgar Heydock, transmitido "de mão beijada", pode-se observar que as construções de Wiesbaden respeitavam um padrão de altura resultante da valorização da harmonia, traço que compunha, no seu entender, a identidade cultural alemã:

> Há muitos séculos o povo alemão foi educado dentro de padrões de ordem, de harmonia e também de igualdade. [...] Isto representa, para o alemão, uma parte muito essencial do seu pensamento: a harmonia, a beleza no seu total, a beleza coletiva. Uma beleza criada, pedrinha sobre pedrinha, em séculos de labor coletivo, isto não se destrói. O alemão, neste ponto, é mesmo formidável (AN, 1981, Especial).

A paisagem urbana da cidade alemã abordada é descrita como referente a um cenário de "conto de fadas", dada sua organização, salubridade e beleza: "Ruas limpas, asfaltadas, fileiras de casas, todas semelhantes, mas nenhuma igual, caixas de flores vivas em baixo das janelas. Deve ser um prazer todo especial morar em algumas dessas casas" (AN, 1981, Especial). A confessada admiração do historiador pelo "gênio alemão", segundo o próprio Adolfo Schneider, foi reforçada após ele tomar conhecimento da preservação do patrimônio edificado em Wiesbaden e outras localidades:

> Talvez o alemão e seus descendentes tenham, na massa do sangue, uma certa predileção pelos contos de fadas. E essa cidade é, no seu todo, um verdadeiro conto de fadas, não escrito nem por Grimm, nem por Andersen, mas pelo povo alemão, aquela parcela que reside há mil e mais anos naquela região. É um estilo que certamente faz parte da massa do sangue do hessênio [habitante do estado de Hessen]. E concluímos que, por se tratar de uma manifestação coletiva, esse gênio poderá se traduzir apenas pela palavra cultura (AN, 1981, Especial).

Os desdobramentos diretos da vinda de Gottfried Kieson e Edgar Heydock à cidade puderam ser observados já nas primeiras reuniões da Comissão do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural do Município de Joinville (COMPHAAN). Durante a segunda reunião, em 22 de abril de 1982, Lenin Peña informou aos demais integrantes os encaminhamentos resultantes do seminário sobre arquitetura de imigração alemã realizado em novembro de 1981, em Florianópolis. Destacou que estava em andamento em diferentes municípios catarinenses a organização de movimentos comunitários para a preservação do patrimônio cultural, sendo a COMPHAAN um destes exemplos. Na ocasião do evento, teria recebido da Fundação Catarinense de Cultura a incumbência de fazer contato com os municípios de São Bento do Sul e Joinville para verificar a possibilidade de realização de um trabalho preservacionista que contaria com a orientação de técnicos alemães que permaneceriam em Joinville por dois meses, desde que a proposta fosse aceita pelo poder público municipal (COMPHAAN, 1982, p. 06).

Conforme já citado por Althoff (2008), a possibilidade relatada por Lenin Peña se concretizou com a vinda do arquiteto e conservador alemão Udo Baumann (de Marburg) a Joinville. A partir da indicação de Gottfried Kieson e Edgar Heydock, Baumann desenvolveu nas cidades de Joinville, São Bento do Sul e Blumenau, entre 24 de julho e 4 de setembro de 1982, um estudo sobre o patrimônio edificado referente ao processo imigratório de povos germânicos no século XIX e proferiu palestras. Com relação ao seu trabalho, há registros na imprensa local, nas atas da COMPHAAN e em dois relatórios produzidos pelo arquiteto alemão — o primeiro apresentado à Comissão do Patrimônio, quando da mobilização de agentes locais para impedir a demolição de uma edificação localizada na área central de Joinville (Palacete Niemeyer), datado de 6 de agosto de 1982[83]; e o segundo sobre a passagem de Baumann pelas cidades supracitadas, datado de março de 1983[84]. Neste último documento, o arquiteto alemão descreveu os objetivos e a metodologia utilizada, fazendo referência inicialmente ao sucesso do seminário realizado em novembro de 1981, que segundo ele "despertou nos participantes uma

[83] Traduzido pela joinvilense Regina Lemos Colin.
[84] Traduzido por André Gil Teixeira Pires.

maior consciência para os problemas da conservação de monumentos e prédios históricos" (BAUMANN, 1983, p. 01). Ainda segundo ele, o objetivo de seu trabalho era aprofundar os resultados do referido evento a partir dos seguintes pontos-chaves:

> Assessoramento a cidades e municípios da região abrangida pela tarefa, na conservação e recuperação do Patrimônio Histórico; Assessoramento ao [sic] SPHAN em Brasília na inventariação do Patrimônio Histórico; Desenvolvimento de metodologia para a inventariação de prédios históricos; Aprofundar o trabalho junto à opinião pública anteriormente iniciado (BAUMANN, 1983, p. 01).

Lembramos que a realização do referido inventário fora recomendada ainda em 1978, quando da vinda dos engenheiros Marlene Zlonicky e Klaus R. Kunzmann. O trabalho contou com a participação de funcionários das prefeituras e de estudantes[85] que organizaram previamente documentação cadastral e fotografias de edificações, além de mapas das cidades. Foram realizadas vistorias a diversos imóveis e levantamento de informações com antigos moradores. Devido ao curto período que dispôs para a realização dos trabalhos, Baumann esclareceu que sua análise se concentrou apenas em alguns setores urbanos dos municípios contemplados (BAUMANN, 1983, p. 02).

A sessão especial realizada pela COMPHAAN, em 5 de agosto de 1982, contou com a presença de Baumann, que informou aos membros da comissão sobre o trabalho que vinha realizando no sentido de orientar os arquitetos e comissões envolvidas em ações de preservação do patrimônio cultural[86]. Segundo o arquiteto alemão, Joinville contava com um acervo significativo de construções históricas, que abarcavam o espaço temporal da fundação da antiga Colônia Dona Francisca à Segunda Guerra Mundial. O arquiteto fez questão de registrar que, no seu entender, a "Arquitetura histórica em Joinville não significa somente Arquitetura Enxaimel [...]", defendendo que edificações construídas a partir de outros estilos e tipologias arquitetônicas também deveriam ser preservadas (BAUMANN, 1982, p. 01). Diferenciou a ocupação do território da antiga Colônia entre a área destinada ao desenvolvimento de atividades agrícolas e o núcleo central voltado às atividades predominantemente urbanas (comércio, serviços públicos, entre outras), no qual se concentraram os imigrantes com maior capital econômico, profissionais liberais e intelectuais. Tais características resultaram na diferenciação da arquitetura presente nas duas áreas, com a predominância da arquitetura enxaimel na área rural e o emprego de outras tipologias arquitetônicas na área urbana já na fase

---

[85] Não há registro do nome dos participantes.
[86] Consta também em ata a participação, como convidadas, de Regina Lemos Colin (tradutora) e Maria Isabel Kanan (arquiteta da Fundação Catarinense de Cultura).

seguinte à distribuição dos lotes aos imigrantes. Desta forma, observou que, paralelamente ao enxaimel, outras formas arquitetônicas também foram adotadas desde o início da implantação da Colônia Dona Francisca (BAUMANN, 1982, p. 01).

Entre as edificações abordadas, identificou o Palacete Niemeyer como importante exemplar com influência da "arquitetura portuguesa e francesa", destacando que a possibilidade de demolição do imóvel representava uma grande perda. Baumann participou da reunião em questão para apresentar seu parecer sobre a referida edificação, tendo em vista o debate público gerado em torno deste assunto[87].

Para o arquiteto, uma situação contraditória estava ocorrendo no município: se, por um lado, a cidade estava perdendo "uma interessante e valiosa substância arquitetônica", por outro, uma arquitetura "deturpada e falsa" estava sendo vendida como "original e de valor histórico." Neste sentido, Baumann se referiu às edificações que vinham sendo construídas a partir de 1979 em Joinville, cuja concepção apenas "imitava" traços da arquitetura enxaimel. Baumaan pontuou algumas ações que no seu entender contribuiriam para a preservação e promoção do patrimônio histórico: sua integração ao planejamento turístico, o emprego de regras específicas para a comunicação visual, incentivos fiscais (dedução de impostos) e a conservação da pavimentação. Ao final, sugeriu que fosse realizado um levantamento da arquitetura histórica de Joinville por um "cientista", trabalho para o qual se colocou à disposição (BAUMANN, 06/08/1982; COMPHAAN, 1982, p. 02-03).

O relatório elaborado foi apresentado à COMPHAAN em 30 de setembro de 1982[88]. No documento, além das considerações já citadas anteriormente, foram relacionadas vinte e quatro edificações (todas na área urbana) com valor para preservação em Joinville, tendo o documento também contemplado os municípios de São Bento do Sul, Blumenau e a localidade de Itoupava (atual bairro de Blumenau). A abordagem das unidades foi, de maneira geral, de descrição arquitetônica, contando em alguns casos com informações sobre o período de construção das edificações e sua relação com processos históricos locais e europeus. Cabe esclarecer que a análise por nós desenvolvida sobre o relatório produzido por Baumann teve por objetivo perceber os elementos mobilizados pelo arquiteto alemão para a atribuição de valores culturais. Neste sentido, não houve a verificação das datas de construção das edificações presentes no documento, tão pouco foi debatida a coerência da classificação arquitetônica por ele efetuada.

---

[87] Processo abordado no item 2.4

[88] Possivelmente um relatório ainda preliminar, tendo em vista que o documento final foi assinado pelo arquiteto alemão em março de 1983, como já informado anteriormente.

Inicialmente, Baumann esclareceu que as unidades foram analisadas a partir de suas características construtivas e "estilo e/ou fase de construção", procurando "fornecer exemplos típicos das diferentes formas arquitetônicas existentes [...] em virtude de seu valor histórico e/ou artístico [arquitetônico]", apresentadas no relatório a partir dos seguintes tópicos: "casas de colonos", "formas urbanas", "prédios residenciais e comerciais" e "prédios públicos", totalizando vinte e seis fotografias (BAUMANN, 1983, p. 08). O documento não contemplou, ainda segundo o arquiteto, os imóveis "sobejamente conhecidos" devido ao "seu indiscutível valor como monumentos de Joinville", entre eles: a estação ferroviária, o museu (provavelmente a sede do MNIC) e a antiga residência de Ottokar Doerffel (BAUMANN, 1983, p. 07). Também esclareceu que devido ao curto espaço de tempo não foram consultados os projetos arquitetônicos das edificações, sendo suas considerações baseadas "exclusivamente em fotografias". Baumann também advertiu que, apesar de recomendável, "não se deve deduzir disto que todos os prédios apresentados devam, necessariamente e sob quaisquer condições, ser preservados [...]" (BAUMANN, 1983, p. 07).

Das vinte e quatro unidades, oito constituem edificações em arquitetura enxaimel, definidas como "casas de colonos", e foram consideradas como "monumento cultural por motivos históricos": devido ao "caráter sócio-histórico" como testemunho construído das residências dos imigrantes alemães chegados ao Sul do Brasil; de caráter arquitetônico, como "testemunho de uma arquitetura de enchaimel [sic] transposta de um país para a nova Colônia" (BAUMANN, 1983, p. 09). Apesar de expressar inicialmente a ideia de simples transposição desta arquitetura — inclusive identificando uma das edificações como exemplar que referenciava modelo desenvolvido pelo arquiteto alemão David Gilly (1748-1808), presente na "Alemanha Oriental" — no decorrer de sua análise Udo Baumann relativiza a ideia de autenticidade arquitetônica, no sentido de manutenção da arquitetura "original" alemã, ao pontuar a ocorrência de alterações na composição das edificações aqui construídas. Ele atribuiu às condições climáticas e às necessidades locais dos imigrantes a implantação de varanda e anexos ao corpo principal das edificações, sobretudo aos fundos, para a instalação de cozinha e área de serviços, sem, no entanto, desqualificá-las por este motivo. O período de construção destas unidades foi identificado como da segunda metade do século XIX, sobretudo as duas últimas décadas. Assim, por "colono" e "casas de colonos" o arquiteto faz referência ao sujeito imigrante, independente da ocupação por ele aqui exercida, não remetendo a arquitetura enxaimel à famílias que desenvolveram atividades agrícolas. Por valor histórico, não fez referência a uma concepção factual, mas, de maneira genérica, ao processo imigratório.

A vinda de profissionais alemães a Santa Catarina (Marlene Zlonicky e Klaus R. Kunzmann, em 1978; Gottfried Kiesow e Edgar Heydok, em 1981; e Udo Baumann, em 1982), em especial nas duas últimas ocasiões, possibilitou a ampliação das redes de colaboração e da relação institucional entre os órgãos de preservação, sobretudo da Fundação Catarinense de Cultura com os municípios. Como referenciado por Gonçalves (2016, p. 169-170), apesar dos tombamentos realizados pela FCC até 1995 se restringirem à construção de uma representação "portuguesa" do estado, os trabalhos desenvolvidos pela Fundação Catarinense de Cultura, em parceria com a esfera federal e instituições municipais, a partir de 1980, engendraram uma nova perspectiva com relação ao perfil dos bens que seriam objeto de inventários. Qual seja: a preservação do patrimônio do imigrante (alemão, italiano, ucraniano e polonês). Esta mudança de foco resultaria em diversos tombamentos estaduais ao longo da década de 1990.

> Sem descurar dos modelos arquitetônicos já consagrados em nível federal, a política estadual de preservação tratou de voltar-se, de modo privilegiado, para o talento construtivo de gerações de imigrantes e seus descendentes. Valorização feita de forma contundente, sem a timidez das iniciativas federais anteriores, no estado. Nesses tombamentos estaduais, a história e o patrimônio de Santa Catarina foram prioritariamente interpretados na sua relação com contingentes de europeus que ocuparam e povoaram diferentes áreas do território, desde o século XVIII e sobretudo no século XIX. Assim, haveria uma Santa Catarina "alemã" no norte e no Vale do Itajaí, "italiana" no Vale do Rio dos Cedros e no sul, "polonesa" e "ucraniana" no planalto norte, "açoriana" em sua faixa litorânea, mesmo que essas designações fizessem pouco sentido para os próprios imigrantes, no momento em que chegaram ao Brasil (GONÇALVES, 2016, p. 175).

A partir deste período, foram desenvolvidas ações envolvendo o órgão federal de preservação, a Fundação Catarinense de Cultura, instituições de ensino superior e diferentes municípios catarinenses. Sob o escopo do projeto Inventário das Correntes Migratórias, diversos levantamentos foram realizados no intuito de salvaguardar o patrimônio referente à imigração alemã, italiana, polonesa e ucraniana em Santa Catarina. Entre as ações que contemplaram Joinville, podemos citar: o Inventário Emergencial (1983); Identidade das Cidades Catarinenses (1983) — com o cadastramento de 124 edificações na área rural e 359 na área urbana; a segunda vinda de Udo Baumann a Joinville, permanecendo no município de setembro de 1986 a setembro de 1987; o Projeto Memória de Joinville (1987) e o projeto Roteiros Turísticos Culturais em Joinville (1989-1990) (ALTHOFF, 2008). Apesar de o projeto Inventário das Correntes Migratórias não constituir um dos objetos do presente trabalho, entendemos pertinente abordar, brevemente, algumas discussões realizadas na COMPHAAN sobre o referido assunto, que demonstram a nova configuração da política de preservação no estado pontuada por Gonçalves (2016).

Em reunião realizada especialmente para a apresentação do projeto, ocorrida em 16 de junho de 1983, o arquiteto Dalmo Vieira Filho esclareceu que esta ação tinha como intuito realizar o levantamento dos bens culturais existentes no município e verificar suas condições, contando com a participação da comunidade, que indicaria quais bens deveriam ser preservados. Para mobilizar a sociedade, almejava a realização de palestras e a participação dos meios de comunicação para divulgar as finalidades do inventário. O projeto se estenderia a outros municípios, como São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Laguna, Nova Veneza e Urussanga. Indagado por Adolfo B. Schneider sobre as intenções do órgão federal de preservação em relação aos bens a tombar, Dalmo Vieira expôs que a instituição ainda não possuía uma relação de imóveis para proteção, salientando que partiria dos municípios a indicação destes bens: "não precisando ser necessariamente antigo, a questão é preservar tudo com o que a comunidade se identifique, sejam tradições, através de suas festas e religião, costumes ou até mesmo o idioma. Enfim, tudo que se vê como Bem Cultural" (COMPHAAN, 1983, p. 01). Para o representante do órgão federal de preservação no estado, Santa Catarina não dispunha de grandes monumentos como outros São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, estando sua riqueza cultural representada nas correntes migratórias que contribuíram para a formação do país. Como exemplo, citou as edificações em arquitetura enxaimel que, no seu entender, unitariamente não possuíam valor, mas que se preservadas em conjunto representavam bens culturais importantes.

Na sequência, foi esclarecido aos integrantes da comissão que a execução do trabalho seria realizada pela coordenação do projeto e mais quatro equipes compostas por: um acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), um acadêmico da Fundação Educacional da Região de Joinville (FURJ) (sem mencionar o curso) e um membro da Fundação Cultural de Joinville (FCJ), com a atribuição de obter informações, interpretá-las, imprimir e distribuir materiais. Executada esta etapa, seria realizada reunião com a participação de representantes do órgão federal de preservação e da Fundação Catarinense de Cultura (FCC) para expor à comunidade os resultados. A previsão para conclusão do projeto era de três meses, devendo os trabalhos de campo ser realizados nos finais de semana, pois durante a semana os profissionais envolvidos estavam desempenhando outras atividades ligadas às suas respectivas instituições (COMPHAAN, 1983, p. 02).

Os membros da comissão destacaram a importância de se divulgar amplamente a realização do projeto, inclusive com inserções em rádio e televisão, ficando o assessor de imprensa da prefeitura e o membro do Conselho Municipal de Cultura, Nilson Delai, responsáveis pela criação das chamadas. Quanto à divulgação impressa dos resultados do

inventário, Dalmo Vieira informou que ainda não havia previsão sobre o número de exemplares a serem produzidos, mas que o recurso seria disponibilizado pelo órgão federal e editado pela UFSC. Uma reunião com todos os participantes do projeto foi agendada para o dia 29 de junho, ficando a cargo da FURJ a seleção de seus estudantes (COMPHAAN, 1983, p. 03). Na documentação da COMPHAAN existente consta pauta de reunião referente ao dia 29 de junho de 1982, todavia não há registro de ata.

O material resultante dos diferentes inventários produzidos durante a década de 1980 fundamentou os diversos tombamentos realizados pela Fundação Catarinense de Cultura na década de 1990 e no início dos anos 2000, e serviu de base para o projeto Roteiros Nacionais de Imigração, promovido pelo Governo Federal, com diversos tombamentos efetuados a partir de 2007, sendo Santa Catarina o primeiro estado a ser contemplado por esse projeto (PISTORELLO, 2015; GONÇALVES, 2016). Em âmbito local, as edificações levantadas nestes diferentes inventários que não foram objeto de tombamento passaram a compor o Cadastro de Unidade de Interesse de Preservação, um mecanismo administrativo da Prefeitura Municipal de Joinville.

Novamente, a presença imigrante em Santa Catarina foi tema central na elaboração de políticas públicas. No entanto, cabe salientar que, neste momento, por meio do patrimônio, os vestígios dessa presença foram mobilizados sob uma concepção "plural" de nação, resultando na valorização dos bens por eles construídos, traços que ajudariam a compor a paisagem catarinense. Se nas décadas de 1940 e 1950 os discursos patrimoniais estavam voltados à construção de uma paisagem açoriana e sambaquiana, Gonçalves (2016, p. 253) destaca que:

> A partir dos anos 1980, a *paisagem do imigrante* surgiu como nova aposta patrimonial, reunindo esforços das instâncias federal e estadual de preservação. Os novos ares políticos da abertura democrática facilitavam, à época, a incorporação, às práticas patrimoniais, de um debate que já existia e que se abria à diferença cultural. O patrimônio era mais amplo. A nação era diversa.

Contudo, ao se privilegiar determinados bens referenciais de alguns grupos imigrantes, diversos outros formadores do estado catarinense ficaram de fora do mapa patrimonial delineado neste período, como destaca Gonçalves (2016, p. 176-177).

> Deixaram de ser objeto de tombamento até mesmo bens culturais relacionados a outros imigrantes europeus e seus descendentes (como os colonos no oeste, no início do século XX) ou imigrantes não europeus (como os japoneses de Frei Rogério). Por força da opção privilegiada pelo elemento europeu e pelo bem arquitetônico, a produção cultural de grupos indígenas e afrodescendentes não ganhou lugar no mapa patrimonial catarinense.

Em âmbito local, além das ações já citadas anteriormente, a vinda de profissionais alemães a Joinville contribuiu para mobilizar os agentes envolvidos a pressionar o poder público municipal a realizar ações concretas relativas à preservação do patrimônio edificado. Neste sentido, cabe lembrar que até a realização do seminário de Florianópolis, em 1981, tanto o tombamento quanto a Comissão de Patrimônio ainda não haviam sido implementadas, apesar de já instituídos por legislação no final de 1980. Para além da defesa da arquitetura em enxaimel, o espectro dos bens edificados a serem preservados foi ampliado, contemplando ainda outras características, como a defesa da preservação não apenas de imóveis isolados, sendo introduzida a ideia de conjunto urbano e de ambiência. Se até a década de 1970, a proteção do patrimônio arquivístico, arqueológico e museológico havia conquistado significativo papel na política cultural do município, a partir dos anos 1980 o patrimônio edificado passou a ganhar destaque nos debates públicos e na atuação do poder público municipal, buscando-se maior autonomia para a preservação desta categoria patrimonial.

Como destacado preliminarmente, a discussão acerca das construções que apenas "imitam" a arquitetura enxaimel, no sentido de reproduzir seus efeitos estéticos, foi um elemento presente nos debates acerca da efetivação de uma política de preservação do patrimônio edificado. Na sequência, analisamos alguns aspectos desta questão.

2.2 O "FALSO ENXAIMEL" E O DEBATE SOBRE A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

A construção do chamado "falso enxaimel" e a política turística da qual esta prática constitui um dos elementos principais em algumas cidades catarinenses, especialmente em Blumenau e Joinville, a partir de década de 1970, foram temas já abordados nos trabalhos desenvolvidos por Flores (1997), Althoff (2008), Machado (2009) e Veiga (2013). No entanto, entendemos ser pertinente para nossa pesquisa perceber o papel que o incentivo à construção deste tipo de edificação desempenhou na mobilização dos agentes locais para a preservação do patrimônio edificado.

Dentre os autores supracitados, a obra de Flores, intitulada *Oktoberfest: turismo, festa e cultura na Estação do Chopp,* foi matéria de especial interesse para esse trabalho, tendo em vista que a autora desenvolveu importante estudo sobre o papel da política de incentivo ao "falso enxaimel" no município de Blumenau e das chamadas "festas de outubro" em Santa Catarina, no contexto das décadas de 1970, 1980 e 1990. Assim, entendemos ser pertinente

abordarmos os principais aspectos discutidos na referida obra no sentido de percebermos algumas ressonâncias no processo análogo ocorrido em Joinville, já que a experiência empreendida em Blumenau, conforme Flores (1997), serviu de modelo para outras cidades do Norte/Nordeste catarinense.

É comum a utilização, pelos profissionais da área da Cultura, de expressões como "falso enxaimel", "enxaimelado", "enxaimeloso" ou "enxaimelóide" para se referirem pejorativamente às construções que procuram reproduzir a linguagem da arquitetura enxaimel por meio da utilização de elementos decorativos em edificações de alvenaria. No tocante à designação deste tipo de construção, optamos por manter os termos utilizados pelos autores referenciados ou presentes nas fontes pesquisadas. Conforme Althoff (2011, p. 1868), do ponto de vista arquitetônico, o "falso enxaimel" pode ser caracterizado como um *pastiche*, ou seja, seus exemplares são "construídos em técnica contemporânea, com estrutura em concreto e alvenaria de tijolos, e para imprimir a linguagem do enxaimel, são fixadas às fachadas peças de madeira de espessura mínima, a fim de conferir o aspecto requerido". Conforme Sêga (2008), o *pastiche* estaria relacionado, a partir dos estudos da estética, ao fenômeno *Kitsch* por ser construído com objetivos meramente comerciais, turísticos e inautênticos. O inautêntico, no tocante ao patrimônio cultural, refere-se à afirmação de uma "meia-verdade" que colabora para a construção de uma imagem estereotipada e generalizante acerca da arquitetura presente nas cidades de imigração alemã em Santa Catarina, com destaque para Blumenau e Joinville. Conforme Machado (2009, p. 76):

> Transformando a própria cidade em uma espécie de *souvenir* consumível, algumas cenas e cenários urbanos são enquadrados em representações atraentes, cuja intenção é seduzir o visitante interessado em uma experiência presumidamente singular. Como se pudéssemos, por alguns momentos, viajar no tempo, esses pontos turísticos nos indicam um itinerário, muito bem delimitado, destinados a proporcionar-nos sensações nostálgicas de passados ausentes em uma cidade contemporânea.

Flores (1997, p. 67-68) caracteriza os municípios catarinenses que aderiram ao modelo de investimento turístico pautado na construção e exploração de uma representação de "cidade germânica" como cidades-imagem, nas quais foram realizadas ações de revitalização urbana baseadas em "ilhas" turísticas. No caso de Blumenau, a autora identifica o Poder Executivo Municipal e a Comissão de Turismo, formada por administradores, empresários, gestores públicos e pessoas ligadas à atividade cultural, como os principais agentes coletivos criadores deste processo, atuando desde o início dos anos 1970 para transformar Blumenau em cidade turística. Com este objetivo, seus integrantes passaram a planejar diferentes ações com o intuito

de remodelar a paisagem do município, contribuindo para delimitar o centro urbano como setor turístico e incentivar a conservação e construção de edificações "típicas".

A partir da lógica internacional de competição, que marcou a transformação de muitos municípios industriais em meio à concorrência entre cidades, estes agentes elegeram símbolos supostamente ligados ao processo de imigração em Blumenau, de meados do século XIX, como elementos de construção e afirmação de uma cidade "germânica". Nesse contexto, em meio às transformações ligadas à globalização, o "resgate" das identidades regionais ou locais surgiu como uma alternativa às pretensões homogeneizadoras de construção de uma "cultura global", sendo as "tradições" mobilizadas pelo mercado de consumo como elementos singulares para a construção de imagens performativas (FLORES, 1997, p.75). Ainda com relação a Blumenau, a autora destaca:

> [...] podemos pensar na construção do quadrante turístico da cidade turística, uma cidade dentro da cidade, mas uma cidade monofônica, na qual tudo deveria convergir para uma só voz, plasmada numa só imagem, cantada numa só língua: a germânica, desenhada no quadrilátero da cidade, para ser vista, para ser cartão-postal, expulsando deste enquadramento, seus mendigos, impedindo o aparecimento de favelas, limpando os entulhos das ruas, edificando a arquitetura típica (FLORES, 1997, p. 70-71).

Nesta empreitada de estruturação turística, a imagem de cidade germânica, europeia, presente nos folders publicitários, necessitava tomar forma concreta, tendo em vista a presença dispersa ou mesmo a quase ausência de edificações em "estilo germânico" na Blumenau dos anos 1970. Buscou-se na arquitetura enxaimel a referência para a edificação da cidade-imagem, apropriada como o símbolo material mais representativo da imigração em âmbito local. Foram empreendidas então construções a partir do que Flores (1997, p. 74) denominou de estilo "neo-enxaimel", caracterizado por edificações cujas fachadas fazem referência à antiga técnica construtiva através do emprego de elementos meramente decorativos. Os membros da Comissão de Turismo de Blumenau buscaram em outras cidades brasileiras, como Campos de Jordão e Gramado (conceituadas também pela autora como exemplos de cidades-imagem-turística) e na Alemanha, exemplares que pudessem servir de modelo para o projeto local. Com relação a este tipo de política turística e apropriação da arquitetura, Machado (2009, p. 76) destaca que:

> Implícito nos detalhes desta obra arquitetônica, uma insinuante vontade de estabelecer nexos precisos entre as diferentes temporalidades urbanas tenta criar uma impressão de continuidade histórica entre passado e presente, deixando à margem descontinuidades, lacunas, incompreensões, esquecimentos, silêncios e interditos que se colocam diante desta trajetória.

Para que o "neo-enxaimel" fosse disseminado, incentivos foram previstos aos proprietários que aderissem ao seu emprego, como a dedução sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e a disponibilização de projetos arquitetônicos pelo Poder Executivo Municipal (FLORES, 1997, p. 76). Assim,

> [...] a fachada arquitetônica como elemento de evocação à tradição, forma uma nova aura para as mercadorias produzidas localmente. Habitando estas casas comerciais de fachada germânica, com suas etiquetas *Made in Brazil*, o conjunto, mercadorias e a casa comercial onde estão expostas, forma um atrativo turístico. E o conjunto deste casario, comércio, hotéis, repartições administrativas, bancos, restaurantes, etc, forma o cenário da cidade-imagem, o qual conquista os turistas, não só durante o período das festas, mas também no resto do ano, podendo ser tomado como uma forma discursiva associada ao mercado (FLORES, 1997, p. 73).

Com relação ao incentivo fiscal, como já abordado por Flores (1997), Althoff (2008) e Veiga (2013), a cidade de Blumenau concedeu dedução de IPTU, por meio da Lei Municipal 2.262 de 1977[89], às edificações construídas em "estilos arquitetônicos típicos conhecidos como 'Enxaimel' e 'Casa dos Alpes", localizadas no perímetro urbano, para uso comercial ou residencial (LEI 2.262/1977, Art. 1º e 2º). Em 1984, esta prática foi ampliada para as edificações que passassem por reformas "dentro dos estilos arquitetônicos típicos", não se restringindo mais ao perímetro urbano (LEI 3134/1984, Art. 1°). Conforme a legislação de 1977, o deferimento das solicitações de dedução fiscal foi condicionado à emissão de parecer elaborado por uma comissão técnica composta por um arquiteto da Assessoria de Planejamento, um engenheiro civil da Divisão de Obras e pelo Chefe de Gabinete do Vice-Prefeito[90] (LEI 2.262/1977, Art. 3º), cabendo à referida comissão a atribuição de especificar "os elementos arquitetônicos que caracterizam os estilos conhecidos por 'Enxaimel' e "Casa dos Alpes'" (LEI 2.262/1977, Art. 4º).

Cabe destacar que a Lei Nº 2.262 de 1977 não constituiu a primeira iniciativa do poder público de Blumenau para incentivar o "falso enxaimel". Em 1972, foi prevista a dispensa "do pagamento de emolumentos de obras [a] todos os que, dentro do perímetro urbano de Blumenau, vierem a edificar casas típicas Blumenauenses, para residências" (LEI Nº 1909/1972, Art. 1º e Art. 2º). Esta primeira legislação já estabelecia a necessidade de um parecer prévio para o deferimento do benefício, mas atribuiu à Comissão de Turismo esta função, que deveria verificar se os projetos seguiam as normas por ela estabelecidas, normas essas que

---

[89] Revogada pela Lei Complementar Nº 79/1994.
[90] Em 1981, o último membro da comissão técnica supracitado foi substituído por um representante da Fundação Casa Sr. Blumenau (Lei Nº 2762/1981, Art. 2º, Alínea C).

definiam as características das “Casas Típicas - Blumenauenses” (LEI Nº 1909/1972, Art. 3º). Uma vez deferido o benefício, estava o proprietário proibido de realizar alterações que descaracterizassem a edificação (LEI Nº 1909/1972, Art. 5º). As modificações efetuadas na legislação de 1977 consistiram: na alteração do termo utilizado para denominar o tipo de edificação que seria beneficiada (de “Casas Típicas - Blumenauenses” para “estilos arquitetônicos típicos conhecidos como ‘Enxaimel’ e ‘Casa dos Alpes”); a ampliação da finalidade das construções, inicialmente apenas previstas para uso residencial; a área de abrangência de sua implantação no município, não mais restrita ao perímetro urbano; e a alteração da comissão responsável pela avalição dos projetos e solicitações[91]. Blumenau, segundo Flores (1997), foi o primeiro município a empregar o modelo de cidade-imagem germânica em Santa Catarina, servindo de referência para outros municípios do estado.

Não obstante a política de construção do “neo-enxaimel” ter sido elaborada, em Blumenau, a partir do início da década de 1970, sua implementação teve grande incremento com a criação da Oktoberfest em 1984. Este evento passou a servir de modelo para as chamadas “festas de outubro” em Santa Catarina, conceituadas como festa-espetáculo-mercadoria. Engendrada pelos mesmos agentes responsáveis pelo “neo-enxaimel”, denominados por Flores (1997, p. 51) como “fazedores de festas”, a Oktoberfest e suas correlatas são caracterizadas pela autora como um evento turístico *kitsch* que visava à restauração momentânea (enquanto durar o evento) de um passado nostálgico, como se os laços entre passado e presente permanecessem como um fluxo ininterrupto:

> Assim, a invenção da festa germânica, como o retorno da história, das festas antigas da colônia, pode suscitar para os espectadores as questões de sua autenticidade. O marketing da festa com base nessa “redescoberta” ou retorno às origens, apaga uma série de transformações, de inclusões e exclusões. Lidando-se com a plasticidade da cultura, sua performance atual homogeneiza os tempos, criando a aparência presente como se fosse de estruturas formais autenticamente originais, numa continuidade com o passado (FLORES, 1997, p. 36).

A realização de um evento deste porte e com estas características só é possível pela participação ativa de parte da população da cidade e dos turistas durante a festividade, quando “pessoas de origem alemã e as caracterizadas de alemão estão atuando nestes cenários culturais

---

[91] Em dezembro de 1984, o benefício fiscal foi ampliado para edificações construídas em outras tipologias e arquiteturas, por meio da Lei Nº 3142 que alterou do Artigo 1º da Lei Nº 2262 de 1977, sendo substituídas as expressões "enxaimel" e "Casa dos Alpes" por “edificações de valor histórico e arquitetônico”, avaliadas conforme os procedimentos previstos nas legislações anteriores.

supostamente restaurados" (FLORES, 1997, p. 21). A participação das populações locais nas "festas de outubro" se dá, sobretudo, em função das atividades comerciais e de prestação de serviços que desempenham como forma de obterem um ganho financeiro adicional, além de emprestarem ao evento "autenticidade germânica". Entre as demais festas realizadas durante na "Estação do Chopp" que ganharam popularidade em Santa Catarina, podemos citar: a Fenarreco em Brusque, a Chuchoppfest em Gaspar, a Kegelfest em Rio do Sul, a Schützenfest em Jaraguá do Sul e a Fenachopp em Joinville (FLORES, 1997, p. 15). Sobre as relações entre cultura, patrimônio e turismo, Flores destaca que:

> As questões, portanto, de patrimônio público, de preservação cultural e memória coletiva suscitam discussões acerca dos projetos e interesses que emergem nesses processos. Abordar a arquitetura neo-enxaimel nas cidades das festas germânicas é compreender como se estava construindo a grande metáfora da história, criando cenários da cidade alegoria para o turista expectador e participante. A construção da fisionomia de cidade alemã, no sentido de atrair os turistas para o espetáculo da cultura que se revela como autêntica, confundida com a realidade cotidiana da cidade, deve ser completamente sinalizada. [...] A arquitetura que se veste para o turista é eloquente, saturada de pastiche e faz reclame de si mesma. Isto é, o visitante não se equivoca; as referências históricas são explícitas, é a indústria da tradição histórica (FLORES, 1997, p. 78-79).

Em Joinville, a política de incentivo à construção do "falso enxaimel" teve início a partir de 1979, no governo Luiz Henrique da Silveira[92] (1977-1982), por meio da Lei Nº 1714 que criou a "Zona Especial Comercial" (Z8-004) na área urbana central do município. Dentre outras diretrizes, foi estipulado que as edificações construídas neste setor deveriam atender exclusivamente o "estilo germânico ou tradicional", cabendo à prefeitura orientar os proprietários na elaboração dos projetos arquitetônicos (LEI Nº 1714/1979, Art. 6º e 7º). Esta iniciativa, segundo Althoff (2008, p. 141-142), pode ser caracterizada como uma ação análoga à desenvolvida em Blumenau, optando-se desta forma pelo "estímulo" à construção de edificações com características "típicas".

Sobre a recepção desta proposta, Afonso Imhof (2016, p. 10) destacou que o incentivo ao "falso enxaimel" sofreu oposições vindas de diferentes grupos, inclusive de parte dos

---

[92] Luiz Henrique da Silveira (1940-2015) nasceu em Blumenau, graduando-se em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina em 1965. Em 1966 fixou residência em Joinville, passando a atuar como advogado e a lecionar língua portuguesa e história no Colégio Bom Jesus, bem como direito público e privado na FURJ. Filiado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), exerceu os seguintes mandatos no período analisado pelo presente trabalho: Deputado Estadual (1971-1975), Deputado Federal (1975-1977), Prefeito de Joinville (1977-1982). Posteriormente, assumiu o Ministério da Ciência e Tecnologia (1987 e 1988), no Governo José Sarney; novamente Deputado Federal (1995-1997) e Prefeito de Joinville (1997-2002), duas vezes Governador do Estado de Santa Catarina (2003-2006; 2007-2010); e Senador (2010-2015).

vereadores. No final de década de 1970, a Câmara de Vereadores contava com uma composição mais diversificada, sendo formada em grande parte por vereadores não ligados a famílias de origem germânica. A oposição ao "falso enxaimel também se fez presente em alguns setores do próprio Poder Executivo Municipal.

> Eu negativei bastante, fui um dos críticos, até não conhecia a palavra simulacro, mas eu achava que era uma falsidade, quase até uma falsidade ideológica. Dentro do próprio partido do prefeito houve muita reação [...] (IMHOF, 2016, p. 9). [...] na época se chamava de falso enxaimel e nós também chamávamos de falso enxaimel, quando isso na verdade não é nem falso enxaimel, nem enxaimel, mas é de uma postura normanda. [...] Luiz Henrique contribuiu bastante para uma reconstituição, uma re-patrimonialização, como é que a gente pode dizer... beirando às vezes até ao simulacro cultural, no aspecto de uma germanidade. Blumenau também seguiu esse tom, Jaraguá, Brusque, Timbó, Pomerode. Então, eu acho que tem uma coisa, um ingrediente econômico de restaurantes e hotéis que se alinham nessa questão comercial no Brasil e instauram as ideias patrimoniais já um tanto artificiais de restauração, de reconstituição de uma possível vida no passado (IMHOF, 2016, p. 7).

Mudanças no desenho institucional da prefeitura, como abordado no primeiro capítulo, já vinham ocorrendo desde o final de década de 1960, sendo as áreas de Cultura, Esporte e Turismo reunidas em um mesmo departamento ainda no Governo Pedro Ivo Campos (1973-1977). Porém, Imhof (2016, p. 08) observou que a partir do Governo Luiz Henrique da Silveira, para além de alterações na estrutura administrativa, ocorreu uma mudança de perspectiva na gestão municipal acerca da relação entre cultura e turismo. No início dos anos 1970, a estrutura da Divisão de Turismo era ainda muito reduzida: "[...] ali só tinha um senhor que era o Ângelo Beloni, que comandava o comitê de turismo [...]". Na carência de uma equipe maior, a promoção turística da cidade contava com funcionários da Divisão de Cultura e membros da Comissão do MNIC: "[...] a Comissão do Museu Nacional elaborou um mimeografado de três páginas para botar dez pontos turísticos da cidade, esse era o boletim turístico da cidade, a propaganda, e era distribuído no Museu Nacional que era muito visitado [...]". Decorre deste fato os bens divulgados constituírem, em sua maioria, unidades museais e outros imóveis considerados de valor cultural ou religioso, como o Museu Nacional de Imigração e Colonização, o Museu Casa Fritz Alt e a igreja Santo Antônio (IMHOF, 2016, p. 8).

Na mesma entrevista, Afonso Imhof observa que durante o Governo Pedro Ivo Campos (1973-1977) a cultura foi mobilizada a partir de uma outra perspectiva. Além do incentivo aos museus, houve a valorização de expressões culturais a partir de uma concepção voltada ao folclore, com o objetivo de atender e dar visibilidade aos diferentes grupos da cidade.

> [...] tinha um patrimonialismo [...]. Porque o Pedro Ivo, florianopolitano, manezinho da ilha, católico praticante, manezinho da ilha já explica tudo, gosta de folclore. Ele

> se invoca em colocar um grupo folclórico alemão e contrata uma pessoa, Dona Lili, eu acho que é dona Aline, e impõe ao Alcides Buss, que era o chefe da área da cultura. [...] aí vem o [grupo] Silberfluss que é para botar a etnia em apreço, folclorização do alemão, do germânico, e também para turismo, etc.; um grupo africano, [...] o Tatá era um dos coordenadores, então você vê já a representação étnica, isso pegava o [bairro] Itaum, porque esse rapaz era o presidente do [clube] Quênia [...]; e o grupo Fandango que ele [Pedro Ivo], como o brasileirão, assim, manezinho da ilha, queria também, que é um sapateado de tamanco, que eram os açorianos aqui de Joinville vindos do Morro do Amaral, dessas ilhas todas que também são vicentinos e mais não sei o que, então ele queria grupo folclórico (IMHOF, 2016, p. 13-14).

Não obstante as ações em curso no Governo Pedro Ivo Campos, podemos dizer que a partir do governo Luiz Henrique (1977-1982) o setor de Turismo passou por um processo de profissionalização, traçando estratégias voltadas à promoção do município como cidade turística germânica.

> [..] o Luiz Henrique buscou [...] Geovah Amarante, pela Secretaria de Cultura Esporte e Turismo, [...] ele era formado em Marketing e tinha que elaborar um projeto. [...] Ele [Luiz Henrique] desenvolveu o esporte e era para desenvolver a cultura também como um veículo de turismo, aí o turismo, restaurantes, etc. Isto também fazia parte do planejamento da Secretaria de Planejamento, favorecer estas pessoas que enxaimelassem (sic), a oportunidade deles fazerem investimentos na área de restaurantes. Este é um dos elementos. Havia uma ligação muito forte entre a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo e a Secretaria de Planejamento para desenvolver essas áreas [...]. Isso o Geovah fez com muita competência [...] (IMHOF, 2016, p. 12).

Obviamente, não podemos perder de vista que Luiz Henrique da Silveira era natural de Blumenau e conhecedor da política turística desenvolvida por aquele município a partir de década de 1970. Antes de passar a compor a administração municipal de Joinville, Geovah Amarante desempenhou o cargo de secretário de Turismo em Blumenau no início dos anos 1970, participando da Comissão de Turismo, espaço onde foram engendradas as estratégias de "re-germanização" daquele município, conforme já abordado anteriormente. Em sua pesquisa, Flores (1997, p.101) registrou, inclusive, uma proposta realizada por ele durante reunião da referida comissão, em 13 de agosto de 1968, na qual Amarante teria defendido, segundo a autora, "que os engraxates deveriam ser instruídos para atender os turistas e que seriam escolhidos os mais educados e inteligentes".

Ao contrário do ocorrido em Blumenau, que estendeu formalmente (por meio de lei) os benefícios fiscais a imóveis que fossem reformados ou a novas edificações construídas em "estilo típico", no caso de Joinville, a política de incentivo ao "falso enxaimel" foi estabelecida, inicialmente, de maneira não explícita. A Lei Nº 1399 de 1975, que institui isenção de IPTU às "casas de enxaimel", foi substituída pela Lei Nº 1774/1980, que garantiu isenções tributárias para "Imóvel qualificado na categoria de enxaimel" (Art. 2º, Inciso III). O fato é que ambas as

legislações definiram de forma genérica o tipo de edificação que poderia ser contemplada pelo benefício fiscal.

Mesmo à época, a imprecisão das referidas leis gerou dúvidas aos próprios integrantes da COMPHAAN, conforme registrado na ata de reunião de 5 e agosto de 1982. Questionado por um dos membros sobre o assunto (deduções fiscais para "falso enxaimel"), o presidente da COMPHAAN afirmou: "[...] tais construções típicas não são beneficiadas com isenção de impostos. No entanto, as construções típicas, conforme o caso, são dispensadas do recuo previsto no Plano Diretor". A dispensa de recuo a que Dereti se referiu significava que o imóvel poderia ser construído junto ao alinhamento da calçada, possibilidade que para imóveis de uso comercial representava um importante atrativo, já que haveria maior conexão do estabelecimento com a via pública, gerando melhor condição de visibilidade ao empreendimento. Conforme Afonso Imhof (2016, p. 18), que juntamente com Miraci Dereti emitiu diversos pareceres para as solicitações de isenção fiscal, houve um processo de omissão na aplicação da legislação, uma distorção no "espírito da lei". O ex-diretor do MASJ e chefe da Divisão de Cultura fez referência ao contexto de criação da Lei Nº 1399 de 1975, quando da realização de inventário de edificações em arquitetura enxaimel pelos membros da Comissão do MNIC: "[...] era para preservar aqueles históricos, isto é, aqueles que têm uma antiguidade".

Ao que tudo indica, ocorreu um deslocamento na instância responsável por avaliar as solicitações de dedução fiscal. Anteriormente condicionada à análise e parecer de comissão especial formada por agentes diretamente envolvidos na preservação de bens culturais, sobretudo a partir da Lei Nº 1774/1980, o referido procedimento avaliativo passou a ser de responsabilidade de instâncias consonantes com a política de incentivo ao "falso enxaimel", passando a decisão final a ser da alçada da Comissão de Urbanismo e da Secretaria de Planejamento e Coordenação[93]. Segundo Imhof (2016, p. 11), no início do Governo Luiz Henrique da Silveira houve também significativa alteração no quadro da Secretaria de Planejamento, com a saída de diversos profissionais atuantes nas gestões anteriores, inclusive de agentes ligados à preservação do patrimônio cultural do município, como o arquiteto Dagoberto Koehntopp.

---

[93] Em 1996, o Inciso III do Art. 2º da Lei Nº 1774/1980 foi alterado pela Lei Complementar Nº 32, reestabelecendo os parâmetros e encaminhamentos estabelecidos pela legislação de 1975: "c) O Chefe do Executivo Municipal deverá nomear, mediante Decreto, Comissão Especial para classificação de casas de "enxaimel"; d) A Comissão, composta de 3 servidores especializados em casas de 'enxaimel', estabelecerá, em regulamento próprio, os requisitos a serem observados.". Por sua vez, a LC Nº 32/1996 foi revogada pela LC Nº 366/2011 – que dispõe sobre deduções e isenções tributárias para imóveis cadastrados no Inventário do patrimônio cultural de Joinville - IPCJ.

À época, diferentes profissionais do município, alguns envolvidos com as questões voltadas à preservação do patrimônio cultural, assim como os profissionais alemães que estiveram em Joinville, posicionaram-se com relação à política de incentivo ao "falso enxaimel" — em matéria publicada por *A Notícia* no dia 8 de abril de 1980. O engenheiro Henrique Christe Neto, presidente do Centro de Engenheiros de Joinville (CEJ)[94], declarou-se favorável às construções em "estilo enxaimel", mas criticou a falta de critérios para sua execução: "[...] é preciso saber que tipo de arquitetura está sendo feita em nome do enxaimel. É preciso normas, critérios e definições. O que notamos hoje é um trabalho feito sem critério. Qualquer prédio, com ripinhas trançadas, leva logo o nome de enxaimel." (AN, 1980, p. 16). O engenheiro identificou a Secretaria de Planejamento e Coordenação e a Comissão de Urbanismo, da qual fazia parte, como os órgãos responsáveis pela prática que vinha ocorrendo, destacando ainda que o Poder Executivo estaria "boicotando outros projetos mais arrojados":

> Nós sabemos que os proprietários chegam à Prefeitura com um projeto debaixo do braço e logo esbarram em mil e um obstáculos, como taxa de ocupação, recuos, etc. De repente, alguém apresenta a solução: construa em enxaimel que o projeto passa. E, infelizmente, é isso que vem ocorrendo. (AN, 1980, p. 16).

Em nova manifestação, divulgada por *A Notícia* em 27 de outubro de 1981, Henrique Christe Neto defendeu a implantação de uma comissão formada por membros do poder público e do CEJ para a criação de um instituto de planejamento urbano para Joinville, cujo objetivo principal seria garantir a "harmonia arquitetônica" da cidade. No seu entender, a instituição atuaria no sentido de estabelecer critérios para disciplinar a atuação de engenheiros e arquitetos devido "à ação de atravessadores que tem [sic] escritórios de despachantes e expedem plantas feitas por desenhistas, sem critérios técnicos adequados". Para o presidente do CEJ, a preservação do patrimônio edificado constituiria uma ação além do tombamento, devendo-se estabelecer uma harmonia entre as novas construções e a arquitetura tradicional da cidade:

> Esse trabalho começa na conscientização do profissional para que não chegue a usar, por exemplo, o estilo enxaimel como alguma coisa da moda, como começamos a sentir. Se se tornar vulgar e repetitivo em construções imitativas, não estaremos preservando e sim destruindo o estilo. [...] O importante é que não devemos "fingir" arquitetura, e sim respeitar as tradições e peculiaridades regionais. No caso de um imóvel que interessa à preservação, seu proprietário terá incentivos, abatimento ou

---

[94] Conforme registrado na coluna semanal do Centro de Engenheiros de Joinville (CEJ) no jornal *A Notícia*, a instituição promoveu no mês de abril de 1980 alguns debates para discutir a questão das construções em "estilo enxaimel", com participação de diferentes profissionais (AN, 1980, s/p) e também passou a destinar um espaço na referida coluna para abordar algumas edificações "antigas" da cidade.

> isenção do imposto, assessoramento quando quiser reformar e tudo que for necessário à sua manutenção original (AN, 1981, p. 05).

Ainda segundo a reportagem, Henrique Christe Neto alertou sobre a proliferação das imitações do enxaimel, que estaria se tornando uma "obsessão" e que, segundo ele: "No fim vira um monte de porcaria". Como contraponto às construções imitativas citou a edificação principal da Expoville, cuja concepção arquitetônica faz referências ao enxaimel sem, no entanto, a pretensão de figurar como uma edificação "histórica":

> É importante reparar que o enxaimel [Expoville] foi feito em tijolos de cerâmica, vigas de ferro afixadas com parafusos. Mas ficou bem aproveitado, revelando que não houve preocupação com a imitação mas sim o aproveitamento puro do estilo para dar um traço local à obra, o que consideramos um bom aproveitamento, sem que se confunda com uma imitação barata. (AN, 1981, p. 05).

Uma das primeiras iniciativas particulares empreendidas a partir do "falso enxaimel" e que exemplifica o direcionamento exercido pelo Poder Executivo Municipal foi a construção da edificação sede da (antiga) Casas Pernambucanas, inaugurada em 1979. Conforme noticiado pela imprensa, a aprovação do projeto contou com o apoio direto do prefeito Luiz Henrique da Silveira por meio de ofício encaminhado à Comissão de Planejamento e Urbanismo, atestando que o empreendimento atendia as diretrizes desejadas pelo Poder Executivo:

> Ao Secretário de Planejamento, Dilson Brüske, para submeter à aprovação da Colenda Comissão de Urbanismo, tendo em vista que o projeto apresentado, no estilo germânico, foi buscar sua forma arquitetônica nas raízes primeiras de nossa cidade e representará um marco indelével a perpetuar nossa memória histórica, além de acrescentar ao nosso acervo urbanístico um excelente ponto de atração turística. Joinville, 13 de março de 1978 (AN, 1979, p. 6)

Figura 4 - Antiga sede da Casas Pernambucanas (Rua do Príncipe, Nº 268).

Fonte: *A Notícia* (1979, p. 6).

A atuação direta do chefe do Poder Executivo parece não ter sido um caso isolado. Afonso Imhof relatou que Luiz Henrique liderava a mobilização para construção dos "sarrafinhos", ou seja, era pessoalmente o "capitão" desta política.

> Outro prédio, onde é o Banco Safra por exemplo, uma senhora um dia me ligou, a antiga proprietária, e contou, fez um relato muito triste, de que o marido dela queria preservar o prédio e o Luiz Henrique o convenceu de que se enxaimelasse [sic] o negócio, a prefeitura daria o arquiteto e uma série de taxas. Ela e os filhos fizeram a aceitação, o pai não queria. Tem umas histórias dessas aí. (IMHOF, 2016. p. 21).

Para além das relações entre patrimônio e turismo, na visão de Afonso Imhof (2016, p. 15), haveria ainda outro aspecto para que a política de incentivo ao "falso enxaimel" fosse implantada no Governo Luiz Henrique, qual seja, a própria condição de migrante do então prefeito.

> Tudo pode ser um ingrediente, [...] mas acho que muito da cabeça dele, dele querer ser governador um dia ou deixar a marca dele como um migrante aqui na cidade, dele entrar no meio dessa elite germânica. [...] O Luiz Henrique vêm de fora [...], onde ele vai formular uma identificação? Ele vai ter que construir isso, então essa re-germanização pode ter, no meu modo de imaginar, diríamos assim, o psicológico das pessoas, a questão de ele buscar uma construção de identidade dele, essa germanização, de ele se identificar também. [...] Porque nós temos nos anos 1970 os Oliveira, os Silveira e mais não sei quem que são ricos, mas não se constituem etnicamente, eles estão absorvidos pelos germânicos, tanto pelo Tênis Clube, que é mais um clube para jovens medianos, a Sociedade Harmonia Lyra e, ainda germanicamente, a Liga de Sociedades e o Ginásticos, depois não tem mais nada. Como é que tu entra no convívio dessa gente? Onde que tu vais dançar, jantar? Como

> jovem advogado como tu vai ter sucesso para tu teres clientela, para tu sobreviver financeiramente? Tem todos esses quesitos, né! Então eu acho que nunca é uma causa só, mas acho que é uma multicausalidade.

Outro projeto particular, referente à construção da antiga loja Hermes Macedo, na Rua Nove de Março, foi divulgado pela imprensa da seguinte maneira: "Dentre em breve, Joinville ganhará um novo prédio evocando as tradições deixadas pelos colonizadores germânicos. De características típicas e em estilo enxaimel, o prédio abrigará as novas instalações das lojas Hermes Macedo" (AN, 1980, Capa).

Figura 5- Sede da antiga Hermes Macedo (Rua Nove de Março, nº 530).

Fonte: Registro do autor (2016).

Na matéria *Construções típicas: assunto em discussão*, veiculada pelo jornal *A Notícia* em 8 abril de 1980, são abordados os posicionamentos de José Carlos Vieira, José Antônio Vieira e Maurício Cesar Ribeiro, profissionais ligados ao mercado da construção civil e que haviam, inclusive, realizado empreendimentos a partir das novas diretrizes estabelecidas pela prefeitura (entre estes, a duas edificações referenciadas acima: Casas Pernambucanas e a Hermes Macedo). A partir das declarações destes profissionais, podemos perceber que para eles não se tratava de uma oposição radical à política de construção de edificações contemporâneas em "estilo típico", mas de crítica à ausência de critérios definidos sobre o que constituiria o "estilo enxaimel" e à política de incentivos desenvolvida pela prefeitura que, além de deduções fiscais, estava dispensando os prédios construídos em "estilo supostamente germânico" da

necessidade de previsão de estacionamento (AN, 1980, p. 16), justamente para incentivar construções em "falso enxaimel". Para os profissionais citados, se por um lado a "febre" do enxaimel sem critérios vulgarizava o estilo, por outro, despertava o interesse pela preservação. Para Maurício Cesar, o maior problema consistia na falta de normatização das construções, fato que poderia ser solucionado pelo próprio Poder Executivo Municipal: "A Prefeitura deveria se preocupar com o problema, enviando inclusive engenheiros à Alemanha, como fez Blumenau. Desta forma, estes poderiam criar normas construtivas, para que não ocorra o que se verifica hoje." (AN, 1980, p. 16).

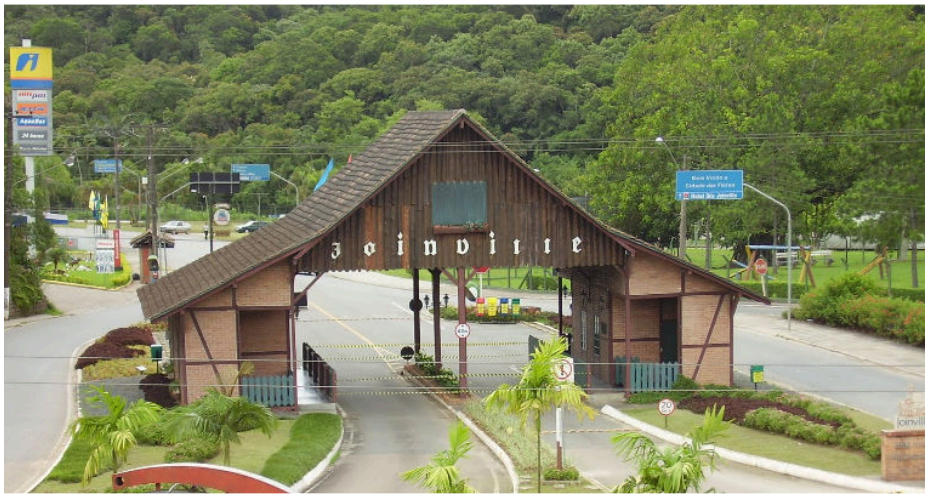
José Carlos Vieira destacou que a tradição deveria ser preservada e que construções típicas, edificadas a partir de critérios objetivos, valorizavam esteticamente a cidade e representavam um atrativo turístico. Por sua vez, José Antônio Vieira, apesar de concordar com as sugestões dos seus colegas, possuía uma visão mais cautelosa, declarando ser radicalmente contrário à postura da prefeitura no sentido de impor construções em "estilo" na área central da cidade, bem como a concessão de benefícios aos proprietários. Segundo ele:

> O objetivo da arquitetura, que é uma arte de edificar, é produzir obras de acordo com a época, utilizando os materiais e a tecnologia disponível. No entanto, quanto ao enxaimel, acho que deve-se procurar evoluir este tipo de arquitetura, sem esquecer a tradição da cidade, sua formação étnica, entre outros aspectos. (AN, 1980, p. 16).

Além de iniciativas privadas, a construção do "falso enxaimel" também contou com empreendimentos realizados pelo poder público municipal, como a construção do pórtico turístico (1979) e do "moinho de vento" (1982), que compõem a principal entrada do município[95], e a atual sede do Mercado Público (1982), gerando intensos debates. A primeira edificação citada foi construída para servir de posto turístico, nos moldes de uma casa de enxaimel, cujo projeto foi concebido pelo paisagista Lenin Peña, assessor da AMUNESC (que integrou a COMPHAAN em abril de 1982).

[95] Posteriormente, uma edificação em arquitetura enxaimel também foi realocada para este local.

Figura 6 - Pórtico turístico (Rua XV de Novembro).



Fonte: Jair Teixeira / *Street View*. Acesso: 27 de mar. 2017.

Porém, cabe observar que esta edificação não foi considerada, já à época, como um exemplar de "falso enxaimel", mas uma ação positiva do poder público, como registrado anteriormente na fala do arquiteto Ruben Neermann. Peña também marcou oposição ao "falso enxaimel", mas não era contrário à "modernização do estilo":

> Construir uma casa e colocar uma madeirinha por fora para parecer com o enxaimel é um desrespeito à própria formação do profissional. Ele pode, em vista de suas raízes germânicas, insistir em construir uma arquitetura típica alemã, mas estará se traindo se a fizer como todos – ou quase – vêm fazendo até agora em Joinville e Blumenau principalmente. [...] os colonos deixaram uma essência cultural-arquitetônica que merece ser preservada, mas não imitada de forma precária. Acredito que pode-se oferecer ao turista uma coisa diferente deste enxaimel falso. Sou favorável a uma arquitetura boa e, para tanto, só com uma modernização no estilo. Ou seja, o enxaimel mesclado com características contemporâneas. [...] em todos os estilos, por mais fortes e arcaicos que sejam, pode-se introduzir uma modernização (AN, 1984, Especial).

Sobre o processo de criação do pórtico, em entrevista realizada em decorrência da pesquisa para a dissertação, Lenin Peña (2016, p. 17) relatou que a solicitação partiu diretamente do prefeito Luiz Henrique da Silveira, cuja concepção tomou como referência a arquitetura enxaimel: "Então foi feito, fiz a maquete [...]. O enxaimel seria um modelo de arquitetura, como o pórtico da cidade, mas isso não mostra a cultura mesmo de Joinville. A cultura de Joinville tem muitas coisas, tem muitos prédios [...]". A possibilidade destacada por Lenin Peña, de apropriação do enxaimel como referência para construção de novas edificações, sem a intenção de afirmá-las como antigas, foi um aspecto observado por Veiga (2013) quando da análise de alguns exemplares. Para ele, não se deve reduzir todas as edificações construídas em Joinville neste período apenas a um modelo:

> Em outras [construções], no entanto, adotou-se uma roupagem mais contemporânea ou modernista, inclusive com concreto aparente na fachada, de forma que o enxaimel apenas é utilizado como referência para um projeto contemporâneo, sem a intenção de se passar por uma construção antiga. [...] poderiam ser considerados uma forma de arquitetura pós-moderna, que não apenas imitam uma forma ou um estilo passado, mas se apropriam do passado para a criação de algo novo (VEIGA, 2013, p. 147).

Com relação ao "moinho de vento", conforme já abordado por Althoff (2008), Machado (2009) e Veiga (2013), esta construção talvez tenha sido a ação mais polêmica da política de incentivo ao "falso enxaimel" em Joinville.

> Primeiramente, por não terem sido construídos moinhos deste tipo pelos imigrantes na cidade e, também, pelo fato de que eles eram construídos antigamente atendendo a uma função e a um trabalho específicos (geralmente a moagem de grãos), devido à inexistência de tecnologias mais avançadas. Assim, o Moinho de Joinville seria unicamente um ornamento, sem qualquer funcionalidade. Além disso, no imaginário popular, a imagem do moinho está muito mais associada à Holanda do que à Alemanha, embora em algumas partes deste país eles também tenham sido frequentemente utilizados. Desta forma, o Moinho seria um objeto ainda mais *Kitsch* do que qualquer neo-enxaimel da cidade, uma vez que ele foi implantado totalmente fora de seu contexto original, além de contar com um forte apelo visual (VEIGA, 2013, p. 150)

Figura 7 - "Moinho de vento" (Rua XV de Novembro).

Fonte: *Street View*. Disponível em: https://www.google.com.br/maps/@-26.297146, 48.88371,3a,75y,57.11h,89.77t/data=!3m6!1e1!3m4!1sP4EOl4FJ3xxxQa6ENkivFA!2e0!7i13312!8i6656?hl=pt-BR. Acesso: 27 de mar. 2017.

A ideia teria surgido quando Luiz Henrique visitou a Alemanha e conheceu um moinho localizado ao norte de Hamburgo[96]. De posse de registros fotográficos, o arquiteto e secretário de Planejamento Paul Hellmuth Keller projetou exemplar instalado no portal turístico (AN, 1980, p. 5). Conforme já sintetizado por Veiga (2013), as principais críticas ao projeto tiveram como fundamentação a inexistência de relação deste tipo de construção com a história local. O assunto foi pauta da matéria "Críticas e aplausos para o moinho turístico", publicada por *A Notícia* em 11 de setembro de 1980, na qual foram ouvidos alguns profissionais do município.

Para Regina Lemos Colin, professora de língua alemã[97], apresentada pelo jornal como estudiosa dos costumes germânicos, o moinho constituía uma "ideia sem propósito" e "infeliz":

> [...] porque ele foge totalmente às tradições, pois o que existe atualmente na região de Bremmen, é apenas um monumento histórico que ficou como marco de uma época em que os lavradores levavam seus cereais para a moagem. Enfim, não tem propósito algum se instalar um moinho em Joinville sob o argumento de que faz parte da cultura alemã (AN, 1980, p. 5).

Em defesa do projeto, o engenheiro Leziro Marques Silva não considerou como de maior importância a ausência de relação deste tipo de construção com a história do município, declarando que "tudo o que tentar preservar a cultura nórdica da Europa, até certo ponto identifica o lastro étnico". No seu entender, para que fossem evitadas maiores críticas: "O mais importante, acredito, é que essa construção deve ser uma réplica o mais próximo possível do original, para se evitar o que está acontecendo hoje com as casas enxaimel quando sua arquitetura está sendo gradativamente deturpada." (AN, 1980, p. 5). Assim, para o referido engenheiro, o critério de maior valor seria a fidelidade arquitetônica do projeto e não seu contexto.

Outro defensor do projeto, ouvido na matéria e apresentado como "o mais respeitado historiador de Joinville em assuntos europeus", Adolfo Bernardo Schneider defendeu que os moinhos referenciavam aspectos da cultura europeia, principalmente da região Norte, e que uma edificação deste tipo representaria um importante atrativo turístico para o município: "Por isso sou favorável e concordo com tudo que for bem planejado para atrair os turistas", declarou o historiador (AN, 1980, p. 5). Todavia, após a vinda de Udo Baumann a Joinville, em 1982,

---

[96] Possivelmente, a escolha por reproduzir um moinho localizado nesta cidade alemã não foi aleatória, haja vista que a empresa responsável pelo assentamento de imigrantes na Colônia Dona Francisca tinha sede naquele cidade, intentando-se, desta forma, estabelecer um lastro entre o "moinho de vento" e a história do município.

[97] Lembramos que posteriormente Regina Colin atuou como tradutora quando da vinda de Udo Baumann a Joinville, participando de reuniões da COMPHAAN e traduzindo um dos relatórios apresentado pelo arquiteto alemão.

Schneider parece ter relativizado sua visão acerca deste tipo de construção, destacando que o trabalho que vinha sendo desenvolvido pelo arquiteto alemão resultaria em um levantamento minucioso dos bens arquitetônicos do município, proporcionando um panorama acerca do que "cabe preservar e o que é Kitsch!" (AN, 1982, p. 5)

Baumann definiu da seguinte maneira o "falso enxaimel": "É UMA MENTIRA, que não deve ser levada em consideração e tão pouco receber concessões. Esta imitação contribui infelismente [sic] para o não surgimento da nova e moderna arquitetura." (BAUMANN, 1982, p. 02). Como exemplos negativos destacou o imóvel que sediava o estabelecimento comercial "Casas Pernambucanas", localizado na esquina da Rua Do Príncipe com a Nove de Março, por possuir uma "fachada falsa", e o "moinho de vento" construído na Rua XV de Novembro, no pórtico do município. Para Udo Baumann, ambos não possuíam ligação com a arquitetura alemã, nem guardavam relação com a história do município. Declarou entender que, do ponto de vista turístico, tais edificações poderiam representar um atrativo, mas que a preservação deveria contemplar apenas a "arquitetura original", e que não via sentido no fato de o município prever redução de impostos para incentivar construções deste tipo. Para ele, tanto o turismo como a atividade comercial poderiam ser mobilizadas, mas apenas no sentido de contribuírem para a preservação dos bens com valor histórico. Apesar de sua oposição à construção deste tipo de edificação, Baumann relativizou seu posicionamento com relação ao "moinho de vento". Para ele, "O moinho como um espetáculo da disneilândia é para mim suportável no lugar onde se encontra", tendo em vista o apelo turístico que edificações construídas a partir deste conceito possuem (BAUMANN, 1982, p. 03). Podemos perceber que para Baumann, assim como para alguns agentes locais, o "falso enxaimel" desempenhava um efeito duplamente negativo: por constituir um "falso histórico" (obliterando a "arquitetura original") e por dificultar o desenvolvimento da "arquitetura moderna" nos setores que comportavam esta renovação.

Lembramos que em momento anterior, quando da vinda dos engenheiros Marlene Zlonicky e Klaus R. Kunzmann em 1978, a experiência de Blumenau já naquele momento foi caracterizada negativamente. Também Edgar Heydock, na sua passagem por Joinville em 1981, se manifestou sobre os projetos que aplicavam o "estilo enxaimel" a edificações modernas, avaliando como "[...] perigoso o surgimento de uma mania pelo enxaimel, descaracterizando o estilo e gerando um falso conservadorismo", afirmando que as deduções fiscais destinadas a incentivar estas construções não eram aconselháveis, pois geravam "caricaturas" (AN, 1981, p. 05). Heydock caracterizou da seguinte maneira a prática que vinha ocorrendo:

> Seria o mesmo que, de repente, voltarmos ao passado e usar as roupas de nossos avós, como se isso fosse importante. Nesse exemplo, a valorização deve ser dada ao que foi legado pelos antepassados, sem que isso signifique uma volta ao passado. Herança cultural existe, não deve ser criada (AN, 1981, p. 05).

Em publicação especial divulgada por *A Notícia* em 7 de janeiro de 1981, intitulada "Arquitetos criticam o falso enxaimel", o profissional Gil Bessa Nascimento também declarou que o incentivo à construção deste tipo de edificação representava um entrave para o desenvolvimento de uma arquitetura moderna no município, além de caracterizar uma contradição quanto à preservação do patrimônio histórico:

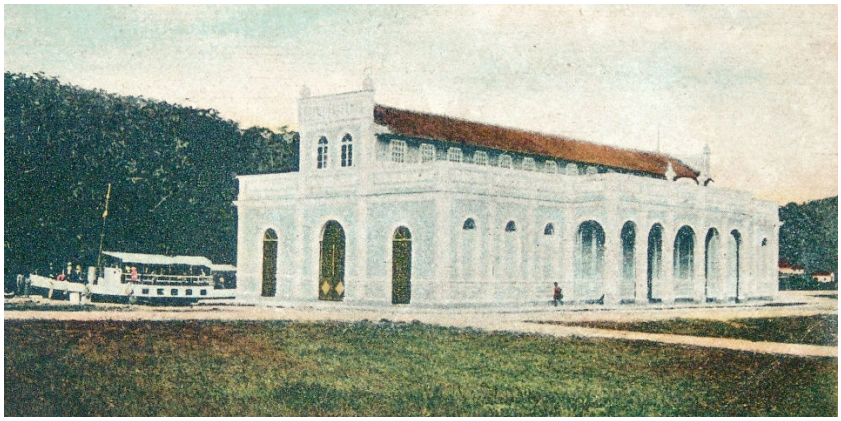
> Com este decreto municipal, que isenta de impostos aqueles que construírem em estilo enxaimel, o que se observa é uma atrofia na criatividade dos novos profissionais da área, pois os empresários só optam pelo estilo típico, deixando a arquitetura moderna em segundo plano. [...] Joinville, sendo uma cidade nova, merecia construções adequadas ao seu tempo. A arquitetura moderna também é válida. [...] Hoje os novos profissionais só podem desenvolver uma arquitetura própria de seu tempo e de sua formação no que tange à residência particular. É justamente neste aspecto que deveriam existir medidas para preservar as construções enxaimel já existentes. Isto porque as casas particulares são as únicas em que o enxaimel é autêntico, feitos por técnicos alemães e na época em que também isto era cultura, era história. Mas preferem incentivar construções em estilo enxaimel só na aparência, já que interiormente as construções são feitas com linhas modernas (AN, 1984, Especial).

Para Machado (2009, p. 75), que também analisou o processo de construção do portal turístico, este espaço foi idealizado para transparecer a "sensação imagética de pequena vila européia, de ascendência tipicamente germânica, cravada em solo brasileiro", ou seja, "foi pensado como uma espécie de 'isca' para atrair os turistas que, de passagem pelos trajetos da rodovia BR 101, tivessem intenções de gastar algum dinheiro em Joinville". A expressão "isca" foi utilizada pelo prefeito Luiz Henrique da Silveira ao apresentar o projeto do "moinho de vento" a cerca de vinte empresários do ramo hoteleiro, defendendo este empreendimento como um "caminho para elefantes", se referindo ao potencial econômico do empreendimento, pois "turistas tanto do Norte como do Sul parariam para tomar lanches rápidos ou o típico chá colonial" (AN, 1980, p. 5).

Com relação à atual edificação do Mercado Público, situado às margens do Rio Cachoeira, no antigo "Porto de Joinville", sua primeira sede foi construída em 1907 e constituía um exemplar de arquitetura luso-brasileira. Após sofrer alterações ao longo dos anos, a edificação inicial foi substituída em 1982 pela que permanece até hoje. Quando do anúncio do projeto de construção da edificação, em 1979, a justificativa da prefeitura, segundo *A Notícia*, foi justamente retomar suas características originais: "[...] o último trabalho que pode ser considerado como reforma realizado no Mercado Municipal, aconteceu em 1947, exatamente

quando o prédio perdeu suas características germânicas originais, ganhando formas indefinidas de construção.” (AN, 1979, p. 3).

Figura 8 - Primeira edificação sede do Mercado Público



Fonte: AHJ, Foto 1260A – Mercado Público. Período: Início do século XX

Figura 9 - Mercado Público na década de 1960

Fonte: JOINVILLE, 1965, p. 51.

Figura 10 – Atual sede do Mercado Público (inaugurada em 1982).

Fonte: Street View. Disponível em: https://www.google.com.br/maps/@-26.3054335,-48.8409453,3a,49.2y,96.01h,93.15t/data=!3m6!1e1!3m4!1siMtjMvswlrX2AkrSW9S6tA!2e0!7i13312!8i6656?hl=pt-BR. Acesso: 27 de mar. 2017.

Assim como o "moinho de vento", a construção da nova sede do mercado também gerou amplo debate. Em artigo de opinião, publicado em 19 de agosto de 1982, a historiadora Raquel S. Thiago[98] caracterizou a sede do Mercado Público, inaugurada em 1982, como uma "imitação" do enxaimel, se manifestando com relação à crescente movimentação pela preservação do patrimônio cultural. Tecendo primeiramente considerações mais gerais, S. Thiago observou:

> O assunto "patrimônio cultural" nunca foi tão decantado, no Brasil, como nos últimos tempos. Por quê? Talvez em função da massificação produzida pela sociedade de consumo, que nos torna uma gota d'água no oceano, queiramos buscar nossas origens, manter nossas raízes e, assim, recuperar um pouco da identidade perdida. Ou, quem sabe, a própria sociedade de consumo, através da atividade turística, tenha imposto este modismo. Talvez. (AN, 1982, p. 2).

Considerando a preservação do patrimônio histórico como uma ação de grande importância, questionou a historiadora: "Importante por quê? Para quê? Para quem?". Para ela, o patrimônio histórico fazia parte de um acervo maior que formaria o patrimônio cultural, constituído de três categorias: "o meio ambiente (a natureza), o conhecimento e as técnicas (o saber e o saber-fazer) e os bens culturais, ou seja, os artefatos (objetos, casas, igrejas, obras de

---

[98] Eneida Raquel de S Thiago passou a compor o quadro de professores da Fundação Educacional da Região de Joinville (FURJ) (mantenedora da atual UNIVILLE) em 1977, como professora titular de História da Formação Econômica do Brasil e História de Santa Catarina. Atuou na Fundação Cultural de Joinville como diretora do Arquivo Histórico de Joinville (AHJ), de 1986 a 1989, e diretora de Cultura, de 1994 a 1996. Em 1981, concluiu o curso de mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, com a dissertação "Abdon Baptista: um caso de liderança luso-brasileira em Joinville". Livros publicados: "*Coronelismo urbano em Joinville: o caso de Abdon Baptista*" (1988), "*Fourier: esperança e utopia na Península do Saí*" (1995), "*Eu, Wittich Freitag*" (2000), "*Joinville, Os Pioneiros - Documento e História*" (2001) e "*Joinville, Os pioneiros II - Documento e História*" (2005), organizados com Maria Thereza Böbel, "*Tempos de Joinville*" (2008) e "*Lar Abdon Batista: cem anos de história*" (1911-2011) (2011).

arte, comida, etc.).” (AN, 1982, p. 2). A historiadora defendeu que a preservação do patrimônio só teria sentido se evidenciasse as múltiplas relações estabelecidas entre o homem, o meio ambiente e os artefatos produzidos:

> O artefato isolado é apenas um fragmento. Nada elucida sobre um passado cultural. Nossa primeira preocupação, portanto, deve ser esta: a memória histórica, os bens culturais não podem ser preservados através de artefatos isolados. São exigidos todos os elementos, o ambiente, que reflitam uma cultura passada (AN, 1982, p. 2).

Para S. Thiago, os bens culturais possuíam o papel de referenciar a identidade de uma “comunidade”, elementos que “remontam às origens” e que “nos dão a sensação de segurança e de perenidade”. A historiadora tomou de empréstimo a distinção elaborada por Paulo Freire entre “homem-sujeito” e “homem-objeto”: o primeiro, possuidor de consciência e que age de maneira a fomentar a “animação cultural”; o segundo, objeto da sociedade de consumo e do mundo técnico. A preservação do patrimônio cultural deveria então ser resultante da ação do homem-sujeito e da comunidade local:

> Deve ser feita pela comunidade e não somente para a comunidade e turistas. Não pode ser orientada pelo modismo ou pelos programas de atividades turísticas. O patrimônio histórico, nossos bens culturais, devem ser preservados pelos e para os habitantes da comunidade em primeiro lugar**.** Para a integração da própria comunidade, para satisfazer as solicitações dos indivíduos da comunidade, identificando-os com suas coisas, sua cultura, suas origens (AN, 1982, p. 2).

No caso específico de Joinville, questionou se as edificações que imitavam a arquitetura enxaimel poderiam ser consideradas patrimônio cultural. Como objeto de análise, tomou como exemplo a sede do Mercado Público recém-inaugurada, que para ela não referenciava a memória histórica do município, destacando que a primeira edificação sede, construída em 1907, não guardava relação com as tipologias germânicas, fato motivado pelo contexto histórico de sua criação. Sem ignorar o papel desempenhado pelos líderes teuto-brasileiros no desenvolvimento do município, S. Thiago destacou que predominou na área econômica e política daquele período em Joinville a atuação de indivíduos de origem luso-brasileira ligados à atividade da erva-mate. Além disso, a presença luso-brasileira no município não estava relacionada apenas aos grupos de “elite”, constituindo um elemento formador da população em geral, tendo em vista a migração para Joinville de pessoas vindas de São Francisco do Sul, Araquari e de outras regiões. Assim, para a historiadora, a construção de uma “imitação grotesca do enxaimel” para sediar o Mercado Público obliterava a memória do período histórico no qual sua primeira edificação foi construída:

> O mercado público municipal, portanto, é obra pertencente a um período histórico em que o luso-brasileiro teve grande participação na vida comunitária. E seu próprio estilo arquitetônico – sincrético, é verdade, porém com muitos elementos da arquitetura portuguesa colonial e nenhum da germânica reflete este período. E o que se fez com este edifício? Simplesmente foi demolido. Em seu lugar surgiu o atual, uma imitação grotesca do enxaimel. Conclusão: com o modismo desavisado da preservação do patrimônio histórico associado a [sic] voracidade da empresa turística, aconteceu o mais lamentável – demoliu-se com o antigo mercado uma parte da história de Joinville (AN, 1982, p. 2).

Não apenas arquitetos, engenheiros e historiadores se manifestaram de forma contrária à construção do "falso enxaimel" em Joinville. O crítico de arte e escritor Harry Laus[99] definiu a atual edificação do Mercado Público como "um lamentável arremedo do verdadeiro enxaimel", em artigo publicado por *A Notícia* em 3 de setembro de 1982. Na referida publicação, Laus transcreveu parte do texto de Paul Helmuth Keller[100], "Joinville na Arquitetura", presente no *Álbum do Centenário de Joinville* (1951), na qual o arquiteto alemão descreveu as características gerais da arquitetura enxaimel:

> Nas construções de enchaimel [sic], a madeira assume e desempenha todas as funções que são exigidas para a estabilidade construtiva. A armação compõe-se de vigas e colunas, escoras e travessas, de acordo com a sua funções [*sic*] estática, que, por seu emprego estrutural, formam a moldura, o motivo marcante desta arquitetura. O enchimento das paredes, liberto das funções de suporte, servindo apenas como vedo externo, habilita o uso amplo e arbitrário de tijolos em formas e disposições caprichosas, na sua apresentação como desenhos, delineamentos de efeitos decorativos, sugestivos. Conservam-se os tijolos, para tanto, em bruto, e com seu vermelho vivo, natural e o escuro da madeira formam, em seu conjunto, um contraste singular, álacre, e em harmonia com as tonalidades verdoengas da natureza. Constituíam o telhado telhas planas, de fácil fabricação manual. A forma simples destas telhas (em escamas) exige um declive acentuado para fácil escoamento, permitindo, por sua vez, um sótão maior, de melhor aproveitamento [...]. Esta devido o justo e acertado emprego de materiais, realçando com naturalidade as suas propriedades típicas, suas cores – é de uma verdadeira arquitetura funcional (KELLER, 1951, p. 67-68)[101]

Após dar conhecimento aos leitores da descrição realizada por Keller, Harry Laus os convidou a conhecer a nova sede do Mercado Público, de cujo projeto o arquiteto alemão foi o autor, e compará-la ao texto por ele elaborado em 1951. Laus assim descreveu a referida edificação:

---

[99] Harry Laus (1922-1992), nascido em Tijucas/SC, serviu o Exército Brasileiro de 1946 a 1964, quando foi transferido para a reserva (a pedido). Durante a década de 1950 e 1970, recebeu diversos prêmios literários, publicando contos, novelas, entre outros. Foi colaborador de jornais de grande circulação de São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina e crítico de arte, membro da Associação Brasileira e Internacional de Críticos de Arte desde 1966. Desempenhou o cargo de diretor do Museu de Arte de Joinville entre 1980 e 1982.

[100] No período da publicação do artigo de Laus, Keller desempenhava a função de diretor da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Prefeitura Municipal de Joinville.

[101] Optamos por referenciar a fonte onde foi publicado o artigo original de Paul Hellmuth Keller, reproduzindo o trecho selecionado por Harry Laus.

> Não há vigas nem colunas, escoras nem travessas porque as paredes são de alvenaria e as vigas e travessas são simplesmente elementos decorativos, pregados nas paredes como simples ripas carnavalescas. Atendendo o princípio de inclinação do telhado, ele realmente existe, mas não há, absolutamente, aproveitamento do sótão que fica sendo apenas um grande espaço inútil. Para compor a fachada foram colocadas janelas também inúteis, com jardineiras cheias de flores artificiais, na "Cidade das Flores", porque a altura da janela é tal que seria muito difícil, se não impossível, regar as flores naturais (AN, 1982, s/p.)

O escritor seguiu tecendo críticas à organização do espaço interno do Mercado e da iluminação moderna implantada na praça que compõe sua área externa, pontuando ironicamente que os "donos da arquitetura joinvilense" justificaram o emprego do "falso enxaimel" devido ao atrativo turístico que este tipo de construção representava. Registrou também o posicionamento do arquiteto e artista plástico Nilson Delai, que se manifestou contrário ao "enxame cada vez maior dos falsos enxaiméis" e que indagou: "Afinal, a cidade é de seus habitantes ou dos turistas?". Citou ainda outros dois exemplos de "falso enxaimel" presentes na cidade: uma edificação localizada na Av. Juscelino Kubitschek, próxima à Catedral, que abrigava um consultório médico, e o imóvel sede da Casas Pernambucanas. Para ele, o aspecto mais negativo estava no incentivo promovido pela prefeitura à construção deste tipo de edificação:

> Mas o pior de tudo é que há uma lei municipal dando regalias a quem comete estes desatinos. Talvez por isto, o maior hotel da cidade, com quatro estrelas, não tem garagem coberta e sobe "enxaimelado" por onze andares, contrariando todo o processo enxaimel que não permite mais do que o sobrado. Há muitos outros exemplos, infelizmente, mas parece que basta os citados para se frisar a loucura arquitetônica de Joinville [...] (AN, 1982, s/p).

Laus destacou que este movimento vinha também ocorrendo em Blumenau, cuja edificação sede da prefeitura possuía uma decoração que "chega a um excesso que mais parece ponto de cruz em bordados". Ainda sobre Joinville, fez um alerta acerca da possível intenção, segundo ele, do prefeito em implantar uma cobertura com inclinação na edificação que sediava, à época, a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, construída na década de 1930, que não guarda referência à arquitetura enxaimel (intenção que não foi concretizada). No seu entender, perante tal incoerência, restava conclamar aos profissionais do município a agir: "Que se mexam artistas, engenheiros e arquitetos da cidade para evitarem tal projeto ridículo" (AN, 1982, s/p). Finalizando seu artigo, tornou a citar a publicação de Paul Helmuth Keller, destacando o trecho em que este defendeu o enxaimel como uma "boa e velha" arquitetura, "não como modelo de imitação", mas apenas como referência para a arquitetura

contemporânea. Questionando a coerência de Keller, Harry Laus exclamou: "Como se diz por aí, a teoria, na prática, é outra." (AN, 1982, s/p)[102].

Ao analisar a política de incentivo ao "falso enxaimel", Veiga (2013, p. 142) destaca que Joinville não alcançou o mesmo êxito turístico de Blumenau devido ao fato das gestões joinvilenses que se seguiram à implantação desta política não terem dado continuidade a ela. Mesmo com o retorno de Luiz Henrique da Silveira ao executivo municipal, de 1997 a 2002, sua valorização não foi retomada, havendo o fortalecimento da imagem de Joinville como "cidade da dança". Outro fator destacado pelo autor foi a diferença quanto à abrangência da área central das duas cidades, aspecto influenciado pelas características topográficas: enquanto em Blumenau os exemplares foram construídos próximos, transmitindo a ideia de conjunto, em Joinville as edificações foram implantadas de maneira mais distante.

> Diferentemente de Blumenau, que fez de um edifício neo-enxaimel o seu principal símbolo arquitetônico, em Joinville nenhum exemplar desta arquitetura adquiriu um *status* similar ao Castelinho. Há o Mercado Municipal ou o Pórtico turístico [...] mas nenhum deles possui a mesma fama ou representatividade.

As falas dos agentes por nós mobilizadas demonstram que a política de incentivo à construção do "falso enxaimel", ou seja, as edificações que apenas utilizaram elementos decorativos para simular o efeito estético da arquitetura enxaimel, gerou diferentes posicionamentos. Para os contrários, com relação à dimensão histórica, esta política foi caracterizada como obliteração de processos e grupos não ligados à imigração germânica que também participaram do desenvolvimento do município (caso do Mercado Público) e como uma tentativa turística de construir e afirmar uma imagem não mais condizente com a composição da população de Joinville naquele momento (formada em grande parte por migrantes). Quanto à gestão do patrimônio, a política do "falso enxaimel" foi identificada como um "falso conservadorismo" e uma contradição por valorizar e dispender recursos para construções consideradas sem valor cultural, enquanto grande parte das edificações em arquitetura enxaimel estavam sendo demolidas ou se encontravam em precário estado de conservação. No tocante à arquitetura, o "falso enxaimel" foi adjetivado como "imitação", "arremedo", "vulgar", "embromativo", uma "loucura arquitetônica" fruto do modismo associado à empresa turística.

Para os favoráveis, a referida política possuía uma dupla valorização: por supostamente manter ou reestabelecer o "lastro étnico" com a "cultura nórdica da Europa", evocando a

---

[102] Não encontramos registros de que Paul Helmuth Keller tenha respondido as críticas.

"tradição dos colonizadores"; e por representar um importante atrativo turístico para o município. Contudo, cabe observar que para alguns arquitetos e engenheiros, em especial aqueles ligados à construção civil, não se tratou de negar a possibilidade de tomar o enxaimel como referência para novas construções, mas de uma crítica à "falta de critérios" e ao entrave que este tipo de construção representava para o desenvolvimento de uma arquitetura "moderna", pois restringia a "criatividade" e a "inovação". Para estes profissionais, tratou-se de defender seu exercício profissional frente às diretrizes e ações direcionadoras por algumas instâncias do poder público municipal.

Não obstante os diferentes posicionamentos identificados, entendemos que o incentivo à construção do "falso enxaimel", engendrado no final da década de 1970 em Joinville, acabou por motivar o debate público acerca da preservação do patrimônio, haja vista que a atribuição de valor ao que deve ou não ser preservado passa também pela identificação e refutação daquilo que pode apresentar riscos à preservação. Neste contexto, agentes locais, influenciados por concepções disseminadas por profissionais estrangeiros (alemães), mobilizaram-se na tentativa de efetivação de uma política de preservação dos bens construídos[103]. Estava em jogo o direcionamento que seria dado à patrimonialização do conjunto urbano edificado do município: o "autêntico", o "falso" ou a "modernização do estilo".

Todavia, tendo em vista um campo do patrimônio ainda em construção em âmbito local e sua consequente baixa autonomia, a capacidade de atuação dos agentes envolvidos para refutar o "falso enxaimel", inclusive daqueles que ocupavam lugares diretamente relacionados à preservação do patrimônio na administração pública, apresentou pouca eficácia. Restou a estes, sobretudo aos profissionais da engenharia e da arquitetura, tentar refratar o estímulo a este tipo de construção por meio da defesa de estabelecimento de critérios e diretrizes.

Passemos à análise do primeiro caso em que o instituto jurídico do tombamento foi efetivado pela municipalidade.

---

[103] Cabe registar que críticas ao "falso enxaimel" foram realizadas por profissionais de outras cidades e regiões já em princípios da década de 1980. Conforme Veiga (2013. p. 122), o arquiteto Cláudio Hörbe de Blumenau, em matéria publicada no *Jornal de Santa Catarina* de maio de 1980, declarou que "quanto mais se tenta aproximar esta nova forma das suas origens, tanto mais nos afastamos dela", caracterizando-a como uma "grande produção de kitsch arquitetônico, onde prédios modernos [...] recebem fachadas com composições típicas imitando não o enxaimel, mas o resultado do enxaimel". Ainda em 1980, em publicação veiculada pela Fundação Catarinense de Cultura chamada *Boi de Mamão*, o arquiteto e pesquisador do Rio Grande do Sul Günter Weimer também teceu críticas às edificações que imitam o enxaimel: "Lamentavelmente, há hoje uma tendência de imitar estas formas. Isto é altamente negativo. É algo semelhante a andar pelas ruas com roupas de babados, perucas cacheadas e lencinho de rendas, querendo parecer um Luiz XV. A imitação deprecia o autêntico em função do grotesco e o original através do arremedo. Só o autêntico e o original têm valor. O resto é pastiche." (WEIMER apud VEIGA, 2013, p. 125). Por sua vez, Althoff destacou outra publicação do jornal *Boi de Mamão*, de autoria do Bento Silvério, natural de Florianópolis, intitulada "Enxaimel para Turista", na qual a jornalista abordou o movimento de construção de *pastiches* na Região Nordeste e do Vale do Itajaí em 1981 (ALTHOFF, 2008, p. 141).

2.3 O TOMBAMENTO DA ALAMEDA BRÜSTLEIN (RUA DAS PALMEIRAS)

É comum os profissionais ligados ao campo do patrimônio cultural citarem o tombamento do antigo Cine Palácio[104], em 2003, como o primeiro caso de proteção de um bem cultural realizado por iniciativa da esfera municipal. Isto se deve ao fato de o processo relacionado ao imóvel constar no Livro do Tombo como o primeiro registro de tombamento municipal[105]. Todavia, fato conhecido apenas por alguns profissionais atuantes na Fundação Cultural de Joinville na década de 1980, o primeiro tombamento realizado por iniciativa do município de Joinville ocorreu em 1982, como resultado de debates e da estruturação de instâncias e mecanismos de preservação já abordados anteriormente.

Em reunião realizada no dia 22 de abril de 1982, a Comissão do Patrimônio, Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural (COMPHAAN) debateu os procedimentos para a abertura de Livro do Tombo. A Lei Nº 1773/1980, em seu Artigo 5º, atribuiu à Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo (SCET) a posse do Livro do Tombo, onde deveriam ser inscritos os bens culturais. O presidente da Comissão, Miraci Dereti, destacou este procedimento como "[...] um ato simbólico de grande importância [...]", sendo sugerida a formação de uma comissão [grupo de trabalho] para propor o primeiro bem que deveria inaugurar a abertura do livro. Para este procedimento foram designados Elly Herkenhoff, Adolfo B. Schneider e Lenin Peña (COMPHAAN, 1982, s/p.)

O bem escolhido foi a Rua das Palmeiras (Alameda Brüstlein): duas aleias de palmeiras localizadas na área central de Joinville, plantadas na segunda metade do século XIX para compor o acesso à edificação que, naquele período, sediava o Domínio Dona Francisca (atual Museu Nacional de Imigração e Colonização – MNIC), estabelecendo a ligação desta edificação com a Rua Do Príncipe. Este espaço era um caminho particular, tornando-se via pública sob responsabilidade da municipalidade no final do século XIX. Em 1912, sua nomenclatura oficial foi alterada de Rua das Palmeiras para Alameda Brüstlein (JOINVILLE,

---

[104] Imóvel localizado na Rua Dona Francisca, nº 114, 122, 130, 136, 144, 150, 156 e 158. Inaugurado, em 1917, sob a denominação Theatro Nicodemus, foi um espaço presente na vida cultural do município, com a projeção de filmes, apresentações de teatro, entre outros atividade artísticas, passando a se chamar Cine Palácio, em 1943. Teve suas atividades encerradas em 1995, quando a edificação principal passou a ser utilizada pela Igreja Universal do Reino de Deus e seus anexos por estabelecimentos comerciais diversos (GUEDES, 2003).

[105] Os registros anteriores se referem à bens tombados por iniciativa da esfera federal e estadual que também foram tombados pelo município de Joinville, em cumprimento à Lei 1773/1980: "Art. 3º - Os bens tombados pela União e pelo Estado sê-lo-ão também pelo Município, de ofício.". Cabe ainda observar que o primeiro processo de tombamento aberto pelo município ocorreu em 2001, referente ao imóvel localizado na Rua Rio Branco, nº 105. Porém, a conclusão do processo supracitado e seu registro no Livro do Tombo ocorreram em momento posterior ao do Cine Palácio.

1912, p. 7). Esta alteração foi realizada como forma de homenagear o antigo administrador do Domínio e diretor da Colônia Dona Francisca, Frederico Brüstlein,[106] falecido em 1911. No início do século XX, este espaço também era conhecido como Palmen-Allee (Alameda das Palmeiras) (KOLONIE-ZEITUNG, 1901).

Figura 11- Alameda Brüstlein (Rua das Palmeiras) no final do século XIX.

Fonte: Acervo do AHJ.

Obs.: Alameda Brüstlein, provavelmente, no final do século XIX. Ao fundo a antiga sede do Domínio Dona Francisca, atual Museu Nacional de Imigração e Colonização (MNIC).

[106] Frédéric Brüstlein nasceu em 25 de setembro de 1835, na cidade de Mulhouse (França) — localizada na região da Alsácia, que após a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) foi incorporada ao território alemão, inserida em uma região bilíngue. Imigrou para Joinville em 1863, como procurador do Domínio Dona Francisca. Foi também diretor da Colônia, presidente da Câmara Municipal (1887-1890), deputado provincial (1888-1889) e superintende municipal (1895-1899), possuindo um estaleiro e navios de transporte. Faleceu em Joinville, em 22 de setembro de 1911 (FIKER, 2008; HERKENHOFF, 1987).

Figura 12 - Alameda Brüstlein (Rua das Palmeiras) em 2016

Fonte: Registro do autor (2016).

Anexados à pauta de reunião da COMPHAAN do dia 11 de maio de 1982, data da solenidade do tombamento, estão os pareceres de Lenin Peña e Adolfo B. Schneider, constituindo propostas para o tombamento da alameda. Ao analisarmos os aspectos mobilizados nos pareceres, podemos identificar diferentes abordagens e atribuições de valor para justificar a preservação deste bem. O paisagista Lenin Peña, representante do Conselho Municipal do Meio Ambiente na COMPHAAN, produziu um parecer sucinto, com pouco mais de meia página. Com base em mapa da cidade produzido em 1924, destacou a importância da Alameda Brüstlein como "centro da cultura joinvilense" e destacou as intervenções realizadas neste espaço, em 1973, quando a alameda foi transformada em *boulevard,* a partir do projeto do artista plástico Juarez Machado, sendo extinto o tráfego de veículos no local. Lembramos que, em 1973, este espaço já havia sido objeto de ação do poder público municipal no sentido de estabelecer limitações urbanísticas em seu entorno, por meio da criação de setor especial de preservação. Além da ligação da Alameda com a vida cultural do município, para Lenin Peña o tombamento deste espaço pelo poder público municipal representaria:

> [...] a permanência de uma vegetação e de uma arquitetura que é das mais típicas da cidade, permitindo também que este mobiliário urbano, com sua escala existente, transforme-se num refúgio para aqueles que sentir-se-ão asfixiados pela selva de concreto que está por invadir o centro de Joinville. Enfim, dar-se-á condições mínimas de certa qualidade de ambiente às pessoas que por ali circularão nas futuras gerações (PEÑA, 1982).

Como podemos notar, mais do que uma atribuição relativa ao valor histórico (por referenciar o processo de formação da antiga Colônia Dona Francisca) e arquitetônico (em referência às edificações presentes no entorno da Alameda), para Lenin Peña, a proteção deste espaço estava atrelada à garantia de um ambiente verde em meio aos efeitos do processo de verticalização da área central naquele período.

Em seu parecer, composto por cinco páginas, no qual se identificou como "joinvilense nato", Adolfo B. Schneider, representante da Associação de Preservação do Meio Ambiente e do Equilíbrio Ecológico (APREMA) e agente envolvido na criação e gestão de instituições e instâncias de preservação em Joinville nas décadas de 1960 e 1970, caracterizou a Alameda Brüstlein como "um dos elementos mais preciosos dentro da História de Joinville. E dos mais autênticos" (COMPHAAN, 1982, p. 01). Na sequência, discorreu sobre a origem das sementes plantadas em Joinville, originárias da chamada "palma mater", espécie exótica trazida ao Brasil em 1808 e, posteriormente, plantada no Jardim Botânico do Rio de Janeiro[107]. Ainda conforme Schneider, em visita ao Rio de Janeiro, em 1838, o príncipe francês François Ferdinand Phillipe Louis Marie d'Orleans, futuro cônjuge da princesa Dona Francisca, teria expressado seu encantamento pelas palmeiras reais. Anos mais tarde, em 1867, em visita ao Jardim Botânico, Luís Niemeyer (então Diretor da Colônia Dona Francisca), Jorge Trinks (comerciante) e Eugênio Schmidt (farmacêutico) adquiriram do zelador deste estabelecimento sementes da "célebre palma-mater" a um preço alto, entregando-as a Frederico Brüstlein, administrador dos bens dos "príncipes de Joinville". Semeadas primeiramente em um canteiro particular, foram transferidas para o atual espaço, no centro de Joinville, ornamentando assim a via que dava acesso à sede da administração do Domínio Dona Francisca[108].

---

[107] Com base nas informações contidas no Boletim Nº 5 da Sociedade Brasileira de Orquidófilos do Rio de Janeiro, escrito por Carlos Heinz Dick, e em artigo do jornal *Patriota,* de São Sebastião do Rio de Janeiro de 1813, Schneider descreveu a trajetória da "palma mater" da qual foram retiradas as sementes plantadas em Joinville. Com o naufrágio da embarcação Princesa do Brasil, em 1808, o comandante e comerciante português Luiz Vieira Abreu e Silva e sua tripulação foram feitos prisioneiros pelos franceses na "Ilha de França" (atual Ilha Maurício, localizada no Oceano Índico) — que naquele período constituía um domínio francês utilizado para a aclimatação de plantas. Após negociações com a administração local, Luiz Vieira Abreu e Silva e seus comandados foram libertos. No decorrer de sua permanência na ilha, o comerciante adquiriu (ou roubou) parte das especiarias ali existentes, incluindo árvores exóticas como a palmeira real (Oreodoxa Olerácea). Com sua libertação, o comerciante se dirigiu ao Rio de Janeiro, chegando em 1809, onde por ordem da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, distribuiu as especiarias trazidas. O exemplar de palmeira real teria impressionado D. João VI por seu porte, que a plantou no Horto Real criado para aclimatar e cultivar especiarias vindas das "Índias Orientais". Deste exemplar, batizado de "palma mater", tiveram origem as aleias que compõem o jardim botânico daquela cidade.

[108] Sobre a data exata de implantação das palmeiras na Alameda, Schneider observou que tal fato não foi registrado pelo *Kolonie-Zeitung*, outra fonte por ele consultada para elaboração de seu parecer. Na ausência de registros escritos sobre o referido fato, recorreu à "tradição oral" que, em suas palavras, "[...] neste caso é válida e deve ser aceita [...] (COMPHAAN, 11/05/1982, p. 02). Trata-se de seu próprio testemunho sobre um diálogo que teve com Gustavo Trinks, sobrinho do farmacêutico citado anteriormente, no qual este o relatou que a implantação das

Sobre os motivos da compra das sementes e a criação da Alameda, Schneider pontuou: "Inicialmente, o objetivo era nitidamente político: queriam que o príncipe, caso resolvesse fixar residência em Joinville, desde o primeiro momento se sentisse em casa". Mas qual seria então o valor cultural da Alameda Brüstlein para justificar seu tombamento? Para o historiador:

> Nós, a geração atual, herdamos dos nossos antepassados essa alegria indescritível de possuir, aí no centro da cidade, uma alameda das mais faustosas existentes sobre o globo terrestre. E com isto o dever de cuidar delas, de protegê-las de toda e qualquer mutilação, seja qual fôr [*sic*] o motivo. [...] Que sejam preservadas, hoje, amanhã e sempre (COMPHAAN, 1982, p. 05).

Sem desconsiderar o fato de Schneider registrar que sua presença na COMPHAAN se dava em função da participação como representante de uma instituição ligada à preservação do meio ambiente (COMPHAAN, 1982, p. 05), sua atribuição de valor à Alameda se fundamentou especialmente na identificação das palmeiras como monumento ou herança deixada pelos imigrantes, destacando assim o valor de ancestralidade. Se, por um lado, a referência aos colonizadores é explicitada apenas no desfecho de seu parecer, por outro, a ativação da memória dos "pioneiros" está presente desde o início do documento em forma de analogia à trajetória da "palma-mater": espécime exótica, assim como os imigrantes, trazida ao Brasil após o enfrentamento de grandes dificuldades, cujas sementes, adquiridas sob um alto custo, germinaram em Joinville, assim como o processo de imigração e instalação dos colonos que formaram a Colônia Dona Francisca.

Na documentação da COMPHAAN presente no arquivo da Coordenação do Patrimônio Cultural (CPC) não há o parecer elaborado por Elly Herkenhoff. Todavia, foi possível tomar conhecimento do conteúdo deste documento por meio de publicação do jornal *A Notícia* de 15 de maio de 1982, intitulada "A história das palmeiras reais", que reproduziu o parecer da historiadora[109]. Herkenhoff abordou a história da edificação construída para servir de sede ao

---

palmeiras na Alameda Brüstlein ocorreu na data de seu nascimento, informação repassada por seu pai, que teria participado do plantio. Assim, para Schneider, o relato de Gustavo Trinks possibilitou conhecer "[...] a data exata desde transplante [...]", pois ao consultar os registros da Igreja da Paz (luterana) pode identificar 29 de abril de 1871 como o dia do nascimento de sua testemunha. A informação, desta forma, estaria duplamente confirmada: pela origem do relato advindo de um descendente daqueles que participarem do evento e por aquele que mobilizou e registrou a "tradição oral", no caso ele mesmo, "um joinvilense nato". Por sua vez, Elly Herkenhoff (1987, p. 170), informa que a partir de carta redigida por Frederico Brüstlein, datada de 05 de dezembro de 1873, as sementas trazidas em 1867, que haviam sido plantadas primeiramente em outro local, teriam naquela data alcançado o tamanho necessário para sua implantação na Alameda. A autora, no entanto, com base no relato de Schneider, considerou a possibilidade das palmeiras terem sido realocadas para seu espaço atual em duas etapas (1871 e 1873).

[109] O referido artigo foi também publicado, em 1987, no livro "Era uma vez um simples caminho..." (com o título "A Alameda Brüstlein") de autoria da Elly Herkenhoff, apresentado, todavia, acréscimos e supressões. Por este motivo, optamos por utilizar a versão publicada em 1982.

Domínio Dona Francisca e que, a partir de 1961, passou a sediar o Museu Nacional de Imigração e Colonização, bem como o processo de criação da Rua das Palmeiras, destacando, sobretudo, a trajetória e a atuação de Frederico Brüstlein.

Assim como Schneider, Elly Herkenhoff atribuiu ao gosto do "Príncipe de Joinville" por palmeiras o fato de Brüstlein ter idealizado a implantação das aleias como espaço de ligação entre o casarão sede do Domínio (sua residência) e a Rua Do Príncipe, ou seja, seria uma forma de homenageá-lo:

> O Príncipe de Joinville sempre foi um apaixonado das palmeiras, tanto é que, ao chegar pela primeira vez ao Brasil, em 1838, fez a seguinte exclamação: "Partout le cocotier, mon arbre favori!" (Por toda a parte o coqueiro, minha árvore favorita!). Embora tenha se referido, naquela exclamação de entusiasmo, ao coqueiro em especial, não resta nenhuma dúvida de que a sua predileção abrangia todas as espécies de palmeiras [...] (AN, 1982, s/p).

O gosto por palmeiras não seria apenas um fato singular atribuído ao "Príncipe de Joinville", pois, ainda segundo Herkenhoff, "evidentemente" esta predileção era compartilhada por Brüstlein e pelos demais imigrantes instalados na Colônia Dona Francisca: "A prova está no carinho infinito que desde o começo os nossos imigrantes dedicavam às palmeiras – nos jardins, nas praças, à beira das estradas e, plantadas em vasos, no interior das residências de ricos e pobres, na cidade e na zona rural." (AN, 1982, s/p). No nosso entender, ao atribuir a criação da Rua das Palmeiras à figura do príncipe francês François Ferdinand (ligado à família real brasileira por laços matrimoniais), Herkenhoff e Schneider estavam procurando construir uma narrativa que relacionasse este bem a fatos ou processos mais amplos da história do Brasil, sobretudo para justificar um possível pedido de tombamento federal, tendo em vista a ligação espacial e histórica da Alameda com a sede do MNIC. Lembramos que, como já abordado anteriormente, o vereador Celso Pereira teria sugerido o tombamento das palmeiras ao órgão federal de preservação. Neste sentido, tomando como referência os processos que resultaram na proteção federal do Cemitério do Imigrante (1962) e do Bosque Schmalz (1965), haveria a experiência de que em ambos os casos as solicitações de tombamento foram encaminhadas ou complementadas a partir de levantamentos e justificativas elaboradas por agentes locais.

Herkenhoff (AN, 1982, s/p) destacou, ainda, a visibilidade turística que a Alameda proporcionava ao município: "[...] muito mais do que qualquer outra via pública da cidade, desde o seu início foi milhares de vezes fotografada, centenas de cartões postais diferentes foram elaborados e remetidos para outras cidades e países", inclusive de regiões de onde partiram os imigrantes do século XIX. Para a historiadora, o tombamento da Rua das Palmeiras

representava um importante ato de reconhecimento e valorização da memória dos imigrantes, um marco em meio ao intenso processo de transformação da cidade, significando para ela um tempo de transições dolorosas:

> Todos nós sentimos que vivemos numa época de transição, de reformulação, de transformações profundas e profundamente dolorosas, muitas vezes. Por isso mesmo é preciso reunirmos forças para lutarmos pela preservação de valores insubstituíveis, que nos foram legados – lutarmos no espírito exato de Wolfgang von Goethe, em sua tão célebre expressão, válida – ontem como hoje, para cada um de nós: "Was du ererbt von deinen Vaetern hast, erwirb es, um es zu besitzen!". (O que herdaste de teus ancestrais, conquista-o para possuí-lo!).

A partir dos três pareceres elaborados, podemos destacar que, para Adolfo Schneider e Elly Herkenhoff, a imponente presença das palmeiras na paisagem da cidade representava uma herança autêntica legada ao presente pelos imigrantes colonizadores, cuja existência ligava o município a processos mais amplos da história brasileira, sobretudo à família real. Por sua vez, para Lenin Peña, a proteção deste espaço representava, mais do que um valor histórico ou de ancestralidade, um refúgio da asfixia proporcionada pelas construções de concreto no meio urbano, sobressaindo-se a atribuição de valor paisagístico e natural[110].

Não há registros nas atas da COMPHAAN acerca da análise dos referidos pareceres. Todavia, conforme já abordado por Machado (2016), o tombamento da Alameda Brüstlein foi objeto de matéria publicada pelo jornal *A Notícia,* em 11 de maio de 1982, que anunciou a realização de reunião da Comissão de Patrimônio (recentemente empossada), em caráter de solenidade, no Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, cuja pauta trataria do tombamento. Para o secretário de Cultura, Esporte e Turismo, Miraci Dereti, a proteção das palmeiras, por meio da Lei nº 1773/1980, tratava-se apenas de tornar oficial algo que já estaria consolidado pela população:

> Esse encontro de hoje é apenas uma opção que a comissão fez, levando-se em consideração o aspecto histórico das palmeiras. Por isso a reunião será realizada quase como uma solenidade, pois para a comissão é importante que o fato seja bem difundido para que a população comece a respeitar o patrimônio de Joinville (AN, 1982, p. 2).

---

[110] Esta diferenciação de valores pode ser percebida na maneira como este espaço foi e/ou é identificado. Sua designação oficial, até 1912, era Rua (ou Alameda) das Palmeiras, passando à Alameda Brüstlein apenas a partir deste período (RESOLUÇÃO Nº 173, 1912, p. 06), em homenagem ao referido personagem ligado ao processo de formação da Colônia Dona Francisca. Todavia, nos arriscamos a afirmar, a título de inferência, que para grande parte da população de Joinville na atualidade, este bem é identificado apenas como Rua das Palmeiras, não havendo, desta forma, referência à memória da imigração, mas à configuração de seu espaço.

Podemos perceber certa contradição na fala de Miraci Dereti. Ao mesmo tempo em que declarou ser o tombamento das palmeiras apenas um procedimento para oficializar algo que já estaria consagrado, o dirigente da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo afirmou que a proteção legal deste espaço e sua divulgação consistiam em um ato simbólico que visava a, em outras palavras, conscientizar a população para que preservasse tão importante patrimônio do município. Apesar de conservadas pela prefeitura, o tombamento das palmeiras garantiria também, segundo Miraci Dereti (AN, 1982, p. 2), que elas não sofressem agressão, no futuro, por parte do próprio poder público, pois: "[...] ninguém sabe o que pode acontecer. Moralmente as palmeiras já estão tombadas pela população, mas quem garante que amanhã não vai aparecer um prefeito maluco querendo derrubá-las". Dereti destacou, ainda, que outros bens seriam protegidos, como a estação ferroviária, a Casa Fritz Alt e um cemitério localizado em Pirabeiraba.

Mas, naquele período, de que maneira as palmeiras estariam sendo desrespeitadas? Alguns meses após seu tombamento, a Rua das Palmeiras foi objeto do editorial de *A Notícia* em 10 de julho de 1982, à época sob a responsabilidade do jornalista e historiador Apolinário Ternes (MACHADO, 2016, p. 4). A partir de denúncia realizada por moradores do entorno do espaço em questão, a Comissão de Patrimônio tomou conhecimento de que as palmeiras estavam sofrendo agressão, inclusive sendo utilizadas como "alvo para exercícios de tiros". Para verificar o estado de conservação das aleias, Adolfo Schneider e o engenheiro agrônomo Onévio A. Zabot foram *in loco* verificar a veracidade das denúncias. Ainda segundo o editorial, Schneider e Zabot "não titubearam em declarar à imprensa de que efetivamente foram constatadas as mais diferentes violências contra as palmeiras, sugerindo, também, algumas medidas de proteção" (AN, 1982, p. 2)[111]. Ternes cobrou da COMPHAAN e do Poder Executivo medidas efetivas para preservar o "preciosíssimo patrimônio", fato que, no seu entender, não vinha ocorrendo. Apesar de assunto cotidiano, a preservação do patrimônio estaria servindo apenas, ainda segundo ele, "para alongar discussões inúteis, onde desfilam interesses e idéias, vaidades e exibições da [de] falsos conhecimentos teóricos, enquanto ações objetivas, responsáveis e conclusivas não acontecem." (AN, 1982, p. 2).

---

[111] Sobre o referido parecer, constam em ata da reunião da COMPHAAN, de 06 de julho de 1982, apenas as seguintes recomendações: "1 – Gramar com leivas, uma área de 4 m ao redor de cada palmeira; 2 – Podar com menos rigor as raízes; 3 – Adubar a base de nitrogênio e fósforo as plantas novas; 4 –Evitar-se o movimento de carros próximos às plantas.". Aprovado o documento, as ações ficaram a cargo do Secretaria de Serviços Públicos e Secretaria de Planejamento.

Quem seriam os agressores das palmeiras e o que estaria gerando tais ataques? Apolinário Ternes parece compartilhar o sentimento expressado por Elly Herkenhoff na conclusão do parecer por ela elaborado para o tombamento das palmeiras. As transformações "profundas e dolorosas", apenas insinuadas pela historiadora, foram por Ternes objetivamente pontuadas:

> [...] apesar dos esforços e até do nível de consciência que a comunidade conseguiu desenvolver, [...] as tradições germânicas já não são cultivadas como há algumas décadas, em razão do explosivo crescimento populacional que, aos poucos, vai descaracterizando a comunidade na sua personalidade mais primitiva, isto é, na sua raiz germânica e europeia. (AN, 1982, p. 2).

Assim, a agressão às palmeiras representava para estes agentes (Apolinário Ternes, Elly Herkenhoff e Adolfo Bernardo Schneider) um ataque à própria cultura joinvilense. Importante destacar o caráter claramente essencialista da noção de cultura utilizada por esses agentes, dada a alegada existência de uma "personalidade primitiva" e perpetuada por gerações (da qual na verdade eram eles mesmos também seus construtores discursivos), e que estaria na eminência de ser perdida frente ao contingente de migrantes que havia se fixado em Joinville. Cabe registrar que Ternes também responsabilizou os "homens públicos" e os diferentes prefeitos, especialmente a gestão daquele período, por continuarem insensíveis à necessidade de se preservar a história do município, destacando que diversas edificações históricas haviam sido demolidas e que o acervo do Arquivo Histórico de Joinville, há mais de dez anos, aguardava um local apropriado para sua salvaguarda (AN, 1982, p. 2).

Conforme Machado (2016, p. 3), apesar de o município possuir três bens tombados em âmbito federal, este mecanismo de proteção não era algo de conhecimento cotidiano de parte da população, tendo em vista que "A polissemia desta palavra [tombamento] contribuía para colocar entraves entre o entendimento oferecido ao público e a maneira como este interpretava o que estava acontecendo". O autor destacou dois episódios que, apesar de anedóticos, exemplificam o não compartilhamento dos mesmos códigos culturais por parte da população. Segundo nota publicada por *A Notícia* no dia 12 de maio de 1982, após a solenidade de tombamento das palmeiras, dois profissionais do jornal (um repórter e um fotógrafo) se dirigiram à sede de uma agência bancária próxima à Rua das Palmeiras com o objetivo de obter um ângulo melhor para registrar as aleias. Na agência, um funcionário teria perguntado ao fotógrafo: "Sim, e este tombamento das palmeiras não poderá causar acidente? E se as palmeiras caírem sobre as casas?" (AN, 1982, p. 2). O segundo episódio foi retratado em uma

charge publicada em 27 de abril de 1982, de autoria de Carlos Horn, analisada da seguinte maneira por Machado (2016, p. 4-5):

> Nesta charge, os profissionais do patrimônio, segurando os papéis que compõem a burocracia da ação preservacionista e a fita métrica que serviria para delimitar a abrangência do espaço protegido, são surpreendidos por uma pessoa disposta a colaborar com o "tombamento". Considerando-se precavido, este colaborador trazia nos ombros um machado que serviria como uma útil ferramenta para o "tombamento". Em pânico com a "ajuda" oferecida, os profissionais são caricaturados boquiabertos e com os cabelos em pé. Afinal, aquilo que para algumas pessoas poderia ser visto como uma ferramenta útil, para os profissionais do patrimônio era uma arma ameaçadora. Há aqui um mal-entendido, ou seja, uma atribuição de significados diferentes à palavra "tombamento". Contudo, há também um desentendimento, uma compreensão cindida daquilo que seria importante ao devir na cidade.

Contudo, apesar da intensa movimentação pela proteção deste bem, já à época mais que centenário, cuja trajetória acompanha o município de Joinville desde o início da década de 1870, o fato é que com o decorrer dos anos o tombamento da Rua das Palmeiras caiu no esquecimento ou mesmo foi desconsiderado pelo poder público municipal, sendo de conhecimento de apenas alguns agentes envolvidos neste processo. Parte deste "esquecimento" pode ser explicada pelo fato de o Livro do Tombo, aberto em 1982, ter sido perdido ou extraviado, conforme relatado por Afonso Imhof (2016, p. 22): "[...] até hoje não sabemos onde está o livro, [...] desapareceu!". Todavia, mesmo quando da efetivação de diversos tombamentos pelo município, a partir de 2001, período no qual o campo do patrimônio em âmbito local alcançou maior grau de autonomia, a Rua das Palmeiras só foi objeto de nova ação de proteção em 2005[112].

O relativo consenso entre os agentes culturais do município acerca da escolha do primeiro bem a ser tombado pelo município (Rua das Palmeiras) parece ter sido alcançado por um fator extremamente relevante quando se trata da proteção de bens construídos: o fato de o bem em questão constituir uma propriedade pública, não colidindo, por consequência, com interesses privados, sobretudo econômicos. Como já informado anteriormente, o primeiro tombamento de um imóvel particular no município, por meio da aplicação da Lei 1773/1980, só ocorreu no ano de 2003 (Cine Palácio). Além de mudanças relacionadas à administração (alteração de prefeitos e dos dirigentes na área da Cultura), o ex-diretor do MASJ destacou o poder do capital econômico como outro fator importante para explicar as dificuldades em efetivar tombamentos em âmbito municipal:

---

[112] A homologação de seu (segundo) tombamento ocorreu através do Decreto Municipal nº 12.276, de 9 de março de 2005, e sua inscrição em novo Livro do Tombo, aberto em 2002, sob o nº 064.

> É uma guerra psicológica em Joinville do que é tombado não pode mexer, não pode vender, perde tudo... Na verdade, isso também tem uma certa verdade porque no terreno tu não pode construir um predião [sic], tu não pode tirar... isso também foi uma das questões de ela ficar parada muito tempo, a questão patrimonial. [...] em Blumenau e aqui [há] uma guerra contra a preservação, ela existia lá e talvez com maior eficácia ainda pelas imobiliárias. As imobiliárias mandavam eleitoralmente na cidade com doações substanciosas para as candidaturas de prefeitos. [...] é uma questão de jogo de poder, de protelar, "Eu não faço tombamento, até acho certo e tal, mas isso não vai ser comigo", e o prefeito empurra de barriga para outra administração. (IMHOF, 2016, p. 27-28).

Mas, não teriam os próprios agentes ligados à defesa do patrimônio contribuído, de certa maneira, para a construção de uma representação na qual o tombamento era interpretado como um "congelamento" do imóvel, sem possibilidades de adequações para novos usos? Apesar de os arquitetos Ruben Neermann e Udo Baumann, por exemplo, declararem que a proteção de um imóvel não resultaria em sua museificação, podendo ser permitidas adaptações, lembremos da fala do presidente do Conselho Municipal de Cultura, Carlos Adauto Vieira, quando da divulgação da Lei 1773/1980: "O tombamento será simplesmente a total preservação sem a perda da propriedade, mas intocável." (AN, 1982, p. 5). Lembremos também das representações de Adolfo Bernardo Schneider sobre a cidade alemã de Braunschweig (Brunsvique), um "conto de fadas" intocado pelo tempo. Não estamos afirmando que os sujeitos citados acima estivessem defendendo este tipo de concepção. Trata-se apenas de tomar a linguagem por eles utilizada como possível indício de geração de conflitos na efetivação de processos de proteção, ou seja, a ideia de intocabilidade do bem, por vezes interpretada como perda do direito de propriedade por seus detentores.

Com intuito de perceber como a tentativa de preservação do patrimônio em Joinville, a partir de década de 1980, ensejou outros desdobramentos, analisaremos a seguir o processo de preservação de um imóvel privado.

2.4 "CHÃO HISTÓRICO": A PRESERVAÇÃO DO PALACETE NIEMEYER

Como já destacado na introdução do presente trabalho, sobretudo a partir da noção de "processos de patrimonialização", entendemos que a preservação de bens culturais não se restringe à efetivação de tombamentos, podendo ocorrer a partir de outras ações, envolvendo inclusive agentes não ligados diretamente ao poder público. Assim, o tombamento não resume a trajetória de preservação dos bens culturais, inclusive o edificado. No decorrer da análise do

corpus documental por nós selecionado, em especial nas matérias de jornal, identificamos um amplo debate envolvendo a edificação conhecida como Palacete Niemeyer.

Localizada na área central da cidade, na atual Rua Luiz Niemeyer, em um dos extremos da Rua Do Príncipe, a edificação foi construída no início do século XX para servir de residência à família do comerciante Luiz Niemeyer. Na década de 1980, o imóvel foi adquirido pelo Banco do Brasil (BB), que tinha o objetivo de demolir a edificação para a construção de um edifício sede para a instituição. A possibilidade de demolição do palacete ensejou um amplo debate público, envolvendo diferentes profissionais e instituições.

Figura 13 - Palacete Niemeyer

Fonte: Acervo d AHJ

Figura 14 - Palacete Niemeyer e o edifício sede do Banco do Brasil

Fonte: *Street View*, 2016. Disponível em: https://www.google.com.br/maps/@-26.2991085,-48.845346,3a,89.9y,65.79h,102.36t/data=!3m6!1e1!3m4!1s4_O9rZ5vf8NzSyPoxvW_mg!2e0!7i13312!8i6656?hl=pt-BR. Acesso: 16 de nov. 2016

O primeiro registro por nós localizado sobre referido assunto foi o artigo de opinião publicado em *A Notícia* no dia 20 de dezembro de 1981, intitulado "Chão Histórico", no qual a Elly Herkenhoff — pesquisadora, tradutora, funcionária do Arquivo Histórico de Joinville e representante dos historiadores na COMPHAAN — defendeu a importância do imóvel não apenas pela edificação ali existente, mas também pelos diferentes usos que aquele lote havia recebido ao longo dos anos. Além do palacete, a historiadora destacou que o terreno abrigou por muitos anos a (terceira) sede da diretoria da Colônia Dona Francisca:

> Quarenta anos — uma longa sequência de fatos alegres, tristes, pitorescos, trágicos, muitos deles banais, muitos históricos. Ali, naquele sobrado quase majestoso, decisões das mais importantes foram tomadas em incontáveis reuniões, debates, cerimônias. Por ali passaram levas, centenas de levas, de imigrantes vindos do além-mar, esperançosos ou desesperados, tímidos ou corajosos. Solenidades das mais diversas ali se realizaram, festividades e comemorações e exposições, como a primeira grande Exposição de Produtos Agrícolas e Industriais de Joinville, de 16 a 23 de agosto de 1874 [...] (AN, 1981, p. 24).

Herkenhoff lembrou que antigos papéis de carta apresentavam em seu cabeçalho vistas da cidade e que a *Koloniedirektion* (Direção da Colônia) figurou entre os cartões postais do município na segunda metade do século XIX. Em outro período, a edificação anteriormente existente havia também abrigado a Escola Pública, uso que marcou teria marcado uma geração

de joinvilenses. Para referenciar sua afirmação, a historiadora recorreu ao artigo publicado em 12 de outubro de 1905, no *Kolonie Zeitung*, por Otto Boehm (proprietário do referido jornal), que havia estudado naquele imóvel:

> "Desapareceu o antigo, os tempos mudam, a vida nova surge das ruínas". Estas palavras do "Tell" sem querer nos vieram à memória, quando recentemente passamos pela rua do Príncipe e deparamos com um montão de entulho no lugar onde antes existia a velha, a nobre Casa da Direção da Colônia. Veio-nos a lembrança o nosso belo tempo de juventude [...]. Diante dos nossos olhos surgiu a Joinville de antigamente, mostrando-nos, de maneira tão nítida, a mudança radical do tempo. Pouco mais de duas décadas separam o ontem do hoje, mas quantas modificações foram efetivadas em nossa querida cidadezinha, modificações feitas em seu benefício, pelo seu progresso, dando-lhe um aspecto novo, conforme sempre se constata com prazer. O progresso em toda parte existe. Muitas coisas ainda existentes do tempo da fundação, tiveram de desaparecer, daquele velho "Schroedersort" (Vilarejo de Schroeder) e da Joinville antiga muito pouco existe. Onde outrora havia pequenas casas muito simples, hoje em dia já se erguem grandes e vistosos sobrados, com riscas [ricas] ornamentações. Em consequência deste processo de modernização, também a velha Casa de Direção desapareceu. Todo um longo período da história de Joinville está ligada [*sic*] ao velho prédio; [...]. Será ali edificado, no lugar do antigo prédio, uma casa moderna, que o nosso amigo, Sr. Luis Niemeyer, irá construir e para a qual hoje mesmo será colocada a pedra fundamental.

Interessante notar que, para Otto Boehm, não obstante suas memórias afetivas com relação àquele espaço, a demolição da antiga edificação que sediou a Direção da Colônia e a Escola Pública não representava um ato negativo, mas figurava como uma ação representativa do "progresso" alcançado pelo município, que de simples colônia agrícola passava, no início do século XX, por um processo de modernização resultante do trabalho dos imigrantes e seus descendentes.

No artigo de 1981, referindo-se à edificação então existente (Palacete Niemeyer), Herkenhoff destacou que o prédio, "com seus 75 anos bem vividos [...] Faz parte integrante e insubstituível da imagem de nossa Cidade – testemunha perene de uma fase de 75 longos e agitados e decisivos anos de nossa História. Há!, se aquele chão falasse..." (AN, 1981, p. 24). Cabe observar, que para a historiadora, o valor mais importante atribuído ao imóvel não dizia respeito ao valor arquitetônico da edificação. Mais do que isso, ela atribuiu valor ao "chão" que havia sido utilizado para sediar diferentes instituições ao longo dos primeiros cinquenta anos da cidade. Assim, para ela aquele local possuiria o potencial de mobilizar memórias, que representavam diferentes aspectos da história do município.

O artigo de Elly Herkenhoff provocou reações. Sob o título "Cidade histórica ou industrial?", o empresário e vereador Curt Alvino Monich[113] lançou alguns questionamentos e se posicionou acerca da possível demolição do Palacete Niemeyer, em artigo do dia 10 de janeiro de 1982, fazendo referência direta à publicação de Herkenhoff. Para Monich, era indiscutível que em cidades com mais de cem anos "Certas imagens ainda hoje preservadas representam monumentos aos nossos antepassados". Porém, fato discutível se tratava, para ele, a falta de planejamento para preservação destes monumentos. Observou que a demolição de cartões postais do período da colônia e a substituição por novas edificações era uma prática recorrente já há alguns anos. Para ele, o caminho possível de conjugar preservação e desenvolvimento estava no planejamento urbano, a exemplo de outras cidades do Brasil e do mundo que conciliaram a manutenção de seus monumentos históricos e a renovação urbana, fato que não se apresentava em Joinville. Monich levantou a questão: Joinville era uma "Cidade histórica ou cidade industrial?". No seu entender, "as duas". As transformações que estavam alterando o cenário urbano da cidade eram "óbvias", já que algumas edificações consideradas por ele de valor histórico já haviam sido demolidas, inclusive em decorrência de obras realizadas pelo próprio poder público municipal. Desta forma, o município careceria de "moral cultural" para interferir no processo de transformação urbana que vinha ocorrendo:

> Se, há 50 anos atrás, tivéssemos planejado nosso crescimento, provavelmente teríamos hoje moral cultural para evitar certos desmandos históricos. Dirão muitos, como eu: sempre é tempo para recomeçar. E é. Porém, com muitos sacrifícios ainda por vir, fruto da nossa incapacidade de projetar para o futuro, ou pior, de nossa descrença na potencialidade de nossa terra e nosso povo. Erros vitais comprometem hoje a preservação dos monumentos que fazem nossa memória. Paguemos por eles. Elogiável a lembrança de nossa historiadora Elly Herkenhoff. Lamentável a incapacidade de planejar nosso destino de cidade industrial. Se a história registra, há 75 anos, tão importante monumento, o que fez o Poder Público até hoje, que não o resguardou através de lei de tombamento? Por que agora? (AN, 1982, p. 17).

Na sequência, Monich pontuou que o Banco do Brasil já havia investido grande soma de recursos no desenvolvimento de projeto para a construção de um edifício no local e que, naquele momento, quando estava prestes a ter início a concretização do empreendimento, "diz-se que um crime está cometido contra a memória de Joinville". No seu entender, a demolição do Palacete Niemeyer deveria figurar como um aviso, "que seja o último marco histórico a cair":

---

[113] Cabe lembrar que Curt Alvino Monich foi relator do projeto de lei apresentado pelo vereador Celso José Pereira e autor do substitutivo que institui o tombamento em âmbito municipal, conforme abordado no item 1.5.

> A partir de então, vamos planejar com cuidado [o] que nos resta. Que seja elaborado um plano onde se evidenciem as áreas a ser respeitadas como reservas históricas, plano esse a ser amplamente divulgado, para que ninguém seja tomado de surpresa ao investir num projeto que não possa vir a ser viabilizado. [...] numa época em que mais do que nunca uma cidade industrial necessita de fortalecimento, de fontes de renovação de recursos que virão minimizar uma crise que não se restringe ao comércio ou à indústria, mas que atinge diretamente o trabalhador. Levanta-se, então, um programa de preservação histórica (AN, 1982, p. 17).

Sem dúvida as questões levantadas por Monich eram e ainda são pertinentes, sobretudo a necessidade de o patrimônio edificado fazer parte do planejamento urbano dos municípios, aspecto ainda não contemplado em muitas cidades brasileiras. Todavia, frente à dicotomia "preservação *versus* progresso" (que de forma recorrente é mobilizada como argumento contrário ao campo do patrimônio cultural), a qual em princípio Monich havia declarado ser passível de solução harmônica, o empresário e vereador apontou dois caminhos apresentados como antagônicos: "Ou se dá guarida à opção de investimento econômico, ou se preserva um tempo da memória de Joinville". Para resolver esta situação, apresentada como impasse, Monich recorreu (já no início do artigo) à memória dos imigrantes colonizadores, assim como Elly Herkenhoff:

> Preservar o que se perdeu, na homenagem do passado. Substituir o que se apresentar como signo do desenvolvimento, para o engrandecimento da semente plantada pelos nossos colonizadores. Foram eles que vieram para o progresso que seria alcançado através da história, pelo gérmen de um trabalho dirigido à criação, à produção, a industrialização, enfim (AN, 1982, p. 17).

Tida como certa, a demolição do Palacete Niemeyer — apesar de considerado um monumento histórico pelo próprio Monich — foi representada por ele não como uma ação que desonraria a memória dos imigrantes colonizadores, mas ao contrário: cumpriria mais uma etapa do projeto de desenvolvimento por eles iniciado. Neste sentido, coube destacar a importância que a instituição proprietária do imóvel tinha para o município, sobretudo por sua importância econômica e financeira, tendo em vista que o crescimento industrial e populacional da cidade se apresentava acima da média nacional. Além disso, Monich lembrou que o Banco do Brasil já atuava na promoção da cultura joinvilense, financiando a orquestra da Sociedade Harmonia-Lyra. Quem então deveria decidir sobre o futuro do Palacete, tendo em vista os diferentes interesses em jogo? Nas palavras de Monich: "Que respondam os empresários, os executivos, os próprios trabalhadores beneficiados diretamente pelos investimentos feitos pelo Banco do Brasil na ampliação do mercado de mão-de-obra do parque fabril joinvilense." (AN, 1982, p. 17). Chamando a atenção de toda sociedade, em especial dos "responsáveis pelo crescimento de Joinville", declarou:

> [...] é necessário planejar para crescer com humanidade. Os marcos da história de Joinville estão sendo sacrificados porque não se pensou neles na hora certa. Hoje, o sacrifício se faz necessário para não tolher sua caminhada. E a ampliação do Banco do Brasil em Joinville é necessária a ela, admitamos (AN, 1982, p. 17).

Por fim, lançou um alerta aos administradores do município, aos técnicos do planejamento urbano e, especialmente, aos historiadores: [...] sem planos que organizem nosso crescimento, teremos, algum dia, moral cultural para dispensar investimentos, num momento de opção entre desenvolvimento econômico e preservação cultural?" (AN, 1982, p. 17).

A possibilidade de demolição do palacete ganhou dimensão, envolvendo a manifestação não apenas do vereador supracitado, mas de toda a casa legislativa municipal, como destacou o jornal *A Notícia*.

Em nota publicada no dia 12 de fevereiro de 1982, o referido jornal informou que uma proposta de moção elaborada pelo vereador Arthur Wolter (PDS), que defendia o tombamento do Palacete Niemeyer, não obteve apoio da maioria dos membros da câmara municipal. O assunto foi remetido à comissão técnica para ser analisado, passando, segundo o jornal, "a enfrentar a morosidade com que temas desta natureza são tratados." (AN, 1982, capa). Além do tombamento, Arthur Wolter defendeu uso cultural para a edificação, através da implantação de um museu ou escola de arte no local. No dia seguinte, por meio da publicação "O palacete poderá cair", A *Notícia* trouxe informações sobre a sessão da Câmara de Vereadores que tratou da referida proposta de moção que "provocou surpresas reações.". Conforme o jornal, o vereador Rolf Scholz, colega de partido de Wolter, defendeu que um possível tombamento representaria "o fim da picada", um regresso para a cidade, tendo em vista que o Banco do Brasil havia investido vultosos recursos na compra do imóvel e no projeto da nova edificação, "Tudo isso para construir uma obra colossal ali." (AN, 1982, p. 05). O jornal informou também que a agência do Banco do Brasil de Joinville não possuía informações sobre o projeto, pois este estava sendo desenvolvido pelo setor de engenharia da instituição, localizado em Brasília, pontuando que "O palacete, se nada for feito, fatalmente será demolido." (AN, 1982, p. 05). Por sua vez, o vereador Marco Antônio (Sebastião Antônio Peixer), percebendo que o assunto geraria grande polêmica, sugeriu seu encaminhamento para análise de comissão técnica, estratégia que, segundo o veículo de imprensa, "sepulta a moção" de Wolter. Por sua vez, a manifestação do vereador João Norberto Coelho Neto (PMDB) teria causado espanto: "não vejo motivo para tombamento porque, arquitetonicamente, não tem valor histórico", defendendo a proposta de construção do novo edifício "para embelezar a zona nobre da cidade.". A proposta

de encaminhamento do assunto para comissão técnica também foi apoiada pelo vereador Raulino Rosskamp (PMDB) (AN, 1982, p. 05).

Na mesma publicação, recorrendo ao artigo elaborado em dezembro de 1981 por Elly Herkenhoff, inclusive fazendo várias referências literais, o jornal registrou nova fala da historiadora sobre o assunto. Herkenhoff reafirmou a ligação do imóvel com o período histórico de colonização do município, destacando que "Sua importância é menos arquitetônica e mais histórica, um local onde aconteceu muita coisa ligada à sociedade da época, a administração da colônia, decisões políticas, e está ligada totalmente à chegada dos colonos." (AN, 1982, p. 05). Sobre a moção que solicitava o tombamento da edificação, o jornal informou que em trinta dias a comissão técnica deveria emitir seu parecer. Paralelamente a esta ação, o Conselho Municipal de Cultura, por meio de seu presidente, Carlos Adauto Vieira, informou que já havia uma relação de vários monumentos a serem tombados, entre eles o Palacete Niemeyer, considerado "intocável sobre qualquer pretexto", garantindo esforços para que a edificação não fosse destruída (AN, 1982, p. 05).

O arquiteto Ruben Neermann, ligado ao Movimento Comunitário de Defesa do Patrimônio Cultural de Joinville, também se manifestou sobre a possibilidade de demolição do palacete, em publicação de 16 de fevereiro de 1982. Para ele, a edificação não possuía valor histórico por não estar diretamente ligada à administração da antiga Colônia Dona Francisca. Contudo, destacou:

> Mas seu valor arquitetônico e paisagístico é indispensável e, se possível, deve ser poupado. É um neo-clássico modesto mas numa área histórica. De qualquer lugar da rua do Príncipe pode ser visto apesar das construções próximas. O certo é que sua real avaliação deve ser feita por técnicos especialistas, quem sabe do SPHAN (AN, 1982, p. 5).

O trecho final da citação acima é significativo para pensarmos a baixa autonomia do campo do patrimônio (ainda em construção) em âmbito municipal e mesmo estadual. Para Neermann, um arquiteto, a avaliação definitiva da existência ou não de valor para preservação do palacete deveria ser feita, preferencialmente, por "técnicos especialistas" do órgão federal de preservação. Neste sentido, é interessante registrar que em todas as fontes analisadas não há referência a sujeitos envolvidos no movimento local e estadual de preservação em curso neste período, no sentido de atribuição de autoridade como especialista.

Dias depois, em 18 de fevereiro de 1982, *A Notícia* trazia nova cobertura sobre sessão realizada na Câmara de Vereadores em 17 de fevereiro. O artigo "Palacete Niemeyer será demolido" informou que o presidente do Banco do Brasil, o joinvilense Osvaldo Colin, havia

encaminhado uma carta ao presidente da Câmara de Vereadores, Curt Alvino Monich, lida no plenário. Colin teria afirmado que a instituição sempre se preocupou com os monumentos da cidade, mas que a construção do novo edifício era "irreversível.". O presidente do banco também teria elogiado a manifestação de Monich publicada no jornal *A Notícia* em janeiro. Durante a sessão, o vereador teria afirmado que a realização do referido projeto representava um empreendimento tão importante para o município que a questão da demolição do Palacete Niemeyer não deveria constituir um "obstáculo". Quando os jornalistas presentes solicitaram cópia da carta, o presidente da câmara se negou a concedê-la, sob o argumento de que se tratava de uma correspondência particular. O vereador Raulino Rosskamp protestou com relação à atitude de Monich, destacando que, uma vez lida em plenário, a carta se tornava pública (AN, 1982, p. 03).

Osvaldo Colin, presidente do Banco do Brasil, concedeu entrevista ao *A Notícia* em 28 de fevereiro de 1982. Entre outros assuntos, foi abordada a questão da demolição do palacete. Colin considerou legítima a manifestação da comunidade acerca da existência ou não de valor histórico no Palacete Niemeyer. Porém, argumentou que a instituição também deveria participar dos debates, defendendo o direito legal do Banco do Brasil de construir uma nova edificação no local. Na visão de Colin, a edificação anteriormente existente (terceira sede da diração da Colônia) possuía valor histórico por estar ligada aos primórdios do município, fato que não se aplicava ao palacete, por este se caracterizar apenas como uma residência que havia sido habitada por família tradicional da cidade.

> Entendemos ser inteiramente respeitável a discussão que se desenvolve em torno deste assunto. Espírito comunitário é isto mesmo – discutir assuntos de interesse da comunidade. [...] Não temos nenhum interesse em polemizar em torno deste assunto. Desejamos que a comunidade debata livremente a matéria, embora entendamos que em relação ao assunto exista um pequeno equívoco. Fala-se muito em preservar não sei se a tradição ou a história. Realmente, em relação ao prédio em si, história não existe. Existe sim tradição. Foi a residência tradicional de uma família que habitou aquele período [...]. Não seria o primeiro prédio tradicional a ser demolido. (AN, 1982, p. 24).

Na diferenciação entre tradição e história feita por Colin, podemos identificar uma concepção diretamente vinculada à necessidade de o bem ter sido palco de um importante acontecimento ou fato para que seja caracterizado como histórico, ou seja, da necessidade de o imóvel estar ligado "a fatos históricos notáveis". Concepção esta presente tanto na legislação federal quanto na municipal. O presidente do BB citou edificações que serviram de residência a famílias ditas tradicionais e que já haviam sido demolidas, praticamente os mesmos exemplos que Curt Alvino Monich utilizou em seu artigo.

Osvaldo Colin acrescentou que a construção do novo edifício era uma necessidade urgente da instituição, tendo em vista que a sede existente naquele período não comportava mais a demanda. Além disso, o edifício a ser construído possivelmente também sediaria um centro regional de processamento de dados. A edificação constituiria uma réplica da sede do BB localizada em Brasília, porém em dimensões menores e com algumas adaptações internas. Colin argumentou ainda que o edifício contaria com um amplo salão de atendimento ao público e um auditório que poderia ser utilizado para debater os problemas comunitários. Ao finalizar este trecho da entrevista, concluiu: "Será sem dúvida, um prédio bonito, imponente, à altura do progresso de Joinville." (AN, 1982, p. 24). Para o presidente do BB a ausência de valor histórico se devia ao fato do palacete estar ligado ao período posterior às primeiras décadas de formação da antiga Colônia Dona Francisca e por ter sido utilizado apenas como residência de uma família tradicional. Assim, não estariam atrelados à edificação fatos memoráveis ou excepcionais que justificassem sua preservação.

Passados alguns meses, em publicação datada de 4 de agosto de 1982, a opinião do arquiteto alemão Udo Baumann, que se encontrava de passagem por São Francisco do Sul, foi registrada pela imprensa. Após breve apresentação do arquiteto alemão e do trabalho que ele veio desenvolver em algumas cidades catarinenses com relação à preservação de construções de "origem germânica", foi registrada sua decepção com relação à previsão de demolição do palacete. Baumann defendeu que a edificação possuía grande valor arquitetônico mesmo não constituindo um exemplar de arquitetura germânica e enfatizou a importância urbanística da edificação, por estar implantada na cabeceira da Rua Do Príncipe. O novo empreendimento a ser construído, um edifício de quatorze andares, segundo ele poderia inclusive gerar impactos urbanísticos, como a dispersão de pequenos comerciantes e impedir a fixação de novos moradores naquela área. A mesma matéria registrou a opinião de Lenin Peña, que informou sobre a realização de reunião da COMPHAAN para tratar sobre o assunto, ocasião em que Udo Baumann apresentaria seu parecer (AN, 1982, p. 13).

A primeira referência à possibilidade de demolição do Palacete Niemeyer constante nas atas de reunião da COMPHAAN data de 5 de agosto de 1982, a partir da fala realizada por Udo Baumann. Na ocasião, o arquiteto alemão participou da reunião e fez apresentação de relatório. Inicialmente, apresentou os motivos de sua vinda a Joinville e os objetivos do trabalho que estava sendo desenvolvido a partir do intercâmbio firmado entre o Brasil e a Alemanha. Informou que sua estada na cidade contava apenas de duas semanas, mas que apresentaria um relatório de suas primeiras impressões (BAUMANN, 1982, p. 01). Na sequência, pontuou

algumas considerações gerais sobre o patrimônio edificado do município, às quais já nos referimos anteriormente (item 2.1).

Devido ao curto espaço de tempo que dispôs para realizar o trabalho pretendido, justificou que sua análise se ateve à Rua Do Príncipe. Como uma das mais antigas ruas da área central, para Baumann, esta via possuía grande importância, apresentando duas edificações referências para a cidade, a antiga sede do Clube Joinville e o Palacete Niemeyer. Porém, apesar do papel de destaque no setor urbano, a Rua Do Príncipe se encontrava em situação de risco, pois a concentração de atividades do terceiro setor levaria, na opinião do arquiteto alemão, "[...] a um deserto da referida rua. Surgirá [*sic*] novos edifícios que por sua vez irão destruir os prédios de grande valor e dar uma aparência pueril a cidade." (BAUMANN, 1982, p. 02). Como indício de que a possibilidade levantada não era apenas uma hipótese, destacou: "Infelismente [*sic*] isto tudo não irá ficar só na tese: como eu ouvi dizer, no lugar do Palácio Niemeyer será edificado um prédio de 14 andares[;] assim sendo, o Banco do Brasil irá no futuro decidir a aparência da cidade." (BAUMANN, 1982, p. 02). O arquiteto alemão atribuiu os seguintes valores à edificação:

> O palácio Niemeyer construído em 1906, é como [um] documento da Arquitetura colonial com influência estilística francesa e portuguesa [,] sendo um prédio de grande valor patrimonial e merece ser conservado, mesmo que nas suas proximidades se encontrem construções administrativas de valor anônimo e deturpador. Assim forma o palácio Niemeyer ainda [...] desfecho óptico e urbanístico importante, conservando o nível da referida rua [Rua Do Príncipe] (BAUMANN, 1982, p. 02).

Tendo em vista a atribuição de valor arquitetônico e urbanístico ao imóvel, constituindo assim um elemento edificado de destaque na Rua do Príncipe, Baumann declarou não ser contrário à construção de uma nova sede para o Banco do Brasil, mas ponderou que o local escolhido não era o mais adequado por caracterizar um "marcante lugar histórico." (BAUMANN, 1982, p. 02). Pontuou que a preservação do patrimônio não significava a impossibilidade de realizar intervenções nas edificações existentes, mas estas deveriam conservar "certas partes de valor significativo, [...] para que possamos manter na íntegra o valor histórico." (BAUMANN, 1982, p. 02).

Na mesma reunião, Lenin Peña sugeriu aos membros da COMPHAAN que fosse encaminhado um ofício ao prefeito municipal e ao presidente do Banco do Brasil, solicitando a reconsideração acerca da demolição do palacete. Para Miraci Dereti, a sugestão de encaminhamento, que foi aprovada pelos demais membros, serviria apenas para sensibilizar as instituições envolvidas, mas declarou não restar mais nada a ser feito pelo fato de o poder

público municipal já ter expedido alvará de demolição em período anterior à formação da COMPHAAN.

"Começa a demolição do velho palacete", assim foram anunciadas, na capa do jornal *A Notícia* de 19 de agosto de 1982, as intervenções realizadas no interior da edificação. O conteúdo presente no corpo da edição trouxe outro título: "Boato de tesouro na demolição do Niemeyer". A ação gerou duas manifestações diferentes: indignação e "misticismo".

Foi informado que havia ocorrido a retirada de telhas, assoalho, portas e janelas da edificação "de estilo indefinido mas de elogiado valor paisagístico", conforme o jornal. Ruben Neermann, em nome do Movimento Comunitário, encaminhou abaixo-assinado ao órgão federal de preservação e telegrama ao Banco do Brasil, solicitando a paralisação da demolição. Defendeu que a construção do novo edifício poderia ser realizada naquele lote, sem que para isto houvesse a necessidade de destruir o palacete (AN, 1982, p. 05). Em tom jocoso, o jornal também informou sobre um acontecimento inusitado. Segundo os trabalhadores que realizavam a demolição da antiga construção, um "velhinho não identificado" procurou a pessoa responsável por comandar os serviços e lhe disse: "esta noite sonhei que há um tesouro enterrado junto ao alicerce do palacete". Quando indagado pelos trabalhadores sobre o local exato onde estaria a preciosidade escondida, este senhor teria dito não se recordar, e afirmou: "Mas tenho certeza que aí há um tesouro". No início da tarde daquele dia, ao retirarem parte do assoalho, os trabalhadores se depararam com um vão livre que ligava a edificação aos fundos do imóvel, havendo um buraco em forma arredondada, como se algo tivesse sido dali retirado. Não faltaram especulações e intrigas acerca de quem poderia ter se apropriado do tesouro (AN, 1982, p. 05). Partindo da premissa de que o episódio tenha de fato ocorrido, a que tesouro o "velhinho não identificado" se referia? A um baú forrado de joias ou moedas cunhadas em metais preciosos? Talvez à própria edificação?

Outras vozes foram trazidas para o debate público. Na matéria "Comunidade favorável à agência BB", de 26 de agosto de 1982, o jornal *A Notícia* entrevistou o artista plástico Antônio Mir, o arquiteto Alberto A. Cortez, o juiz de Direito Luiz Bernardo Stamm, o químico e contador Átila Urban e os empresários Samuel Schubert (presidente da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas), Oswaldo Douat e Baltazar Buschle (ex-prefeito de Joinville).

No início da publicação, o jornal afirmava que, apesar de o projeto para a construção da nova sede Banco do Brasil já ter sido aprovado, esta ação continuava a causar polêmica e que "[...] algumas pessoas ainda insistem em atacar a construção, defendendo um pretenso 'valor histórico' do palacete a ser demolido". O jornal apresentou seus entrevistados como vozes significativas de segmentos da sociedade joinvilense e resumiu seus argumentos da seguinte

maneira: “As pessoas que conhecem o passado em Joinville não vêem a importância que se pretende dar ao palacete, e explicam que na realidade é o terreno no qual a casa está edificada que tem valor histórico realmente.” (AN, 1982, p. 5).

Para Antônio Mir, o edifício a ser construído representava um presente ao município, um símbolo de distinção frente às outras cidades, tendo em vista que o município seria contemplado com uma obra de arquitetura contemporânea semelhante à sede do Banco do Brasil existente em Brasília, descrita por ele como “a cidade mais moderna do mundo”, e acrescentou:

> Não se trata de um caixote de concreto ocupando a área total do terreno, mas sim de um maravilhoso volume de vidro suspenso por quatro colunas de mármore, o que dentro da paisagem e da perspectiva da Rua do Príncipe fará com que todos os joinvilenses vejam nele um movimento ao futuro de nossa cidade. (AN, 1982, p. 05).

Quanto ao palacete, Antônio Mir declarou que, apesar de o casarão ter sediado a diretoria da Colônia Dona Francisca, este fato não constituiria motivo para preservar a edificação, pois se assim fosse os demais lugares que serviram de sede à administração da antiga colônia também deveriam ser tombados. A imprecisão sobre o fato de o Palacete Niemeyer ter sido ou não utilizado como diretoria da administração da colônia é algo recorrente na fala dos entrevistados presentes nas diversas matérias publicadas. O artista plástico informou ainda que havia recebido um documento encaminhado pelo Movimento Comunitário, cujo conteúdo se manifestava contrário à demolição da edificação, não constando, porém, assinatura ou endereço do referido grupo. No seu entender, tal atitude se mostrou “deselegante” e sem “embasamento técnico.” (AN, 1982, p. 05).

Na visão do arquiteto Alberto A. Cortez, o empreendimento traria um contingente de funcionários de alto poder aquisitivo para o município, o que contribuiria tanto para o desenvolvimento econômico quanto para o intelectual da cidade. Do ponto de vista urbanístico, para ele: “O edifício com sua moderna volumetria deverá valorizar urbanisticamente a nossa área central, dando margem a que novas tentativas sejam buscadas de revalorização estética do centro tradicional”. O arquiteto acrescentou que a busca por novas técnicas construtivas, assim como a alteração de usos no espaço urbano seriam processos inerentes ao desenvolvimento da sociedade: “Essa evolução leva a concluir normal e perfeitamente, que novos edifícios substituam antigas edificações” (AN, 1982, p. 05).

Para o juiz Bernardo Stamm, a preservação do patrimônio representava um “contra-senso”, pois a edificação não possuiu, na sua visão, ligação com o período de colonização do

município, havendo valor histórico apenas no local onde o palacete foi construído. No seu entender, "O que realmente importa [...] é que Oswaldo Colin, presidente do banco, sendo joinvilense, traz para a cidade uma sede regional digna, o que virá enobrecer e aumentar o prestígio de Joinville e da região" (AN, 1982, p. 05). Opinião também compartilhada pelo contador e químico Átila Urban, identificado pelo jornal como "profundo conhecedor de certos aspectos da história de Joinville". Para Urban, o local havia abrigado espaços coletivos destinados a receber os primeiros colonos, ao contrário do palacete, que figurava apenas como uma "residência fina" à época de sua construção: "Residências ou outras construções iguais [...] existiam ou ainda existem por toda a cidade. Muitas delas, inclusive [...] já foram derrubadas sem este alarde que está se fazendo agora." (AN, 1982, p. 05). Segundo ele, a própria construção do palacete na cabeceira da Rua Do Príncipe teria causado, na época, controvérsias, pois impossibilitou o prolongamento da via.

Com relação ao posicionamento dos dirigentes empresariais entrevistados, os argumentos também giraram em torno da importância que o novo edifício representaria para a cidade e a importância de uma instituição como o Banco do Brasil, não faltando elogios ao presidente da instituição financeira, sempre lembrado como um ilustre joinvilense. Samuel Schubert declarou: "Mesmo considerando louvável a atitude daqueles que pretendem preservar o patrimônio histórico, sou favorável à construção da nova agência do BB, por considerar a importância que esta obra trará para o desenvolvimento da cidade" (AN, 1982, p. 05). Para Oswaldo Douat, algumas pessoas estariam apenas conturbando um projeto já aprovado pela municipalidade, caracterizando este tipo de posicionamento como iniciativas isoladas:

> Não sou expert em história [...], mas creio no que dizem os entendidos no assunto. [...] não se pode privar uma comunidade de um empreendimento que só verá a beneficiá-la, gerando empregos e abrindo novas perspectivas na economia joinvilense. [...] há que se louvar o empenho de um conterrâneo nosso (Osvaldo Colin, presidente do Banco do Brasil) em dotar Joinville de uma agência moderna e à altura da pujança da cidade, que só terá a ganhar economicamente (AN, 1982, p. 05).

Por sua vez, Baltazar Buschle caracterizou o novo edifício como um "tributo à região", símbolo da Joinville futura, pontuando a relação mútua de crescimento entre o BB e o município. Para o empresário e ex-prefeito, "Adiar ou paralisar a execução do projeto seria duvidar publicamente dos méritos e da capacidade e da criatividade de sua população. Seria uma injustiça e uma descrença." Ainda segundo ele, mesmo sendo bem intencionadas, as objeções à construção da nova sede do BB se mostravam inconsistentes, pois diversos monumentos históricos do município ainda não haviam sido tombados (AN, 1982, p. 05).

No dia seguinte, 27 de agosto de 1982, o jornal publicou a entrevista de Adolfo Bernardo Schneider, integrante da COMPHAAN, e de Apolinário Ternes (funcionário do AN), em matéria intitulada "Historiadores também defendem nova Agência". Para Schneider, a historicidade da edificação se restringia ao fato de ter servido de residência ao comerciante Luiz Niemeyer (filho de Johann Otto Louis Niemeyer, que foi diretor da Colônia Dona Francisca entre 1860 e 1873) e de o lote também ter abrigado a terceira e última sede da Colônia Dona Francisca, que também serviu de residência para a família do comerciante. Após abordar brevemente os feitos de alguns descendentes do antigo diretor, Schneider reproduziu trecho da entrevista concedida pelo juiz Bernardo Stamm (já por nós abordada), destacando que este era bisneto de Louis Niemeyer. Schneider registrou ainda:

> E quero acrescentar: a resolução tomada pela Comissão Municipal do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Ecológico [sic], na sua última reunião, foi tomada sem o meu voto. Eu acho que esse assunto da demolição do citado palacete já são "águas passadas". E acho também que está em tempo de se planejar uma política mais agressiva, para que se possa proteger efetivamente o patrimônio histórico de Joinville, sem extrapolar para um bairrismo qualquer. [...] Não vamos ser mais católicos do que o Papa (AN, 1982, p. 5).

O primeiro diretor do Arquivo Histórico de Joinville (AHJ) e membro da COMPHAAN foi enfático ao afirmar sua posição: "Não vamos, por favor, começar a preservar certas casas porque são 'velhas'" (AN, 1982, p. 5). É interessante notar que, ao mesmo tempo em que conferiu grande importância ao trabalho que estava sendo realizado por Udo Baumann (como abordado anteriormente), Schneider não fez menção ao parecer elaborado pelo arquiteto alemão, que recomendou a preservação do palacete, na referida reportagem.

Para Apolinário Ternes, que também dirigiu o AHJ, a questão da demolição do palacete estava "mal colocada":

> Demolir o palacete para em seu lugar edificar um moderno edifício, único em suas dimensões e beleza arquitetônica, agora, nos parece fato irreversível. É o futuro, o desenvolvimento, enfim, a exigência que o próprio desenvolvimento impõe. O palacete, ao contrário do que muitos possam afirmar, quase nada tem de histórico. É histórico porque pertenceu a uma família tradicional, diretamente ligada aos primórdios da história de Joinville. Apenas isto. A sua construção é de 1907. O seu estilo arquitetônico francês, não tem nada ou muito pouco com nossa história. O chão, em que 13 anos depois da fundação de Joinville foi erguida uma humilde casa de madeira que abrigou a sede da direção da colônia, é tão histórico quanto o terreno em que hoje se ergue o Edifício Manchester. O banco, portanto, deve ser construído ali, numa espécie de reverência que o joinvilense Oswaldo Colin deseja prestar a sua comunidade. (AN, 1982, p. 5).

O jornalista e historiador acrescentou ainda que este “incidente do progresso” deveria ser aproveitado para que a sociedade cobrasse do poder público medidas para garantir a preservação do acervo arquivístico pertencente ao AHJ, que se encontrava em péssimas condições de guarda. Segundo ele, os funcionários desta instituição faziam o possível, mas as instalações careciam de melhores condições, não tendo sido realizada, à época, a catalogação técnica do material. A ausência destas medidas poderia acarretar na perda deste acervo (AN, 1982, p. 5).

Apesar de toda a proporção que o caso havia tomado desde a última reunião da COMPHAAN, o presidente da Comissão do Patrimônio, Miraci Dereti, informou aos demais membros, na reunião de 30 de setembro de 1982, que não fora encaminhada correspondência ao prefeito municipal nem ao Banco do Brasil, como deliberado, ressaltando que naquele momento não haveria mais possibilidade de realizar o tombamento da edificação devido ao fato de o alvará de demolição já ter sido emitido. Mas, mesmo não havendo, segundo Dereti, a possibilidade de tombamento, não seria o encaminhamento da referida correspondência uma possibilidade de sensibilizar as instituições envolvidas, possibilitando a preservação do palacete por meio da negociação política? Quanto à apresentação do arquiteto Udo Baumann e sua defesa da preservação do Palacete Niemeyer, realizada em reunião anterior, o membro Dagoberto H. Haake, representante da Associação Comercial e Industrial de Joinville (ACIJ), questionou a autoridade do órgão federal de preservação e do arquiteto alemão para interferir no processo de demolição em questão. Sobre este aspecto, Miraci Dereti pontuou que o SPHAN apenas incumbiu Baumann de assessorar o município quanto à preservação do patrimônio. Para Dagoberto H. Haake, haveria um mal entendido quanto à posição da COMPHAAN em relação à demolição da edificação, pois na sua interpretação a comissão ainda não tinha se manifestado sobre o caso. Todavia, registrou que seu posicionamento favorável à preservação do palacete se dava em função do movimento comunitário que se formou e não das opiniões emitidas por Udo Baumann (COMPHAAN, 1982, p. 01).

Podemos identificar, a partir do caso analisado, interesses concorrentes: a patrimonialização do Palacete Niemeyer e a monumentalização da nova sede do Banco do Brasil. Lugar de referência à memória dos colonizadores imigrantes, para Elly Herkenhoff o valor histórico daquele “chão” se sobrepunha ao valor arquitetônico da edificação ali existente — argumento não contestado pela grande parte dos empresários, profissionais liberais, agentes públicos e culturais que defenderam claramente a construção do novo edifício. Para Udo Baumann, Ruben Neermann e Lenin Peña, se destacava a monumentalidade artística da

edificação e seu valor urbanístico, por estar implantada em uma das cabeceiras da Rua Do Príncipe.

Para os favoráveis à demolição do palacete, o edifício sede do Banco do Brasil, ainda enquanto projeto, foi caracterizado como uma "obra colossal", um "tributo à região", "único em suas dimensões e beleza arquitetônica", "imponente à altura do progresso de Joinville". Monumentalidade e excepcionalidade foram valores por eles mobilizados, porém apontando para o sentido inverso daqueles que defendiam a manutenção do palacete: o "chão histórico" agora honraria a memória dos colonos imigrantes de uma forma diferente, não pela preservação de um monumento ao passado, mas através de um edifício contemporâneo voltado ao futuro, símbolo de indivíduos empreendedores e comprometidos com o progresso. Desta forma, o edifício de quatorze andares a ser construído representaria mais um fruto que germinaria naquele "chão" e que passaria a compor a paisagem urbana central da cidade, símbolo do progresso de ontem, do hoje e do amanhã.

A questão envolvendo a demolição do Palacete Niemeyer teve um desfecho possivelmente inesperado, dado o debate aqui apresentado. Em 24 de outubro de 1982, *A Notícia* publicou nova entrevista concedida pelo presidente do Banco do Brasil, na qual anunciou que o palacete seria preservado. Segundo Oswaldo Colin, mediante o debate público que foi travado acerca da possível demolição da edificação, a instituição teria se mantido em posição de expectativa para definir seu posicionamento sobre a questão. A solução conciliatória encontrada foi descolar a implantação do novo edifício à direita do lote, sendo o volume destinado ao auditório implantado nos fundos do palacete, garantindo assim a manutenção da paisagem arquitetônica da cidade. Sobre o novo uso do palacete, o presidente do BB declarou que a edificação seria utilizada pela instituição para treinamento de seus funcionários, podendo receber também atividades culturais, como exposições artísticas. Com relação ao início das obras de construção do novo edifício, informou que seria aguardada a alteração do projeto (AN, 1982, p. 24). Além do debate público local, quais fatores teriam contribuído para a mudança de posicionamento do Banco do Brasil?

O movimento pela preservação do Palacete Niemeyer alcançou dimensões maiores, envolvendo outras esferas do poder público e órgãos do campo do patrimônio. Em matéria publicada no *Boletim do SPHAN/próMemória*, de março/abril de 1983, o órgão federal de preservação informou que a Secretaria da Cultura (SEC) [nacional], a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e o Banco do Brasil haviam firmado termo de cooperação cujo objetivo visava a selecionar edificações existentes em "locais de interesse histórico", por meio de trabalho conjunto, para sediarem agências da referida instituição

financeira em diferentes cidades do país. Para tanto, as edificações deveriam apresentar valor histórico e artístico e demonstrada viabilidade técnica e econômica (SPHAN, 1983, p. 07).

Com relação às atribuições de cada instituição no referido acordo, caberia ao Banco do Brasil executar obras de restauração e adequações, mediante aprovação prévia do órgão federal de preservação. À SPHAN foi atribuída a responsabilidade de assessorar o banco na escolha das edificações, bem como prestar orientação técnica na elaboração e execução dos projetos. O BB enviou à SPHAN a relação das cidades previstas para instalação de novas agências (1117 unidades), que por sua vez a encaminhou para suas diretorias regionais, responsáveis por contribuir no processo de seleção das edificações. Além das novas agências, o boletim informou que o Banco do Brasil também se dispôs a rever projetos já concluídos ou em andamento. Para isto, a SPHAN se comprometeu em agilizar a análise dos projetos por meio da aprovação diretamente por suas unidades regionais, descentralizando o processo. Também ficou acordado que as reuniões dos arquitetos do banco contariam com a participação de funcionários do órgão federal (SPHAN, 1983, p. 07). As expectativas em relação à efetivação deste acordo foram assim descritas pela SPHAN:

> A cooperação técnica [...] se reveste de alto significado, tendo em vista os benefícios que trará para a preservação do patrimônio cultural construído do país, e por seu poder de exemplaridade poderá representar uma porta aberta para a sua extensão a todo o sistema bancário. O Banco do Nordeste do Brasil assinou, em seguida, um acordo com a SEC/MEC nos mesmos termos do firmado pelo Banco do Brasil (SPHAN, 1983, p. 07)

O boletim informou que o referido termo veio formalizar entendimentos anteriores entre o Banco do Brasil e a Fundação Nacional próMemória, motivados pelo caso do Palacete Niemeyer em Joinville. Sobre este processo, foi destacado que, mediante a possibilidade de demolição de uma edificação construída no início do século XX para a implantação de um edifício sede para o BB, a comunidade joinvilense, por meio do Movimento Comunitário criado após o encontro sobre arquitetura nas áreas de colonização alemã (ocorrido em Florianópolis em novembro de 1981), solicitou o apoio da próMemória para que o palacete fosse preservado (SPHAN, 1983, p.7-8). Como resposta, o órgão federal de preservação incumbiu o arquiteto Udo Baumann a emitir parecer sobre o caso. Há no texto do boletim da SPHAN trechos (citações literais) do relatório apresentado por Baumann[114]. Concluído, o documento foi

[114] Tratou-se do texto que compõe o relatório final apresentado pelo arquiteto alemão quando da conclusão de seus trabalhos em março de 1983, documento que contempla diversas outras edificações localizadas em Joinville, São Bento do Sul e Blumenau. Com relação ao Palacete Niemeyer, Baumann defendeu os mesmos aspectos presentes

enviado à direção do Banco do Brasil, que suspendeu a ação de demolição do palacete. Cópias do parecer também foram enviadas à Fundação Catarinense de Cultura, à COMPHAAN e à prefeitura municipal de Joinville (SPHAN, 1983, p. 8). Após tomar conhecimento, por intermédio da SPHAN, do parecer elaborado por Baumann, a direção do BB reconsiderou o projeto que já havia sido elaborado, apresentando uma alternativa que possibilitou a preservação. Ressalvando o fato de que o novo edifício iria alterar a escala do conjunto edificado daquele setor urbano, para o órgão federal de preservação o desfecho do caso analisado foi considerado exitoso:

> [...] as negociações, do ponto de vista da SPHAN/próMemória, foram bem sucedidas, pois se conseguiu evitar o desaparecimento de um imóvel de relevante valor cultural para Joinville, o que certamente servirá de incentivo aos demais proprietários de imóveis de valor histórico e artístico, impelindo-os a bem conservá-los, impedindo também outras demolições que viriam a descaracterizar a cidade (SPHAN, 1983, p. 08).

Para a SPHAN, este resultado se deveu à soma de esforços que envolveram o Movimento Comunitário de Preservação e da "ação exemplar do Banco do Brasil em se ter mostrado disposto a adequar o projeto de sua agência [...]" (SPHAN, 1983, p. 08). Quanto à postura da instituição financeira, cabe recordar que, em momento anterior à intervenção da SPHAN, o presidente do BB havia declarado que o projeto era "irreversível". Ficou evidente o capital político do órgão federal de preservação para intervir no processo. O prestígio do qual a SPHAN gozava frente às instituições e órgãos de outras áreas ou campos fez pesar a balança para o lado da preservação. Vale lembrar, como destacado pela própria SPHAN, que o imóvel em questão não possuía proteção como bem cultural e que o município já havia liberado o alvará para demolição da edificação (SPHAN, 1983, p. 08). Com relação aos agentes municipais favoráveis à preservação do palacete, as tentativas iniciais de salvaguardar a edificação não obtiveram êxito, motivando-os a recorrer à esfera federal, mesmo já dispondo de lei municipal de tombamento e de instituída a COMPHAAN no decorrer do processo. Fatos que demonstram a ausência de consenso dos agentes envolvidos, bem como a baixa autonomia frente às pressões econômicas sobre a preservação do patrimônio edificado. Aspecto que pode ser explicado, como já abordado anteriormente, por um momento em que as instâncias e os agentes municipais de preservação ainda se encontravam em processo de instituição. Podemos perceber então, que

---

no parecer por ele apresentado à COMPHAAN em agosto de 1982 (já abordado). Porém, o relatório final contou com uma redação mais ampla e detalhada, devido ao maior tempo que o arquiteto dispôs para a elaboração.

a situação foi contornada a partir do capital social de alguns agentes favoráveis à preservação, que mobilizaram outras instituições e instâncias do campo do patrimônio, pela legitimidade do órgão federal de preservação e pelo prestígio do arquiteto alemão Baumann, cujo parecer foi decisivo. O relato de Lenin Peña (2016, p. 15-16) é significativo neste sentido:

> A AMUNESC funcionava em frente ao Joinville Palace Hotel, eu saio e observo que estavam destelhando o Palacete Niemeyer. Eu fiquei bravo! Porque tinha na minha cabeça que o patrimônio cultural alemão tinha que ser motivado para ser conservado. Tinha que se motivar, que se detectar e valorizar. Então desço e encontro o secretário de planejamento [...] "Secretário, o que que houve?". Ele disse: — Ah, isso aí a gente não pode fazer nada com esse banco, o banco é forte. Digo — Eu posso brigar? — Pode!, ele disse. Assumi a briga contra desmancharem o banco [palacete]. Assumi, até fui em Brasília, falei com o próprio Osvaldo Colin e conseguimos. E aí está o Udo Baumann. O Osvaldo me disse: Lenin, só se tivermos uma pessoa autorizada a dar uma opinião sobre isso. E aí está o Udo Baumann.

O caso do Palacete Niemeyer não constituiria um exemplo da diferenciação entre proteção e preservação? Entendemos que sim. Conforme Rabello (2009, p. 19): "[...] costuma-se entender e usar como se sinônimos fossem os conceitos de preservação e de tombamento. [...] o conceito de preservação é genérico, não se restringiu a uma única lei, ou forma de preservação específica". A preservação do palacete, no contexto analisado, foi motivada pela manifestação de representantes de segmentos sociais municipais e pela intervenção do órgão federal de preservação, mas sem haver a proteção da edificação pelo mecanismo do tombamento, seja municipal, estadual ou federal. Através de um acirrado debate, amplamente noticiado pela imprensa, chegou-se a uma solução intermediária, negociada no plano político. Apesar de todo o movimento pela preservação do Palacete Niemeyer, o processo de tombamento deste imóvel somente foi iniciado no ano 2000, pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC)[115], sendo homologado pelo Decreto nº 3461 de 23/11/2001.

O caso do Palacete Niemeyer nos possibilitou analisar as complexas relações engendradas em um campo de preservação ainda em construção, expondo diferentes interesses — as concepções mobilizadas, a desigual distribuição de capitais em jogo, as pressões advindas de outros campos, as estratégias desempenhadas pelos diferentes agentes envolvidos, entre outros aspectos —, especialmente por se tratar de um imóvel privado. Como um estudo de caso, este processo nos oportunizou colocar em perspectiva a atuação dos órgãos e instâncias engendradas em âmbito municipal naquele período, bem como suas interações com outros

[115] Processo de Tombamento Nº 251/2000.

campos e esferas de poder, evidenciando a complexidade do campo do patrimônio cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comemorações do Centenário de Joinville (1951) marcaram o processo de reabilitação da memória do imigrante (germânico) no município como forma de reação aos anos repressivos vividos por descendentes de alemães durante a Campanha de Nacionalização no Estado Novo — com a proibição do uso da língua alemã em todo o território nacional e o fechamento de instituições que desempenhavam importante papel na manutenção da identidade teuto-brasileira. As transformações demográficas e urbanas decorrentes do processo de industrialização de Joinville, a partir de década de 1960, também contribuíram para que o enaltecimento dos "pioneiros" ganhasse força e não ficasse circunscrito apenas à realização de festividades e eventos, sendo ampliada por meio de ações voltadas à patrimonialização de bens culturais.

Neste processo, a atuação de duas comissões formadas por descendentes de famílias de imigrantes, ligadas ao desenvolvimento da antiga Colônia Dona Francisca, foi essencial para a instituição de bens simbólicos que enalteceram a memória do imigrante, por meio da implantação do Museu Nacional de Imigração e Colonização — MNIC (1961) — e da motivação e/ou sustentação, junto ao órgão federal de preservação, do tombamento do Cemitério do Imigrante (1962) e do Bosque Schmaltz (1965). Contudo, a atuação "voluntária" de seus membros não constituiu uma postura desinteressada, pois suas ações foram circunscritas apenas à celebração e difusão da memória dos "heróis fundadores", fortemente relacionada ao valor de ancestralidade. Assim, a estratégia empregada pelos membros da Comissão do MNIC e do Cemitério do Imigrante, com o apoio do poder público municipal, foi motivar a criação ou a proteção de bens localizados no município junto à esfera federal, atuando em sua gestão e conservação (no caso do Bosque Schmaltz, apenas na sustentação de seu tombamento).

A categoria patrimonial privilegiada neste período (1951-1965) foi o patrimônio museológico, constituído pelo acervo mobiliário angariado junto à população para formação do acervo do MNIC, e o patrimônio arquivístico, objeto de ação de recolhimento e guarda pela (atual) Biblioteca Pública Municipal Rolf Colin, criada em 1951, e também pelo MNIC. Cabe destacar ainda o Monumento ao Imigrante, obra de Fritz Alt implantada na área central da cidade. Em âmbito federal, a década de 1960 marcou a reabilitação da memória do imigrante germânico a partir de uma concepção de pluralidade sincrética. No entanto, a relação dos membros da Comissão do MNIC com o órgão federal de preservação foi marcada por tensões.

A partir de meados da década de 1960, o poder público local passou a ter uma postura menos coadjuvante na área da Cultura. Da vaga função de difusor cultural e promotor de ensino

de algumas linguagens artísticas atribuídas ao Departamento de Educação e Cultura (1967), com a criação do Departamento de Cultura, Esporte e Turismo (1973) a municipalidade passou a ser responsável pelo planejamento e execução de ações mais abrangentes, e tal setor foi transformado, posteriormente, em secretaria (1975). Assim, durante os anos 1970, a municipalidade agiu em várias frentes para a conformação de uma área de Cultura em sua estrutura administrativa, desenhando uma política cultural que se pretendeu produtora de conhecimento, formadora de público, promotora de atividades e eventos, mediadora de grupos culturais, além de atuar na preservação do patrimônio arquivístico, museológico, arqueológico e artístico.

Neste período (1967-1976), foram criadas as seguintes instituições: Escola de Música Villa-Lobos (1967), Escola Municipal de Artes Aplicadas (1968), Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (1969), Casa da Cultura (1970), Museu Casa Fritz Alt, (1970), Arquivo Histórico de Joinville (1972), Museu de Arte de Joinville, (1973), Banda Municipal de Joinville (1973) e Escola Municipal de Ballet (1975). Ainda neste contexto, em 1968, foi criado o Conselho Municipal de Cultura, instância colegiada ao poder público que elaborou o primeiro plano de cultura do município. A composição deste conselho resultou na diversificação dos agentes envolvidos na área da cultura, tornando as ações de preservação menos restritas aos membros da Comissão do MNIC e do Cemitério do Imigrante. O processo desenvolvido em âmbito municipal guardou relação com as transformações institucionais que vinham ocorrendo nas esferas federal e estadual, com a criação de instâncias colegiadas de atuação junto ao poder público e a elaboração de planos de cultura. Descentralização administrativa impulsionada, sobretudo, a partir do Compromisso de Brasília (1970).

No tocante à preservação do patrimônio edificado, na década de 1970 o enxaimel foi mobilizado como símbolo arquitetônico da identidade germânica no município por meio da realização de inventário pela Comissão do MNIC (1970-1972), da Lei Nº 1399/1975 — que instituiu benefícios fiscais como forma de incentivar a preservação de exemplares desta arquitetura, e também da realocação de uma edificação enxaimel para o espaço do MNIC (concretizada em 1980). Cabe lembrar ainda o papel de destaque que o enxaimel ganhou no plano elaborado pelo Conselho Municipal de Cultura, também na década de 1970.

Contudo, o patrimônio construído, apenas passou a contar com um mecanismo (o tombamento) e uma instância específica de proteção, em âmbito municipal, a partir dos anos 1980, com a instituição da Lei 1773/1980 e da criação da Comissão do Patrimônio Histórico, Artísitico e Arqueológico do Município de Joinville (COMPHAAN) — fatores que estimularam a criação da Fundação Cultural de Joinville em 1982. Neste contexto, além do

intenso processo de alteração do conjunto edificado da área central e da atuação de novos agentes (migrantes) na área da Cultura, outros fatores contribuíram para a ampliação do debate público sobre a preservação dos bens edificados em Joinville.

Um destes fatores foi a atuação de profissionais estrangeiros (alemães) no município a partir de três ações: no assessoramento dos trabalhos de revisão do planejamento urbano, em 1978, efetuado por Marlene Zlonicky e Klaus R. Kunzmann; na realização de seminário "Arquitetura nas áreas de colonização alemã: sua valorização e preservação" (evento estadual), em 1981, na cidade de Florianópolis, pelos engenheiros Gottfried Kiesow e Edgar Heydok, e sua visita à cidade; e na vinda do arquiteto alemão Udo Baumann a Joinville em 1982, que realizou inventário da área urbana do município e palestras. Se, por um lado, o levantamento de Baumann não se restringiu ao enxaimel, de outro, destacou sua importância.

As ações e debates promovidos neste contexto influenciaram a ampliação dos valores culturais (noção de patrimônio urbanístico e paisagístico) e a atribuição de valor a outras arquiteturas presentes no município. No entanto, a dimensão histórica mobilizada permaneceu, de maneira geral, restrita ao processo imigratório e de formação da Colônia Dona Francisca.

Neste contexto, o enxaimel foi objeto de ações não apenas locais, passando a Fundação Catarinense de Cultura a desempenhar papel central na construção e difusão do valor cultural desta arquitetura. A vinda de Gottfried Kiesow e Edgar Heydok (1981) e Udo Baumann (1982) a Santa Catarina estreitou as relações entre o município e o órgão estadual de preservação, resultando na efetivação de diferentes inventários. Os resultados destes trabalhos embasaram, na década de 1990 e nos anos 2000, o tombamento estadual de diversos imóveis localizados no município. Outros tombamentos decorrentes destes inventários ocorreram no contexto do projeto "Roteiros Nacionais de Imigração", desenvolvido pelo IPHAN em 2007.

Por mais que os referidos inventários e tombamentos não se limitaram apenas a um tipo de arquitetura, foi privilegiada uma perspectiva de representação étnica e a construção da paisagem do imigrante, cuja configuração mobilizou a arquitetura enxaimel, especialmente as edificações localizadas na área rural. Ações que, somadas às realizadas na década de 1970 (inventário da Comissão do MNIC, Lei Nº 1399/1975 e realocação de edificação para o MNIC) ajudam a explicar, mesmo que parcialmente, a ressonância do enxaimel no município.

Outro fator — em certa medida um desdobramento da vinda de profissionais alemães a Joinville — foi a mobilização de agentes locais para a criação do "Movimento Comunitário de Defesa do Patrimônio Cultural de Joinville", formado após a realização do seminário "Arquitetura nas áreas de colonização alemã..." na cidade de Florianópolis, em 1981. Influenciados pelas concepções defendidas pelos profissionais alemães, o Movimento

Comunitário atuou no sentido de pressionar o poder público municipal a implementar ações mais efetivas para a proteção do patrimônio edificado e seus integrantes tiveram importante papel no processo de preservação do Palacete Niemeyer. Dois deles, Ruben Neermann e Lenin Peña, integram a COMPHAAN.

Mais um fator que contribuiu para a ampliação do debate público sobre a preservação dos bens construídos em Joinville foi a reação à política turística encampada pelo Poder Executivo municipal, através da atuação direta do então prefeito Luiz Henrique da Silveira, da Secretaria de Planejamento e da Comissão de Urbanismo, que buscou construir uma imagem de cidade germânica para o município.

Com a instituição da Lei Nº 1.714/1979 e da Lei 5.846/ 1980, a municipalidade optou pela patrimonialização do conjunto urbano do município através de concessão de incentivos urbanísticos e fiscais a empreendimentos privados que construíssem edificações contemporâneas imitando o efeito estético da arquitetura enxaimel, chamadas de "falso enxaimel". Todavia, a municipalidade também atuou diretamente na implantação de edificações deste tipo, com a inauguração do portal turístico da Rua XV de Novembro, composto pelo pórtico (1979) e pelo "moinho de vento" (1982), e também da atual sede do Mercado Público (1982).

A política em questão gerou posicionamentos favoráveis e contrários de agentes municipais e estrangeiros (alemães) envolvidos nas questões patrimoniais do município daquele período, engendrando debates e disputas no tocante ao modelo que deveria orientar a patrimonialização em curso, pondo em jogo as concepções de "autêntico", "falso" e "modernização" da arquitetura enxaimel, bem como a relação entre patrimônio e turismo.

Para perceber as tensões e relações de colaboração estabelecidas em um campo ainda em construção, analisamos dois processos de patrimonialização de bens construídos. No primeiro caso, foi abordado o processo de proteção da Alameda Brüstlein (Rua das Palmeiras), primeiro bem protegido pelo mecanismo de tombamento municipal. A partir dos pareceres de Adolfo Bernardo Schneider e de Elly Herkenhoff, novamente pudemos identificar a ativação da memória dos "pioneiros".

Para eles, a Alameda era um monumento legado pelos imigrantes, um marco ainda presente na área central da cidade, em meio às transformações ("dolorosas") pelas quais o município vinha passando. Na visão de Schneider e Herkenhoff, a trajetória da "palma-mater" se confundia com a história dos imigrantes, espécimes exóticas trazidas ao Brasil e cujas sementes germinaram na "nova terra". Além de referenciar a memória dos "heróis fundadores" da Colônia Dona Francisca, a Alameda Brüstlein também foi tomada como elo entre Joinville

e processos mais amplos da história brasileira, sobretudo vinculados à família real. Para Lenin Peña, se destacou o valor paisagístico e natural das palmeiras como um espaço verde em meio ao intenso processo de verticalização da área central.

Se, por um lado, não identificamos conflitos entre os agentes envolvidos no campo de preservação na escolha do primeiro bem a ser tombado em âmbito municipal, por outro, a compreensão sobre o significado deste mecanismo de proteção apresentou divergências. Por vezes a ideia de tombamento foi confundida com uma ação que resultaria na destruição do bem em questão — indício de que os códigos e noções mobilizadas no campo do patrimônio não são compartilhados por todos os grupos sociais.

Ao abordarmos o movimento de defesa pela preservação do Palacete Niemayer — imóvel privado pertencente ao Banco Brasil — foi possível perceber a presença de tensões não observadas no processo de tombamento da Rua das Palmeiras. Pressões advindas do campo econômico, de agentes políticos e da mídia demonstraram as fragilidades do campo do patrimônio em âmbito local (ainda em construção). Mesmo possuindo mecanismo de proteção (tombamento) e instância específica de atuação sobre os bens materiais (COMPHAAN), os agentes locais não conseguiram efetivar a proteção do imóvel.

Devido à ausência de autonomia em âmbito local — e apesar de divergências quanto à atribuição de valor cultural ao imóvel (histórico, urbanístico e/ou arquitetônico) —, agentes identificados com a preservação do Palacete Niemayer recorreram ao órgão federal, cuja intervenção foi concretizada no parecer elaborado por Udo Baumann e pela negociação junto ao Banco do Brasil, fator decisivo para a preservação do imóvel sem a necessidade de aplicação da lei de tombamento. Em jogo, duas propostas: a patrimonialização do Palacete Niemayer e a monumentalização da nova edificação planejada para sediar a instituição financeira. Pesou, neste caso, o capital político do órgão federal, o prestígio de Udo Baumann (propiciado por seu lugar de fala) e o capital social dos agentes locais.

Acredito que a presente dissertação contribuiu para a compreensão (parcial) da conformação da área de Cultura em Joinville, entre 1951 e 1984, e para a identificação de agentes, concepções e categorias patrimoniais presentes na construção do campo do patrimônio em âmbito local. Processo engendrado não de forma harmoniosa, marcado por descompassos, tensões e conflitos. Ligados a contextos sociais mais amplos, pudemos perceber que os processos de patrimonialização analisados foram produzidos a partir de diferentes disputas que referenciaram descontinuidades (cesuras) na maneira de se perceber o tempo e a trajetória do município.

Longe da pretensão de produzir conhecimentos definitivos, entendo que a presente dissertação poderá contribuir para o trabalho de outros pesquisadores, gestores públicos e agentes culturais.

REFERÊNCIAS

A preservação histórica deve ter um plano global. **A Notícia**, Joinville, 16 fev. 1982, p. 05.

Acordo SEC/SPHAN/Banco do Brasil: Agências bancárias em prédios históricos. In: **Boletim do SPHAN/próMemória.** Brasília: MEC, Boletim nº 23, 1983, p. 07-08.

Adauto Vieira promete movimentar a cultura. **A Notícia**, Joinville, 10 fev. 1982, p. 5.

Alemães: há falta de consciência histórica. **A Notícia**, Joinville, 11 nov. 1981, p. 7.

Arquitetura alemã não é barreira contra inovações. **A Notícia**, Joinville, 5 nov. 1981, p. 5.

Arquitetura alemã precisa ser protegida. **A Notícia**, Joinville, 1 nov. 1981, p. 5.

As Construções em Joinville. **Jornal de Joinville**, Joinville, 01 jul. 1924. Ano VI. N. 151.

BARBALHO. Alexandre. Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. In*:* RUBIM, Antonio A. C.; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 37-60.

BAUMANN, Udo. **A arquitetura de valor histórico em Santa Catarina, parecer sobre a situação atual e a valorização do patrimônio histórico do século XIX nas cidades de**: Joinville, São Bento do Sul e Blumenau, no Estado de Santa Catarina. Relatório sobre as atividades desenvolvidas em Santa Catarina de 24/07/82 a 04/09/82. Tradução: André Gil Teixiera Pires. Marburg, 1983. In: Coordenação de Patrimônio Cultural / Fundação Cultural de Joinville.

_____. **Parecer sobre o Palacete Niemeyer**. Joinville, 05 de agosto de 1982. In: Coordenação do Patrimônio Cultural / Fundação Cultural de Joinville.

BLUMENAU. **Lei nº 1.909, de 22 de dezembro de 1972** — Concede favores fiscais às casas típicas - blumenauenses, para residências, que forem construídas dentro do perímetro urbano de Blumenau.

_____. **Lei nº 2.262, de 30 de junho de 1977** — Concede favores fiscais a casas típicas que forem construídas na área urbana de Blumenau, revoga a Lei nº 1909/1972, e dá outras providências.

_____. **Lei nº 3.134, de 04 de dezembro de 1984**. Acrescenta paragráfo ao artigo 1º da Lei nº 2262/77, de 30 de junho de 1977.

Boato de tesouro na demolição do Niemeyer. **A Notícia**, Joinville, 19 ago. 1982, p. 5.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção:** crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2007.

_____. A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo. In: **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989, p. 59-73.

_____. Algumas propriedades dos campos. In: **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim de Século – Edições, Sociedade Unipessoal, 2003, p. 119-126.

_____. Gênese histórica de uma estética pura. In: **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989, p. 280-299.

_____. **Os usos sociais da ciência:** por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. Os Ritos de Instituição. In: **A Economia das Trocas Linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 2008, p. 97 -106.

BOURDIEU, Pierre; DELSAUt, Yvette. **O costureiro e sua grife**: contribuição para uma teoria da magia. Educação em Revista, Belo Horizonte, nº 34, p. 7-66, dez./2001.

BRASIL. **Decreto nº 54.074 de 30 de julho de 1964** – Promulga o Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil-República Federal da Alemanha.

_____. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>.

_____. **Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941**. Dispõe sobre desapropriação por utilidade pública. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3365.htm>.

_____. **Lei nº 3.188, de 2 de julho de 1957**. Cria o Museu Nacional de Imigração e Colonização na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectiva. In: RUBIM, Antonio A. C.; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 87-109.

CANCLINI, Néstor García. Definiciones en transición. In: Daniel Mato (comp.). **Estudios Latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempo de globalización**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2001, 57-67.

CASTRO. Elisiana Trilha. **Aqui também jaz um patrimônio:** identidade, memória e preservação patrimonial a partir do tombamento de um cemitério (o caso do Cemitério do Imigrante de Joinville/SC, 1962-2008). Florianópolis, 2008. Dissertação. (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. Universidade Federal de Santa Catarina.

Centro de Engenheiros de Joinville. **A Notícia**, Joinville, 15 abr. 1980. Boletim Informativo, p. 11.

CHAGAS, Mário. Memória política e política da memória. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e Patrimônio:** ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 141-171.

_____.

_____. O Pai de Macunaíma e o patrimônio espiritual. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e Patrimônio:** ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 95-108.

CHAUI, Marilena. **Conformismo e resistência:** aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHIANELLO, Marco Aurelio. **De Visconde de Taunay à Via Gastronômica**: as Tensões entre Renovar e Preservar a Cidade. Joinville, 2016. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade). Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE).

COELHO, Ilanil. É Proibido ser Alemão: é tempo de abrasileirar-se. In: GUEDES, Sandra P. L. de Camargo. **Histórias de (I)Migrantes.** 2ª edição. Joinville: Editora da UNIVILLE, 2005.

Começa a demolição do velho palacete. **A Notícia**, Joinville, 19 ago. 1982. Capa.

COMISSÃO DE CONSERVAÇÃO DO CEMITÉRIO DO IMIGRANTE. Ata de reunião do dia 03 de março de 1966. In: **Coordenação de Patrimônio Cultural / Fundação Cultural de Joinville.**

_____. **Ata de reunião do dia 07 de janeiro de 1969**. In: Coordenação de Patrimônio Cultural / Fundação Cultural de Joinville.

_____. **Ata de reunião do dia 14 de janeiro de 1969**. In: Coordenação de Patrimônio Cultural / Fundação Cultural de Joinville.

_____. **Ata de reunião do dia 20 de maio de 1969**. In: Coordenação de Patrimônio Cultural / Fundação Cultural de Joinville.

_____. **Ata de reunião do dia 24 de junho de 1969**. In: Coordenação de Patrimônio Cultural / Fundação Cultural de Joinville.

_____. **Ata de reunião do dia 02 de setembro de 1969**. In: Coordenação de Patrimônio Cultural / Fundação Cultural de Joinville.

_____. **Ata de reunião do dia 07 de outubro de 1969**. In: Coordenação de Patrimônio Cultural / Fundação Cultural de Joinville.

_____. **Ata de reunião do dia 11 de novembro de 1969**. In: Coordenação de Patrimônio Cultural / Fundação Cultural de Joinville.

COMISSÃO DO MUSEU NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E COLINIZAÇÃO. **Enxaimel em Joinville e ao redor (1970-1972)**. In: Coordenação de Patrimônio Cultural / Fundação Cultural de Joinville.

COMISSÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E NATURAL DO MUNICÍPIO DE JOINVILLE. **Ata de reunião do dia 22 de abril de 1982**. In: Coordenação de Patrimônio Cultural / Fundação Cultural de Joinville.

_____.

_____. **Ata de reunião do dia 11 de maio de 1982**. In: Coordenação de Patrimônio Cultural / Fundação Cultural de Joinville.

_____. **Ata de reunião do dia 05 de agosto de 1982**. In: Coordenação de Patrimônio Cultural / Fundação Cultural de Joinville.

_____. **Ata de reunião do dia 30 de setembro de 1982**. In: Coordenação de Patrimônio Cultural / Fundação Cultural de Joinville.
Comissão do Patrimônio tomba as palmeiras. **A Notícia**, Joinville, 11 mai. 1982, p. 5.

Como está o projeto de lei de preservação dos monumentos históricos de Joinville. **A Notícia**, Joinville, 28 ago. 1980, p. 5.

Comunidade favorável à agência BB. **A Notícia**, Joinville, 26 de ago. 1982, p. 05.

CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA. Ofício Circular Nº 01 de 13 de setembro de 1971. In: **Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville**. Pasta "Conselho de Cultura de 1968 a 1992".

_____. Plano Municipal de Cultura. In: **Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville**. Pasta "Conselho de Cultura de 1968 a 1992".

Construções típicas, assunto em discussão. **A Notícia**, Joinville, 08 abr. 1980, p. 16.

COORDENAÇÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL (CPC) / FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE (FCJ). **Cadastro de Unidades de Interesse de Preservação (UIPs).** 2016.

_____. **Levantamento histórico e arquitetônico elaborado pela Coordenação de patrimônio cultural – CPC para fundamentação de parecer de Grupo de Trabalho**. 2012.

_____. **Relação de Bens Tombados.** 2016.

_____. **Relação de Bens em Processo de Tombamento.** 2016.

_____. **Relação de Bens Registrados no Inventário do Patrimônio Cultural de Joinville (IPCJ).** 2016.

_____. **Relação de Bens em Processo de Registro no Inventário do Patrimônio Cultural de Joinville (IPCJ).**

Críticas e aplausos para o moinho turístico. **A Notícia,** Joinville, 11 set. 1980, p. 5.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Ofício Nº 224 de 24, de novembro de 1970. **Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville**. Pasta "Conselho de Cultura de 1968 a 1992".

_____. Ofício Nº 241 de 09, de novembro de 1970. **Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville**: pasta "Conselho de Cultura de 1968 a 1992".

_____. Ofício Circular Nº 01 de 13 de setembro de 1971. **Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville**: pasta "Conselho de Cultura de 1968 a 1992".

EGGERT, Marlene. Para a preservação da história, a reconstrução da casa enxaimel. **A Notícia**, Joinville, 5 set. 1980. Especial, p. 20.

Em estudos a defesa da arquitetura germânica. **A Notícia**, Joinville, 22 out. 1981, p. 5.

Encontro vai debater preservação da cultura alemã. In: **Boletim da Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN /próMemória**. Brasília: MEC, Boletim nº 14, 1981, p. 17-18.
Engenheiros e arquitetos buscam harmonia. **A Notícia**, Joinville, 27 out. 1981, p. 5.

Esta casa nasceu de um despacho. **A Notícia**, Joinville, 19 mai. 1979, p. 6.

Evocando nossas tradições. **A Notícia**, Joinville, 16 fev. 1980, p. 5.

FICKER, Carlos. **História de Joinville**: Crônica da Colônia Francisca. Joinville: Editora Letra d'Água, 2008.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. **Oktoberfest:** turismo, festa e cultura na Estação do Chopp. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, MINC- IPHAN, 2009.

_____. Para além da pedra e cal. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memória e patrimônio:** ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56-76.

Formada comissão para preservar cultura. **A Notícia**, Joinville, 5 dez. 1981, p. 13.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE JOINVILLE – IPPUJ (Org.). **Joinville Cidades em Dados 2010/2011**. Joinville: Prefeitura de Joinville, 2011.

GUEDES, Sandra P. L. de Camargo. **Cine Palácio:** fragmentos da história do cinema em Joinville. Joinville: Univille, 2003.

GONÇALVES. Janice. **Figuras de Valor**: patrimônio cultural em Santa Catarina. Itajaí: Casa Aberta, 2016.

_____. **Sombrios Umbrais a Transpor**: Arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O Patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e Patrimônio:** ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 21-29.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade:** presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HERKENHOFF, Elly. A história das palmeiras reais. **A Notícia**, Joinville, 15 maio. 1982, s/p.

_____. Chão Histórico. **A Notícia**, Joinville, 20 dez. 1981, p. 24.

_____. **Era uma vez um simples caminho....** Joinville: Edição do Arquivo Histórico de Joinville, 1987.

_____. **Joinville Ontem e Hoje**. Joinville: Edição do Arquivo Histórico de Joinville, 1981.

HERKENHOFF, Elly; HERKENHOFF, Rosa. **Famílias Brasileiras de Origem Germânica (Volume VI)**. São Paulo: Instituto Hans Stadein, 1975.

HERKENHOFF. Elly; KRISCH, Hilda; SCHMIDT; Helga. **Casas de Enxaimel de Joinville.** In: Coordenação de Patrimônio Cultural de Joinville / Fundação Cultural de Joinville.

Historiadores também defendem nova Agência. **A Notícia**, Joinville, 27 de ago. 1982, p. 05.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Lista de Bens Tombados e Processo de Tombamento em Andamento (Atualizada em 16 de março de 2016.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_Bens_Tombados_marco_2016.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2016.

IMHOF. Afonso. Entrevista concedida a Bruno da Silva. Joinville, 30 de ago. de 2016.

_____. **Compromisso de Brasília. 1970.** Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf. Acesso: 4 abr. 2015.

JOINVILLE. **Decreto nº 2941, de 27 de maio de 1974**. Declara de utilidade pública bens móveis de valor histórico.

_____. **Decreto nº 1799, de 1º de julho de 1968**. Denomina de Escola "Fritz Alt" a Escola Municipal de Artes Aplicadas.

_____. **Decreto nº 2162, de 12 de novembro de 1970.** Nomeia os membros do Conselho Municipal de Cultura e a Comissão do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Artístico Municipal.

_____. **Decreto Lei nº 2164, 16 de setembro de 1987.** Altera a Lei nº 1863/82 que criou a Fundação Cultural de Joinville.

_____. **Decreto nº 2865, de 18 de dezembro de 1973**. Cria a Banda Municipal de Joinville.

_____. **Decreto nº 2876, de 14 de janeiro de 1974**. Aprova o Regulamento do Departamento de Cultura, Esporte e Turismo.

_____. **Decreto nº 2287, de 25 de maio de 1971.** Cria a Escola de Música "Villa Lobos".

_____. **Decreto nº 2288, de 25 de maio de 1971.** Cria a Escola de Artes "Fritz Alt".

_____. **Decreto nº 2485, de 22 de março de 1972.** Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Cultura.

_____. **Decreto nº 2533, de 26 de maio de 1972.** Confirma a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Cultura e ratifica os atos pelo mesmo praticados a partir da vigência da Lei nº 1152, de 14 de outubro de 1971.

_____. **Decreto nº 2591-A, de 1º de setembro de 1972**. Denomina "Casa Fritz Alt".

_____. **Decreto nº 3050, de 06 de junho de 1975**. Cria a Escola Municipal de Ballet.

_____. **Decreto nº 3131, de 23 de dezembro de 1975.** Dispõe sobre as atribuições e competências dos órgãos de administração direta da Prefeitura Municipal de Joinville.

_____. **Decreto nº 3422, de 05 de agosto de 1977.** Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Cultura.

_____. **Decreto nº 3440, de 26 de agosto de 1977.** Institui o Regimento Interno da Prefeitura Municipal de Joinville que fixa as atribuições, competência e o detalhamento da estrutura dos órgãos da administração municipal e dá outras providências.

_____. **Decreto nº 4461, de 17 de fevereiro de 1982**. Cria a Galeria Municipal de Arte "Victor Kursancew" e dá outras providências.

_____. **Decreto nº 4745, de 07 de janeiro de 1983.** Aprova o Estatuto da Fundação Cultural de Joinville.

_____. **Decreto nº 6649, de 14 de outubro de 1991** — Aprova o regulamento da Comissão do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural do Município de Joinville, criada pela lei nº 1772, de 28.11.80.

_____. **Decreto nº 6722, de 29 de janeiro de 1992** — Designa membros para integrar a Comissão do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural do Município de Joinville.

_____. **Decreto nº 7364, de 16 de setembro de 1994** — Nomeia membros para integrar a Comissão do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural do Município de Joinville.

_____. **Lei nº 620, de 09 de julho de 1963.** Autoriza o executivo municipal a comprar pelo preço de CR$ 5.000.000,00 o material arqueológico, pertencente a Guilherme Tiburcius [*SIC*].

_____. **Lei nº 748, de 21 de junho de 1965.** Cria a Comissão Municipal de Esportes de Joinville (CME).

_____. **Lei nº 881, de 22 de agosto de 1967.** Cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento de Joinville (COMDEJOI) e dá outras providências.

_____. **Lei nº 900, de 17 de outubro de 1967.** Altera a estrutura administrativa pelo desdobramento do Departamento de Educação, Cultura, Assistência Social e Turismo, modifica o quadro de funcionários e dá outras providencias.

_____. **Lei nº 951, de 26 de agosto de 1968.** Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Cultura.

_____. **Lei nº 1042, de 22 de dezembro de 1969.** Cria o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville.

_____. **Lei nº 1053, de 06 de maio de 1970.** Autoriza o executivo municipal a adquirir por compra dos herdeiros Fritz Alt, um imóvel situado nesta cidade.

_____. **Lei Ordinária nº 1152, 14 de outubro de 1971**. Reformula a lei nº 951, de 26/08/68, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Cultura.

_____. **Lei nº 1182, 20 de março de 1972.** Cria o Arquivo Histórico Municipal de Joinville.

_____. **Lei nº 1296, de 28 de agosto de 1973.** Baixa normas para novas edificações na Alameda Brüstlein.

_____. **Lei nº 1377, de 23 de dezembro de 1974.** Brüstlein Estabelece normas para edificações da Alameda Brüstlein e áreas contíguas.

_____. **Lei nº 1404, 1º de outubro de 1975.** Dispõe sobre a reforma administrativa da Prefeitura Municipal de Joinville e dá outras providências.

_____. **Lei nº 1493, de 10 de dezembro de 1976.** Reformula a Lei nº 1152, de 14.10.1971, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Cultura.

_____. **Lei nº 1514, 27 de maio de 1977**. Dispõe sobre a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Joinville.

_____. **Lei nº 1773, 1º de dezembro de 1980.** Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural do Município de Joinville.

_____. **Lei Nº 1863 de 23 de abril de 1982.** Cria a Fundação Cultural de Joinville e dá outras providências.

_____. **Lei nº 1267, de 2 de maio 1973.** Altera a estrutura administrativa da Prefeitura pelo desmembramento do Departamento de Educação e Cultura, criação do Departamento de Relações Públicas e dá outras providências.

_____. **Lei nº 1271, de 15 de maio 1973.** Cria o Museu de Arte de Joinville e dá outras providências.

_____.

_____. **Lei nº 6705, de 11 de junho de 2010.** Institui o Sistema Municipal de Cultura e dispõe sobre as diretrizes, composição e funcionamento do Conselho Municipal de Política Cultural, e dá outras providências.

Disponíveis em: <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/4620/leis-de-joinville>.

_____. Projeto de Lei nº 19/1980. In: **Câmara de Vereadores de Joinville – CVJ.**

_____. **Resolução Nº 173**. Superintendência Municipal de Joinville. In: Arquivo Histórico de Joinville (AHJ).

KELLER, Paul Hellmuth. Joinville na Arquitetura. In: SOCIEDADE AMIGOS DE JOINVILLE (Org). **Álbum Histórico do Centenário de Joinville (1851-1951).** Curitiba: Gráfica Mundial Ltda. 1951.

KERSTEN, Márcia S. de A. No tecer da memória e na perspectiva da História. In*:* **Os rituais do tombamento e a escrita da história:** bens tombados no Paraná entre 1938-1990. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000. p. 111-168.

KRISCH, Hilda Anna. **História do Cemitério dos Imigrantes e da Casa da Memória do Imigrante**. Joinville: Edição do Arquivo Histórico de Joinville, março de 1991.

KUNZMANN, Klaus R, ZLONICKY, Marlene. **Recomendações para a atualização do Planejamento Urbano de Joinville**. Tradução: André Gil Teixiera Pires. Brasília: 1978. In: Coordenação de Patrimônio Cultural / Fundação Cultural de Joinville.

LAGROU, Pieter. A História do Tempo Presente na Europa depois de 1945 - Como se constituiu e se desenvolveu um novo campo disciplinar. Rio de Janeiro: **Revista Eletrônica Boletim do Tempo**, Ano 4, Nº15, Rio, 2009.

LAUS, Harry. Enxame sem mel. **A Notícia**, Joinville, 03 set. 1982, s/p.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **Enciclopédia Einaudi - Memória-História**, v. 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 95-106.

Lei de preservação do patrimônio na prática. **A Notícia**, Joinville, 17 fev. 1982, p. 5.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, M. de M., AMADO, J. (orgs). **Usos & abusos da História Oral.** 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MACHADO, Diego Finder. **Em amparo às marcas do passado: os profissionais do patrimônio e a construção de uma ordem patrimonial em Joinville-SC**. In: XIII Encontro Nacional de História Oral: 'História Oral, Práticas Educacionais e Interdisciplinaridade', 2016, Porto Alegre. Anais do XIII Encontro Nacional de História Oral: "História Oral, Práticas Educacionais e Interdisciplinaridade", 2016. p. 1-16. Disponível em: http://www.encontro2016.historiaoral.org.br/site/anaiscomplementares?impressao.Acesso: 20 jul. 2016.

_____.

_____. **Redimidos pelo passado?** Seduções nostálgicas em uma cidade contemporânea (Joinville, 1997-2008). 178 f. (Dissertação de mestrado) - Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis, 2009.

MARTINS. Osny. Arquitetos criticam o enxaimel. **A Notícia**, Joinville, 7 jan. 1984. Especial.

MAYNARD, Dilton Cândido Santos. História, memória e horas extremas: reflexões sobre o tempo presente. **Revista Eletrônica Boletim do Tempo**, Ano 5, Nº18, Rio, 2010.

MENESSES, Ulpiano T. Bezerra de. Os "Usos Culturais" da Cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: **Turismo: espaço, paisagem e cultura.** São Paulo: Hucitec, 1999, p. 89-99.

MONICH, Curt Alvino. Cidade histórica ou industrial? **A Notícia**, Joinville, 10 jan. 1982, p. 17.

_____. Parecer nº 65/1980. Comissão de Legislação Justiça. In: JOINVILLE. **Câmara de Vereadores**. Projeto de Lei nº 19, 1980.

Movimento Comunitário defende o Patrimônio cultural de Joinville. **A Notícia**, Joinville, 17 nov. 1981, p. 5.

NEDEL, Letícia. As coisas e seus lugares: colecionamento e ressignificação de objetos no Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville. In: MACHADO, Elaine C (Org.). **Além do que se vê:** Um museu para a cidade? Museu Nacional de Imigração e Colonização. Curitiba: Lisegraff Gráfica e Editora. 2013, p. 126-180.

Novo mercado será construído em 1980. **A Notícia**, Joinville, 6 jul. 1980, p. 3.

O palacete poderá cair. **A Notícia**, Joinville, 13 fev. 1982, p. 05.

Palacete Niemeyer será preservado. **A Notícia**, Joinville, 24 out. 1982, p. 24.

PASSERINI, Luisa. **A memória entre política e emoção**. Tradução de Ricardo Santiago. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

PEÑA, Lenin H. G. E. **Alameda Brustlein**. Joinville: 1982. In Coordenação de Patrimônio Cultural / Fundação Cultural de Joinville.

_____. Entrevista concedida a Bruno da Silva. Joinville, 26 de set. de 2016.

PEREIRO, Xerardo. Património cultural: o casamento entre património e cultura. **Revista dos sócios do Museu do Povo Galego**, 2006, ADRA n.º 2, p. 23-41. Disponível em: <https://repositorio.utad.pt/bitstream/10348/4698/1/ARTIGO%206.pdf>. Acesso em: 5 mai. 2015.

PISTORELLO, Daniela. **"O Brasil da diversidade?":** Patrimônio e Paisagem Cultural no Projeto Roteiros Nacionais de Imigração. Campinas, 2015. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Preservar as palmeiras. **A Notícia**, Joinville, 07 jul. 1982, p. 2.

Projeto original do calçadão poderá sofrer alterações, segundo o Prefeito. **A Notícia**, Joinville, 9 maio. 1979, s/p.

RABELLO, Sonia. **O Estado na preservação dos bens culturais**: o tombamento. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

RADUN, Denis Fernando. **O (Des)Tombamento em questão**: (Des)Patrimonialização de Bens Culturais Tombados pelo Órgão Federal de Preservação no Brasil (1937-2015). Joinville, 2016. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade). Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE).

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In*:* RUBIM, Antonio A. C.; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 11-36.

S. THIAGO, Raquel. Patrimônio Histórico. **A Notícia**, Joinville, 19 de ago. 1982, p. 2.

SCHNEIDER, Adolfo Bernardo. Enxaimel: o exemplo vem da Alemanha. **A Notícia**, Joinville, 19 dez. 1981. Especial.

_____. **Memórias VI:** A Pré História de um Museu. História da gestação do Museu do Sambaqui, o idealismo constrói um museu**.** Joinville: Impressora Ipiranga, 1999.

_____. **Parecer para tombamento da Rua das Palmeiras**. Joinville: 1982. In Coordenação de Patrimônio Cultural / Fundação Cultural de Joinville.

SCHULZ, Carlos. Parecer nº 66/1980. Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Promoção Social. In: JOINVILLE. **Câmara de Vereadores**. Projeto de Lei nº 19, 1980.

SÊGA, Christina P. **O *Kitsch* e suas dimensões**. Brasília: Casa das Musas, 2008.

Seminário discutirá arquitetura alemã. **A Notícia**, Joinville, 8 nov. 1981, p. 7.

SILVA, Janine Gomes. **Tempo de lembrar, tempo de esquecer... As vibrações do Centenário e o período de Nacionalização**: histórias e memórias sobre a cidade de Joinville. Joinville: Editora da UNIVILLE, 2008.

SILVA, Gustavo Grein da. **Patrimônio e Roteiros Turísticos**: um estudo sobre as contemporâneas estratégias de patrimonialização do meio rural de Joinville/SC (1990-2012).

SOUZA, Flávia Cristina Antunes de. **A Preservação do Patrimônio Arqueológico em Joinville/SC:** Desamontoando Conchas e Evidenciando Memórias. Curitiba, 2007. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná.
SUPERINTENDÊNCIA DE JOINVILLE. **Relatório do ano de 1906 apresentado ao Conselho Municipal de Joinville pelo Superintendente Procópio Gomes d`Oliveira em 7 de Janeiro de 1907**. Joinville: TYP. Schwartz, 1907.

TAMANINI, Elizabete. **Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville**: um olhar necessário. Campinas, 1994. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Técnico alemão está observando construção de origem germânica no estado catarinense. **A Notícia**, Joinville, 4 ago. 1982, p. 13.

TERNES. Apolinário. Colin: a nova agência do BB será uma réplica do edifício-sede de Brasília. **A Notícia**, Joinville, 28 fev. 1982, p. 24.

_____. Palacete Niemeyer será preservado. **A Notícia**, Joinville, 24 out. 1982, p. 5.

_____. **Os Voluntários da Cultura**. Joinville: Edição do Autor, 2010.
União de esforços para preservar a arquitetura dos colonizadores. **A Notícia**, Joinville, 4 nov. 1981, p. 5.

VELOSO, Mariza. O Fetiche do Patrimônio. **Revista Habitus,** Goiânia, v. 4, n.1, p. 437-454, jan./jun. 2006.

VEIGA, Maurício Biscaia. **Arquitetura neo-enxaimel em Santa Catarina**: a invenção de uma tradição estética. São Paulo, 2013. Dissertação (Mestrado em Estética e História da Arte). Universidade de São Paulo.

VOLDMAN, Danièle. Definições e usos. In: FERREIRA, M. de M., AMADO, J. (orgs). **Usos & abusos da História Oral.** 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

APÊNDICE - ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES CULTURAIS EM JOINVILLE (1966-1982)

ANO	ÓRGÃO	ESTRUTURA GERAL	ESTRUTURA ESPECÍFICA
1966	Departamento de Educação, Cultura, Assistência e Turismo.	Não especificada na legislação.	Não especificada na legislação.
1967	Departamento de Educação e Cultura	1 Divisão de Ensino Primário. 2 Biblioteca Municipal 3 Museu Arqueológico de Sambaqui 4 Escola de Música Villa Lobos 5 Escola Municipal de Artes Aplicadas.	Não especificada na legislação.
1973/1974	Departamento de Cultura, Esporte e Turismo	I - Diretoria II - Divisão de Cultura III - Divisão de Esporte IV - Divisão de Turismo	Divisão de Cultura A - Seção de Patrimônio Histórico Cultural B- Seção de Artes
1975	Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo.	I - Divisão de Cultura; II - Divisão de Esportes; III - Divisão de Turismo IV - Serviço de Administração.	Divisão de Cultura A - Serviço de Promoções Culturais; B - Serviço do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural.
1977	Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo.	I - Divisão de Cultura; II - Divisão de Esportes; III - Divisão de Turismo; IV - Serviço de Administração.	Divisão de Cultura A - Serviço de Promoções Culturais; B - Serviço do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural.
1982	Fundação Cultural de Joinville	Diretoria Conselho Curador Conselho Fiscal	Diretoria Diretor Presidente Diretor Administrativo e Diretor Cultural

Fontes:

BRASIL. **Lei nº 3.188, de 2 de julho de 1957.** Cria o Museu Nacional de Imigração e Colonização na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

JOINVILLE. **Lei nº 900, 17 de outubro de 1967.** Altera a estrutura administrativa pelo desdobramento do Departamento de Educação, Cultura, Assistência Social e Turismo, modifica o quadro de funcionários e dá outras providencias.

_____. **Lei nº 951, de 26 de agosto de 1968.** Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Cultura.

_____. **Lei nº 1267, de 2 de maio 1973.** Altera a estrutura administrativa da Prefeitura pelo desmembramento do Departamento de Educação e Cultura, criação do Departamento de Relações Públicas e dá outras providências.

_____. **Lei nº 1404, 1º de outubro de 1975.** Dispõe sobre a reforma administrativa da Prefeitura Municipal de Joinville e dá outras providências.

_____. **Decreto nº 1799, de 1º de julho de 1968**. Denomina de Escola "Fritz Alt" a Escola Municipal de Artes Aplicadas.

_____. **Decreto nº 2287, de 25 de maio de 1971**. Cria a Escola de Música "Villa Lobos".

_____. **Decreto nº 2288, de 25 de maio de 1971.** Cria a Escola de Artes "Fritz Alt".

_____. **Decreto nº 2591-A, de 1º de setembro de 1972.** Denomina "Casa Fritz Alt".

_____. **Decreto nº 2865, de 18 de dezembro de 1973.** Cria a Banda Municipal de Joinville.

_____. **Decreto nº 3050, de 06 de junho de 1975.** Cria a Escola Municipal de Ballet.

_____. **Decreto nº 4461, de 17 de fevereiro de 1982.** Cria a Galeria Municipal de Arte "Victor Kursancew" e dá outras providências.

_____. **Lei nº 1042, 22 de dezembro de 1969.** Cria o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville.

_____. **Lei nº 1053, de 6 de maio de 1970.** Autoriza o executivo municipal a adquirir por compra dos herdeiros Fritz Alt, um imóvel situado nesta cidade.

_____. **Lei nº 1182, 20 de março de 1972.** Cria o Arquivo Histórico Municipal de Joinville.

_____. **Lei nº 1271, de 15 de maio 1973.** Cria o Museu de Arte de Joinville e dá outras providências.